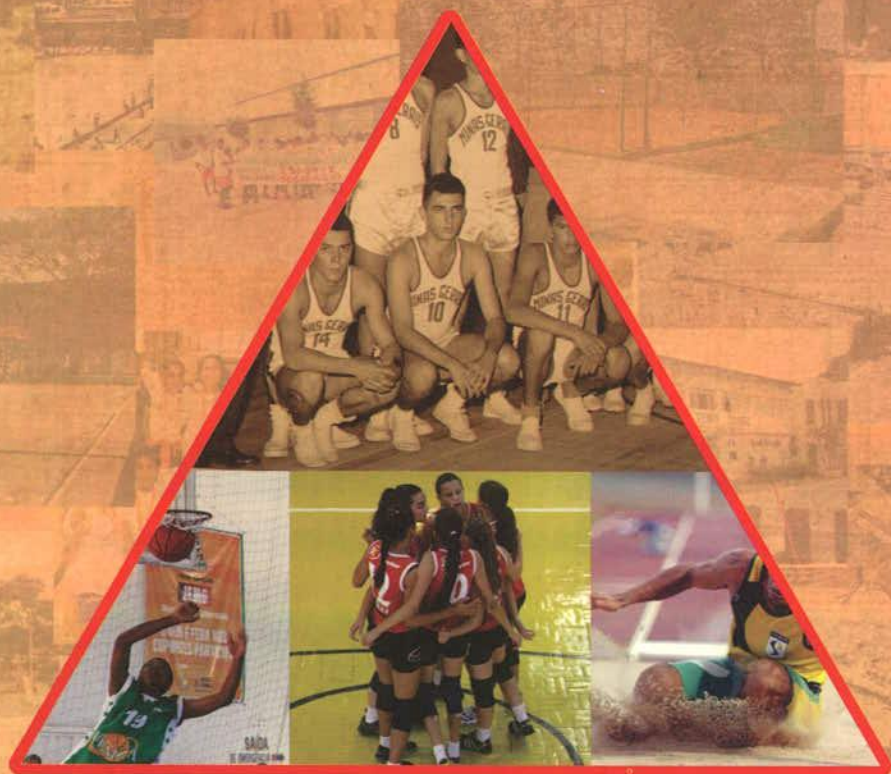


Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006



Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
Hélder Ferreira Isayama
Organizadores

Contagem
2014

**Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
(Organizadora)**

Doutora em História pela UFMG. Mestre em Educação Física pela UFMG. Professora da UNIVERSO. Diretora de Memória e Informação da SEEJ (2007-2012). Coordenadora do Centro de Memória do Esporte e do Lazer da SMEL/PBH. Membro do Polis/CELAR. Coordenadora do Projeto de Pesquisa que fundamentou esse livro.

**Hélder Ferreira Isayama
(Organizador)**

Pós Doutor em Educação pela UFRJ. Doutor e Mestre em Educação Física pela Unicamp. Líder do Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional no Lazer. Bolsista do Programa de Pesquisador Mineiro (2012-2014) da FAPEMIG. Membro do Polis/CELAR, do GPL/Unimep e do LABEC/UFRJ. Editor da Revista Licere. Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Estudos do Lazer – ANPEL (2013-2014).

Rita Márcia de Oliveira

Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP/MG). Especialista em Lazer-UFMG e em Políticas Para Juventude – Unicentro Newton Paiva. Graduada em Educação Física pela UFMG. Analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Membro do Polis/CELAR.

Juliana de Alencar Viana

Doutoranda em Lazer pela UFMG; Mestre em Lazer pela UFMG; Membro do Polis/CELAR e do ORICOLE/UFMG. Professora da Prefeitura Municipal de Contagem – MG e formadora do curso PRADIME/MEC/UFMG.

Amanda Carolina Costa Silveira

Mestre em Lazer e graduada em Educação Física pela UFMG. Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG/campus Ouro Preto, no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais. Tutora do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na modalidade EaD (Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB).

Um olhar sobre a
trajetória das políticas
públicas de esporte
em Minas Gerais:
1927 a 2006

Distribuição Gratuita

SECRETARIA DE ESTADO DE
ESPORTES E DA JUVENTUDE
DE MINAS GERAIS

*SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTES
E DA JUVENTUDE*

Eros Biondini

*SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE
ESPORTES E DA JUVENTUDE*

Rogério Aoki Romero

SUBSECRETÁRIO DE ESPORTE

Adenilson Idalino de Sousa

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

REITOR

Clélio Campolina Diniz

*DIRETOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA,
FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL*

Emerson Silami Garcia

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
José Alfredo de Oliveira Debortoli

FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA DE MINAS GERAIS

PRESIDENTE

Mario Neto Borges

DIRETORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
José Policarpo Gonçalves de Abreu

*DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO
E FINANÇAS*

Paulo Kleber Duarte Pereira

MINISTÉRIO DO ESPORTE

MINISTRO DO ESPORTE

Aldo Rebelo

*SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE,
EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL*

Ricardo Capelli

ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Praça de Esportes do Parque Olegário Maciel

FIGURA 2 – MTC identificado como Praça de Esportes Minas Gerais

FIGURA 3 – I Jornada Internacional de Educação Física

FIGURA 4 – Croqui de Rua de Recreio no Parque Municipal

FIGURA 5 – Rua de Recreio no Parque Municipal, em Belo Horizonte

FIGURA 6 – Casa do Esporte José Mendes Júnior

FIGURA 7 – Rua de lazer em Betim, nov. 1986

FIGURA 8 – MINAS está aprendendo a ser criança

FIGURA 9 – Projeto pioneiro resgata dignidade de crianças faveladas

FIGURA 10 – Projeto Curumim completa um ano

FIGURA 11 – Implantação do programa *Esporte Solidário Toriba* em Augusto de Lima

FIGURA 12 – Rua de Lazer realizada em Ouro Preto, 7 mar. 1997

FIGURA 13 – Programa *Pintando a Liberdade*

FIGURA 14 – Inauguração da iluminação do Estádio Dr. João Cordeiro em Sacramento

FIGURA 15 – Jogo de Integração do *Curumim*, 2003

ORGANIZADORES

Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
Helder Ferreira Isayama

EQUIPE DE ELABORADORES: *Marilita Aparecida Arantes Rodrigues, Helder Ferreira Isayama, Luciana C. Lages Rodrigues Costa, Fabiano Antônio Sena Peres, Rita Márcia de Oliveira, Juliana de Alencar Viana, Amanda Carolina Costa Silveira, Márcio Aparecido de Freitas Silva, Tarcila Bretas Lopes, Jean Lopes Xavier, Vivyan Louise Lana, Jane Saad*

REVISÃO: Tucha

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: Sérgio Avelar

IMPRESSÃO: MJR Editora Gráfica

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Dr. Antonio Jorge Gonçalves Soares (UFRJ), Prof. Dr. Cleber Dias (UFMG), Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa (USP), Profa. Dra. Liana Abrão Romera (UFES), Prof. Dr. Rafael Fortes Soares (Unirio), Profa. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio (UCB), Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ)

796(815.1)
R6960
2014

Rodrigues, Marilita Aparecida Arantes.
Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006. / Marilita Aparecida Arantes Rodrigues, Helder Ferreira Isayama, organizadores / Contagem: MJR, 2014.

244p. : il.

ISBN: 978-85-61514-05-1

1. Esportes - Políticas Públicas - Minas Gerais. 2. Lazer - Políticas Públicas - Minas Gerais. 3. Esportes - História - Políticas Públicas - Minas Gerais. I. Isayama, Helder Ferreira, org. II. Título.

CDD: 796.98151

CDU: 796(815.1)

IMAGENS DA CAPA

Seleção Juvenil de Voleibol dirigida por Adolfo Guilherme – 1956 (ASSIS, A. A. *Primórdios, história e vida da Diretoria de Esportes de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social/DEMG, 1977).

Basquete do JEMG – 5/9/2005 (Acervo do Centro de Memória e Informação do Esporte/SEEJ – CEMIE)

Voleibol do JEMG – 7/9/2005 (Acervo do CEMIE)

Atleta Clayton Pacheco, deficiente visual, do atletismo de Uberlândia (Acervo do CEMIE).

MTC identificado como Praça de Esportes Minas Gerais, em abril de 1940 (Centro de Memória do Minas Tênis Clube).

Zuzú, Miriam, Oraída, Marta e Margot, da Seleção Mineira de Voleibol de 1953. (ASSIS, 1977).

Seleção Mineira de Basquete – 06/09/51 (ASSIS, 1977).

Coral Curumim Mineiro – SELT. Disponível em: http://www.cidadesdobrasil.com.br/img_cn/IMG6-555-881.jpg. Acesso em 12 agosto de 2008.

Implantação do Programa Esporte Solidário em Augusto de Lima (Acervo do CEMIE).

Rua de Lazer realizada pela SEESP em Ouro Preto em 07 de março de 1997 (Acervo do CEMIE).

Marilita Aparecida
Arantes Rodrigues
Hélder Ferreira Isayama

ORGANIZADORES

Um olhar sobre a
trajetória das políticas
públicas de esporte
em Minas Gerais:
1927 a 2006

Contagem
MJR Editora Gráfica
2014

Sumário

<i>Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto</i>	Apresentação	11
<i>Marilita Aparecida Arantes Rodrigues</i> <i>Hélder Ferreira Isayama</i>	Introdução	17
<i>Marilita Aparecida Arantes Rodrigues</i> <i>Hélder Ferreira Isayama</i> <i>Luciana C. Lages Rodrigues Costa</i> <i>Fabiano Antônio Sena Peres</i> <i>Rita Márcia de Oliveira</i> <i>Juliana de Alencar Viana</i> <i>Amanda Carolina Costa Silveira</i> <i>Márcio Aparecido de Freitas Silva</i> <i>Tarcila Bretas Lopes</i> <i>Jean Lopes Xavier</i> <i>Vivyan Louise Lana</i> <i>Jane Saad</i>	Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)	29
<i>Marilita Aparecida Arantes Rodrigues</i> <i>Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa</i>	Diretoria de Esportes de Minas Gerais: suas políticas, sua história (1946-1987)	47
<i>Juliana de Alencar Viana</i> <i>Rita Márcia de Oliveira</i>	Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo – Minas Gerais (1983-1996): vestígios de uma história	119
<i>Amanda Carolina Costa Silveira</i> <i>Márcio Aparecido de Freitas Silva</i>	A política estadual de esporte e lazer: um olhar sobre a Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais (1996-2002)	171
<i>Hélder Ferreira Isayama</i> <i>Fabiano Antônio Sena Peres</i>	História e políticas públicas de esporte e lazer em Minas Gerais: o caso da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes (2003-2006)	209

Apresentação

Um governo de uma cidade, estado ou país não é avaliado somente pelas obras ou serviços que realiza, mas também pelo todo da política que implementa e questões estratégicas que coloca para a sociedade; pelo que avança em termos de conquistas sociais e de antecipação do futuro; pelos significados que atribui aos conceitos, temas, problemas e ações que articula no conjunto de relações que estabelece na vida em sociedade.

Dados, como esses não são fáceis de serem percebidos, lidos e avaliados, pois se articulam com as entrelinhas dos discursos, valores e atitudes vividos no cotidiano e que extrapolam o que é registrado nos documentos escritos e orais e nas conquistas que materializam os projetos políticos.

Foi esse, entretanto, o maior desafio que motivou os autores desta pesquisa, que, com muito orgulho, apresento a vocês, leitores. O objetivo com este estudo foi construir uma análise das trajetórias das políticas de esporte em Minas Gerais – nelas incluídas as trajetórias também do lazer –, no período de 1927 a 2006, tendo como foco as instituições. A investigação foi realizada pelo Centro de Memória e Informação do Esporte (CEMIE), da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ), e pelo Grupo de Estudo POLIS, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Ministério do Esporte – Rede CEDES.

O resultado desta investigação, sintetizado neste livro, organizado por Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Hélder Isayama, provocanos de várias formas, a começar pelo seu título, pois certamente as políticas públicas de esporte no Estado de Minas Gerais podem ser lidas de inúmeras maneiras, dada a abrangência do Estado, com seus 853 municípios, e do período histórico pesquisado, que registra diferentes experiências políticas.

Além disso, o estudo foi construído baseando-se em várias perguntas, que ampliam a expectativa do leitor sobre a curiosidade dos autores, quando questionam: Por que, a partir de 1938, o Estado passou a se ocupar do esporte mais efetivamente? Que ações foram sendo realizadas e que interesses e relações políticas estavam a elas aliados? De que maneira o esporte foi sendo organizado e incluído na agenda pública do Estado de Minas Gerais, no período histórico de 1927 a 2006? A que públicos estavam direcionadas as ações identificadas?

Os desafios apontados por tais questões não são fáceis de tratar, pois a trajetória analisada se constituiu em meio a profundas diferenças sociais e crises sociopolíticas e econômicas, que influíram, profundamente, no rumo histórico, combinadas com outros desafios nacionais e internacionais que ampliam a complexidade e os conflitos vividos.

Além disso, é importante destacar que todas as trajetórias das políticas públicas em nosso meio são construídas num conjunto de ações formais, e também informais, que expressam relações de poder e que atuam na resolução dos conflitos quanto aos bens públicos tratados pelas instituições envolvidas.

Essa tarefa fica ainda mais complexa à medida que sabemos das crises veladas que acontecem no campo político e que, tantas vezes, são tecidas por questões éticas que repercutem na vida de toda a população e nos rumos dos projetos políticos.

Delimitando o trato desses desafios, os autores assumem como objetivos da pesquisa compreender como e por que o Estado de Minas Gerais passou a se ocupar do esporte, que projetos foram criados no setor esportivo e que interesses são ligados a eles, procurando entender diferentes relações políticas que participaram da estruturação das ações públicas referentes ao esporte mineiro.

Este estudo é muito relevante. Primeiro, por serem escassos os estudos históricos sobre as políticas públicas de esporte em Minas. Em segundo lugar, temos de considerar a significativa busca documental

realizada com base em diferentes fontes: escritas (bibliográficas e documentais) e orais. O registro das falas de pessoas que vivenciaram acontecimentos e conjunturas, nos diferentes momentos estudados, e que exerceram vários cargos da administração do esporte no estado de Minas, permitiu a organização de um banco de dados denso da memória esportiva mineira. Por fim, esta pesquisa é significativamente relevante considerando seu papel educativo, uma vez que é fruto de uma equipe de doze estudiosos, o que, certamente, contribuiu para constituir uma linha de estudo sobre o tema, gerando a expectativa de aprofundamento no objeto investigado.

Os resultados desta pesquisa estão sintetizados nos cinco textos publicados neste livro, que constituem fontes importantes para a compreensão dos modos de governar que se afirmaram ao longo da história, merecendo leituras e debates sobre cada um deles e sobre a relação entre eles. A meu ver, a tese central que confere unidade aos textos é a de que o esporte mineiro foi historicamente usado para diferentes fins.

Ao longo dos anos, o governo de Minas pautou suas políticas por um conjunto de ações da educação física, recreação, lazer e esporte, buscando conformar uma educação de corpos (“cultura física”), adequando-os às novas demandas de cada momento histórico.

Para isso, institucionalizou o esporte em âmbito estadual por mediante a criação da Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG), que atuou de 1946 a 1987; da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo (SELT), que atuou de 1983 a 1996; da Secretaria de Estado de Esporte (SEESP), criada em 1996; e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), criada em 2003, quando o esporte deixou de ter uma secretaria específica, passando a ser tratado por uma subsecretaria articulada a outras pastas da ação social sem, no entanto, atuar de modo integrado a elas e demais secretarias.

Em síntese, nesta pesquisa revelou-se que as políticas desenvolvidas por esses órgãos pautaram suas ações por quatro diretrizes principais: a **primeira tem por base as políticas de educação corporal**, orientadas pela modernização das cidades (do controle do corpo a descoberta de talentos); a **segunda focaliza a questão urbana**, valorizando a construção de obras de infraestrutura esportiva por todo o Estado, o que se tornou uma das marcas do governo de Minas; a **terceira assume a política de esporte como política de eventos**, reafirmando

a valorização da cultura dos eventos discriminatórios, da distribuição de materiais esportivos e realizações de “ruas de recreio” esporádicas; **e a quarta revela o uso político do esporte**, articulado, especialmente, às intenções da educação escolar (no primeiro período); à extensão da educação corporal às políticas compensatórias de esporte e lazer (no segundo período); ao uso do esporte como instrumento político-eleitoral (no terceiro momento); às ações de cunho assistencialista, focadas em grupos definidos, e formas utilitaristas (no quarto momento), e à descoberta de talentos (no último período analisado).

Ao longo dessa história, um conjunto de parcerias garantiu a institucionalização, consolidação e sustentabilidade das ações políticas do esporte pelo governo do Estado. **As prefeituras municipais** e instituições do **terceiro setor**, dentre outras, foram fundamentais ao longo de toda a história. Destacam-se, também, as parceiras, inicialmente, com a **escola**, que foi uma das primeiras estabelecidas desde a criação da Inspeção de Educação Física em 1927. **O Minas Tênis Clube**, na década de 1940, tornou-se a referência para a gestão das praças de esporte do Estado. Uma das formas de assegurar a disciplina da cultura corporal difundida foi a aproximação com a **Polícia Militar de Minas Gerais**, que teve presença marcante na formação de instrutores e monitores de esportes pelo Centro de Educação Física do Departamento de Instrução da Polícia Militar, com parcerias com a DEMG e a formação de professores de Educação Física (pelo Curso Superior criado em Belo Horizonte em 1952, federalizado e integrado à UFMG, em 1969). Por fim, o governo federal tem sido historicamente fundamental parceiro, não somente no fomento e financiamento de políticas de esporte, mas também como orientador das intenções das políticas mineiras de esporte, recreação e lazer em todos os momentos históricos. Parcerias estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), Departamento de Educação Física e Desportos do MEC (DED), Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT), Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) e Ministério do Esporte (ME), dentre outros órgãos federais, destacam-se nesta história.

O estudo nos faz pensar que esta é uma trajetória política atravessada por ambivalências de vários tipos. Construída numa sociedade em que as conquistas legais de direitos convivem com violências, preconceitos e confusões entre direitos e privilégios. Numa sociedade na qual a universalidade de acesso de todos ao esporte ainda é muito difícil. As

iniciativas políticas privilegiam as crianças e os jovens, requerendo o fomento de ações que contemplem toda a população; sociedade em que a conquista do espaço público pelas práticas de esporte e lazer e do sentido da ação política na sua capacidade de alterar o “já dado” e descortinar novos horizontes. Além disso, a democratização do esporte vem sendo dificultada por vários motivos (políticas de governos sem continuidade, financiamentos restritos para o esporte e lazer, falta de clareza conceitual, especialmente do lazer, etc.).

O estudo instiga o leitor a refletir sobre muitas outras questões, como: O que aconteceu com a política de esporte em Minas Gerais de 2006 até hoje? Avançando o entendimento salvaçãoista e preventivo do esporte, que papéis ele pode desempenhar na promoção do desenvolvimento social e do desenvolvimento humano em nossa sociedade? Como têm sido as parcerias do esporte com o turismo, especialmente considerando os megaeventos esportivos promovidos no País e estado nos próximos anos?

Enfim, o valor deste estudo, cuja leitura recomendo, é maior do que aquilo que nele foi registrado. Ele é relevante, especialmente, pelos temas e problemas que nos instigam a outras investigações.

Sejam bem-vindos a estes desafios!

Leila Mirtes Santos de M. Pinto

Introdução

O historiador do político [...] não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social (RÉMOND, 2003, p. 447).

A trajetória histórica das políticas públicas de esporte no Estado de Minas Gerais, no período de 1927 a 2006, foi objeto desta pesquisa, realizada pelo Centro de Memória e Informação do Esporte (CEMIE), da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ), e pelo grupo Polis/CELAR, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. O principal desafio foi entender como e por que o Estado passou a se ocupar do esporte, os projetos criados no setor esportivo e interesses a eles aliados, envolvendo diferentes relações políticas, que foram estruturando ações públicas no esporte mineiro.

O conhecimento e a análise das políticas públicas implementadas, historicamente, pelo Estado de Minas Gerais no setor esportivo, tema ainda pouco estudado, era uma demanda do CEMIE/SEEJ, não somente no sentido de preservar a memória esportiva em Minas, mas, principalmente, porque ele pode ser fundamental no processo de análise e de avaliação das políticas existentes e na elaboração de novas.

Para a SEEJ, esse conhecimento pode viabilizar uma postura crítica e consciente em relação ao planejamento e ao desenvolvimento de ações específicas, possibilitando a formulação de novas políticas públicas mais sensíveis à maior democratização do esporte em nosso Estado.

Para o Grupo de Estudos Polis/CELAR, a realização desta pesquisa constituiu a possibilidade de fomentar debates e a compreensão da herança de vários processos construídos ao longo da história das políticas públicas estaduais de esporte que influenciaram e, ainda, influenciam a intervenção estatal na área social. Este estudo contribuiu para a incursão de seus membros nas trilhas da pesquisa histórica em políticas públicas de esporte, e poderá possibilitar a constituição de uma nova linha de pesquisa para o grupo.

No que se refere ao grupo de pesquisadores que participaram do estudo, as diferentes experiências de pesquisa e de implementação das políticas públicas de esporte foram fundamentais para o alcance das metas propostas. A constituição do grupo envolveu pesquisadores com experiência no desenvolvimento de pesquisa histórica e de políticas públicas no campo do esporte e lazer, bem como profissionais que atuam no contexto dos programas e ações governamentais em diferentes órgãos municipais.

A partir desse panorama, o grupo iniciou um debate sobre as questões de interesse para o desenvolvimento da pesquisa, dentre elas destacamos: Por que o Estado passou a se ocupar do esporte? O Decreto n. 150/1938 marca a entrada dos interesses do Estado de Minas Gerais no esporte? Não houve iniciativas anteriores a essa? Que ações foram sendo realizadas e que interesses estavam aliados a elas? Que relações políticas envolveram o setor esportivo? De que maneira o esporte foi se organizando como setor de gestão pública no Estado nos diferentes momentos históricos? Quais interesses permearam a inclusão do esporte como um tema de agenda pública nesses diferentes tempos? Que peculiaridades podem ser identificadas em cada administração? A que público estavam direcionadas essas ações?

Foram esses questionamentos que nos fizeram definir os objetivos para a investigação, que enfocou o entendimento sobre os variados fatores que participaram da trama tecida historicamente na gestão estadual de esporte. Para produzir esse “retrato”, foi necessário conhecer os avanços e retrocessos, estratégias construídas, obstáculos enfrentados pelas políticas públicas de esporte em Minas Gerais. Assim,

o objetivo com o estudo foi resgatar e analisar a trajetória histórica das políticas públicas de esportes no período entre 1938 e 2006. Durante o desenvolvimento da pesquisa, o período de análise foi expandido, uma vez que as fontes nos mostraram o surgimento das primeiras ações públicas no esporte em Minas Gerais, que resultou na ampliação do período para 1927-2006.

Para realizarmos o estudo procuramos, inicialmente, *ler, ver e ouvir*¹ sobre os diferentes momentos dessas políticas, gestos que nos ajudaram a construir fontes que deram pistas para o entendimento sobre o passado.

Seguimos o caminho sugerido por Certeau (1982) quando afirma que, em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos organizados de outras formas. Assim, inicialmente, procuramos *ler* o que poderia ter sido escrito e que fosse interessante para o entendimento da relação Estado e esporte. Nesse sentido, diferentes fontes escritas se apresentaram, tais como: as legislações editadas; relatórios de governos – em especial as Mensagens do Governador dirigidas à Assembleia Legislativa, um balanço da administração estadual realizado anualmente; reportagens de jornais e revistas; estudos históricos sobre o esporte mineiro; documentos – como relatórios de eventos, convênios, programas, material didático e de divulgação, prestação de contas – preservados no Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Pública Luiz de Bessa, na Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no Museu da Polícia Militar de Minas Gerais e no Centro de Memória e Informação do Esporte da SEEJ.

Como um dos objetivos do projeto era, também, recuperar os documentos das diferentes administrações que foram responsáveis pelas políticas públicas de esporte no Estado, fizemos um grande investimento nesse sentido. Esse acervo, localizado nas instalações do Mineirinho, hoje sob a guarda da SEEJ, necessitava passar por um processo de higienização e organização de seus documentos. Nesse processo, constatamos que os documentos provenientes de um dos primeiros órgãos responsáveis por essas políticas no Estado – a Diretoria de Esportes de Minas Gerais – haviam desaparecido do acervo. Há indícios de que eles possam ter sido descartados em administrações anteriores, uma vez que a temática “esporte” já esteve ligada a diferentes órgãos da administração pública.

1 Gestos preliminares sugeridos por Lopes (1996) para a constituição das fontes utilizadas.

Ao avaliarmos a trajetória das políticas públicas de esportes em Minas Gerais desde os seus primórdios, verificamos que elas estiveram a cargo dos seguintes órgãos: Inspetoria de Educação Física (1927/1937); Minas Tênis Clube (1938/1943); Diretoria Geral das Praças de Esportes (1943/1946); Diretoria de Esportes de Minas Gerais (1946/1987); Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular/Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais (1963/1966); Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social/Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais (1966/1967); Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais/Gabinete Civil do Governador (1967/1975); Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos/Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais (1975/1983); Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Turismo (1983/1996); Secretaria de Estado de Esportes (1996/2003); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (2003/2006). Nessa avaliação, constatamos que, do período analisado pela pesquisa, havia documentos provenientes apenas de 1983 a 2006, o que demandaria garimparmos outras fontes que pudessem nos dar indícios do que foi vivido pelas Políticas nos períodos anteriores.

Paralelamente ao gesto *ler*, procuramos *ouvir*, por meio da história oral, depoimentos de pessoas que vivenciaram acontecimentos e conjunturas em diferentes momentos das políticas de esporte.² Nesses depoimentos, além das informações sobre os momentos e processos decisórios relativos ao desenvolvimento dessas políticas no Estado, avaliações e interpretações foram ouvidas, uma vez que o documento oral, como analisa Pereira (1996, p. 63), é

reconstituição 'objetiva' e versão subjetiva dos fatos e acontecimentos: traz conhecimento sobre relações socioestruturais e também sobre o nível simbólico, as duas faces do mesmo real, o social. A História nesse sentido não é só sobre os eventos, estruturas ou padrões de comportamento, mas também sobre como eles são experimentados e lembrados na imaginação.

A história oral foi, portanto, uma possibilidade de reconstruir a história por meio de múltiplas versões. Foi uma metodologia significativa, principalmente, para o conhecimento sobre as primeiras aproximações

2 O depoimento é um relato de uma experiência vivida, presenciada, ou de alguma forma conhecida, que pode ser certificada. Ele é colhido de forma dirigida pelo pesquisador, sobre a vida de seu informante, da qual só lhe interessam os acontecimentos que se venham inserir diretamente no trabalho (NADAI, 1994).

de políticas públicas com o setor esportivo em Minas Gerais, uma vez que possibilitou recuperar informações sobre acontecimentos e processos não encontrados, registrados em outro tipo de documento, já que pouco, ou quase nada, foi preservado sobre tais políticas. Mas também apresentou limites, uma vez que sua aplicabilidade é viável somente nas épocas contemporâneas, na história do tempo presente. No universo da pesquisa, que demandava o conhecimento de ações ocorridas anteriormente à década de 1930, poucos foram os testemunhos sobre esse passado.

O diálogo com esses depoentes propiciou não somente a criação de documentos que registraram versões e representações sobre o que foi, como foi, o que deixou de ser e o que, potencialmente, poderia vir a ser, tanto do ponto de vista individual como na perspectiva social e política, como também deu-nos oportunidade de *vermos* fontes iconográficas de seus acervos, que revelaram algumas representações sobre os diferentes momentos vividos pelas políticas de esporte.

Diante desses *gestos* que nos propiciaram uma diversidade de fontes, elas foram avaliadas não como um somatório de pontos de vista, concordantes ou discordantes, como alerta Faria Filho (1996), mas, com base nas inteligibilidades diferenciadas e próprias de cada uma.

Rémond (2003) afirma que o setor político não é constituído separadamente, pois ele é uma modalidade da prática social. Como a vocação do historiador é interrogar-se sobre os sentidos dos fatos, a leitura das políticas³ instituídas pelo Estado foi realizada com fundamento em interesses representados de grupos atendidos nessas representações e fatores que possivelmente influenciaram nas decisões das ações implementadas, que se constituíram em projetos idealizados para conformar a vida social dos mineiros.

Neste estudo, mapeamos os diferentes momentos vividos pelas políticas esportivas mineiras, destacando interesses do Estado no esporte, ações realizadas e interesses aliados, conceitos de esporte abraçados, peculiaridades das administrações, relações políticas, legislações e fontes de recursos e públicos atendidos.

Como ainda existem poucas iniciativas de pesquisas sobre a temática, optamos, inicialmente, por esse mapeamento, que poderá ser um ponto de partida para futuras investigações no sentido de aprofundar estudos

3 Política é a "representação de interesses e, por conseguinte, da formulação das políticas que implementam ou bloqueiam tais interesses" (COUTINHO, 1989, p. 47).

sobre a trama de interesses que permearam e permeiam as políticas públicas de esporte em Minas Gerais.

A sociedade atual é marcada por diferentes ideias, valores, interesses, aspirações, papéis desempenhados, dentre outros aspectos. Essa diversidade social faz com que a convivência seja complexa e frequentemente envolva conflitos. Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido em limites administráveis. Dessa forma, a política surge como o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1997). As políticas públicas são resultantes da atividade política e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Elas representam a atuação do Estado e são revestidas pelo caráter soberano do Poder Público, e isso significa que as políticas públicas são “públicas” e não privadas ou apenas coletivas, e sua dimensão pública tem relação com esse seu modo imperativo.

As políticas sociais são compreendidas como ações que podem exercer influência direta na questão do bem-estar do cidadão, por isso as políticas públicas de esporte são entendidas como políticas sociais. Tais ações governamentais, de intervenção na vida das pessoas, são orientadas tanto pelo contexto histórico e político, no qual o Estado está inserido, quanto pelas estruturas institucionais que moldam e influenciam as decisões políticas, como as preferências dos atores envolvidos. Desse modo, as políticas sociais se apresentam de maneiras variadas, contudo essas ações de interferência são direcionadas para a promoção de medidas que reconheçam e promovam os direitos sociais como essenciais aos cidadãos de uma determinada sociedade.

Alvo de políticas setoriais específicas no âmbito das políticas sociais, as políticas públicas de esporte em Minas Gerais, historicamente, estiveram aliadas às políticas de educação física e de lazer como estratégia para promover a educação corporal, orientadas pelas necessidades do desenvolvimento capitalista. Nos seus diferentes momentos históricos, seu foco não esteve ligado somente a práticas especificamente esportivas, mas a um conjunto de ações voltadas para a educação do corpo, representado por prática de exercícios, jogos e ginástica, cultura física, educação física, recreação, lazer e esporte.

O capítulo inicial, de autoria de todos os participantes da pesquisa, foi o primeiro a ser construído e objetivou mapear como foram

estruturadas as primeiras ações governamentais no campo esportivo em Minas Gerais. Recortamos o período marcado pela criação da Inspeção de Educação Física, em 1927, até a criação da Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG), em 1946, órgão ligado ao governo do Estado responsável por gerir a política esportiva mineira de maneira mais estruturada.

No segundo capítulo, Marilita Rodrigues e Luciana Cirino buscaram resgatar e analisar a trajetória histórica das políticas públicas de esporte desenvolvidas, em Minas Gerais, pela DEMG, no período de 1946 a 1987. As autoras identificaram que as políticas de praças de esporte, apesar de iniciadas antes desse período, podem ser compreendidas como primeira e mais extensa ação desenvolvida pela DEMG. Nesse período as políticas de esporte estiveram aliadas às políticas de educação física e de lazer como estratégia para promover a educação corporal, orientadas pelas necessidades de integrar um projeto de “modernização”, marca de civilização.

Juliana Viana e Rita Marcia de Oliveira buscaram compreender as maneiras pelas quais a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo (SELT), de Minas Gerais, existente no período de 1983 a 1996, apropriou-se de diferentes políticas de esporte e lazer e conduziu-as. O trabalho evidencia o uso do esporte como instrumento político-eleitoral e com caráter preventivo (violência). As autoras afirmam que na política esportiva do órgão parece frágil a legitimação dos direitos ao esporte e lazer como setores de políticas sociais para todos, pois a implementação de ações estaria vinculada, principalmente, a determinados estratos sociais.

Amanda Silveira e Márcio Silva retratam um período específico no contexto das políticas públicas de esporte em Minas Gerais. No recorte, parte-se da criação de uma secretaria específica para tratar do tema, a Secretaria de Estado de Esporte (SEESP). Os autores afirmam que há falta de clareza sobre significado do esporte e do lazer e que a política pública desenvolvida pela SEESP fazia jus ao ideário neoliberal em voga naquele momento: uma política de cunho assistencialista, focada em grupos definidos e de forma utilitarista.

Por fim, Hélder Isayama e Fabiano Antonio Perez analisaram as políticas públicas de esporte em Minas Gerais implementadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), buscando identificar as relações políticas envolvidas, as principais ações, os

conceitos e interesses que permeavam o esporte e o lazer, os modos de financiamento. No período analisado, foi implementado um conjunto de medidas de natureza legal e administrativa para aumentar a eficácia da máquina pública e diminuir gastos, dentre elas, a redução do número de secretarias. Nesse contexto, o esporte deixou de ser uma pasta exclusiva – Secretaria de Estado de Esporte (SEESP) – atrelando suas questões e temas a outras esferas das políticas sociais. Os autores afirmam que mesmo com a proximidade com as outras áreas da política social, não houve maior integração entre estas e as políticas esportivas, evidenciando-se o foco voltado para a criação de atletas.

Ao longo dos dois anos de desenvolvimento da pesquisa, foi possível discutir com a comunidade acadêmica em diferentes eventos, bem como publicar partes da pesquisa informando dados obtidos ao longo do processo. Assim, divulgamos trabalhos em três congressos, totalizando seis apresentações, e publicamos um capítulo de livro, quatro textos completos e dois resumos em *Anais* de eventos nacionais e internacionais. Esse material tem como ápice a publicação deste livro com todo material pesquisado até o momento, mas que abre possibilidades de novas pesquisas que podem aprofundar os conhecimentos trabalhados.

O estudo somente foi possível porque contamos com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Ministério do Esporte, que o financiaram. Ressalte-se a importância desses editais para o desenvolvimento de pesquisas na área. O Edital “Apoio à pesquisa na área da história do esporte e à preservação de acervos”, lançado pela FAPEMIG em parceria com a SEEJ, em 2009, possibilitou não somente a realização de vários estudos históricos sobre o esporte mineiro, como também a preservação de acervos significativos sobre ele. Esse edital foi um marco nos financiamentos na área do esporte mineiro, uma vez que são raras essas iniciativas no Estado. Concordamos com Vago (2008) quando afirma que “o modo como o Estado de Minas Gerais cuida da memória da Educação Física e do Esporte diz muito sobre o modo como ele trata de sua própria história”. O edital da Rede CEDES, ação programática do Ministério do Esporte, vem fomentando pesquisas na área das políticas públicas de esporte e lazer desde 2003. Uma das suas linhas de pesquisa é a Memória do Esporte e do Lazer no Brasil, que constitui uma das principais fontes de financiamento de pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais ligadas ao esporte e lazer.

Esperamos que os textos incluídos neste livro contribuam para as discussões e as pesquisas sobre as políticas públicas de esporte, principalmente no que se refere aos vínculos estabelecidos com a História. Portanto, o conteúdo desta obra pode ser utilizado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que vêm se dedicando ao debate dessas questões, tais como: Administração Pública, Ciências Políticas, Educação Física e Esportes, História, Lazer, Pedagogia, Turismo. Nesse sentido, pode ser utilizado em cursos de Pós-Graduação, Graduação e Técnicos, no intuito de aprofundar as discussões sobre a utilização do esporte pelo Estado. Por fim, podem contribuir com gestores e profissionais que atuam com as políticas públicas de esporte, no intuito de qualificar as ações desenvolvidas por diferentes órgãos públicos.

Agradecemos, especialmente, a Ademir Lucas; Afonso Celso Raso; Afonso de Araújo Paulino; Alexandre Massura; Ângelo Laborne Tavares; Ângelo Siqueira Paolucci; Antônio Carlos de Oliveira; Carlaile de Jesus Pedrosa; Carlos Alberto Pavan Alvim; Cimar Eustáquio Marques da Silva; Cláudio Augusto Boschi; Elcio Guimarães Paulinelli; Ellos Pires de Carvalho; Erasmo Ângelo; Fernando Campos Furtado; Gil César Moreira de Abreu; Heleno Abreu; Heloisa Selmi Dei Meimberg; Ivair Nogueira; Ivani de Moura Bonfim; João Leite da Silva Neto; Leopoldo Bessone; Leopoldo Portela; Luis Afonso Teixeira de Vasconcelos e Almeida; Newton Botelho Martins Wanderley; Oswaldo Mizziara; Owaldor Rolim; Rita Aguiar; Rogério Aoki Romero; Rosângela Bessone; Sérgio Bruno Zeck Coelho e Ulisses de Oliveira Panissetti – atores e autores desta história – que nos receberam gentilmente e contribuíram com suas memórias para que pudéssemos construir esta História.

Agradecemos, também, a Regina Apolônio Leal Rocha; Flávia Cristina Leal Rocha; Yuri Mello Mesquita; Alessandro Augusto Silveira de Paula; Cláudia da Silva Américo; Alexis Nascimento Araújo; Jefferson Nicássio Queiroga de Aquino; Vivyan Louise Lana; Jean Xavier e Marcos Volpin; funcionários do CEMIE, bolsistas de Apoio Técnico e de Iniciação Científica, que, com presteza e competência nos auxiliaram em todas as etapas da pesquisa.

É importante ressaltar a contribuição dos funcionários da Empresa Ambiente, que fez a higienização e organização do acervo, e de Leandro Araújo Nunes, da Empresa Acervo Projetos e Consultoria Ltda., que nos deu suporte técnico nas questões ligadas a organização do CEMIE.

O desenvolvimento da pesquisa só foi possível graças ao apoio institucional da SEEJ e da UFMG, por meio dos gestores Rogério Aoki Romero e Emerson Silami Garcia e dos funcionários, que não mediram esforços para a concretização dos objetivos propostos.

Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
Hélder Ferreira Isayama
Organizadores

Referências

- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COUTINHO, C. N. Representação de interesses: formulação de política e hegemonia. In: Teixeira, S. F. (Org.) *Reforma sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo-Rio de Janeiro: Cortez-Abrasco, 1989. p. 47-60.
- FARIA FILHO, L. M. Desafios da pesquisa em história: reflexões a partir de uma trajetória pessoal. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4, 1996. Belo Horizonte. *Coletânea...*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 29-34.
- LOPES, E. M. T. Métodos e fontes na história da educação e educação física. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4, 1996. Belo Horizonte. *Coletânea...*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 35-49.
- MELO, M. P. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- NADAI, E. Por uma história oral da educação no Brasil; alguns apontamentos. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: a ótica dos pesquisadores, 1994, Belo Horizonte. Belo Horizonte: MEC/INEP, 1994, p.13-18 (Série Documental: Eventos, n. 5).
- PEREIRA, L. M. L. História oral: desafios e potencial na construção do conhecimento histórico. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4, 1996. Belo Horizonte. *Coletânea...*, Belo Horizonte, 1996. p. 62-70.
- RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RUA, M. das G. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Programa de Apoio à Gerência Social do Brasil. BID, 1997.

VAGO, T. M. *Por uma política pública de preservação da memória do esporte em Minas Gerais*. Palestra realizada no I Seminário do Centro de Memória e Informação do Esporte. Belo Horizonte, Auditório do BDMG, 22 ago. 2008.

Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
Hélder Ferreira Isayama
Luciana C. Lages Rodrigues Costa
Fabiano Antônio Sena Peres
Rita Márcia de Oliveira
Juliana de Alencar Viana
Amanda Carolina Costa Silveira
Márcio Aparecido de Freitas Silva
Tarcila Bretas Lopes
Jean Lopes Xavier
Vivyan Louise Lana,
Jane Saad

Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)

Para analisarmos a trajetória histórica das políticas públicas de esporte em Minas Gerais, no período de 1938 a 2006, recorte proposto inicialmente para a pesquisa em questão, nosso ponto de partida foi investigar as primeiras aproximações do Estado com o esporte e a criação de políticas para o setor.

Alguns estudos realizados sobre o esporte apontam a década de 1930 como o marco inicial das intervenções do Estado no setor esportivo. Segundo Linhares (1996), a Revolução de 1930 e o período do Estado Novo demarcam, de forma mais consistente, essa intervenção.

Em solo mineiro, Rodrigues (1996) comenta que tal iniciativa parece ter se originado de forma mais sistematizada a partir do Decreto-Lei n. 150, de 24 de dezembro de 1938, que continha providências sobre a cultura física no Estado.

O Estado Novo foi também lembrado por Afonso Celso Raso (2010) como o período que marcou o início dessas políticas: *que eu me lembro, foi com Getúlio Vargas, no período da ditadura. Foi a primeira intervenção que eu me recordo. Inclusive eu não sei se foi na época de 1938, 1939.*

Mas seria realmente esse marco a entrada dos interesses do Estado de Minas Gerais no esporte? Não existiram iniciativas anteriores a essa? De

que maneira o esporte foi se organizando como setor de gestão pública no Estado?

As fontes revelaram, inicialmente, que, nos diferentes momentos vividos pelas políticas públicas de esportes em Minas, seu foco não esteve ligado somente a práticas especificamente esportivas, mas a um conjunto de ações voltadas para a educação do corpo, representado pela cultura física, a educação física, a recreação, o lazer e o esporte. Tais pistas remetiam a um período anterior ao marco inicial da pesquisa, sugerindo que uma primeira intervenção do Estado em prol da prática de exercícios físicos e esportivos de forma sistematizada foi destacada em Minas, em 1927, com a instituição da Inspeção de Educação Física, pela Reforma do Ensino Primário. Esta previa, além de programas de atividades para as crianças, a criação de espaços específicos para suas práticas e a formação de pessoal especializado, para nelas atuar.

Nesse sentido, propomo-nos, neste capítulo, mapear como foram estruturadas as primeiras ações governamentais no campo esportivo em Minas Gerais. Recortamos o período marcado pela criação da Inspeção de Educação Física, em 1927, até a criação da Diretoria de Esportes de Minas Gerais, em 1946, órgão ligado ao governo do Estado, responsável por gerir a política esportiva mineira, de maneira mais estruturada.

Primeiras evidências do esporte na política pública de Minas Gerais

Se estudos demarcam a década de 1930 como o período de entrada dos interesses do Estado no esporte, em nossa pesquisa, temos deparado com indícios que nos fazem repensar essa afirmação. A nosso ver, 1927 é um ano significativo em razão da criação da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais, com a Reforma de Ensino Francisco Campos. Temos indícios de que, neste momento, o Estado reservou em sua agenda algumas estratégias referentes ao preparo físico de suas crianças e jovens, buscando conformar e adequar seus corpos à nova demanda dos tempos modernos.

Criada no bojo da Reforma de Ensino Francisco Campos, por meio do Decreto n. 7970-A, de 15 de outubro de 1927 (MINAS GERAIS, 1927), a Inspeção de Educação Física atravessou, em sua existência, os governos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Olegário Maciel e Benedito Valadares. Em relação a seus órgãos-chefe, pertenceu ao

quadro de diferentes secretarias, a saber: Secretaria de Estado de Negócios do Interior (1927-1930) e Secretaria de Educação e Saúde Pública (1930-1937).

Os objetivos da Inspeção de Educação Física foram apresentados no referido decreto nos artigos 94 e 95 do Capítulo V:

Art. 94. A Inspeção da Educação Physica terá por fim:

a) organizar programmas e horários de exercicios, jogos, gymnastica, etc., de accordo com as estações e circumstancias locais, idade e desenvolvimento physico das creanças; b) organizar instrucções para a orientação dos professores de educação physica e inspecionar as respectivas aulas; c) ministrar na Capital um curso especial para formação e aperfeiçoamento do pessoal docente destinado ao ensino da educação physica; d) organizar, de accordo com a Inspeção Medica, classes especiaes de educação physica para creanças mal constituídas, debeis organicos, defectivos mentaes e portadores de defeitos orthopedicos; e) collaborar nos programmas e na organização das excursões escolares, prescrevendo e recomendando os jogos e exercicios physicos adequados; f) propor a aquisição dos aparelhos e materiaes adequados ás diversas classes de educação physica;

g) estabelecer na Capital e nas outras cidades praças de exercicios physicos convenientemente localizadas para que possam concorrer e elle todos os alumnos das escolas publicas, devendo cada praça ser dirigida por um dos auxiliares, designado pelo inspector; h) incentivar e orientar a organização do escoteirismo nas Escolas publicas, formando e preparando o necessario corpo de instructores.

Art. 95. A Inspeção de Educação Physica organizará o archivo especial em que serão inscriptos os caracteristicos physicos das creanças ao serem admittidas nas differentes classes. Semestralmente serão feitas novas annotações visadas pelo inspector medico (MINAS GERAES, 1927, p. 63-64).⁴

Importante destacar nesses objetivos a definição de uma política para promover a educação física, representada como prática de exercícios, jogos e ginástica, pautada por ações voltadas para organizar programas de atividades físicas para crianças. É destacada, também, a possibilidade de orientar e capacitar professores para atuar na área, bem como a construção de espaços específicos para essas práticas.

4 Optamos por usar neste texto a ortografia original dos documentos.

Segundo consta em *Mensagem* apresentada ao Congresso Mineiro, em 1928, pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, a criação da *Inspectoria de Educação Physica* foi destinada a “promover, nos estabelecimentos de ensino, esse ramo de educação, de maneira a tornar mais eficiente a influencia educativa das escolas primarias na formação das novas gerações” (MINAS GERAES, 1928, p. 35-36).

Essa reforma, cuja orientação era alicerçada nos pressupostos da Escola Nova, previa a inserção dos jogos no programa de *Educação Physica*, reconfigurando-a sobre o primado da “eficiência”, como analisa Vago (2010), valor ligado às exigências do mundo do trabalho. Este programa trouxe avanços para a *Educação Physica* distanciando-a dos tradicionais métodos ginásticos, tão difundidos, até então, afirmando a necessidade de aproximar de outras experiências coletivas dos alunos.

Essa orientação já havia sido observada na Reforma da Instrução Pública de 1925 (governo Fernando Mello Vianna). Foi nesse governo que a denominação da cadeira *Gymnastica* foi substituída por *Educação Physica* nas Escolas Normais, o que, paulatinamente, demonstra a entrada de outras práticas corporais, nas ações de governo, para além das ginásticas e exercícios físicos, predominantes no que se referia às políticas de escolarização da *Gymnastica*. Fernando de Mello Vianna, ao dirigir-se ao Congresso Mineiro, em 1926, apontou sua preocupação diante dos *exercícios physicos* praticados nas escolas:

Exercícios physicos. Os Exercícios physicos, não apenas uteis, mas absolutamente necessários, nas escolas quasi se restringiam á gymnastica sueca, meramente individualista. Para melhorar essa parte, convidou o governo uma professora, que fez curso especial no grupo ‘Barão do Rio Branco’, para o professorado da Capital. Posteriormente enviou ao Rio um grupo de professoras que ali acompanharam cursos especiaes de exercícios physicos, transmitindo ás outras os ensinamentos colhidos. E, para facilitar a disseminação dos novos methodos, têm vindo á Capital, por ordem do governo, professoras de varios grupos escolares, afim de fazerem, aqui, estagio, pondo-se ao corrente dos processos introduzidos. Graças a essa iniciativa, temos já nas escolas, além da gymnastica sueca, muitos jogos, folguedos e exercícios de character colectivo, de muito mais efficacia quanto ao objectivo em vista (MINAS GERAES, 1926, p. 81).

Os jogos, também os esportivos, a partir da década de 1920, começam a ser valorizados nos processos educacionais. Segundo Vago (2010), os jogos passam a ser adotados por serem portadores de valores indispensáveis à inserção nas complexas relações sociais do mundo do trabalho, onde eram exigidos rendimento, eficiência, resistência, eficácia e resultados. A experiência coletiva, o trabalho em cooperação e a socialização seriam proporcionados pela vivência de jogos e de práticas esportiva. Linhares (2009, p. 349, 332) colabora com essa análise ao avaliar as “praças de jogos e de sports, como espaços e tempos educativos” e o esporte como participante de um “projeto cultural que apostava na eficiência da escola como recurso de organização e disciplinarização da vida social”.

Nesse sentido, os poderes públicos mostravam intenções em relação aos efeitos sociais da disseminação dos esportes, que poderiam possibilitar a formação de indivíduos mais eficientes nos seus desempenhos e muito mais ativos.

Silva (2009, p. 184), ao analisar as praças de exercícios físicos propostas pela Inspeção, dá-nos indícios dos valores a elas agregados para crianças e jovens, além de representações sobre o esporte, quando cita a visão de Renato Eloy de Andrade, que comandava a Inspeção:

Quanto à mocidade, Renato Eloy propunha a construção de praças de exercícios físico-recreativos como meio de estimular e intensificar de modo eficiente a vida esportiva dos jovens ginasiais e universitários. Para tanto, destaca quatro aspectos inerentes a esses espaços: primeiro, o caráter público que garantiria o acesso de todos; segundo, o aparelhamento que atenderia às exigências da exercitação física e atlética; terceiro, a facilidade de acesso e o repertório de atividades que funcionariam como atrativos ‘mesmo para os que menos experimentam inclinação á vida esportiva’; e quarto, a possibilidade de ser um ponto de reunião, que configuraria as praças como instrumento para socialização.

Esses espaços proporcionariam novas experiências no contexto social, fontes de uma nova identidade e de um novo estilo de vida que ajudava a compor um projeto de modernidade, conformado, segundo Sevchenko (1992 e 1998), por uma ética do ativismo, pautada pela ideia de que é na ação e no envolvimento corporal, com uma percepção mais energética, que estavam as condições para atender às novas demandas técnicas.

Silva (2009) também comenta que a construção das praças não havia saído do papel até 1932. Em 1933, foi lançado pela Secretaria de Educação e Saúde Pública um edital para recebimento de propostas de seis “praças de esportes tipo médio”, para os grupos escolares em Belo Horizonte, tendo como consequência, a criação da praça de esportes, anexa aos grupos escolares Caetano Azeredo e Francisco Sales, conhecida como Parque de Esportes Olegário Maciel. Noraldino Lima, então Secretário da Educação e Saúde Pública, muito influenciado pela visita que fez às praças de esportes no Uruguai e Argentina, em 1911, demonstrou interesse pela construção desses espaços específicos para a prática de exercícios físicos e adotou a organização dessas praças como elemento fundamental para o bom andamento da Educação Física, tal como acontecia em outros estados⁵.

A praça de esportes Olegário Maciel foi destacada como espaço para a mocidade escolar em manchete do *Minas Gerais*, em 1933.

**ma nova praça de esportes para
nossa mocidade escolar**
**A inauguração, hontem, do Parque
«Olegario Maciel»**



FIGURA 1 – Praça de Esportes do Parque Olegário Maciel.

Fonte: ESTADO DE MINAS, p. 3, 14 out. 1933.

5 Como exemplo podemos citar o caso da institucionalização da recreação pública em Porto Alegre, objeto de análise da dissertação de mestrado de Feix (2003). Não por coincidência, os casos de Porto Alegre e de Minas Gerais mantiveram entre si importantes semelhanças. Nos dois Estados foram construídas praças públicas para a realização de exercícios físicos, assim como tiveram à frente desse movimento personagens que foram atletas, estudantes e profissionais pela Associação Cristã de Moços (ACM), a saber: Frederico Guilherme Gaelzer, chefe do Serviço de Recreação Pública de Porto Alegre, e Renato Eloy de Andrade, chefe da Inspectoria de Educação Física de Minas Geraes.

Segundo Silva (2009), a partir de 1934, sob o governo do interventor Benedito Valadares, houve indícios de desamparo à Inspetoria de Educação Física, quando apresenta consideráveis cortes na receita desse órgão, postura preservada até sua extinção formal, sacramentada pela reforma da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública em 1937.

O fim da Inspetoria aconteceu um mês depois da inauguração de um clube na capital, que a partir de 1938 viria a ser considerado a referência para o desenvolvimento das políticas de esporte em Minas Gerais.

Minas Tênis Clube (MTC): polo irradiador da política esportiva em Minas Gerais

O MTC, criado em 1935 e inaugurado em 1937, representou o modelo de organização esportiva para os mineiros. Construído pela Prefeitura de Belo Horizonte, arrendado a um grupo da elite política e econômica da cidade, o Minas tem em sua história fortes relações de apoio do Poder Público estatal (RODRIGUES, 1996). Essa relação já pode ser percebida na reportagem do jornal *Minas Gerais*, referente à sua inauguração:

À administração do Estado, empenhada em tratar cuidadosamente todas as questões relacionadas com o progresso e o bem-estar do povo, não podia escapar, [...] a relevante função educacional das atividades esportivas. Também nesse setor se fez sentir, de maneira decisiva, sua atuação renovadora e progressista. As inaugurações a que assistimos são uma demonstração cabal de que nenhum dos aspectos da questão foi descuidado. Basta citar, na magnífica praça de Esportes do Minas Tênis Clube, a instalação do departamento infantil, onde as crianças se aperfeiçoarão fisicamente, sob a orientação de competentes professores e técnicos, numa obra salutar e necessária de eugenia, pelo aprimoramento da raça (O ATUAL..., 1937, p. 15).

O MTC, desde a sua inauguração, buscou cumprir esse papel. Seu primeiro estatuto deixa clara a finalidade do clube: “instituição de finalidade social, esportiva e recreativa que tem por escopo o desenvolvimento da cultura física racional e, principalmente, da cultura física infantil, para melhoramento e aperfeiçoamento da raça” (MINAS TÊNIS., 1937, p. 3). O clube estaria, dessa forma, assumindo os valores agregados ao esporte pelo Estado, valorizados pelo então presidente

da República, Getúlio Vargas: “O Tênis Clube é uma instituição benemérita, *colaborando com o governo* de Minas Gerais, de *um modo eficiente e patriota*, na educação da juventude.” (VARGAS, 1938 *apud* RODRIGUES, 1996, p. 84).

Nessa época, as práticas de exercícios físicos são tomadas como grande aliadas do governo, que passa a fomentar o desenvolvimento dessas ações. Goellner (1999) evidencia que a educação física e o esporte são identificados pelo Estado como espaço de intervenção na educação de cidadãos, que poderiam contribuir para valorizar o projeto político pensado para aquela época: de corpos belos, saudáveis e aptos, que pudessem enfrentar o cotidiano da vida moderna.

A intervenção do Estado brasileiro no setor esportivo, nesse período, no entender de Linhales (1996), guarda estreita relação com o processo de construção de uma nova ordem política e social, que culmina com o projeto maior, característico do Estado Novo, de adentrar toda a sociedade, formatando-a no sentido do fortalecimento do Poder Público. Ao incorporar ao conjunto de suas metas e atribuições a educação física e a educação eugênica da Nação, com ênfase nas ações sobre a infância e a juventude, o Estado brasileiro começou, gradativamente, a se ocupar do setor esportivo.

Linhales (2009, p. 357) também sugere que há uma mudança no discurso da eficiência para a vida em sociedade no pós-1930, quando se apresentam novos rumos políticos expressos pela disciplina, subordinando a eficiência social aos interesses cívicos alocados no Estado. O corpo é transformado numa “representação do Estado”.

O projeto de fortalecimento da Nação e de desenvolvimento do trabalho e da produção era a tônica do momento. Para Lenharo (1986), repensar a sociedade para transformá-la passava pelo trato do corpo, pois um corpo higienizado e eugenizado, uma raça forte, bela e disciplinada eram percebidos como instrumento de transformação social, com fortes repercussões no mundo do trabalho. Vinculada à prática esportiva, estava, assim, a possibilidade de adestramento físico da grande massa trabalhadora. O corpo era visto como um instrumento para o trabalho e para a defesa da Nação. Os jovens brasileiros deveriam estar em condições de responder à altura o que deles esperava o Brasil: produtividade e segurança nacional. Nessas “intenções esportivas”, buscavam construir um novo conceito de trabalhador, enquanto

soldado do trabalho, atendendo, portanto, aos objetivos de ampliação progressiva da produtividade.

A própria Constituição de 1937, em seu art. 132, previa que as iniciativas da sociedade civil que apresentassem afinidades com o projeto de modernização de Vargas, no sentido de promover a disciplina moral e o adestramento físico da juventude, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação, receberiam apoio estatal (BRASIL, 1937).

Na criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930, já sob o comando de Getúlio Vargas, sua direção foi dada a Francisco Campos. Com poderes amplos e com controle sobre o setor educacional, ele realizou uma reforma conhecida como “Reforma Francisco Campos”, em 1931, que deu base a um sistema nacional de educação. Reorganizado em 1937, o Ministério de Educação e Saúde Pública criou a Divisão de Educação Física, órgão que, segundo Lima (1979), foi o “porta-voz” das decisões tomadas em nível federal sobre a educação física, utilizando-a como uma das capilaridades do poder para disciplinar a sociedade.

O Estado brasileiro reafirmou a importância da Educação Física, fazendo-a integrante de uma política nacional, com a criação de diferentes ações a ela direcionadas. Dentre elas, destacamos a proposta de criação da Organização Nacional da Juventude, que pretendia abranger todos os segmentos sociais envolvidos com a infância e a juventude. De acordo com Linhales (1996), o projeto previa, também, a criação de praças de esportes, terrenos para jogos, piscinas e outros equipamentos necessários à educação esportiva, em todas as sedes da ONJ.

Esse contexto levou o governo mineiro, tendo à frente Benedito Valadares Ribeiro nas décadas de 1930/1940, a criar uma política de difusão do esporte que tinha o MTC como polo irradiador. Com o Decreto-Lei n. 150, de 24 de dezembro de 1938, que continha providências sobre a cultura física, o MTC foi transformado na Praça de Esportes Minas Gerais, passando a ser considerada uma instituição de utilidade pública. Passaria a funcionar na referida praça, que foi cedida pela Prefeitura ao clube, por prazo indeterminado e, colocada à disposição do Estado, para que ele realizasse, ali, sua política de difusão da cultura física em Minas.

A imagem a seguir retrata o MTC identificado como Praça de Esportes Minas Gerais.



FIGURA 2 - MTC identificado como Praça de Esportes Minas Gerais, em abril de 1940

Fonte: Centro de Memória do Minas Tênis Clube

O Decreto-Lei n. 150 estruturava as bases legais e necessárias à difusão da “cultura física”, expressão utilizada para designar, naquela época, diferentes práticas ligadas ao corpo, como a ginástica, os jogos e o esporte. Nas primeiras décadas do século XX, esse conceito foi construído em bases anatômicas e expressava, segundo Marinho (1944), o cuidado, apenas, com a forma e nunca com a função, voltado, principalmente, para a ginástica no sentido de cultivar o físico.

Por força do Decreto-Lei n. 150, o MTC deveria assumir novas atribuições, dentre elas a responsabilidade da formação de monitores para o ensino e treinamento de exercícios físicos e esportes em geral. Com essas atribuições, o governo mineiro buscou assegurar uma forma de promover a expansão de cursos de treinamento de profissionais, que, no exercício de suas funções, fossem capazes de inculcar nos jovens valores cívicos e morais, inerentes à organização social que se pretendia legitimar. A necessidade de formar especialistas levou o MTC a manter, em suas dependências, cursos destinados à formação de monitores para atuarem em outros clubes, praças de esportes e colégios da cidade, pois ainda não existia curso de graduação de professores de Educação Física em Belo Horizonte.

O MTC conseguiu participar, efetivamente, na divulgação e no ensino da atividade física, com a colaboração da Polícia Militar. Para Assis (1981), essa solução foi encontrada pelo major Ernesto Dornelles, então presidente do clube, e também, chefe de Polícia da Capital, que sugeriu que os oficiais, sargentos, cabos e soldados fizessem parte dos cursos. Estes formaram professores, principalmente de natação, e os direcionaram para atuarem em todo o Estado e na Capital. Com essa perspectiva, os valores ligados à ordem, à disciplina, à obediência e ao civismo seriam assegurados. Essa colaboração é destacada no documento de Portela (1995, p. 1) sobre o histórico da Diretoria de Esportes de Minas Gerais:

[...] a POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS sempre teve papel importantíssimo [...] quando colocava seus elementos, Técnicos e Instrutores de Educação Física à disposição das Praças de Esportes do Interior e da Capital, o que trouxe para o Estado os mais relevantes serviços ao Esporte e à Educação Física.

Outra atribuição explicitada seria a de que o MTC deveria manter uma interlocução com as Secretarias de Educação e Saúde Pública, permitindo aos alunos dos grupos escolares a frequência nos cursos especializados, em horários a combinar. Para tanto, o Estado auxiliaria, pecuniariamente, o MTC, desde que este “preenchesse os objetivos de preparo e educação física em geral”, nos termos de seu estatuto e do decreto, em questão. O MTC poderia contar, também, com a colaboração da Saúde Pública do Estado, que, por via da Secretaria de Educação e Saúde Pública, manteria um fiscal técnico junto a ele. Cumprindo essa determinação, Rodrigues (1996) esclarece que o clube criou os Cursos Populares, que davam oportunidade às crianças não sócias de participarem de aulas específicas, não sendo permitida a permanência no clube fora desses horários.

Outro ponto destacado na legislação refere-se à autonomia que o MTC possuía para sua gestão. O clube deveria ser regido por seus próprios estatutos, mas ficava uma ressalva de que o seu presidente seria de livre nomeação do governador. Com essa medida, eram assegurados os interesses estatais na instituição, uma vez que definia a indicação da figura do presidente do clube como cargo de confiança do governador do Estado. Essa forma de intervenção permitia ao Estado propagar os princípios e valores que ele defendia por meio da atividade esportiva.

Transformado na Praça de Esportes Minas Gerais, o MTC mostrava-se sintonizado com as propostas estabelecidas pelo Estado Novo para o esporte. A partir de então, vai se transformar em um polo irradiador da política de esportes em Minas, sendo considerado referência para a criação de outras praças no interior do Estado, que caracterizam a configuração de uma política de intervenção mais efetiva no Estado.

A gestão da política de praças de esportes em Minas Gerais

Para incrementar a prática da cultura física, o governo do Estado regulamentou, em 1939, por meio do Decreto-Lei n. 175, a criação da Loteria do Estado de Minas Gerais, que destinava parte de seus lucros líquidos a esse fim, como também à Universidade de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1939).

Considerado por Pereira (1942) como um grande centro de atividades esportivas, o Estado de Minas Gerais já apresentava diversas realizações na área, tais como: o Departamento de Instrução da Polícia Militar (DI) onde se formavam, também, monitores esportivos; o Ginásio do Paissandu; O MTC e várias praças de esportes construídas no interior do Estado.

Tendo o MTC como referência básica, o governo mineiro criou no Estado várias praças de esportes, denominadas *Minas Gerais*, construídas por ele ou em parceria com as prefeituras municipais, que poderiam ser cedidas às entidades que se dispusessem a promover a educação física e a difusão dos esportes. Newton Wanderley (2010), ex-superintendente do MTC, recorda:

O Minas era o espelho para a intervenção do Estado em relação à divulgação do esporte no interior do Estado. O Minas, então, tomou, praticamente, conta do esporte em Belo Horizonte. Esse espelho, realmente, foi criado e o Estado se aproveitou desse espelho para fazer a difusão dos esportes pelo interior com a figura da criação das praças de esporte. E com essa criação das praças de esporte, realmente houve uma intervenção do Estado, a favor do esporte.

O Estado foi dividido em 26 zonas esportivas e se dispôs a construir, em cada uma delas, um estádio e uma piscina. Newton Wanderley (2010) também nos informa sobre as práticas esportivas existentes nessas praças:

Os esportes tradicionais, natação, voleibol e basquetebol. [...] e tinham uma pequena pista de atletismo. [Destacava-se] principalmente a ênfase que foi dada à natação. Era em função do 'Carlito', que era técnico de natação [do MTC]. [...] A natação recebeu um impulso, vamos chamar assim, maior do que os demais esportes. Na época, essa foi a realidade das praças de esportes em Minas.

Esse incentivo e o apoio do Poder Público levaram a natação mineira a ser campeã brasileira por onze anos consecutivos, tendo o professor Carlos de Campos Sobrinho (Carlito)⁶ como técnico. Afonso Celso Raso (2010) acrescenta:

As praças de esportes eram fantásticas não apenas para a cidade, mas como um todo. [...] A natação mineira infantojuvenil naquela época ganhava tudo. Olha! O nosso objetivo maior era ganhar e ganhar medalha. Aquilo era o sonho da gente! [...] O governo, realmente, participava.

O apoio do Estado caracterizou uma mudança significativa nos sentidos, dados até então, ao esporte. Se nos anos iniciais do século XX o esporte era praticado pela elite com valores ligados ao lazer e ao amadorismo, com o interesse do Estado, um novo sentido vai ser agregado às práticas esportivas, que passaram a ser desenvolvidas visando, cada vez mais, ao rendimento em busca de uma representatividade (RODRIGUES, 1996). Os investimentos na formação de atletas que representassem o Estado passaram a ser cada vez mais valorizados. Newton Wanderley (2010) afirma que,

na época, houve, realmente, um crescimento do esporte. As praças de esporte começaram a fornecer os nadadores para a formação da seleção mineira infanto-juvenil de natação. Então, nesse aspecto, vamos dizer assim restrito da natação, houve realmente uma retribuição, vamos chamar assim, para o gasto do Estado com o funcionamento das praças de esporte.

Com o incentivo ao rendimento, houve grande disponibilidade de atletas para a constituição das seleções mineiras, provenientes não somente do MTC, mas também de diferentes praças de esportes do

6 O professor Carlos de Campos Sobrinho (Carlito) foi um importante ator no desenvolvimento da natação mineira e realizou diferentes ações: foi o idealizador da Federação Aquática Mineira, desenvolveu cursos para a formação de técnicos e foi técnico do MTC e da seleção brasileira.

interior. Nas lembranças do professor Luis Afonso de Vasconcellos (2010),

um pouquinho antes da Diretoria [de Esportes], o interior já tinha um esporte muito bom. Tinha a natação de Uberlândia que já era muito forte, outras cidades. Cataquases tinha uma natação muito boa. A partir daí é que foi. A política do Estado já estava sendo montada.

O funcionamento das praças de esportes se assemelhava muito ao do MTC – eram regidas por seus próprios estatutos e tinham seus presidentes nomeados pelo governador. O Estado auxiliava, pecuniariamente, as referidas entidades, desde que atendessem, satisfatoriamente, aos seus fins. Segundo Newton Wanderley (2010),

as praças de esportes foram construídas à imagem e semelhança do Minas, tanto que tinham sempre o nome da cidade Tênis Clube. Com o decorrer do tempo as praças de esporte sendo construídas, então havia necessidade dessa inspeção para ver como estava realmente se desenvolvendo as praças de esporte.

Para gerir essa política, o governo mineiro criou, por meio do Decreto-Lei n. 922, de 16 de junho de 1943, com sede em Belo Horizonte e diretamente subordinada ao governador do Estado, a Diretoria Geral das Praças de Esporte de Minas Gerais (DGPE-MG), com a finalidade de dar orientação uniforme às atividades das praças de esportes construídas pelo Estado ou por este em colaboração com os municípios. Cabia, também, à DGPE fiscalizar a administração e orientar, tecnicamente, as praças de esportes, promovendo, junto às entidades, medidas que garantissem maior eficiência de sua atividade. A direção da DGPE era composta por três membros nomeados pelo governador do Estado e assistidos por técnicos ligados ao esporte e à educação física (MINAS GERAIS, 1943).

São poucas as informações que temos sobre esse órgão, encontradas apenas na legislação do período e nos relatos levantados pela história oral. Em junho de 1946, a Diretoria Geral das Praças de Esportes passa a denominar-se “Diretoria de Esportes de Minas Gerais” (DEMG), pelo Decreto-Lei n. 1765, de 17 de junho de 1946. Esse órgão foi responsável pela estruturação da política pública de esportes mineira até a década de 1980.

Considerações finais

As fontes levantadas permitiram-nos mapear as primeiras aproximações do Estado de Minas Gerais, na criação de ações sistematizadas, voltadas para a promoção do esporte e da educação física, construídas ou não em parceria com outras instituições.

Nesse exercício, ficaram evidentes alguns passos no sentido da organização de programas de exercícios, jogos e ginásticas; criação de cursos de formação com forte influência militar; a construção de espaços destinados à constituição da cultura física no Estado, começando pelos escolares e depois em clubes; e algumas ações embrionárias ligadas, simultaneamente, à educação e à saúde.

Parece claro uma preocupação em disciplinar e domesticar os corpos infantis e juvenis em prol de uma nova ordem política e social que suscitasse patriotismo, produtividade e eficiência, próprios do mundo do trabalho, como instrumento de transformação nacional.

Identificamos, também, que a criação da Inspeção de Educação Física, na Reforma de 1927, pode ser considerada o marco inicial dessas políticas. As atividades físicas e esportivas passaram, a partir de então, a ser identificadas pelo Estado como espaço de intervenção na educação de cidadãos, que poderiam contribuir para valorizar o projeto político pensado para a época.

Já no período do Estado Novo, o Minas Tênis Clube foi considerado a referência para o desenvolvimento das políticas públicas de esporte em Minas Gerais. O Estado, a partir de então, passou a construir praças de esportes tanto no interior como na capital, tendo o MTC como espelho. Essa ação demandou a criação de órgãos gestores, como a Diretoria Geral das Praças de Esportes, que se transformou, em 1946, no órgão que, efetivamente, atuou no desenvolvimento das políticas esportivas no Estado até a década de 1980 – a Diretoria de Esportes de Minas Gerais.

Referências

Entrevistas

ALMEIDA, Luiz Afonso Teixeira de Vasconcelos. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Jean Xavier*. Belo Horizonte, 30 nov. 2010. Arquivo do CEMIE/SEEJ.

RASO, Afonso Celso. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes*

Rodrigues, Amanda Carolina e Juliana Viana. Belo Horizonte, 5 nov. 2010. Arquivo do CEMIE/SEEJ.

WANDERLEY, Newton. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues, Hélder Isayama e Jean Xavier*. Belo Horizonte, 29 set. 2010. Arquivo do CEMIE/SEEJ.

Leis e relatórios

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 150, de 24 de dezembro de 1938. Contém providências sobre a cultura física. *Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1938. v. 1.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 165, de 10 janeiro de 1939. Institui a Loteria do Estado de Minas Gerais. In: DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS. *Legislação, organização e instruções gerais*. Belo Horizonte, 1956.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 175, de 26 janeiro de 1939. Aprova o regulamento da Loteria do Estado de Minas Gerais. In: DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS. *Legislação, organização e instruções gerais*. Belo Horizonte, 1956.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 922, de 16 jun. 1943. Dispõe sobre a cessão do uso e gôso das Praças de Esportes Minas Gerais e sua administração. In: DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS. *Legislação, organização e instruções gerais*. Belo Horizonte, 1956.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 1.765, de 17 de junho de 1946. Muda a denominação da Diretoria Geral das Praças de Esportes Minas Gerais, altera sua constituição e contém outras disposições. In: DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS. *Legislação, organização e instruções gerais*. Belo Horizonte, 1956.

MINAS GERAES. *Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, presidente do Estado de Minas Geraes, lida na abertura de sua 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

MINAS GERAES. *Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro por Fernando de Mello Vianna, presidente do Estado de Minas Geraes, lida na abertura de sua 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

MINAS GERAES. *Regulamento do ensino primário*: aprovado pelo Decreto n.

7.970-A. 15 out. 1927. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

MINAS TÊNIS CLUBE. *Estatutos*. Belo Horizonte, jun. 1937. 36 p. Arquivo Público Mineiro.

PORTELA, L. *Histórico da diretoria de esportes*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, 1995. Acervo do CEMIE.

Livros, artigos e teses

FEIX, Eneida. *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública*. 2003. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GOELLNER, S. V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Educação, Campinas, 1999.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986. 218 p.

LIMA, M. A. *Formas arquiteturais esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

LINHALES, M. A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. 292 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1996.

LINHALES, M. A. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: PRIORE, M. D, MELO, V. A. (Org.). *História do esporte no Brasil: do Império ao dias atuais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 331-358.

RODRIGUES, M. A. A. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. 335 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física da UFMG, Belo Horizonte, 1996.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 513-619.

SEVCENKO, N. *O orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 390p.

SILVA, G. C. *A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado*. 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2009.

VAGO, T. M. *Histórias de educação física na escola*. Belo Horizonte: Mazza,

2010, 200p.

Almanaques, jornais e revistas

ASSIS, A. O sonhador-realista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 8 ago. 1981. Caderno 2, p. 11.

PEREIRA, J. R. O governo do estado e a educação física mineira. *Almanaque Esportivo de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Tipografia Goulart, 1942. p.163-165.

MARINHO, I. P. O conceito bio-sócio-psico-filosófico da educação física em oposição ao conceito anátomo-fisiológico. *Revista brasileira de Educação Física*, n. 3, fev. 1944, p. 23-37.

O ATUAL governo deu a Belo Horizonte a melhor praça de esportes do Brasil. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 15, 28 nov. 1937.

VARGAS, G. 19 jul. 1938. In: O MINAS Tênis Clube. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 28-29, jul. 1939.

*Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa*

Diretoria de Esportes de Minas Gerais: suas políticas, sua história (1946-1987)

A Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG) foi o órgão estruturador e gestor das políticas públicas de esporte no Estado no período de 1946 a 1987.

Esse período é demarcado, no Estado brasileiro, por uma forte intervenção e controle estatal em diversos setores da vida social, bem como no esporte, que passou a ser objeto de sua atenção. Segundo Veronez (2005, p. 48-49),

em um primeiro momento, em fins da década de 1930, o Estado brasileiro, por meio de ações de governo, outorgou ao setor esportivo um papel de destaque, sendo este alvo de políticas setoriais específicas no âmbito das políticas sociais, especialmente quando se estabeleceu a necessidade de ganhar 'consciências' para que um determinado projeto de 'modernização' se consolidasse em nosso país. Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, as necessidades de reprodução e controle social concernentes ao regime da ditadura militar parecem ter justificado a manutenção de uma forte intervenção estatal nesse setor.

Essa intervenção do Estado no esporte foi feita em razão de interesses existentes na estrutura estatal que o levaram a ser utilizado como um de seus instrumentos ideológicos, e não como demanda da sociedade. Alguns autores analisam que o padrão dessa intervenção configurava-se como centralizado, burocrático-autoritário, corporativo e clientelista. Ao cumprir papéis como forma de educação e de adaptação dos indivíduos aos princípios econômicos e políticos, o esporte foi-se legitimando como

uma instituição regida por valores dominantes naquela época. Dentre os objetivos propostos, estava a possibilidade de oferta de atividades para a ocupação do tempo de não trabalho, disciplinando os corpos para as exigências da produtividade; de contribuir para o aprimoramento eugênico do brasileiro; além da representatividade que reforçaria o espírito nacionalista, conseguido por meio dos “talentos” esportivos e suas conquistas (VERONEZ, 2005; LINHALES, 1986; COSTA, 1987; RODRIGUES, 1996).

Foram essas as intenções que permearam os interesses do governo mineiro ao criar as políticas públicas de esporte implementadas no Estado, na ocasião? Para responder a esta questão, procuramos, neste texto, resgatar e analisar a trajetória histórica das políticas públicas de esporte desenvolvidas, em Minas Gerais, pela a DEMG.

Infelizmente, para recuperarmos sua memória, poucas foram as fontes disponíveis, uma vez que a documentação proveniente da DEMG desapareceu do acervo, que, hoje, se encontra preservado pela Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ), principal fonte de informações sobre as políticas públicas de esporte em Minas. Há indícios de que ela possa ter sido descartada em administrações anteriores, se considerarmos que a temática “esporte” já esteve ligada a diferentes órgãos da Administração Pública. Dentre elas destacamos, principalmente, a história oral, realizada com pessoas que viveram diferentes momentos administrativos da DEMG; as Mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa; um livro organizado por Anatólio Alves de Assis (1977), jornalista da DEMG, não publicado; artigos publicados em periódicos; legislações e estudos realizados sobre o esporte mineiro.

As fontes nos revelam que a DEMG foi criada em 17 de junho, pelo Decreto-Lei n. 1.765/1946, no governo do Interventor Federal no Estado de Minas, João Tavares Corrêa Beraldo (MINAS GERAIS, 1946). Durante os seus 41 anos de existência, foi responsável pela estruturação da política esportiva mineira nos governos de Júlio Ferreira de Carvalho (1946); Noraldino Lima (1946); Alcides Lins (1946/1947); Milton Soares Campos (1947/1951); Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951/1955); Clóvis Salgado da Gama (1955/1956); José Francisco Bias Fortes (1956/1961); José de Magalhães Pinto (1961/1966); Israel Pinheiro (1966/1971); Rondon Pacheco (1971/1975); Aureliano Chaves

(1975/1978); Levindo Ozanan Coelho (1978/1979); Francelino Pereira (1979/1983); Tancredo Neves (1983/1984) e Hélio Garcia (1984/1987).

Em sua trajetória nesses governos, essa instituição passou por mudanças administrativas que a vincularam a setores da administração estatal diferenciados.

Para atender aos interesses do Estado em relação ao esporte, desde sua criação até 1963, a DEMG esteve ligada diretamente ao governador (MINAS GERAIS, 1946), situação que foi alterada somente após a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular, que assumiu, dentre outras funções, o estímulo ao esporte (MINAS GERAIS, 1963). Essa vinculação ocorreu até 1967, no período da ditadura militar, quando a DEMG passou a integrar, novamente, a estrutura do Gabinete Civil do Governador (MINAS GERAIS, 1967b). Reorganizada em definitivo, em 1976, como órgão autônomo da Administração Direta, vinculou-se ao Sistema Operacional de Trabalho, Ação Social e Desportos (MINAS GERAIS, 1976). Com a criação do Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo, que instituiu como órgão central a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo (SELT), em 19 de novembro de 1983 (MINAS GERAIS, 1983), a DEMG passou a integrar esse sistema, mas com uma ressalva de que seria decretada sua extinção, que aconteceu em 29 de dezembro de 1987 (MINAS GERAIS, 1987), quando teve suas competências transferidas para a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo.

Essas diferentes vinculações, no organograma da política administrativa do governo mineiro, nos instigaram a identificar os interesses que permeavam as políticas de esporte da época. Que relações políticas envolviam o setor esportivo? Que ações foram realizadas e que interesses estavam aliados a elas? Havia peculiaridades em cada uma das administrações?

As fontes⁷ nos revelam, ainda, que, além de mudanças de subordinação, as políticas de esporte, durante a trajetória histórica da DEMG, estiveram aliadas a diferentes políticas setoriais, tais como: Difusão Cultural e Turismo; Educacional; Bem-Estar Social; Recursos Humanos; Trabalho, Ação Social, Menor e Desporto; e Esporte, Lazer e Turismo. Essas políticas orientaram a estrutura de análise dessa pesquisa.

7 Em especial, as *Mensagens*, relatórios anuais do governador à Assembleia Legislativa.

Os primórdios das políticas de esportes realizadas pela DEMG

Para entendermos como foram estruturadas as políticas públicas de esporte na DEMG, tomamos como referência as lembranças de seu ex-presidente, Afonso Celso Raso (2008):

Vou dizer a vocês que, a política pública de esportes em Minas Gerais, durante muitos anos foi uma pura balela, conversa fiada. Não havia política coisa nenhuma, era o governador do Estado que escolhia, entre seus amigos, os dirigentes da Diretoria de Esporte e lá fazia um diálogo, talvez, do presidente da Diretoria com o governador. E assim, saíam as subvenções: qual cidade iria ganhar uma piscina, qual ganharia uma quadra, posteriormente qual cidade ganharia um ginásio, dependendo da força política do prefeito, do deputado.

Essa livre escolha dos dirigentes pelo governador já havia sido explicitada desde a criação da Diretoria Geral das Praças de Esportes (DGPE), em 1943, cuja constituição foi alterada em 1946, com a DEMG, pelo Decreto-Lei n. 1.765. No artigo 2º, assegurava-se que a DEMG deveria ser composta de três membros, nomeados pelo chefe do governo do Estado, além do presidente do Minas Tênis Clube (MTC), seu membro nato. Previa, ainda, que a DEMG teria um presidente escolhido pelos demais membros, que exerceria as funções executivas e dirigiria o expediente (MINAS GERAIS, 1946).

O MTC, clube referência para a política de esporte mineira, também teve seu presidente escolhido pelo governador até a década de 1980. Vários presidentes do clube acumularam a presidência do clube e da DEMG simultaneamente (RODRIGUES, 1996).

Essa relação do MTC com a DEMG é também analisada por Rodrigues (1996, p. 101) por meio das lembranças de Newton Wanderley, que foi assistente jurídico da DEMG e, posteriormente, superintendente do MTC. Ele deixou claro que havia uma simbiose entre o Minas Tênis Clube, o governo e a Diretoria de Esportes. Ao ser criada, a DEMG passou a funcionar numa “saletinha” perto da entrada do clube. Assim, a DEMG atuava no MTC e mais ou menos se confundiam, uma vez que o objetivo da DEMG era incrementar o esporte em todo o Estado. Newton Wanderley explica a criação da política esportiva na época dizendo que a DEMG teve o MTC como paradigma. O objetivo era construir praças de esporte no interior, com o nome da cidade e “Tênis Clube”, porque

o MTC era a fotografia. Nesse sentido, as praças de esporte do Estado foram construídas tendo o MTC como “paradigma”.

A política de construção de praças de esportes em cidades mineiras, iniciada por Benedito Valadares, em 1938, com o Decreto-Lei n. 150, que continha providências sobre a cultura física no Estado e transformava o MTC em Praça de Esportes Minas Gerais, e a posterior criação da Diretoria Geral das Praças de Esportes, em 1943, para orientá-las, com o Decreto-Lei n. 922, marcam a criação de uma política de difusão do esporte no Estado de forma mais sistematizada.

Há indícios de que essa política tenha sido gestada no interior do Minas Tênis Clube, uma vez que, para concebê-la, Benedito Valadares contou com o apoio do major Dorneles, na época chefe de Polícia e presidente do MTC, bem como de José Mendes Junior, vice-presidente do Clube. Contribuíram, também, para a criação do projeto Carlos de Campos Sobrinho (Carlito) e Carlos Joel Neli. Eles vieram de São Paulo para trabalhar no MTC, logo depois de sua inauguração. O primeiro, que era técnico da Federação Paulista de Natação, assumiu o cargo de técnico de Natação e o segundo, que era Chefe de Esportes da *Gazeta Esportiva* de São Paulo, assumiu a gerência do clube. Ambos, recém-chegados da Olimpíada de 1936, foram responsáveis não somente pela organização do esporte no MTC, como também do esporte mineiro, com a criação de várias federações especializadas e, acreditamos que, com a política de praças de esportes (UMA PAGINA..., [s. d.]; RODRIGUES, 1996).

No período de criação da DEMG, era presidente do MTC João Lima Pádua, genro do governador Benedito Valadares e amigo pessoal do então interventor em Minas, João Tavares Correia Beraldo (RODRIGUES, 1996). Anatólio Assis (1977) esclarece que os primeiros diretores da Diretoria Geral das Praças de Esporte foram Francisco Sales de Oliveira, José Mendes Júnior e João de Lima Pádua, que continuaram no cargo após a sua transformação na DEMG.

Já no governo Milton Campos (1947-1951), assumiu a presidência da DEMG o então presidente do MTC, Paulo Macedo Gontijo (1994)⁸, que esclarece:

8 Segundo Assis (1977, p. 139), faziam parte do corpo dirigente, por períodos intermitentes, Francisco Sales de Oliveira, José Mendes Junior, João Lima Pádua, Mário de Andrade Gomes e o professor Tabajara Pedrosa. Essa informação pode ser contraditória, uma vez que, segundo Rodrigues (1996), João Lima Pádua já havia sido presidente e em 1947 já morava no Rio de Janeiro.

O governador é que nomeava. Enquanto presidente do Minas, ele tinha que dirigir a Diretoria de Esportes, mas era uma atuação inteiramente separada, diferente. O Minas era um clube tratado pela Diretoria com outro clube qualquer. Ele não influenciava lá dentro, a não ser através da presidência (grifo nosso).

Essa relação simbiótica entre o clube e a Diretoria sempre favoreceu o MTC. Mesmo procurando dar um tratamento equânime aos clubes, Paulo Gontijo deixa claro, em suas memórias, a diferença de tratamento que lhes era dispensada, como informa Rodrigues (1996, p. 214):

A minha ligação com a Diretoria me colocou a par [...] da dependência do clube com a Diretoria, de modo que [como diretor] tinha interesse em me livrar dos clubes que não precisassem mais de subvenção [...]. A Diretoria de Esportes distribuía para todos os clubes uma subvenção, para o Paysandu, para o América, o Atlético, para o MTC. A do MTC era grande naquela época; eram 40 contos, e os outros, eram 5, 6. Na minha administração, nós abrimos mão [dessa subvenção].

Criada para orientar e fiscalizar a Políticas de Praças de Esportes, a DEMG contou com o auxílio da Polícia Militar de Minas Gerais no processo de difusão e desenvolvimento do esporte e da educação física por todo o Estado. Esta teve um papel significativo, uma vez que desenvolvia uma tríplice atividade: “policial, militar e educativa”. Em quase sua totalidade, as chefias das praças de esportes ficavam a cargo de membros da Corporação, que ainda exerciam a função de instrutores de educação física nos ginásios do Estado e em grande número de colégios particulares, religiosos ou não, da capital e do interior, bem como em clubes, onde atuavam como técnicos de natação, de remo, de esportes coletivos, atletismo e instrutores de ginástica. Ainda merece ser destacada a atuação em atividades de escotismo e no Aeroclube de Minas Gerais. Esse papel da Corporação era avaliado pelo governador do Estado como uma “obra patriótica do preparo físico da mocidade mineira” (MINAS GERAIS, 1947a, p. 44). Em sua *Mensagem* de 1948, destaca que “do Departamento de Instrução saíram 35 oficiais instrutores e 206 sargentos monitores, que exercem suas atividades nos centros esportivos e nos estabelecimento de ensino secundário” (MINAS GERAIS, 1948, p. 96).

Essa aproximação da Polícia Militar com a DEMG era uma forma de o governo assegurar que fossem inculcados, nos jovens, valores ligados

à ordem, disciplina, obediência e civismo, inerentes à organização social que se pretendia legitimar⁹. Resolveria, também, o problema da carência de pessoal habilitado para a atuação nas praças de esportes, uma vez que não havia em Minas Gerais, naquela época, outros cursos de formação em Educação Física, além do Centro de Educação Física do Departamento de Instrução da Polícia Militar, que foi um núcleo de formação de instrutores e monitores dessa especialidade.

A própria DEMG, só é destacada nessas *Mensagens* do governador à Assembleia Legislativa, em 1950, no relatório sobre o ano de 1949. Ele esclarece que, “a fim de dar mais eficiência e criar facilidade de controle, [a] o serviço de construção de Praças de Esportes, antes autônomo, foi anexado à Diretoria, que passou a orientar e fiscalizar esse trabalho” (MINAS GERAIS, 1950, p. 257).

Além das atribuições previstas para DGPE, que era dar orientação técnica às praças de esportes em Minas Gerais, e medidas necessárias para maior eficiência em suas atividades, a DEMG possuía várias competências, dentre elas: dar parecer em assunto de natureza esportiva; promover as medidas necessárias para a concessão de auxílios e subvenções a entidades desportivas e sua fiscalização; contratar o pessoal necessário às praças de esportes, assim como pessoal técnico e administrativo para as entidades subvencionadas pelo governo (MINAS GERAIS, 1946).

A política de praças de esportes em Minas Gerais foi a ação mais significativa da DEMG. Segundo Cláudio Boschi, ex-diretor da DEMG, essa política foi laureada pela ONU, pois *era um projeto muito bom de política pública, dos poucos projetos de política pública que a ONU reconhece* (BOSCHI, 2010).

Além da construção das praças de esportes em todo o Estado, mediante acordo com as prefeituras ou por empreitada, cabendo à DEMG apenas a fiscalização e orientação, foi julgado, algumas vezes, ser mais econômico e racional, sempre que possível, ampliar praças de esportes já existentes em vez de construir novas.¹⁰

No governo Milton Campos, foram realizados estudos sobre a possibilidade de iniciar a construção de piscinas populares, localizadas

9 Manhães (1986) utiliza as categorias discursivas “disciplina”, “nacionalismo”, “moral e civismo” para analisar as políticas de esporte no período em ele foi tutelado pelo Estado, tendo como objeto de análise a legislação.

10 Como foi o caso das Praças de Esportes do Mangureira F. C., de São João Nepomuceno, do *Athletic*, de São João del Rei, e do Curvelo T. C., de Curvelo (MINAS GERAIS, 1950).

de preferência nos centros industriais, com a finalidade de beneficiar o grande número de operários que ali exerciam suas atividades (MINAS GERAIS, 1948). Essa intenção de construção de piscinas populares, *preferencialmente* nos centros industriais, pode ser compreendida, por um lado, pelo viés de uma política orientada sob uma perspectiva de isolamento dos operários em relação à própria cidade, pois preestabelecia seus locais de construção; e, por outro, por evidenciar o lugar central que a indústria ocupava ao pensarem o planejamento desses espaços, uma vez que servia de referência espacial para orientar a localização prevista para as piscinas.

Assim, já nos anos iniciais da DEMG, vislumbravam-se ações que contribuía para o desenvolvimento de uma política de atividades recreativas.

Linhaes (1996) e Pinto (2008) analisam a política de recreação em âmbito federal, na década de 1940.

Linhaes (1996) referencia o Serviço de Recreação Operária, criado em 1943, vinculado ao Ministério do Trabalho, cujo objetivo era disciplinar e adequar socialmente a classe trabalhadora utilizando atividades desenvolvidas, também, pelo setor esportivo. Pinto (2008, p. 80-82) contextualiza historicamente as políticas públicas de lazer, na década de 1940, destacando que “vivemos uma série de eventos importantes para a legalização e a legitimidade do direito a um tempo que historicamente foi sendo ressignificado como tempo de lazer”. Acrescenta que nesse período histórico, como forma de ocupação do tempo do não trabalho, “difundiu-se a política assistencialista de recreação orientada, promotora do acesso a atividades mediante bem-estar, ou seja, supondo sempre um doador e um receptor”. Essa política de atividades recreativas foi disseminada como modelo a ser desenvolvido em todos os setores do País e marcou, e ainda marca, muitas das práticas realizadas por instituições na atualidade.

Nesse sentido, é possível identificar resquícios dessa política federal na orientação de ações direcionadas aos trabalhadores e nas intenções da política mineira realizada pela DEMG. Percebe-se que a relação entre o tempo de trabalho e do não trabalho dos operários, se observada do ponto de vista da construção de espaços esportivos, seguiu a tônica geral do País, nesse período, que era orientada pelo caráter eugênico-educativo. E, no caso de Minas Gerais, no mesmo sentido, os corpos dos trabalhadores eram vistos como forma de impulsionar

o desenvolvimento da nação, engrandecendo o Estado. A tônica era educar os corpos para fortalecê-los, para se constituir um País forte! A recreação era vista como “um poderoso instrumento de educação social” (SUSSEKIND, 1948, p. 11).

A melhoria das condições de vários estabelecimentos oficiais de ensino, “dotando-os de campos de cultura física”,¹¹ bem como a formação técnica necessária para atuação na área esportiva, por meio de cursos para professores de natação e aperfeiçoamento de técnicos de basquetebol e voleibol, estavam, também, na agenda do governo.

Com as praças de esportes, o esporte passou a ser difundido e desenvolvido em vários municípios mineiros, e algumas modalidades esportivas tiveram uma grande possibilidade de alcançar um número maior de praticantes. O basquetebol, o tênis, o voleibol e a natação foram as modalidades que obtiveram destaque no decorrer dessa política. A natação pode ser tomada como um exemplo do desenvolvimento do esporte, que foi possível por meio da interlocução de técnicos que atuavam nas praças de esportes. Fernando Furtado (2011), professor de Educação Física ligado à Escola de Educação Física e à DEMG, recorda que *o Carlito, no Minas Tênis Clube, incentivava muito a natação, principalmente a infanto-juvenil, e os técnicos do interior também formavam as equipes nas praças de esportes.*

Além de difundir os esportes no Estado, a política de praças de esportes assumia um lugar de destaque em relação à visibilidade política que dava aos governantes, no decorrer do período em que existiu. É também, por meio do relato de Fernando Furtado (2011) que podemos verificar essa importância dada a essa política:

Meu pai foi para Pará de Minas, como juiz. [A praça de esportes de lá] foi fundada justamente nesse ano, foi inaugurada nesse ano. Eu tenho um retrato aqui. O Benedito Valadares, o Getúlio Vargas, [estavam presentes] [...]. Ele [o Benedito] é de lá de Pará de Minas. Então, levar um presidente na época, e um governador, numa inauguração de praça de esportes era uma coisa!

Como órgão gestor e controlador de verbas públicas a serem aplicadas no desenvolvimento do esporte, a DEMG contava com a principal fonte de financiamento das políticas de esporte em Minas – a Loteria do Estado de Minas Gerais. Criada, em 1939, por Benedito Valadares por

11 Foi iniciada no Colégio Estadual, no Instituto de Educação, na Granja-Escola João Pinheiro e no Abrigo de Menores Afonso de Morais (MINAS GERAIS, 1948, p. 291).

meio do Decreto-Lei n. 165, destinava amplo auxílio a estabelecimentos de instrução e ao desenvolvimento da cultura física do Estado. Dos seus lucros, anualmente verificados, eram atribuídos 300:000\$000 (trezentos contos de réis) à Universidade de Minas Gerais e a parte restante, para fomentar, no Estado, a cultura física (MINAS GERAIS, 1939).

Essa situação foi modificada em 1947, pelo Decreto-Lei n. 2.054 assinado pelo Interventor Federal Alcides Lins, que previa uma quantia maior para a Universidade (Cr\$ 350.000,00), destinando o valor de Cr\$ 50.000,00 para a aquisição de livros para a biblioteca, acrescido de até CR\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxílio a entidades assistenciais, beneficentes e culturais, ficando a parte restante, para fomentar, no Estado, a cultura física (MINAS GERAIS, 1947b). As entidades esportivas favorecidas com auxílios e subvenções deveriam prestar contas à DEMG.

Até 1949, a DEMG subvencionava as atividades esportivas em 9 entidades e 31 clubes do Estado.

Mantiveram-se, com pequena redução, todas as subvenções e auxílios a entidades esportivas, que preenchiam as formalidades legais, despendendo-se, para esse fim, a quantia de Cr\$ 2.035.000,00 incluindo-se as despesas de fiscalização contra, contra Cr\$ 3.251.151,60, em 1948 (MINAS GERAIS, 1950, p. 257).

Em todas as praças de esportes e clubes subvencionados eram permanentemente mantidos cursos populares gratuitos de ginástica e natação, abertos à educação física de todos os menores de 16 anos, política iniciada em 1939, no MTC, que continuava presente na administração do governador Milton Campos. Segundo seu relatório:

Da frequência de 1.325.199, verificada em 1949, talvez mais de 60% sejam representados por meninos e meninas pobres que receberam os benefícios da educação física bem orientada e racional, sob as vistas de técnicos e médicos competentes (MINAS GERAIS, 1950, p. 258).

O interesse estatal estava voltado, assim, para a preparação do cidadão sadio, útil ao seu meio e à pátria, baseando-se em valores incorporados ao esporte. Com isso, sua difusão pelo Estado, que já vinha sendo realizada desde a criação das praças de esportes, passa a integrar, com a mudança de governo, em 1951, a uma política setorial de Difusão Cultural e Turismo.

O esporte na política de difusão cultural e turismo

O governo de Juscelino Kubitschek (1951-1955) instituiu uma política de difusão cultural e turismo da qual a DEMG foi um dos órgãos responsáveis por sua implementação, na especialização a ela conferida – a *Difusão do Esporte* –, mediante a construção de praças de esportes, realização de cursos especializados para a formação de técnicos ou prestando amplo apoio às agremiações esportivas, por meio de subvenções e auxílios.

Segundo a avaliação do governador Juscelino Kubitschek, nem somente a conveniente divulgação dos atos e das deliberações administrativas era preocupação do governo:

Há que atender convenientemente também aos problemas da difusão cultural, cuja importância avulta hoje mais do que nunca, no que se refere ao aprimoramento intelectual e moral das populações, procurando-se, através dela, elevar o nível de civilização do Estado (MINAS GERAIS, 1951, p. 226).

No seu governo, a DEMG, “órgão encarregado da fiscalização do emprego do auxílio às agremiações desportivas e orientador das medidas técnicas necessárias ao desenvolvimento da educação física no Estado” (MINAS GERAIS, 1951, p. 236-237), passou a ser dirigida por José Mendes de Souza, Antônio Ubaldo Pena, Antônio Abraão Caran, João Amaral Castro (ASSIS, 1977). O primeiro era presidente do MTC e amigo pessoal de JK, que ao deixar, em 1954, a presidência do MTC e da DEMG, foi substituído por outro amigo de JK: o médico José Bolívar Drumond (RODRIGUES, 1996).

O governador, em sua *Mensagem* de 1951, deixou claros os interesses do Estado na política realizada pela DEMG:

De acordo com as nossas instruções, já se iniciaram os estudos para a organização de um plano geral, que abranja os diversos ramos das atividades desportivas. É nosso desejo ampliar as atribuições deste órgão, para que ele possa desempenhar bem a sua tarefa no sentido de aprimoramento eugênico da juventude mineira e da maior projeção de Minas no cenário desportivo nacional (MINAS GERAIS, 1951, p. 237).

O “caráter da eugenia e aprimoramento físico e moral” atribuído ao esporte, herança de períodos anteriores, até mesmo do Estado Novo, pela influência positivista, e o interesse na realização “de algo útil pela

prática foi realizada, também, pela DEMG, mas não encontramos fontes que nos esclarecessem a dinâmica dessa relação. Auxílios e subvenções a clubes e agremiações de forma ordinária e extraordinária, distribuição de material esportivo e colaboração técnica e material para o desenvolvimento das modalidades esportivas foram também ações destacadas na administração de JK, em suas Mensagens.

Até o governo JK, a relação MTC/DEMG ainda era muito forte. Bolivar Drumond (1996, p. 237), amigo de JK e presidente do Clube e da DEMG esclareceu:

Os deputados faziam pressão sobre o governo para que ele [JK] separasse a Diretoria de Esportes e eles pudessem se valer daquilo para fazer política no interior, lá nas zonas eleitorais de cada um deles, coisa que comigo eles não conseguiriam, porque eu só fazia o que fosse justo e não o que fosse favorável a A ou a B [...]. Não tinha esse negócio de ser partidário do Dr. Bias ou ser partidário da UDN; para mim era a mesma coisa.

JK, em 1955, quando estava assumindo a presidência da República, fez algumas mudanças na DEMG, desvinculando sua administração da presidência do MTC¹². Tal separação, segundo Bolivar Drumond (1996, p. 237) veio ao encontro das propostas clientelistas daquele momento histórico, favorecendo as demandas dos políticos da época:

De modo que houve um fato até interessante, quando o Juscelino dividiu a Diretoria de Esportes; eu não posso afirmar isso assim, acusando o Juscelino, porque ele era político. *A Diretoria de Esportes era um centro que favorecia a política no Estado*. Fazia as praças de esportes do interior. Então era um elemento bom para isso, agradar um prefeito, agradar um bloco político, etc. e tal, talvez por isso, e pressão de deputados e tudo, o Juscelino separou a Diretoria de Esportes do MTC (grifo nosso).

Dessa forma, as políticas esportivas serviam como mercadoria, que era barganhada com a sociedade em troca de apoio político. Linhales (1996, p. 123) contribui com a análise ao afirmar:

As relações de bases clientelistas barganhavam votos e apoio eleitoral por variados tipos de 'doações' e de relações de mérito ou privilégios.

12 O novo Regulamento da Diretoria de Esportes de Minas Gerais foi aprovado pelo então governador do Estado, Clóvis Salgado da Gama, em 9 de janeiro de 1956. Nele, previa-se que o presidente teria um mandato de um ano, eleito em escrutínio secreto pelos membros da DEMG (DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, 1956, p.15-21).

Desse jogo não escaparam as concessões de áreas públicas para o estabelecimento de clubes esportivos de natureza privada, doações de equipamentos e materiais esportivos, indicações para cargos de confiança, construção de grandes estádios ou praças de esporte.

Com o afastamento de JK do governo mineiro em 1955, para se candidatar à presidência da República, o vice-governador em exercício, Clóvis Salgado da Gama, assume o governo. A respeito disso, Bolívar Drumond (1996, p. 238) relata:

Fiquei até 55, o Juscelino saiu, desincompatibilizou para poder ser candidato a presidente da República, entrou o Clóvis Salgado que era do PR. Era coligado com o partido do Juscelino, que era o PP. Naquele tempo o partido do Juscelino era o PP, não era o PSD. Então ele entrou, e, como era do PR, eu pedi demissão [...]. Eu era também presidente da Diretoria de Esportes e tinha que olhar as duas coisas [...], mas do ponto de vista ético eu achei que devia sair. Saí e fui substituído por Carmelindo Pinto Coelho, que também era de família preemista.

A finalidade eugênico-educativa ainda fazia parte da política realizada no governo de Clovis Salgado da Gama (1955-1956), que, contando com Rubens Monteiro de Barros, Paulo Nunes Vieira, Francisco Firmo de Matos e Carmelino Pinto Coelho na diretoria da DEMG, promulgou, em janeiro de 1956, seu regulamento. Constava na sua publicação a legislação até então editada, o regulamento da DEMG, seu organograma, regulamento de obras, modelo de estatuto para clube usufrutuário de praças de esportes, modelo de estatuto para clube particular, instruções diversas, a listagem das praças de esportes em atividades e das praças de esportes em construção (DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, 1956).

Esse documento, um dos poucos remanescentes do acervo da DEMG, recheado de modelos, regulamentos e instruções diversas, reflete o contexto nacional vivido da década de 1940 à de 1980, quando o esporte foi normatizado, como citado, por uma vastíssima legislação apresentada na ocasião. É possível, por meio desse regulamento, entender a constituição da DEMG e seus diferentes papéis.

Destaca-se, nesse documento, a estrutura do organograma com uma assessoria técnica ligada à diretoria e uma superintendência administrativa. A primeira, constituída por quatro setores – Assistência Desportiva, Assistência Jurídica, Assistência de Obras e Assistência de

Diretoria, que passou a ressentir-se de uma estrutura capaz de atender ao disposto no referido decreto.

Tendo em sua direção o professor de Educação Física Sylvio José Raso – amigo e conterrâneo do governador Bias Fortes, primeiro presidente que não dirigia, também, o MTC; Fernando Alquimim Barros; Antônio Rubens Mendes; Wilson de Souza e Joel Sá, a DEMG passou a contar com uma equipe de professores de Educação Física composta por profissionais renomados na área, alguns ligados à Escola de Educação Física, como: Adolfo Guilherme; Albano Augusto; Antônio Alves Moisés; Cid Timponi; Fernando Antônio Grosso; Fernando Furtado; Gaudêncio Tiago de Melo; Geraldo Pinto de Souza; Herbert Dutra; Januário Andrade; Joel Duque de Caixas; Lincoln Raso; Lúcio do Espírito Santo; Maria Helena Grosso; Neide Eliane Barbosa; Nilza Carvalho Pires; Odilon Ferraz Barbosa; Owaldor Rolim; Paulo Benigno Ferreira; Pedro Rodrigues; Theodomiro Marcellos e Walter Luckschal (ASSIS, 1977; FURTADO, 2010).

De um órgão preponderantemente consultivo, em que a efetivação de trabalho se fazia por meio da Loteria do Estado e de outros setores governamentais, a DEMG passou a ser um órgão executivo, recebendo a parte dos lucros da Loteria que lhe era destinada e aplicando-a diretamente. Para executar essa função, organizou um Setor Financeiro, encarregado de disciplinar a execução orçamentária e promover o necessário entrosamento com a Loteria do Estado.

Com essas mudanças, a DEMG deveria deixar de ser

mera construtora ou financiadora do 'equipamento esportivo' (praças de esportes, ginásios, campos, piscinas) simples fornecedora de material desportivo (imperfeita e deficientemente distribuído às agremiações) para compenetrar-se das suas reais finalidades de entidade que deve incrementar a educação através do esporte e assim: a) incentivar e promover a formação de técnicos para atividades ginásticas, desportivas e recreativas; b) orientar, difundir e fiscalizar as práticas desportivas dentro de normas que atendam à finalidade precípua da entidade; c) promover o planejamento e construção do equipamento desportivo' mínimo necessário à prática e difusão daquelas atividades; d) promover e orientar a distribuição de material desportivo pelas unidades do Estado, dentro de critérios o quanto possível equânimes, tendo-se em vista a eficiência social de utilização do material fornecido; e) promover campanhas de divulgação e difusão das atividades ginásticas, desportivas e

recreativas, de molde a facilitar o esclarecimento e aceitação do público quanto ao assunto, e sua adoção em todas as camadas sociais (MINAS GERAIS, 1960, p. 504).

A política esportiva, que vinha sendo conduzida por leigos, a partir de então passou a ser coordenada por profissionais de Educação Física, especialistas em diferentes áreas, que formaram uma equipe ligada a uma Seção de Orientação e Difusão, uma vez que “ficou expresso, assim, desde o primeiro ato da Diretoria, seu desejo manifesto de valorização do técnico em educação física, prestigiando-o com o lugar que ele, em verdade, precisa ocupar na nossa vida sócio-esportiva” (MINAS GERAIS, 1960, p. 505).

O investimento na formação profissional ligada às atividades esportivas e recreativas foi a tônica desse período, implementado, principalmente, por meio das cinco Jornadas Internacionais da Educação Física, realizadas anualmente, com a parceria da Escola de Educação Física, Associação de Ex-alunos de Educação Física, a DEMG e o Ministério da Educação, no período de 1957 a 1961.

Congregando técnicos e professores de Educação Física, religiosas de vários colégios mineiros e professoras de grupos escolares, as quatro primeiras Jornadas Internacionais, possibilitaram a vinda a Minas Gerais de expoentes da Educação Física da Alemanha, Argentina, Áustria, Chile, França, Japão, Suécia e Uruguai, o que revela o interesse em constituir diretrizes para a política realizada naquele período, com o objetivo de dialogar com profissionais de outros países. Esses profissionais trouxeram o que havia de mais moderno em termos de conceitos e métodos utilizados em Educação Física, em centros adiantados do mundo. Aulas práticas, conferências, cursos e demonstrações faziam parte da pauta do evento como representado na imagem abaixo.



FIGURA 3 – I Jornada Internacional de Educação Física.
Fonte: Acervo pessoal de Fernando Furtado.

No tocante à qualificação profissional, dentre as realizações da administração de Sylvio Raso, Fernando Furtado (2011), que pertencia ao grupo de professores de Educação Física da DEMG, recorda:

As Jornadas Internacionais de Educação Física, trazendo professores de renome internacional, entre outros, Johnson da Alemanha, Listellô da França, Schmidt da Áustria, muito contribuíram para aperfeiçoamento e atualização da Educação Física em Minas Gerais, porque além dele trazer isso, ele trazia o pessoal do interior, o pessoal da praça de esporte. O técnico da praça de esporte vinha para Belo

Horizonte com hospedagem. [...] Então vem 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, essas são as Jornadas Internacionais. E a 5ª foi a que eu fui coordenador. Aqui, congresso, participação [...], o Sylvio levava os professores dele para participar dos congressos, nos brasileiros, congressos internacionais de educação física e saúde, recreação. Então, quer dizer, tudo trazendo benefício para o professor mineiro.

Esclarece, também, que, por questão de contenção de gastos, a partir da quinta edição, houve alteração no formato das Jornadas, que passaram a ter, no quadro de formadores, apenas profissionais de Minas. Segundo ele, ao avaliar a administração do Sylvio Raso,

o pessoal foi vendo a campanha, que ele gastava muito, que era um absurdo, e tal e coisa, e que não ia ter mais Jornada, mas ele falou assim: 'Não, nós vamos fazer a jornada sim, vamos fazer só com professor mineiro, sem gastar nada' (FURTADO, 2011).

A formação de pessoal técnico para unidades desportivas do interior recebeu especial atenção da DEMG, que, procurando aproveitar egressos de cursos regulares de estabelecimentos especializados, distribuiu, em 1959, 50 bolsas de estudo para alunos do interior matriculados na Escola de Educação Física de Minas Gerais. Nesse mesmo ano, essa escola passou a funcionar em um prédio próprio, com acomodações adequadas, localizado nos terrenos da antiga Fazenda da Gameleira, na época, considerado nos “arrabaldes da Capital” (MINAS GERAIS, 1960, p. 368-369). O *Estágio de Preparação de Administradores para as Unidades Desportivas*, “visando a uniformizar a atuação do pessoal que trabalha no interior e abrir perspectivas a novos elementos que viessem suprir a força de trabalho necessário ao funcionamento normal das unidades esportivas” foi, também, uma das ações da DEMG, em 1959 (MINAS GERAIS, 1960, p. 509).

Por meio da política de formação de pessoal ainda foram realizadas várias promoções nesse sentido. Na cidade de Cambuquira, sob a orientação do Ministério de Educação e Cultura, organizou-se o *Seminário Nacional para a Formação de Professores em Educação Física*. Em Belo Horizonte, com o interesse em qualificar técnicos para o treinamento esportivo, foi realizada uma série de palestras sobre Treinamento Intervalado (*Interval Training*) na Associação Médica, tendo como conferencistas as maiores autoridades brasileiras no assunto. Desse processo instituiu-se o “Grupo de Estudos sobre o Treinamento Intervalado”, responsável por divulgar e recomendar a técnica. Esse

trabalho contribuiu para a realização do *Seminário sobre Treinamento Intervalado*, liderado pelos professores Woldemar Gerschler e Herbert Heindell, “expressões mundiais na matéria”, quando participaram 45 professores, técnicos e médicos especializados (MINAS GERAIS 1960, p. 507).

Nessa administração, várias promoções da DEMG contaram com a participação efetiva da Escola de Educação Física. Foi na estreita ligação da política de esporte com a educação física e a recreação que surgiram as *Ruas de Recreio*. Fernando Furtado (2011) recorda:

Sylvio foi o criador das Ruas de Recreio. Belo Horizonte pode se orgulhar de ter sido a cidade pioneira, no Brasil, de atividades recreativas na rua. Artigos de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo da época atestam nosso pioneirismo. Artigos esses que guardo comigo até hoje.

Desde 1957, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura havia proposto ao então ministro, Prof. Clóvis Salgado, a realização da Campanha das Ruas de Recreio, que mobilizou a promoção de atividades esportivo-recreativas em ruas e praças das cidades. Sua criação levou em conta não somente a carência de parques apropriados à mocidade e a escassez de possibilidades de recreação e espaços adequados na maioria dos educandários, uma vez que as atividades de recreação não deveriam estar limitadas somente ao espaço escolar, mas, principalmente, ocupar as crianças ociosas que “viviam em más companhias”, fator considerado de “desvio da mocidade para o vício e a delinquência, formando, assim, elementos nocivos à Pátria”¹³. Essa orientação federal pode ter sido incrementada em Minas, mas não podemos nos esquecer de que pioneirismo nesse sentido, no Brasil, deve ter sido de Frederico Guilherme Gaelzer à frente do Serviço de Recreação Pública de Porto Alegre (FEIX, 2003).

Realizadas em várias cidades mineiras essa ação desenvolvida pela DEMG foi avaliada na *Mensagem* de 1960 como “uma das mais características formas de atuação da Diretoria de Esportes, durante o exercício de 1959” (MINAS GERAIS, 1960, p. 508). Analisando a oferta da educação física e dos desportos à juventude em geral, especialmente aos estudantes de escolas secundárias e superiores, Bias Fortes fala do

13 Processo n. 135 161/57 (RUA..., 2012, p. 1).

hiato observado na extensão dos benefícios da educação física a outros componentes sociais, especialmente ao jovem em idade escolar. Para ele,

as dificuldades várias para atingir essa classe, que começavam pelo preconceito e tinham vasto curso pelas limitações naturais que a vida de cidades maiores oferece à criança, culminavam pela impossibilidade de se lhe proporcionar espaço suficiente e orientação adequada para suas atividades esportivo-recreacionais (MINAS GERAIS, 1960, p. 508).

Para superar essas limitações, a DEMG utilizou as *Ruas de Recreio* em vias públicas, organizadas de forma entrosada com as autoridades municipais e de trânsito, além de apoiadas por bancos, estabelecimentos comerciais e industriais. Fernando Furtado (2011) recorda que em 1960, no Dia da Criança, foram realizadas, ao mesmo tempo, 70 *Ruas de Recreio*, em diferentes cidades mineiras.

Essas Ruas de Recreio, que mais tarde passaram a ser chamadas de *Ruas de Lazer*, difundiram-se pelas diferentes políticas que se constituíram nas décadas seguintes até a atualidade, fazendo parte das ações desenvolvidas pelas políticas de lazer, na maioria de municípios e Estados brasileiros. Essa experiência é considerada por Leila Pinto (2008, p. 84), como “a principal política de lazer como ‘cultura de eventos’ – esporádicos, discriminatórios e ‘pacotes’ de atividades, baixados pelos gabinetes técnicos”.

Essa atividade foi destacada por Owalder Rolim (2010), que fazia parte do grupo de professores de Educação Física da DEMG:

A Diretoria de Esportes é que fazia e geralmente em parceria com a Escola de Educação Física, para ter os monitores e também material, porque muita coisa era da Diretoria de Esportes e muita da Escola. Colchões, tatames, bolas, arcos, todo esse material que podia ser feito, colocado assim na rua [...] Nós tínhamos lá uma parede que chamava combinado alemão. Ele era de madeira, não sei se foi um suíço que trouxe isso, num dos cursos internacionais e passou para nós essa coisa. Então nos mandou fazer esse combinado alemão. Era uma parede que tinha possibilidade de usar uma trave de equilíbrio, com uma parte de escorregar, escada, uma série de [...] você fazia dez tipos atividades no mesmo aparelho. Então um aparelho que a meninada gostava muito, inclusive, a criançada toda passando, faziam aquela fila, todo mundo, com dois professores do lado ali para dar segurança, [...] era muito interessante, nós fazíamos várias

atividades e, além disso, tinham outros setores [...] com futebol, vôlei, queimada, a meninada [...] gostava muito, eram mais atividades de grupo, dos grupos escolares.

Ao que percebemos em um croqui de uma rua de recreio (denominada *Parque de Recreio*), realizada no Parque Municipal em Belo Horizonte, esses eventos eram planejados em diferentes estações – variados tipos de jogos, esportes, danças folclóricas, ginástica de solo e em aparelhos, *playgrounds*, esculturas, etc. –, que eram organizadas considerando a questão do gênero, conforme destacado na figura a seguir.

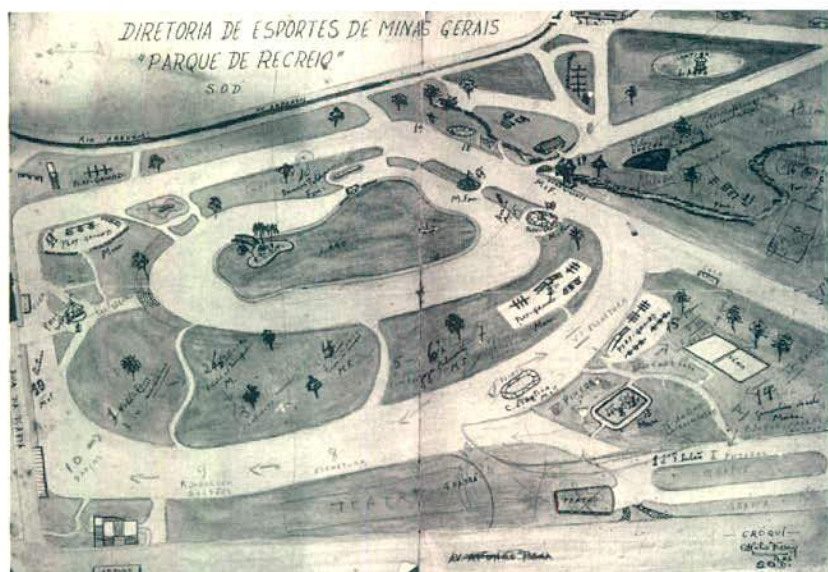


FIGURA 4 – Croqui de Rua de Recreio no Parque Municipal.
Fonte: Acervo Pessoal de Fernando Furtado.

As fotografias desses eventos deixam claro o interesse que despertavam na população, como representado na foto a seguir, dado o grande volume de pessoas e de ônibus no evento.



FIGURA 5 – Rua de Recreio no Parque Municipal, em Belo Horizonte.
Fonte: Acervo pessoal de Fernando Furtado.

Ampliando sua atuação, a DEMG procurou desenvolver um vasto programa de demonstrações de ginástica e de danças folclóricas congregando, em diversas oportunidades, um grande número de jovens, em demonstrações públicas, avaliados como uma

prova insofismável de atenção dos poderes públicos à preparação física da nossa juventude e à dimensão social dessa atividade, através dos repetidos aprendizados e demonstrações folclóricas, levados a efeito no Estado, pela orientação da Diretoria (MINAS GERAIS, 1960, p. 511).

Essas ações eram vistas como uma forma de “explorar uma faixa inteiramente estranha à atuação continuada de clubes e entidades desportivo-recreativas, ocupando assim uma ‘área de ninguém’ de educação física”, atuação mineira vista, pelo Poder Público, como numa posição de liderança no Brasil (MINAS GERAIS, 1960, p. 511).

No final da década de 1950, ainda não se conhecia no Brasil uma classificação das manifestações do esporte, hoje conhecidas como “Esporte Educacional, Esporte Participação e Esporte Rendimento”, mas nos relatórios sobre as atuações da DEMG eram demonstrados seu interesse no sentido de “ampliar o número de participantes das diversas

atividades desportivas do Estado, deixando às federações especializadas a atuação de caráter seletivo”. Essa atitude cooperou para a realização de diversos festivais desportivos interioranos “mais promocionais do que seletivos”, demonstrando seu intuito em difundir práticas desportivas em todas as suas modalidades. Com o mesmo intuito enviava ao interior, equipes desportivas e grupos de esportes especializados, a título de demonstração. O esporte “seletivo” não foi descuidado. Com uma unidade administrativa de assistência às entidades a Diretoria auxiliou federações e clubes (MINAS GERAIS, 1960, p. 512).

Outras frentes de atuação da DEMG, no período, foram também destacadas por Fernando Furtado (2011) e Anatólio Assis (1997): realização de grandes campanhas visando ao aprendizado de natação em massa, tanto na Capital como no Interior; organização junto com a CBV e FMV, dos Campeonatos Mundiais de Voleibol – Fases de Belo Horizonte: 3o Feminino e 4o Masculino; patrocínio dos Jogos Abertos do Interior do Estado de Minas Gerais; patrocínio dos Jogos Colegiais em Belo Horizonte; colaboração com premiações (troféus e medalhas); patrocínio de arbitragem das diversas modalidades esportivas da Taça da Amizade (competição entre os colégios oficiais de Belo Horizonte).

Atuou, também, na realização dos Cursos de Aperfeiçoamento para Técnicos em Desportos Terrestres e Aquáticos; na criação do Curso Infantil de Recreação; patrocinou o *III Seminário de Professores de Educação Física*, promovido em Cambuquira, os estágios realizados em Belo Horizonte para auxiliares e administradores de Unidades Esportivas do interior, bem como e cursos de árbitros e auxiliares para federações de futebol e de esportes especializados. Além disso, oportunizou a ida de professores de Educação Física ao exterior para atualização e aperfeiçoamento, bem como participações em congressos, palestras e conferências no período de 1960 e em 1961.

São destacadas, também, a construção de diversas praças de esportes no interior do Estado e reformas em outras tantas; início das obras da Praça de Esportes do Esporte Clube Mackenzie e de seu Ginásio Poliesportivo; a concessão de ajuda substancial ao Olímpico Sport Clube, como também ao Esporte Clube Ginástico e ao Departamento de Instrução da Polícia Militar. O ginásio de esportes construído durante sua gestão, na cidade de Barbacena, passou a denominar-se “Ginásio Sylvio Raso”, tendo sido última obra inaugurada por Bias Fortes no governo de Minas Gerais.

Apoiando eventos, qualificando pessoas, construindo espaços, dentre outras ações, a DEMG, na administração do governador Bias Fortes, foi responsável, também, pela estruturação, projeto e início da construção do “Estádio Minas Gerais”, denominado mais tarde “Estádio Magalhães Pinto”, após várias tentativas de se construir um estádio de grandes dimensões, na Capital. O deputado estadual Jorge Carone foi o autor do projeto que criou recursos para sua construção e, após algumas emendas, foi transformado na Lei nº 1.947, de 12 de agosto de 1959, sancionada pelo governador Bias Fortes. Sua construção e posterior administração ficaram a cargo da DEMG. Esta foi assistida por um Conselho de Administração composto de dez membros, dentre eles um representante da Diretoria, sem direito a remuneração, designados pelo Governador do Estado. Essa lei contemplou ainda a designação de um dos engenheiros do quadro de pessoal da DEMG para exercer as funções de Administrador do Estádio Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1959).

Em sua *Mensagem* de 1960, Bias Fortes comentou que o programa abrangente de ações desenvolvidas pela DEMG, ao lado de um contingente pessoal amplo e selecionado, passou a demandar um suporte financeiro maior a cada ano, em ritmo de progressão sensivelmente superior às disponibilidades que eram circunscritas a uma parte dos lucros da Loteria do Estado, fato que levou a DEMG a estudar critérios mais rígidos de aplicação das verbas. Mas as relações de amizade do presidente da DEMG com o Governador abria portas para a política esportiva. Fernando Furtado (2011) recorda que presenciou um fato interessante em uma visita acompanhando Sylvio Raso ao palácio, para solicitar sua demissão ao governador:

[Sylvio:] *‘Governador, eu vim aqui pedir demissão, porque esse chefe lá da Loteria não está soltando a grana, eu estou fazendo dívidas, [...] eu estou ficando mal com meus fornecedores’. Aí ele [Bias] falou: ‘Vê o telefone aí. Oh fulano! Você vai fazer o favor de soltar a verba para a Diretoria de Esportes amanhã sem falta, viu?’ Eu presenciei; [...] o Sylvio era homem de confiança do Bias Fortes.*

Os gastos da DEMG em suas realizações motivaram a administração estatal seguinte a promover uma verificação da aplicação de verbas no período.

No último mês da administração Bias Fortes foi publicado um novo regulamento da DEMG, quanto foi considerada a “imperiosa

necessidade de se atualizarem as normas disciplinadoras das atividades da DEMG” (MINAS GERAIS, 1961a).

Na administração seguinte, a política pública esportiva passou a fazer parte, nas Mensagens do governador, da política educacional.

O esporte na política educacional

Uma revisão geral na estrutura administrativa do Estado, com vista a uma racionalização, foi realizada no governo de José de Magalhães Pinto (1961/1966).

Aliada à política educacional, que propunha, “sobretudo, criar novas condições para que o homem se valorize em face do processo de mudança social” (MINAS GERAIS, 1963, p. 63), a DEMG passou a funcionar, no início de seu governo, sob a administração de uma *Comissão de Reestruturação* instituída pelo Decreto n. 6.226, de 22 fevereiro de 1961 (MINAS GERAIS, 1961b). Essa comissão, composta por José Cabral, chefe de Seção da Secretaria de Finanças, Raul Gontijo de Albuquerque e Cid Gonzales Sollero, fiscais de Rendas do Estado, promoveu a tomada de contas e verificação da aplicação de verbas relativas ao período de 1959 a janeiro de 1961, realizando um exame geral dos negócios da DEMG.

Atuando mais como “interventores” e exercendo mandatos em períodos de curta duração, como relata Anatólio Assis (1977, p. 145), foram responsáveis pela direção da DEMG, no governo Magalhães Pinto, os membros da Comissão de Reestruturação José Cabral, Raul Gontijo Albuquerque, Cid Solero e, também, Ricardo de Carvalho, Natalino Geraldo Trigineli, José Flavio Dias Vieira, Ulysses de Oliveira Panisset e José Orégia Guimarães.

Fernando Furtado (2011) deixa claro que o volume de atividades realizadas na administração anterior foi motivo para que falassem que gastava dinheiro: *Gastava, mais prestava conta. Não tinha nada de roubalheira não [...]. Não houve processo nenhum de irregularidade. Não conseguiram provar nada, que houve irregularidade na Diretoria de Esportes.*

Essa postura do udenista Magalhães Pinto pode ser explicada por motivação política, dada a “renhida rivalidade” que existia com o seu antecessor Bias Fortes, que era líder do PSD, seu “arquirrival” (SEIXAS; SIMÕES; RIBEIRO, 2005).

A DEMG não aparece na primeira Mensagem de Magalhães Pinto à Assembleia. Nela, o governador esclarece que não se deteria na crítica ou no julgamento do passado. Fazendo um retrato do que foi possível verificar nos primeiros dias de governo, da realidade política, administrativa, financeira, econômica e social de Minas, programou e indicou soluções oportunas aos problemas (MINAS GERAIS, 1961d). Para a política esportiva, a solução foi a constituição da *Comissão de Reestruturação*, de cujo trabalho resultou a elaboração de um novo regulamento, objeto do Decreto n. 6.282, de junho de 1961 (MINAS GERAIS, 1961c).

Assim, em menos de seis meses foram publicados dois regulamentos da DEMG, que explicitaram, dentre suas finalidades, a promoção e a orientação à educação física, aos esportes amadores e à recreação, nas entidades esportivas, estabelecimentos de ensino, núcleo de classes trabalhadoras, órgãos de assistência social e estabelecimentos congêneres.

Ao compararmos os decretos que dispuseram sobre o funcionamento e atividades da DEMG, de janeiro de 1961 e junho de 1961, dos governos estaduais de Bias Fortes e Magalhães Pinto, respectivamente, notamos permanências e mudanças. Ficou destacado, no decreto do governo Magalhães Pinto, que não mais haveria as parcerias com a Escola de Educação Física, tão explicitadas no decreto do governo Bias Fortes, quando a DEMG era dirigida por um professor da referida escola. Também, ficaram esclarecidas as relações entre o Estado, municípios e clubes esportivos, com regras que determinaram suas relações e apareceram, de maneira clara, as condições para a implantação e a manutenção das praças de esportes. No novo regulamento, ficou uma ressalva para a apresentação, pela DEMG, de planos e projetos para construção da “Casa do Esporte”, na Capital, na qual seriam instalados a Diretoria de Esportes, as federações amadoras, alojamentos para esportistas, restaurante, serviços médicos e outras dependências julgadas indispensáveis, que só alguns anos depois se concretizariam. Na ocasião, a DEMG estava instalada no prédio hoje ocupado pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, ao lado do Palácio da Liberdade. Ulysses Panisset (2010), do quadro de diretores da DEMG, esclarece que *aquele prédio, pouca gente sabe, foi construído pela Diretoria de Esportes. A Diretoria de Esportes construiu o prédio e ocupou o último andar do prédio. Dessa forma, a relação estreita com o governador não se atinha somente por*

meio da vinculação da DEMG ao Gabinete Civil, mas, também, por sua proximidade física. A DEMG permaneceu nesse local até 1963, quando cedeu suas instalações à Secretaria de Governo, passando, a partir de então, a ficar sujeita a pagamento de aluguéis (ASSIS, 1977).

Inicialmente, suas ações se detiveram, preferencialmente, no levantamento da situação das 54 praças de esportes existentes, bem como ao pagamento de encargos financeiros da administração anterior. O ponto alto das administrações, em 1962 e 1963, foi a recuperação das praças de esportes, que, com raras exceções, já estavam em situações precárias. Os cursos de formação e aperfeiçoamento de técnicos foram mantidos para atendimento a essas praças. Assim, a atenção da DEMG esteve voltada para as praças de esportes, quer seja construindo novas, quer recuperando as antigas, fornecendo material necessário ao tratamento das piscinas, realizando pagamento de pessoal ou concedendo subvenções às entidades esportivas.

Segundo Panisset (2010),

[...] a função da diretoria, a principal função da diretoria era construir praças de esportes nas cidades. Eu me lembro, por exemplo, uma que eu fui inaugurar em Oliveira. [...] Tinha piscina, tinha quadras de basquete, quadra de tênis, e tal. E eu fui, nós fomos, sempre os 3 [ele, Gil César e...]. Fomos inaugurar Oliveira. Tinha essas praças de esportes em várias cidades de Minas.

A formação profissional não foi descuidada. A *V Jornada Internacional de Educação Física* foi realizada com professores de Belo Horizonte, contando com um grande número de inscritos e o *II Colégio de Árbitros e Oficiais de Minas Gerais* qualificou árbitros e oficiais auxiliares em várias modalidades esportivas (ASSIS, 1977).

Uma atenção especial foi dispensada à instalação de parques infantis na Capital e no interior, como colaboração à *Campanha de Redenção da Criança*, encetada pelo governo (MINAS GERAIS, 1962). Anatólio Assis (1977, p. 146) esclarece que a DEMG colaborou com outras instituições, tais como Departamento Social do Menor, SERVAS, Secretaria de Estado da Educação, Polícia Militar e Escola de Educação Física de Minas Gerais, no desenvolvimento de atividades no Plano de Valorização da Criança, que se desdobraram em ações como *Manhãs de Recreio*, *Dia das Mães e Parques de Recreio*. Parques infantis existentes nas praças de esportes foram ampliados e novos foram criados. “Por

especial recomendação de Magalhães Pinto” foram construídos 65 parques no interior e na capital (ASSIS, 1977, p. 148).

Com a Lei n. 2.645, de 27 de novembro de 1962, que dispunha sobre a extração do plano especial pela Loteria do Estado de Minas, realizado mensalmente, previa-se que seu lucro líquido, deduzidas as quotas previstas na extração do plano semanal comum, seria destinado às obras de construção do Estádio “Minas Gerais”. Neste, havia uma ressalva de que ao serem concluídas as obras e deduzidas as dotações necessárias à sua manutenção, conservação e funcionamento, o executivo poderia aplicar 30%, através da DEMG, na construção de *playgrounds* (parques infantis) em todo o Estado (MINAS GERAIS, 1962b).

Sobre a construção do Estádio Minas Gerais, nas *Mensagens* do governador foram relatadas todas as etapas da obra e os montantes gastos com ela. Pelo duelo partidário que havia com Bias Fortes, Magalhães Pinto apresentou, inicialmente, uma rejeição ao projeto, mas, ao ser persuadido da sua importância, empenhou-se na sua edificação. O que pode ser observado nas análises desse período é que “a política permeia o histórico da construção do Mineirão. Há momentos em que rivalidades furiosas dão lugar a entendimentos em favor do projeto” (SEIXAS; SIMÕES; RIBEIRO, 2005, p. 20).

O papel da DEMG na sua construção é lembrado por Ulysses Panisset (2010):

Tanto que o Gil César Moreira de Abreu, que foi o engenheiro responsável, ele era nosso engenheiro. Engenheiro da Diretoria de Esportes. Então nós fizemos uma equipe com o Gil César sendo o presidente dessa comissão, que foi a comissão que construiu o Mineirão. Quando eu fui para os Estados Unidos, o Mineirão estava começando a sair do chão. Nós fizemos até uma campanha, foi quando eu conheci o Pelé. Que nós fizemos uma campanha para a venda das cadeiras cativas. Que ainda iam estar prontas daí a 2 anos. Trouxemos o Pelé, que tinha acabado de ganhar, mais uma Copa e tal, o Pelé estava igual a um menino; [...] não tinha 18 anos feito, tinha 17 anos e pouco. E o Pelé veio para fazermos a campanha de divulgação das cadeiras cativas.

O governador Magalhães Pinto, ao vislumbrar a possibilidade de que “a enorme arena seria o maior cabo eleitoral” de seu candidato à sucessão, Roberto Resende, criou normas para abreviar sua conclusão

antes das eleições, o que fez sua inauguração acontecer no dia 5 de setembro de 1965 (SEIXAS; SIMÕES; RIBEIRO, 2005, p. 19).

Mas, antes disso, a DEMG, que era vinculada diretamente ao Gabinete Civil do governador desde a sua criação, a partir de janeiro de 1964 passou a fazer parte da estrutura da Secretaria do Trabalho e Cultura Popular¹⁴, com a reestruturação administrativa do governo.

O esporte e a política de bem-estar social

Com a transferência da DEMG para a Secretaria de Estado de Trabalho e Cultura Popular, em 1964, a política de esporte passou a fazer parte da política de bem-estar social. Incluíam-se na competência básica dessa Secretaria as seguintes atribuições:

Estímulo aos fatores da cultura e aperfeiçoamento social; orientação e assistência ao trabalhador; estímulo à organização de comunidade de trabalho; serviço social; reabilitação pelo trabalho; mediação nos conflitos oriundos da relação de trabalho; recreação popular; habitação popular; estímulo à popularização da cultura através de bibliotecas, museus, radiodifusão, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, música, dança, folclore, pesquisas históricas, cursos de extensão e esportes, ensino técnico (MINAS GERAIS, 1963).

A política de bem-estar social explicitada na Mensagem de Magalhães Pinto, em 1965, indicava que, para ser desenvolvida, envolveria vários órgãos governamentais. Atuando diretamente nos assuntos de interesse social – relações de trabalho, colocação de mão de obra, promoção da cultura popular e criação de escolas de artesanato –, a referida Secretaria, ao lado da Secretaria do Interior (com a assistência ao menor), a Caixa Econômica do Estado (com o programa habitacional) e o Instituto da Previdência (com assistência médica, financeira de casa própria e previdenciária) integravam um plano de ação que o governo desenvolveu no terreno da política social. Essa política do governo penetrou vários setores da ação governamental em um amplo quadro de providências que foram desde a política educacional e a econômica, até as providências imediatas em prol do enfermo, do desempregado e do sem-teto. Tinha como objetivo precípua

14 Organizada em 2 de janeiro de 1964, pelo Decreto nº 7.358, que previa, no capítulo II, artigo 3º, § 1º, que a Diretoria de Esportes de Minas Gerais passaria a vincular-se essa Secretaria (MINAS GERAIS, 1964).

a defesa da criatura humana contra os fatores que possam diminuí-la, em seu direito ao trabalho, aviltá-la, em suas condições de vida, ou obstá-la, no acesso aos instrumentos do progresso e bens de civilização. A paz social, em consequência, não se erige num fim em si mesmo, que deva ser alcançado através de sacrifícios e abdições por parte dos mais fracos, daqueles que, no processo social, ocupam posição tão inferior que nem mesmo chegam a ter voz e representação para expressar suas aflições, aspirações e reivindicações. Pelo contrário, a paz social é uma decorrência necessária da solução dos problemas básicos do homem em sua incessante busca de melhores níveis de vida e de oportunidades para o futuro (MINAS GERAIS, 1965, p. 57).

Na análise de Nogueira (2001) o Estado capitalista, na concepção de O'Connor (1977), tenta desempenhar duas funções básicas, que, em geral, são paradoxais: manter um processo contínuo de acumulação do capital e, ao mesmo, tempo garantir ou criar condições de harmonia social, favorecendo suas bases de legitimação. Nesse sentido, a política de Magalhães Pinto procurou criar sistemas regulados de educação, saúde, previdência social, substituição de renda, assistência social e habitação, possibilidades de proteção pública com vista à paz social, minimizando os riscos que as formas de produção e reprodução das forças de trabalho exigiam. Essas são algumas das características citadas pela autora acima, definidas por Draibe e Aureliano como constituidoras do *Welfare State*.

Em sua *Mensagem* de 1965, o governador deixou claro que dentre as diferentes contribuições da política de bem-estar social é destacada a sua correlação com a política educacional, vista como

instrumento de preparação do homem para o trabalho, no ensino técnico-profissional, na formação de mão de obra qualificada, na educação sanitária junto às escolas primárias, na formação de educadores sanitários, no ensino para adultos, nas promoções destinadas a suscitar o espírito comunitário (MINAS GERAIS, 1965, p. 58).

Assim, destacou-se para nós, nessa política do governo Magalhães Pinto, o sentido atribuído à recreação e ao esporte, sendo este visto como canal de popularização da cultura e aquela, um modo muito próximo à dimensão do trabalho, sendo utilizada como estratégia de melhoria das condições de produção do trabalhador. Sussekind (1948, p. 8) deixa claros os valores da recreação:

[...] a recreação dos trabalhadores, além de concorrer decisivamente para restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo, tornando-se, assim, fonte de saúde do povo e da produção do país, desempenha relevante papel na educação social do operariado e na dignificação do trabalhador, que deve usufruir dos benefícios e prazeres incorporados à civilização a que pertence.

Nesse sentido, tanto o esporte como a recreação são utilizados nas políticas públicas como *meio* e não como *fim* em si mesmos, o que distancia a compreensão deles como direito social. Essa percepção nos remete à análise de Veronez (2005, p. 221), ao indicar:

A ação do Estado no setor esportivo em direção às classes trabalhadoras também não foi para assegurar-lhes o acesso universal a mais um direito social, mas sim para integrá-las na dinâmica do trabalho capitalista, isto é, para educá-las, adaptá-las e domesticá-las buscando sua aceitação às condições das relações sociais de produção e divisão social do trabalho de uma emergente, mas intensa industrialização.

Em sua *Mensagem* de 1965, referente a 1964, o governador Magalhães Pinto se ateu em explicar os propósitos do governo com suas políticas setoriais, não explicitando as ações desenvolvidas pela DEMG. Segundo ele,

o Governo procurou dar à Mensagem, por conseguinte, sentido mais amplo do que o tradicionalmente emprestado a documentos dessa natureza. As inspirações que o conduziram têm sua origem nas necessidades dos tempos atuais, quando já não é mais possível governados e governantes aceitar números, dados, fatos sem a justificativa da filosofia de ação que os fez realidade (MINAS GERAIS, 1965, p. 9-10).

Magalhães traduziu a filosofia do governo cujo fundamento era “a consideração primordial do homem, o respeito e garantia de seus direitos e liberdades, sua valorização pelo combate à ignorância, à doença e à miséria, aos fatores que diminuem a expressão de sua personalidade e a eficiência de sua atuação profissional”. Em suas palavras, também assegurou que “a boa convivência do governador com o presidente da República resulta no melhor atendimento aos anseios do Estado e da Nação”. Ao analisar o Movimento de Março de 1964, o governador mineiro se posicionou a favor do apoio e cooperação ao governo federal

confiante na tarefa de Minas em consolidar as “instituições democráticas e promover o bem-estar do povo brasileiro” (MINAS GERAIS, 1965, p. 5-9).

Carmo Chagas (1994), analisando a trajetória política de Magalhães Pinto considera-o como um “líder civil” da Revolução. Apoiou Castelo Branco na suposição de que o general ficaria à frente do governo até as eleições marcadas para 1965, quando disputaria a indicação pela UDN. Passou a fazer oposição à Castelo Branco após o Ato Institucional n. 2, que extinguiu os partidos antigos, estabeleceu eleições indiretas para presidente da República e estendeu até março de 1967 seu governo.

Se golpe militar de 1964 foi realizado pela confluência de fatores políticos e econômicas para combater o comunismo e a corrupção ou conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores, como são algumas das interpretações realizadas, o fato é que, até o final da administração Magalhães Pinto, não aconteceram mudanças significativas na política esportiva.

Na *Mensagem* de 1965, as únicas alusões à política esportiva são as apresentações, em gráficos, dos critérios de aplicação social dos recursos da Loteria do Estado, destinados para setores de obras e serviços públicos, bem como para a educação esportiva. Mesmo não tendo havido mudanças nos percentuais, é destacado o valor por volta de 400 milhões direcionado à DEMG para construção de praças de esportes, que representava praticamente o dobro dos dois anos anteriores e pouco mais de 275 milhões para a Construção do Estádio de Minas Gerais, contra 200 milhões de 1963 e 50 milhões dos dois anos anteriores. O Estádio, para mostrar sua grandiosidade, teve destaque em um quadro comparativo de capacidade de espectadores em relação a Minas Gerais, o Brasil e o mundo.

Essa questão merece ser mais bem analisada, uma vez que encontramos referências sobre a redistribuição dos funcionários da DEMG, em maio de 1964, em diferentes secretarias, por contensão de despesas, “oportunidade em que as verbas ficaram aliviadas, sendo canalizadas para objetivos primordiais e específicos” (ASSIS, 1977, p. 147).

Anatólio Assis também esclarece que, na ocasião, o Estado já havia construído cerca de 60 praças de esportes no interior, mas, muitas já estavam precisando de recuperação, motivo que levou a DEMG a investir nesse processo, além de concluir obras que estavam paralisadas.

“Nessa gestão não se registrou, a bem da verdade, a construção integral de novas Praças de Esportes, uma vez que a quase totalidade dos recursos disponíveis pelo Órgão estavam engajados nos trabalhos de recuperação das unidades esportivas existentes” (ASSIS, 1977, p. 149).

Ao assumir no governo mineiro em 1966, Israel Pinheiro tratou a política esportiva como formadora de recursos humanos.

O esporte na política de recursos humanos

No governo Israel Pinheiro da Silva (1966-1971), a DEMG ao lado da Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho e Ação Social, Universidade Rural de Minas Gerais, e ADEMG, passou a fazer parte, nas Mensagens do governador, não de uma política explicitada, mas de um setor referente à formação de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades econômicas. Em sua *Mensagem* de 1970, o governador deixa claro o papel da educação:

Condição indispensável ao desenvolvimento é a educação, através da qual se formam e aprimoram as gerações capazes de compor os quadros humanos, a que incumbe acionar, manter e expandir as atividades econômicas (MINAS GERAIS, 1970, p. 7).

Como a DEMG passou a figurar no mesmo setor da Educação, isso nos leva a crer que o esporte, a educação física e a recreação eram vistos, também, como capazes de capacitar recursos humanos para a produtividade das atividades econômicas.

Ao assumir o governo mineiro, Israel Pinheiro nomeou como presidente da DEMG José Mendes Júnior e como diretores, coronel Ellos Pires de Carvalho e Afonso de Araújo Paulino, função acrescida por Theófilo de Souza Lima e, posteriormente, pelo major PM José de Abreu, que substituiu o coronel PM Ellos Pires de Carvalho após sua exoneração (ASSIS, 1977).

Afonso Paulino (2010), que foi diretor financeiro e administrativo nessa gestão, esclarece:

Entendíamos, na época, que precisávamos modificar as estruturas do esporte especializado, porque ele vivia preso à política. Os homens que, com raras exceções iam participar da Diretoria de Esportes eram políticos, que tinham objetivos políticos de serem deputados, e de esporte mesmo eles não conheciam nada [...]. Então nós fomos para

lá com o objetivo de fazer [a política do esporte, e não esporte da política].

Como as finanças da DEMG estavam mal na ocasião, Afonso Paulino (2010) afirma:

Grande parte da verba [proveniente da Loteria] já tinha sido antecipada [pela administração anterior] e todas as estruturas das federações que eram na Avenida Barbacena, outra na Rua da Bahia: basquete, futebol de salão; a Diretoria de Esportes era na Rua Santa Catarina um pedaço, lá perto do viaduto outro pedaço, então ela era toda dividida; e todas as federações, a Diretoria de Esportes estavam sendo despejadas, por falta de pagamento. Mas existia o Dr. Mendes, uma figura como poucas, o relacionamento dele com o governador [...] conseguimos, que se fizesse, através da Secretaria da Fazenda, uma antecipação para que a Diretoria pudesse sobreviver e o esporte pudesse sobreviver.

A antecipação de verbas pode ser uma das causas da duplicação do valor recebido da Loteria no exercício anterior. Mas as questões levantadas por Afonso Paulino foram motivadoras para a compra de um prédio para abrigar a DEMG e as federações. Por meio da Lei n. 4.249, de 15 de setembro de 1966, foi autorizada a aquisição de parte de imóvel destinado à sede da DEMG (1º, 2º e 3º pavimentos), que, sob sua administração direta, se destinou à criação da Casa do Esporte, já sugerida em governo anterior, na qual foram instaladas as federações amadoras, o Conselho Regional de Desportes, alojamentos para esportistas, restaurante, serviços médicos e outras dependências indispensáveis ao esporte amador especializado (MINAS GERAIS, 1966). A partir de então, o “lugar” da política esportiva amadora passou a ser o prédio da foto abaixo, localizado na Avenida Olegário Maciel, n. 311.



FIGURA 6 – Casa do Esporte José Mendes Júnior.

Fonte: BOLETIM INFORMATIVO, Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos. Diretoria de Esportes de Minas Gerais, ano 1, n. 8, p. 4, jun./jul. 1977.

Afonso Paulino (2010) esclarece:

Fizemos uma pequena reforma lá na Diretoria e lá em cima nós colocamos um alojamento, com restaurante que tinha capacidade para 480 pessoas serem hospedadas, porque lá na época, o último andar foi ocupado por uma cozinha, onde o cozinheiro principal era o Fernando Grosso, professor de Educação Física, técnico de basquete. Tomava conta, juntamente com o Pimenta, um médico, que era médico da Secretaria, que foi requisitado para atender os atletas. O Fernando é que coordenava com a Maria Helena, esposa dele. [...] Para lá transferimos todas as federações e o CRD.

A DEMG, conforme orientação governamental, deu prioridade, nessa administração, às obras de recuperação das praças de esportes.

Sem partir ainda para o objetivo de construir novas praças de esportes, nós entendíamos que, [...] como não tinha quase dinheiro para as

praças de esporte, nós preferíamos que aquelas que estavam em estado precário, que existia alguma coisa para recuperarmos [...]. Assim nós iniciamos chamando os prefeitos: 'Olha, nós vamos dar o material', a maioria desse material era o que nós tínhamos recolhido no almoxarifado: ladrilho para piscina, ferragens, tabelas, etc. 'E vamos fazer o seguinte: vamos fazer um convênio. [...] nós vamos dar o mais pesado. [...] Vocês vão dar algum material [areia], [...] mão de obra [...] Desta maneira nós conseguimos recuperar as praças de esportes (PAULINO, 2010).

Afonso Paulino (2010) ainda destaca:

Quando nós entramos, nós saímos procurando nas praças de esportes, azulejo, ferragens, etc. que os políticos mandavam para lá dizendo que iam construir e não construíam. E estava tudo acabando. Como eles tinham cortado parte da verba que nós teríamos, eles anteciparam. Não cortaram, eles pegaram antecipado. Nós saímos recolhendo isso para fazer as praças de esportes.

Merece destaque, nesse período, a reestruturação na Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com alterações nas suas competências, a partir de fevereiro de 1967. A DEMG e o CRD saíram da sua estrutura e passaram a ser vinculados, novamente, ao Gabinete Civil do governador, medida tomada por meio da Lei n. 4.429, de 9 de fevereiro de 1967 (MINAS GERAIS, 1967b). Com isso, os destinos das políticas de esportes voltaram a estar novamente nas mãos do governador. Essa situação, criada no Estado Novo e reeditada pós-revolução de 1964, parecia ser uma medida que facilitaria usos políticos do esporte.

Mas é importante ressaltar que as ações desenvolvidas pela DEMG na administração Israel Pinheiro, no período em que esteve vinculada à política de Recursos Humanos, mantiveram a tendência apresentada no período anterior. Assim, permaneceram os investimentos em ações de formação profissional, de construção e manutenção de equipamentos, de doação de material esportivo e, também, de realização de competições esportivas (MINAS GERAIS, 1968).

Além da recuperação das praças de esportes, nas *Mensagens* do governador, nessa administração, dá-se destaque a auxílios para a realização de obras e aquisição de materiais de construção; construção de ginásios, com destaque para o do CPOR, do Sparta e do Mackenzie; aos alojamentos e auxílios, bem como ao patrocínio de campeonatos de diferentes federações. Fazia parte desse rol a realização de cursos

e competições esportivas, tais como os Grandes Jogos de BH, Jogos Abertos de Poços de Caldas, Cambuquira e Campanha, Torneio da Primavera, Jogos Universitários de Belo Horizonte e os Jogos Primários de Belo Horizonte, dentre outros.

Esses últimos eram realizados com alunos do curso primário, hoje as primeiras séries do ensino fundamental.

O menino era aí de 7 até 14 anos. Eles iam para a praça de esporte aprender a nadar. [...] para isso, nós dávamos para o menino o calção, a boia [...] e chegava num determinado momento, também, eles já começavam a fazer o atletismo. Natação, atletismo e futebol. Nos jogos, quando os grupos escolares criavam o nadador, nós já começávamos a fazer competições, já no segundo ano. Porque já existia o atleta para jogar futebol, para nadar e para correr (PAULINO, 2010).

Essas competições ocorreram tanto na cidade de Belo Horizonte – destacando-se as ações que envolviam os estudantes, tais como os Jogos Primários de Belo Horizonte e os Jogos Universitários de Belo Horizonte – como em cidades do interior de Minas Gerais – Jogos Abertos de Poços de Caldas e de Cambuquira.

Coube à Diretoria o investimento em obras no Estádio Magalhães Pinto e no Palácio das Artes. Esses investimentos vinham também da Loteria do Estado, que tinha sua verba distribuída para outros setores da política pública de Minas Gerais, entre eles a saúde e a educação. Em 1968, o então governador Israel Pinheiro indicou, em sua *Mensagem* à Assembleia Legislativa, que pretendia reformular o Decreto-Lei n. 204, de modo que os lucros oriundos dessa Loteria fossem destinados somente às Instituições de Assistência Social e Médica (MINAS GERAIS, 1968a). Com a edição da Lei n. 4.895, de 29 de agosto de 1968, que dispunha sobre a Loteria do Estado de Minas Gerais, ficou assegurado que o lucro líquido resultante da exploração da Loteria, anualmente verificado, seria destinado à subvenção de instituições de assistência social (MINAS GERAIS, 1968b). Desse montante 25% seriam destinados à educação física e ao esporte amador, assegurando, assim, o apoio à política de educação física e esportes, que receberam um grande investimento federal no governo Rondon Pacheco.

O esporte retorna à política de educação

Com Rondon Pacheco (1971/1975) o esporte retornou à política de educação vista como “infra-estrutura básica do desenvolvimento econômico e social”. Sua preocupação fundamental era “renovar inovando, através da regulamentação, de execução e fiscalização, dentro da Pedagogia científica, da racionalização administrativa e dos reclamos de profissionalização” da época (MINAS GERAIS, 1972, p. 67). Toda a sua política foi realizada em sintonia com a política educacional desenvolvida pelo governo federal, por meio do Ministério de Educação e Cultura, que traçava as diretrizes e bases de todo o ensino no Brasil.

Seguindo as orientações do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (DED), cuja finalidade era planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física, dos desportos estudantis e da recreação no país (GONÇALVES, 1971), a DEMG organizou suas ações.

O DED havia estabelecido três objetivos gerais para suas ações: elevar o nível brasileiro de educação física integral, do esporte estudantil e da recreação ativa e passiva. Para tanto, criou a política nacional de educação física e desportos e o plano de educação física e desportos (LEMOS, 1984).

Em sua *Mensagem* de 1972, Rondon Pacheco esclarece que todo esforço e todo o trabalho realizado no esporte

se concentraram também na filosofia de que a educação moderna deve influenciar a comunidade, procurando interessá-la na solução dos seus problemas, com o objetivo de inspirar-lhe a confiança e a estima indispensáveis a uma cooperação inteligente e à sua preparação para receber, de coração aberto, a influência educativa, integrando-a na ampla dinâmica do processo educacional (MINAS GERAIS, 1972, p. 80).

Nesse sentido, no campo da educação esportiva, o governo, por intermédio da DEMG,

empreendeu os maiores esforços para dar a Minas Gerais real projeção no cenário nacional, elaborando e cumprindo programas dentro da técnica moderna para o melhor aproveitamento, aplicação e necessária implantação da educação desportiva no Estado (MINAS GERAIS 1972, p. 78).

A relação de Rondon Pacheco com o governo militar era muito forte, uma vez que assumiu funções de liderança a seu favor. Antigo líder da UDN, foi um dos principais organizadores da ARENA, chegando a chefiar o Gabinete Civil de Costa e Silva (CARMO, 1994). Em Minas Gerais, deu apoio total à política nacional criada para a área da educação física e do esporte.

A diretoria da DEMG foi formada pelos professores Herbert de Almeida Dutra, Owalder Rolim e pelo tenente-coronel Osvaldo Martins. Ela criou, no órgão, uma Assessoria de Planejamento que inicialmente se voltou para o cadastramento, o levantamento de dados físicos e a definição das possibilidades desportivas, ativas e passivas, da população mineira. Foram realizados questionários, com dados levantados em Belo Horizonte e em várias cidades, observados os critérios: nível e distribuição de renda, população urbana, tradição escolar e tradição esportiva. Os dois primeiros determinados pelos Ministérios da Educação e Cultura e do Planejamento, e os dois últimos, sugeridos pela Assessoria de Planejamento da Diretoria de Esportes, “no sentido de melhor obter a integração estudante-educação-física” (MINAS GERAIS, 1972, p. 79).

Owalder Rolim (2010), um dos diretores nessa administração diz:

Especialista de planejamento, sociólogo, administradores de empresa, engenheiros, arquitetos, técnicos, professores de Educação Física, estagiários de nível universitário após intensos estudos coletaram dados e mostraram a realidade esportiva de Minas Gerais indicando os novos caminhos a seguir. Esse relatório foi feito para que a gente pudesse [fazer], nessa época eles falavam massificação do esporte, a partir das escolas todas. Do Setor de Dados, Avaliação e Controle a Diretoria de Esportes realizou um levantamento que permitiu ter atualizadas as informações sobre as Praças de Esportes, Federações Especializadas, Clubes e todos os outros órgãos ligados ao esporte.

Anatólio Assis (1977, p. 64-65) cita, dentre outros, os trabalhos de pesquisas realizados:

‘Pesquisa Exploratória sobre a Prática da Educação Física em Belo Horizonte’; ‘Levantamento da sua infraestrutura Esportiva de Belo Horizonte’; ‘Levantamento das Condições Infraestruturais Esportivas dos Colégios Secundários de Belo Horizonte’; ‘Levantamento das Condições Infraestruturais das Associações Esportivas nas Escolas de 1º e 2º Graus do Estado’; ‘Levantamento da Infraestrutura das

Associações Esportivas'; 'Frequência Estudantil às Praças de Esportes e Associações Esportivas.

Esse trabalho possibilitou a realização, em 1971, de um planejamento esportivo para o Estado, estabelecendo, com base no Diagnóstico Nacional realizado em 1969, a formulação de critérios de prioridade para atendimento aos municípios carentes de maior assistência.

O objetivo com o trabalho era o enquadramento das atividades nos planos do Ministério de Educação e Cultura, canalizando para Minas Gerais substanciais verbas provenientes da Loteria Esportiva.

Pioneiro no País, [o trabalho] teve o mérito de facilitar dotação inicial de Cr\$ 900.000,00 à Diretoria de Esportes de Minas Gerais, para desenvolvimento de suas primeiras aplicações em três Centros Comunitários de Belo Horizonte, em entidades esportivas de Varginha (DEMG), em Lavras, Santa Luzia e Uberaba (DEMG) e outras cidade cujos projetos se revelam compatibilizados com as finalidades propostas. Paralelamente, promovem-se convênios escolas clubes, para solucionar o problema da implantação e desenvolvimento dos desportos nas áreas estudantis e o aproveitamento da ociosidade de equipamentos esportivos de clubes e praças de esportes. O Programa Piloto já está sendo testado em Belo Horizonte, através do clube Sparta e escolas adjacentes, com bons resultados iniciais (MINAS GERAIS, 1972, p. 79).

Veronez (2005) esclarece que no governo do General Costa e Silva foram efetivados mecanismos de provimento de recursos para o esporte de forma mais regular, fato que possibilitaria o planejamento de longo prazo para o setor. Com a Loteria Esportiva, criada pelo Decreto-Lei n. 594/1969, ficou determinado que a renda líquida obtida com a sua exploração deveria, obrigatoriamente, ser aplicada em ações de caráter assistencial, educacional e aprimoramento físico. Do total dos recursos arrecadados, 30% seriam destinados a programas de educação física e atividades esportivas, como consta na alínea "b" do artigo 3º (BRASIL, 1969).

Antecedendo essas ações, foi realizado no País, em 1969, um convênio entre o Centro Nacional de Recursos Humanos, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (CNRH-IPEA), órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e a Divisão de Educação Física do MEC, para a elaboração do *Diagnóstico da Educação Física e dos Esportes*, que foi publicado em 1971. Uma das suas justificativas era

a definição de uma fonte de recursos financeiros regulares a partir da Loteria Esportiva que, “dada a magnitude dos recursos em jogo, seria imprescindível dispor-se de um instrumento que permitisse adequado planejamento da aplicação dos recursos respectivos” (COSTA, 1971, p.7)

O processo realizado na DEMG foi fruto de uma reestruturação que lhe deu melhores condições estruturais e operacionais. Com a criação da Assessoria de Planejamento com pessoal especializado (engenheiros, sociólogos, arquitetos e professores coordenadores), foi estabelecido um esquema de trabalho, com os seguintes objetivos:

1. Construção e reparação de instalações esportivas; 2. Formação e treinamento, através de cursos de pessoal técnico; 3. Intensificação do esporte e da educação física junto aos estabelecimentos escolares de ensino do 1º e 2º Grau; 4. Melhoria da imagem desportiva de Minas, dando apoio às programações das federações especializadas, clubes, prefeituras municipais, direção de educandários, etc.; 5. Importação de equipamento esportivo sem similar no País, para posterior cessão aos clubes e colégios, com redução de preço de até 60%; 6. Integração do programa de esclarecimento esportivo do Departamento de Educação Física e Desportos – Ministério da Educação e Cultura, com a distribuição de ‘posters’, caderno técnico, para os professores e cartilhas para os meninos; 7. Entrosamento constante com os órgãos desportivos de orientação nacional – Departamento de Educação Física e Desportos e Conselho Nacional de Desportos; 8. Difusão de novas modalidades esportivas, como ginástica, hand-ball e basquetebol feminino; 9. Pesquisas em praças de esportes, clubes e colégios oficiais; 10. Participação na instalação e funcionamento das escolas de Educação Física de Uberlândia e Muzambinho; 11. Estudos e entendimentos, por determinação do Governo, para a construção do Palácio dos Esportes (MINAS GERAIS, 1973, p. 163-164).

A política esportiva passou a figurar nas *Mensagens* do governador, nessa administração, não mais com o título de seu órgão estruturador e gestor – Diretoria de Esportes –, e sim Desportos e Educação Física.

Na política de educação, a educação física passou a ser compreendida como referência para as ações no Estado de Minas Gerais. Se observados os onze itens constantes no esquema de trabalho citado, constata-se que havia uma forte inclinação em fazer a conexão entre os espaços existentes e a realização de ações neles. Inclusive, há indícios de que era objetivo,

com essa política, realizar ações educativas integrando diferentes órgãos e entidades e potencializando o uso dos espaços já existentes, com o intuito de, cada vez mais, melhorar o nível esportivo no Estado.

Assim, na política de praças de esportes, procurou-se dar maior objetividade aos investimentos realizados pelo Estado, com suas organizações em melhores e reais condições de funcionamento e a presença efetiva de estudantes e comunidades. As subvenções e auxílios materiais beneficiaram diferentes entidades esportivas em todo o Estado.

A DEMG realizou, nessa administração, vários projetos e especificações de quadras de basquete, voleibol e futebol de salão, quadras poliesportivas, piscinas, pistas de Atletismo, ginásios cobertos em várias entidades esportivas de diferentes municípios do Estado, visando a interiorização das atividades de educação esportiva. Essas obras foram realizadas com recursos do governo federal, por meio do DED-MEC.

Uma obra que assumiu grande relevo, “pelas suas implicações de ordem educacional”, foi a do Palácio dos Esportes. A ideia da edificação de um ginásio poliesportivo coberto em Belo Horizonte partiu do governo, em meados de 1971, quando foi solicitada à equipe técnica de engenheiros da ADEMG a elaboração de seu anteprojeto, localizando-o às margens da Lagoa da Pampulha, para complementação do Centro Esportivo Universitário. Após a realização de um convenio entre a ADEMG e a UFMG, assinado em 12 de outubro de 1972, iniciaram-se os preparativos para execução da obra do Palácio dos Esportes (MINAS GERAIS, 1973, p. 258).

Um amplo apoio foi dispensado às federações de esportes especializados e ao esporte estudantil. Foram realizados jogos estudantis em várias cidades do interior. Mas, o ponto alto desse programa foi o patrocínio dos III Jogos Estudantis Brasileiros, quando Belo Horizonte recebeu 1.900 estudantes de todos os Estados do Brasil, em disputas de várias modalidades esportivas, nas quais a representação mineira logrou significativos resultados (MINAS GERAIS, 1972).

Afirma Owaldler Rolim (2010):

Nós fizemos aqui esses jogos brasileiros, foram os III Jogos Estudantis Brasileiros, [...] foi em 71. Pra você ver só a Comissão de Honra que tinha para essa coisa para ver como é que era feita, o Coronel Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura, o Coronel Erick Tinoco Marques, era diretor do DED, já famoso, o Dr. Caio

Benjamin, Secretário de Educação de Minas [...]. Então esse foi um grande evento realizado aqui em Minas. Nós temos aqui a nomeação de toda equipe dos setores que participaram, e vários da Diretoria de Esportes. Cada técnico sendo responsável por um setor. Setor de Planejamento e Alimentação tem vários aqui [...]. Setor de transporte, setor de divulgação, entre outros, comissão técnica. Esses jogos tinham o grande objetivo de pegar os melhores do Brasil, principalmente para as representações nacionais. O grande objetivo era esse. Com o melhor que tinha. E as modalidades eram modalidades olímpicas.

A DEMG difundiu no interior a necessária motivação para a prática esportiva, por meio de promoções, torneios, competições e cursos de orientação e preparação de técnicos. Na *Mensagem* do governador de 1973 destacam-se as seguintes atuações:

1. Cursos de formação e aperfeiçoamento para 203 novos técnicos, com a colaboração das federações de basquetebol, voleibol, atletismo, natação, hand-ball e ginástica;
2. Cursos de férias em 55 cidades, no ano de 1972, para formação de monitores esportivos;
3. Intercâmbio de técnicos, especialmente com os Estados Unidos, com a colaboração dos Amigos da América;
4. Grandes Jogos Mineiros, com a participação de 52 cidades, promoção pioneira no Estado;
5. Jogos Estudantis em Alagoas;
6. Jogos da Primavera, com a colaboração dos Diários Associados;
6. Jogos Estudantis do Interior do Estado;
8. Competições de tênis e ginástica, com participação de representantes de países americanos e europeus (MINAS GERAIS, 1973, p. 164-165).

Reestruturada e implantada a nova política de incentivo ao esporte e à educação física por meio de medidas efetivas, o governador Rondon Pacheco verificou que houve melhoria da imagem esportiva do Estado. Com isso, foram obtidos excelentes índices de crescimento em todas as modalidades esportivas. O Estado de Minas teve representantes em todos os certames oficiais (MINAS GERAIS, 1973, p.165).

A aliança entre as políticas de esporte e educação física com a de recreação destacadas não foi explicitada nas *Mensagens* do governador Rondon Pacheco. O foco das atenções estava direcionado para a educação física e o esporte. É importante ressaltar que a palavra “lazer” aparece acompanhada do termo “recreação” em uma citação não vinculada à Diretoria de Esportes, mas às ações da Secretaria de Trabalho e Ação Social, a saber:

Procurando dotar a Capital de áreas adequadas para a prática de atividades recreativas e esportivas, tendo em vista a importância da recreação e lazer para o indivíduo, a Secretaria conseguiu a liberação de Cr\$ 720.388,95 para a construção do Parque Infante-Juvenil Pedro II (MINAS GERAIS, 1975c, p. 177).

Estudos de Marcellino (1995) sobre o lazer no Brasil mostram que, visto como fenômeno moderno, o lazer foi marcado, inicialmente, pela urbanização ocorrida na década de 1930 e sedimentado com o capitalismo na década de 1970, momento em que a palavra lazer incorporou nosso vocabulário comum. Em Minas Gerais, somente a partir de meados da década de 1970 o lazer apareceu citado nas políticas públicas mineiras.

Como a política de esporte estava vinculada ao gabinete civil do governador, órgão de suporte imediato da atividade governamental, desde 1967, ela foi acompanhada e coordenada pela ação administrativa superior do governador do Estado. Além das atividades administrativas, o Gabinete Civil exerceu a coordenação das atividades de diversas entidades a ele legalmente vinculadas. Dentre essas,

atenção substancial foi dada ao setor cultural. No plano esportivo, houve permanente colaboração do Gabinete Civil com a Diretoria de Esportes de Minas Gerais, através do apoio às suas atividades específicas com os recursos da Loteria do Estado (MINAS GERAIS, 1975c, p. 205).

A Loteria de Minas Gerais foi uma importante fonte de recurso para o esporte em Minas Gerais, e, assim como em outros momentos de existência da Diretoria de Esportes, também nesse período em que esteve vinculada à política de educação.

Em 1975, com saída de Rondon Pacheco do governo de Minas Gerais, a DEMG foi novamente desvinculada do Gabinete Civil do governador, passando a constituir-se parte da Secretaria de Trabalho, Ação Social e Desporto.

O esporte e a política de trabalho, ação social, menor e desportos

Em 1975, na gestão do então governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1975-1978), a DEMG passou por nova reestruturação, estando vinculada ao Sistema Operacional do Trabalho, Ação Social e

Desportos, cujo órgão central era a Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos (MINAS GERAIS, 1975a). Esse sistema era composto, também, pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG); Fundação Educacional do Bem-Estar do Menor (FEBEM); Autarquia Administrativa do Estádio de Minas Gerais (ADEMG) e o Conselho Regional de Desportos (CRD), que visavam à consecução de objetivos e metas governamentais interdependentes.

No decorrer dos onze anos em que esteve vinculada a essa Secretaria, a DEMG passou por três administrações. No governo Aureliano Chaves (1975-1978), foi dirigida, inicialmente, por Herbert de Almeida Dutra, que se afastou do cargo, ficando Luci Moreira da Silva Rodrigues respondendo pela DEMG. Nelson Bartels assumiu interinamente o cargo, permanecendo até o governo Levindo Ozanan Coelho (1978-1979). No governo Francelino Pereira (1979-1983), foram diretores Sebastião Pinheiro Chagas, depois Afonso Celso Raso.

Uma reorganização da DEMG, no governo Aureliano Chaves, em 1976, com sua transformação em órgão autônomo da Administração Direta, foi uma medida que visou:

dotar o órgão de uma estrutura administrativa compatível, com o acervo de atribuições que lhe são reservadas, cumprindo-lhe, no âmbito estadual, a importante missão de coordenar a prática do esporte amador e da recreação, assegurando-lhes desenvolvimento satisfatório e em consonância com os planos do governo federal para o setor. Compete-lhe, também, a fiscalização de entidades esportivas particulares, beneficiárias de recursos concedidos pela União, podendo ser destacada ainda, importante missão de atuar, em colaboração com o Sistema Operacional de Educação, no desempenho de atividades relacionadas com a Educação Física (MENDONÇA, 1976, p. 2).

Nessa reorganização, de órgão anteriormente responsável por promover, orientar e estimular, no Estado, a prática da educação física, dos desportos e da recreação, junto a entidades esportivas, meios escolares etc. (MINAS GERAIS, 1961c), coube à DEMG “promover, orientar e estimular no Estado a prática do desporto amador e da recreação”. Quanto à educação física nos meios escolares a Diretoria passou a “colaborar com o órgão e as entidades vinculadas ao Sistema Operacional de Educação na execução de seus programas, projetos e

atividades de educação física, desportos e recreação escolar” (MINAS GERAIS, 1976).

Nessa reestruturação, no tocante às ações escolares, tanto colaborando na execução de programas e projetos como na qualificação de técnicos em educação física e desportos, ou repassando dotações orçamentárias para a educação física e o desporto escolar oriundas do Estado ou da União, a DEMG realizou ações articuladas com a Secretaria de Educação.

Dentre suas finalidades estavam, também, a promoção, em cooperação com entidades e órgãos públicos, na construção de praças de esportes, parques infantis, recantos de férias e centros de fisicultura, estabelecendo normas, orientando e fiscalizando suas construções, dentre outras (MINAS GERAIS, 1976).

A partir dessa reorganização, a DEMG passou a ter a seguinte estrutura orgânica:

I – Diretoria Geral; II – Gabinete; III – Assessoria de Planejamento e Coordenação; IV – Seção de Administração Financeira; V – Superintendência Administrativa; V.a – Divisão de Pessoal; V.b – Divisão de Material e Patrimônio; V.c – Divisão de Transportes e Serviços Gerais; VI – Superintendência de Desportos, Recreação e Lazer: VI.a – Divisão de Desportos, Recreação e Lazer; VI.b – Divisão de Engenharia; VI.c – Divisão Médica (MINAS GERAIS, 1976).

É importante destacar que o lazer já passou a ser explicitado em uma de suas divisões ao lado do esporte e da recreação. Como na sua estrutura estava prevista, também, uma Divisão Médica, com a competência da assistência médica a atletas, autoridades e preparadores técnicos amadores, a criação desse setor médico na DEMG, foi explicada pelo médico Cimar Eustáquio da Silva (2010):

Eu fui convidado pelo então governador, Aureliano Chaves, para assumir uma parte na Diretoria de Esportes de Minas Gerais, que era o atendimento médico desportivo aos atletas de Minas Gerais. [...] nós não tínhamos basicamente nada sobre isso [medicina esportiva] nem na literatura nacional, nem na literatura internacional, era muito pouca coisa, ou seja, [...] que havia em relação ao atleta. [...] atendia-se ao clube, aos atletas, o médico que interessava por paixão, por amor, porque gostava. Na verdade não era muito raro você encontrar um Oftalmologista, por exemplo, atendendo a uma seleção de basquete, de vôlei e etc. [...] e nós conseguimos, eu acredito. Nessa época iniciou-se

tudo em relação a medicina do esporte, quando a medicina se voltou para o esporte.

A DEMG criou essa área de apoio médico ao atleta em geral, que foi coordenada pelo Dr. Cimar. Faziam parte da sua equipe, inicialmente, duas enfermeiras e um fisioterapeuta. Esse departamento foi se organizando e se estruturando para ser um grande centro médico esportivo, elaborando pesquisas; realizando exames clínicos, atendimentos fisioterápicos, socorros de urgência em acontecimentos esportivos; realizando cursos de primeiros socorros para técnicos desportivos e de medicina e psicologia aplicados à educação física e aos esportes; atendendo seleções mineiras, inclusive brasileiras (SILVA, 2010).

Nos anos iniciais de ligação DEMG com a política de trabalho, ação social, menor e desportos, destacaram-se duas ações desenvolvidas: os Jogos Estudantis Mineiros (que foram realizados inicialmente em 1972), que em 1975 contou com a participação de 2.265 estudantes de 25 municípios mineiros (MINAS GERAIS, 1976, p. 335); e os Jogos Estudantis Brasileiros, com a participação de diversos atletas de Minas Gerais que recebiam o apoio da Diretoria. Embora essas ações não tenham sido iniciadas no governo Aureliano Chaves, ambas se destacaram em razão da longa duração que tiveram, perdurando por diferentes gestões e também em virtude do público a que estava direcionado: estudantes. O destaque a essas ações foi recorrentemente apresentado nas *Mensagens* dos governadores entre 1976 e 1982.

A intenção em estimular “o interesse e a participação da juventude [...]” (MINAS GERAIS, 1976, p. 11), dentre outros atores para a esfera da política, estava posto de modo claro por Aureliano Chaves, em sua primeira *Mensagem*, que apontava a “inspiração humanística” e a fidelidade “[...] aos princípios que nortearam a Revolução de 31 de março de 1964 [...]”, como pontos norteadores de seu governo (MINAS GERAIS, 1976, p. 9).

Se a organização dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) foi uma das ações da política nacional no governo militar, criada em 1969 pelo MEC, visando incentivar o esporte de competição nas escolas e, principalmente, revelar talentos no esporte olímpico, uma vez que as modalidades disputadas não eram modalidades esportivas do cotidiano escolar, Minas Gerais acatou bem as orientações federais. Realizando os Jogos Estudantis Mineiros, movimentando um grande número de

atletas com vista à formação das seleções mineiras que participariam dos Jogos Estudantis Brasileiros, Minas Gerais, por meio da DEMG, contribuiu para o processo de desenvolvimento esportivo, de acordo com a filosofia que inspirava a ação do Poder Público federal.

Rita Aguiar (2010) nos dá pistas a respeito da atuação da DEMG na realização dos Jogos Estudantis:

[...] o Herbert, que deu muita ênfase aos Jogos Estudantis. [...] Eu acho que foi muito boa uma ação deles, principalmente do Professor Herbert, sobre os Jogos Estudantis, os Jogos do Interior. Eu achei sempre o Professor Herbert muito trabalhador, muito incentivador, [...] Agora, o que eu acho que foi um desenvolvimento, é a participação de Minas Gerais nesses campeonatos, por exemplo, em JEBs. Você via que Minas Gerais era realmente uma grande figura. Os atletas eram figuras importantes e tudo isso, e a atuação dos técnicos, da Diretoria. Isso eu acho que é uma projeção nacional.

Ao analisarmos as *Mensagens*¹⁵, percebemos que existia na política de cunho social, desenvolvida pela Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, um foco direcionado para uma situação que estava em destaque, nesse caso, a necessidade de “desacelerar o agravamento do problema do menor carente de recursos.” (MINAS GERAIS, 1976, p. 16). Essa preocupação no enfrentamento do problema em relação ao menor carente nos orienta para a compreensão de que esse poderia ser um dos aspectos motivadores para o enfoque desse governo em uma política de destaque para a juventude. E no caso da DEMG, que estava diretamente ligada à política de ação social, o desenvolvimento de atividades para esse público poderia estar constituído como seu objetivo.

A preocupação com a realização de ações ligadas a uma política social estava apontada no Programa de Centros Sociais Urbanos (CSUs) (MINAS GERAIS, 1975b), cujo objetivo era implantar equipamentos de uso comunitário de diversas áreas nos centros urbanos, conforme identificamos na *Mensagem* de 1977:

As finalidades desses centros consistem em propiciar às comunidades urbanas mineiras, de forma integrada e multissetorial, instalações e equipamentos destinados ao desporto, à educação informal e à disseminação da cultura, além de obter mobilização comunitária, de caráter permanente, para a prática da medicina preventiva (MINAS GERAIS, 1977, p. 25).

15 Destaque para as *Mensagens* de 1976 e 1977.

Esse programa estava baseado na política macro de implantação de centros sociais, desenvolvida, naquele período, pelo governo federal. Nasceu de uma tomada de posição do governo diante ao problema da desagregação social e comunitária existente nos grandes centros urbanos do País. Nesse sentido, Gimenes (2009) cita que esse e outros programas objetivando a integração social faziam parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Segundo a autora, com o PND almejava-se a criação de mercado de massas, focalizando a eficiência e a assistência aos estímulos do trabalhador.

Nesse sentido, a partir de 1976, o Programa Estadual de Centros Sociais e Urbanos encontrava-se entre as atribuições da Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos.

No arranjo da política dos CSUs, que tinha entre seus objetivos “propiciar a organização e o desenvolvimento comunitário”, estava previsto o desenvolvimento de ações de recreação, lazer e esporte, e também das áreas de Educação, Cultura, Nutrição, Desenvolvimento Comunitário, Trabalho e Previdência e Assistência Social (MINAS GERAIS, 1978, p. 312). Identificamos, assim, que, com a implementação desses Centros Sociais, a política de atuação estatal no campo do esporte e do lazer em Minas Gerais assumiu a tendência de trabalho mais próximo de outras temáticas da política pública.

A construção e a manutenção de equipamentos esportivos – ginásios, quadras e praças de esportes – também foi uma tônica marcante na política implementada pelas diferentes gestões que estiveram à frente da DEMG na pasta Trabalho, Ação Social, Menor e Desportos. Nesse sentido, essas obras possibilitaram o desenvolvimento de objetivos que estavam propostos para essa Secretaria, como “atender à população carenciada e marginalizada, aos menores, aos trabalhadores urbanos e rurais e aos desportistas em geral” (MINAS GERAIS, 1977, p. 305).

O desenvolvimento de programas e projetos que incentivavam a inserção dos diversos públicos nas ações de esporte foi se intensificando. Outro público focalizado nesse período foram os trabalhadores, que tiveram nas atividades de lazer e esportivas a previsão de inserção na política desenvolvida pela DEMG. Nas palavras do diretor da DEMG, coronel PM Nelson Bartels (1976, p. 7), na abertura da 1ª Olimpíada Operária Global, fica claro o interesse motivador dessa atividade:

Mais uma vez, seguindo orientação emanada do governo federal, o Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de

Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, por esta Diretoria de Esportes, SESC e Rede Globo de Televisão, com um só pensamento – elevar o padrão físico-mental do povo brasileiro resolveu promover a 1ª Olimpíada Operária Global.

Como mais uma das ações orientadas pela política federal, a Olimpíada Operária Global foi um exemplo da atuação da DEMG que abarcava os trabalhadores. Com ela objetivava-se maior entrelaçamento entre empregados e empregador – “aqueles, preparando-se para enfrentar seu trabalho com disposição, e este, reconhecendo esta disposição, maiores incentivos terão para o desenvolvimento industrial e comercial de nosso País” (BARTELS, 1976, p. 7). Durante a administração Aureliano Chaves, foram realizadas três edições desse evento.

Owalder Rolim (2010) fez alguns apontamentos a respeito dessa ação:

Eu participei desses jogos, Olimpíada Operária Global, porque eu já tinha feito quatro ou cinco Olimpíadas dessas seguidas e a Diretoria de Esportes participava também. Era a Diretoria de Esportes, a Rede Globo, ela promete uma tomada geral. E a Diretoria de Esportes, SESI, SESC [...] Porque nessa época eu estava no SESI e a gente tinha também uma participação muito grande na Olimpíada, [...] com a Globo divulgando, a gente sempre tinha uma dificuldade com a parte de divulgação, principalmente o SESI.

Houve, também, a realização de parcerias entre a DEMG e outros órgãos – em níveis federal, estadual e municipal – para a construção de quadras e ginásios poliesportivos, praças de esportes e instalações esportivas que aconteciam por meio de convênios entre a DEMG e as prefeituras municipais; e a realização de convênios com o Ministério da Educação e Cultura, que foram celebrados visando à captação de verbas no Departamento de Educação Física e Desportos, o que possibilitou a construção desses equipamentos esportivos em todo o Estado (MINAS GERAIS, 1976, p. 342).

Outro exemplo dessa aproximação entre a Diretoria e o governo federal foi o programa *Esporte para Todos* (EPT). Implementado no final da década de 1970 por meio do Plano Nacional de Educação Física e Desporto, o EPT foi um programa que, apesar de ter como princípio de ação a igualdade de acesso *para todos*, terminou ficando limitado às condições de execução que lhes eram possíveis naquele momento (LINHALES, 1996). Sua implementação estava condicionada a um para

todos desigual, uma vez que, considerando-se o contexto brasileiro da época, a dimensão do direito, inclusive, não estava garantido de fato à população de modo geral, em virtude do período ditatorial que o Brasil atravessava. E, também, há que se considerar o processo de urbanização que foi se instaurando no País, que naquela época era de matriz desigual e excludente (MARICATO, 2000), cujos reflexos de modelo de urbanização desigual ainda, em nossos dias, é possível perceber.

Uma tônica que se manteve na Diretoria, também nesse período, foi o fomento à formação, tanto no nível técnico quanto de atletas (MINAS GERAIS, 1976, p. 343). O objetivo com o Programa de Desportos era a realização de cursos para os professores, os técnicos e os árbitros (MINAS GERAIS, 1977, p. 212; MINAS GERAIS 1979, p. 305). Essas formações contaram, também, com a realização de intercâmbios técnico-desportivos com outros países, tais como Alemanha, Japão e Estados Unidos, que previa até mesmo a concessão de bolsas de estudos no exterior (MINAS GERAIS, 1976, p. 343; MINAS GERAIS, 1979, p. 303-306).

Nessa administração, outra obra que obteve destaque no período foi a construção do Palácio dos Esportes, mais conhecido por “Mineirinho” (MINAS GERAIS, 1978, p. 312). Com previsão de término para meados de 1979, esse ginásio foi concluído apenas em 1980, quase um ano depois da data inicial prevista. A respeito desse atraso, Afonso Celso Raso (2010) afirma:

[...] quando o doutor Aureliano Chaves assumiu o governo do Estado eu fui convidado para ser o presidente da ADEMG. Então na ADEMG nós imprimimos lá a filosofia do doutor Aureliano, inclusive demos continuidade a obra do Mineirinho. O Aureliano Chaves repetiu uma frase antiga, que ‘obra inacabada é prejuízo certo’. Então ele não queria deixar [...] naquela época havia várias ruínas de prédios inacabados. Era o Palácio do Esporte, o Palácio das Artes, era o Hospital do Coração, [...] e o Mineirinho, também, estava sai não sai. O preço dele extrapolou o orçamento inicial.

Quando o governador Aureliano Chaves saiu para candidatar a vice-presidente do Brasil, Levindo Ozanan Coelho, que era seu vice, completou seu mandato de 5 de julho de 1978 até 15 de março de 1979. Como um desportista e antigo presidente da Praça de Esportes de Ubá, um conhecedor dos problemas a elas aliados, foi uma esperança para os desportistas mineiros (UM DESPORTISTA..., 1978). Em sua

administração, prosseguiu construindo, recuperando e ampliando instalações esportivas, promovendo jogos, cursos de formação e aperfeiçoamento nas mais diversas modalidades esportivas, como também no âmbito da Educação Física e da Ginástica (BOLETIM INFORMATIVO, 1978b).

Mesmo após a eleição de Francelino Pereira (1979-1983), a DEMG permaneceu integrada à Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos. No seu governo, estavam à frente da Secretaria João Pedro Gustim e da DEMG Sebastião Pinheiro Chagas.

Erasmão Ângelo (2010), que dirigia o CRD no período, esclarece:

O Francelino deu uma guinada no esporte, por exemplo, na área da Diretoria de Esportes, era uma área muito centralizada no militarismo, sempre controlada por mão forte pelos militares, e na área do Conselho Regional de Desportos, que é também, por essa vinculação com o MEC, que tinha o coronel Jarbas Passarinho, muito tempo foi Ministro da Educação, e havia uma mudança no MEC também de ideias. Então todas as ideias surgiram, também, na época, e o Francelino surpreendeu.

Ainda segundo Erasmão Ângelo (2010),

na Diretoria de Esportes, ele [...] exonerou o então coronel Nelson Bartels – a gente tinha até uma relação muito boa – e colocou um deputado, uma ótima pessoa, uma pessoa assim, do coração maravilhoso. Chama Sebastião Pinheiro Chagas. E nos mesmos atos ele me nomeou presidente do Conselho Regional de Desportos, exonerando, que era o general do exército Olavo, me parece. E na ADEMG colocou o jornalista Afonso Celso Raso, então esse conjunto de alterações mexeu com a estrutura do esporte mineiro, assim, houve uma esperança muito grande de transformações no esporte mineiro. E realmente isso aconteceu. De lá pra cá nós tivemos uma atuação paralela e conjunta com a Diretoria de Esportes, (?) a amizade que nós tínhamos com o Sebastião Pinheiro Chagas, e muito do que se fez em Minas Gerais, nas transformações, na organização do desporto.

O governador, em seu primeiro pronunciamento de prestação anual de contas das ações de 1979, evidenciou a percepção de que era duplo o resultado de se investir na melhoria social, uma vez que “de um lado, representam investimentos, pois que dele se extraem benefícios para as atividades produtivas; de outro, são bem consumidos pela população

[...]. Vem daí a prioridade concedida [...] em setores como habitação, [...] educação, esportes e lazer” (MINAS GERAIS, 1980, p. 17).

É possível identificar nessa Mensagem que o princípio que orientava a política de cunho social ainda não estava amparado na ideia do direito, mas, sim, como um bem de consumo ou ainda em uma perspectiva utilitarista, apesar de citados dentre outros setores como prioridade. Esse olhar utilitarista em relação ao Desporto estava presente, também, em passagem dessa mesma Mensagem, quando, ao mencionarmos a atuação do Sistema Operacional do Trabalho, Ação social e Desportos, deparamo-nos com a afirmativa de que tal sistema pode se conformar “pelas atividades decorrentes da preparação do homem para o trabalho” (MINAS GERAIS, 1980, p. 259).

Outro aspecto a ressaltar é a presença do termo “lazer” nessa *Mensagem*, o que nos dá indícios de que, nesse período, o lazer manifestava-se como um dos elementos constituintes da política desenvolvida pelo Estado de Minas Gerais.

Ainda no primeiro semestre de 1979, foi criada, na DEMG, a Coordenadoria de Desenvolvimento do Futebol Amador, com o objetivo de buscar soerguer o futebol de várzea no Estado (A DIRETORIA..., 1979). Essa ação foi vista como uma forma de enfatizar a importância da organização de uma prática esportiva popular e abrangente.

A DEMG apoiou, ainda, a realização da Olimpíada Operária Global, dos Jogos Estudantis Mineiros (JEMs), os Jogos Infantis de Belo Horizonte e os Jogos Femininos da Primavera, além de ter realizado os Jogos Abertos do Interior. Também realizou dois cursos (Ginástica Olímpica e Voleibol) previstos no Programa de Assistência ao Atleta e ao pessoal Técnico do Esporte, sendo que o de ginástica contou com a presença de professores da Universidade do Colorado (USA) Ainda nesse ano 16 atletas tiveram suas participações em cursos de aperfeiçoamento custeados pela DEMG, cursos que foram realizados na Alemanha (handebol) e no Chile (MINAS GERAIS, 1981).

Nessa administração, foi criado um programa de incentivo e apoio às praças de esportes, com a implantação da Coordenadoria Geral das Praças de Esportes, para provocar o renascimento dos sucessos alcançados anteriormente. Sob a direção do major Anatólio Alves de Assis, essa coordenadoria buscou integrar as praças de esportes, com a realização de campeonatos estaduais (PRAÇAS..., 1981).

No decorrer dos quatro anos do governo de Francelino Pereira, as ações realizadas pela Diretoria demonstraram algumas permanências em relação aos anos anteriores: estímulo à formação de técnicos e atletas, por meio de bolsas de estudos, hospedagem e alimentação; subvenção a entidades; promoção de torneios esportivos e apoio financeiro a competições; e a construção e manutenção de equipamentos esportivos, dentre eles, as praças de esportes e o Palácio dos Esportes – o *Mineirinho* –, inaugurado em 1980 (MINAS GERAIS, 1980; MINAS GERAIS, 1981).

Sobre a construção do *Mineirinho* Afonso Celso Raso (2010) relata:

Ele começou no governo Rondon, [...] passou pelo Aureliano Chaves, Ozanam Coelho e foi inaugurado pelo Francelino. [...] Eu peguei na fundação, aí eu peguei os tubulões e completei o Mineirinho. Uma equipe muito boa que eu tinha na época. Fizemos uma economia brutal. A gente fazia uma economia de guerra. Não se gastava um tostão que não fosse ligado ao esporte. Fizemos coisas muito interessantes ali.

Raso (2010) esclarece que quando assumiu a ADEMG, em 1975, o *Mineirinho* estava na fase de fundação. Era uma obra fantástica para a época, pois seria o maior ginásio da América Latina, e seu projeto estava além das possibilidades do governo:

Quando eu fiz o primeiro levantamento eu fui conversar com [o governador], mostrei para ele que havia possibilidade sim de fazer o Mineirinho, só que eu ia mudar completamente o projeto. Porque ele era faraônico, era vidro 'Ray Ban' para todo lado e não sei o que, então nós tiramos tudo que era de luxo para ficar um 'cimentão' mesmo. [...] Inauguramos o Mineirinho em 1980 no governo Francelino Pereira [...] Então construímos o Mineirinho e batemos o recorde de público de quase tudo [...]. Recorde de público de futebol de salão, 26.000 pessoas lá dentro. Recorde de público de voleibol, 25.000 pessoas lá dentro. Ginástica, [...]. Então nós tivemos essa alegria de bater os recordes de público. Enfim, infelizmente o Mineirinho passou a ser pouco usado.

Segundo Raso (2010), a criação do *Mineirinho* e seu destino não aconteceram como o planejado:

É uma das tristezas que eu tenho. Queria colocar a Diretoria de Esportes no Mineirinho. A Diretoria de Esportes com todas as federações ali, para incrementar o Mineirinho com escola. Escolinha de vôlei, de judô, de futebol de salão. Tudo ali dentro do Mineirinho.

Tinha a projeção para uma piscina lá dentro. Aliás, o buraco está lá até hoje. Do lado de fora tinha arco e flecha. Todas as atividades nós queríamos levar para o Mineirinho, através das federações. Eles falavam: 'é muito longe!' Aquela má vontade que até hoje existe. 'É muito longe, não sei o que, não sei o que.' Essa tristeza eu tenho e até hoje eu acho que o Mineirinho tem que ser melhor aproveitado.

A convite do governador Francelino, Afonso Raso assumiu a direção da DEMG em 1981:

Mas eu fiquei muito pouco tempo na Diretoria de Esportes. O meu plano lá era levar o esporte para o interior de Minas para valer! Para valer mesmo! Não era só ficar fazendo rua de lazer, só mudar de nome não é? As atividades são as mesmas. Jogos do interior, a gente tinha vontade de fazer isso para valer mesmo. Mas eu realmente lamento ter ficado pouco tempo lá porque mudou o governo e o cargo é de confiança. Fiquei lá até quando o Tancredo assumiu. Quando o Tancredo Neves assumiu. Foi em 1982. Então eu fiquei até 1982. Então eu fiquei no governo de 1975 a 1981 na ADEMG e de 1981 a 1982 na Diretoria de Esportes (RASO 2010).

Em meados da década de 1980, a DEMG passou por novo processo de mudança. Com essa alteração ela passou a constituir-se uma secretaria no organograma da política pública do Estado de Minas Gerais. Afonso Celso Raso (2010) menciona a expectativa que se tinha quanto à criação de uma Secretaria Estadual de Esportes:

Eu me lembro de ter prestado alguma colaboração em relação a criação da Secretaria de Esportes. Foi um sonho que a gente tinha. Queríamos que o esporte tivesse uma secretaria própria, para que os clubes não ficassem dependendo, sempre com o pires na mão. Queríamos que o Estado tivesse uma política para isso.

Essa intenção em alterar a estrutura organizacional do esporte em Minas Gerais havia sido mencionada na Prestação de Contas da Diretoria de Esportes da administração de Afonso Raso, no ano de 1982, quando, em sua introdução, estava descrita entre suas prioridades a “reestruturação administrativa do Órgão – estudos foram feitos visando a criação da Secretaria de Estado de Esportes [...], possibilitando o real desenvolvimento do esporte mineiro” (DEMG, 1982, p. 10).

A ideia da criação de uma secretaria para o esporte havia sido dos funcionários da Diretoria de Esportes, encampada por Afonso Raso,

que liderou um grupo de trabalho para fazer um anteprojeto que foi entregue à equipe de transição do governo:

O Francelino saiu e entrou o Tancredo. Então houve mudança de comando de força política. Muita coisa foi aproveitada, não todas. Houve modificações no nosso projeto. O nosso projeto era Secretaria de Esportes, e saiu Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo. Então houve realmente uma ampliação, não sei se foi para bem ou para o mal. Mas a Diretoria de Esportes teve uma participação muito efetiva nisso (RASO 2010).

Com a criação do Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo, que instituiu como órgão central a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo (SELT), no governo de Tancredo Neves (1983/1984), pela Lei n. 8.502/1983, a DEMG passou a integrar esse sistema. No entanto, já em seu artigo 47, apontava a extinção da Diretoria de Esportes de Minas Gerais, fato que ocorreu somente após a publicação do Decreto n. 27.740 de 29/12/1987. Com a extinção, suas competências, o Quadro Setorial de Lotação, os bens patrimoniais e as obrigações assumidas foram transferidos para a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, cuja história será tratada no próximo capítulo.

Considerações finais

Ao mapearmos a trajetória histórica das políticas públicas de esportes, desenvolvidas pela Diretoria de Esportes de Minas Gerais, observamos diferentes interesses a elas aliados que influenciaram em suas ações implementadas durante seus 41 anos de existência, no período de 1946 a 1987.

A política de praças de esportes pode ser compreendida como a primeira e mais extensa ação desenvolvida pela DEMG, apesar de iniciada anteriormente à sua criação. Dos seus anos iniciais de existência até o início da década de 1960, a construção desses equipamentos esportivos foi marcante. Posteriormente, além de construir espaços, o processo de recuperação e manutenção foi destacado. Seu papel foi lembrado por Nelson Bartels (1976, p. 1): “Nas praças de esportes que se constroem ou se recuperam, forja-se uma mocidade credenciada a cumprir os elevados encargos que se transferem de geração a geração, na sucessão dos tempos”.

Esses “elevados encargos”, relacionados a princípios econômicos e políticos, estavam aliados à contribuição para o aprimoramento eugênico do mineiro, à disciplina do corpo para a produtividade e representatividade do Estado, conseguida pelas conquistas esportivas, não fugindo aos interesses nacionais no esporte. Em diferentes momentos, os interesses nacionais ditavam as regras para ações desenvolvidas pelas políticas mineiras.

Alvo de políticas setoriais específicas no âmbito das políticas sociais, as políticas de esporte em Minas Gerais, historicamente, estiveram aliadas às políticas de educação física e de lazer como estratégia para promover a educação corporal, orientadas pelas necessidades do desenvolvimento capitalista e de ganhar “consciências” para um determinado projeto de “modernização”, marca de civilização.

Além de criar espaços, houve uma preocupação, também, com a animação dos diversos equipamentos públicos esportivos. Inicialmente, a grande aliada foi a Polícia Militar de Minas Gerais, que disponibilizou instrutores e monitores não somente para as praças de esportes, como também para os diferentes setores responsáveis pela promoção do esporte. Posteriormente, na década de 1950, a DEMG criou a Escola de Educação Física no Estado de Minas Gerais, que pode ser considerada uma ação propulsora para a implementação de ações no Estado, por um lado, e por outro, como possibilidade de diversificar as atividades realizadas como política implementada pela Diretoria, uma vez que, posteriormente à criação da Escola de Educação Física, outras ações passaram a ser desenvolvidas, sendo um exemplo, as *Ruas de Recreio*.

O que ressalta durante toda a existência da DEMG é a implementação de uma política de difusão esportiva por toda Minas Gerais, que pode ser compreendida como uma marca da política desenvolvida ao longo desses anos, em diferentes gestões. E, apesar de perceber que essa difusão representou a manifestação de interesses de diferentes agremiações esportivas, foi possível constatar que, em relação às diversas gestões, algumas modalidades se destacaram, estando nesses casos, representadas por segmentos ligados à gestão. Como exemplo, citamos a difusão da natação, do atletismo, do voleibol e do basquete.

Ainda no campo de interesses, identificamos, com base nas falas de alguns dos entrevistados, que algumas práticas de gestões estiveram ancoradas em posturas populistas, uma vez que o Estado se fez presente na implementação da política de esporte mais preocupado com a

visibilidade e o retorno político. Ou, ainda, valendo-se de uma postura utilitarista, uma vez que visava alcançar a resolução de problemas sociais mais amplos, ou da compreensão e da difusão de discursos em que o esporte e também o lazer estavam localizados como instrumentos para tal, conforme identificamos em algumas práticas da década de 1970, quando a Diretoria esteve vinculada à Secretaria de Trabalho, Ação Social e Desportos.

É importante destacar, também, que a escolha dos diretores que estiveram à frente da DEMG mostrou-se uma prática orientada por interesses políticos ou pessoais. Foi recorrente entre os diretores a indicação direta do governador, que mantinha, em alguns casos, relações de muita proximidade com os mesmos.

Constatamos que, no final da década de 1950, a DEMG assumiu nova orientação em sua atuação, passando de órgão preponderantemente consultivo a órgão executivo, quando parte dos lucros da Loteria do Estado *lhe foi destinada para sua aplicação direta. Dirigida por um professor de Educação Física e contando com uma equipe técnica qualificada, o órgão ampliou suas possibilidades de realizações no campo esportivo e da recreação.*

Em relação às ações desenvolvidas, além da política de implementação de praças de esportes e das ruas de recreio, a DEMG atuou em outras frentes. Incentivou a formação profissional, inicialmente com a criação da Escola de Educação Física e também por meio das cinco *Jornadas Internacionais de Educação Física* e diferentes cursos de qualificação. Desenvolveu papel marcante na estruturação do Conselho Regional de Desportos (CRD), de modo a garantir interesses do governo federal. Apoiou diversas agremiações esportivas por meio de subvenções e auxílios.

No decorrer da trajetória da DEMG, as ações que realizou guardavam relação com os interesses representados, responsáveis pelos sentidos atribuídos à política em determinados períodos, como identificado na década de 1970, em relação ao forte interesse do Governo Federal, quando estava em voga o discurso de massificação do esporte em âmbito nacional e de busca de talentos esportivos. Nesse sentido, destacaram-se, dentre as ações, os diversos jogos estudantis, tais como os Jogos Estudantis Mineiros e os Jogos Estudantis Brasileiros, com o intuito de massificar, mas também buscar elites esportivas que representariam o Estado e o País. Observamos que também os trabalhadores foram

foco dessa política nacional, realizada pela Diretoria de Esportes, nesse período. Especialmente na década de 1970, quando, embasada no discurso de elevação do padrão físico e cultural da população brasileira, difundiu-se não somente em Minas Gerais, mas em todo Brasil, a Olimpíada Operária Global.

Outro público que foi recorrentemente envolvido nas ações foram as crianças, com o estímulo à construção de parques infantis e a realização de Ruas de Lazer.

A construção de grandes obras, de equipamentos esportivos pomposos, também, foi uma marca na trajetória da DEMG. A construção e a inauguração do estádio de futebol Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, e o do Palácio dos Esportes, o *Mineirinho*, evidenciaram o destaque reservado ao esporte nesse período e nos deram indícios de tramas políticas que permearam suas construções.

Assim, ao nos enveredarmos na história da Diretoria de Esportes de Minas Gerais, identificamos que a realização da política que ela executou esteve alicerçada em três pilares: criação de espaços esportivos/lazer; realização de ações e a formação do corpo técnico no campo esportivo/lazer.

Por fim, reconhecemos que nosso esforço ao realizar esse mapeamento da história das políticas públicas de esporte em Minas Gerais, de 1946 a 1987, apresenta elementos que podem contribuir para melhor entendermos algumas tramas relativas a essas políticas, mas que não se encerra aqui, muito ainda há que ser feito para o entendimento de suas tessituras, que poderá ser objeto de outras histórias.

Referências

Entrevistas e palestras

AGUIAR, R. R. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 5 out. 2010. Arquivo do CEMIE.

ANGELO, E. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues*. Belo Horizonte, 18 nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

BOSCHI, C. A. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 25 nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

DRUMOND, J. B. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues*. Belo Horizonte, 28 set. 1994. In: RODRIGUES, M. A. A. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. 335

f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física da UFMG, Belo Horizonte, 1996.

FURTADO, F. C. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 30 mar. 2011. Arquivo do CEMIE.

GONTIJO, P. M. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues*. Belo Horizonte, 11 ago. 1994. Arquivo pessoal.

PANISSET, U. O. *Entrevista concedida a Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 25 nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

PAULINO, A. A. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 21 set. 2010. Arquivo do CEMIE.

RASO, A. C. *As primeiras políticas públicas de esporte em Minas Gerais*. Palestra realizada no I Seminário do Centro de Memória e Informação do Esporte, em 22 ago. 2008. Belo Horizonte Acervo do CEMIE/SEEJ.

RASO, A. C. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues, Amanda Carolina Costa Silveira e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 5 nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

ROLIM, O. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Fabiano Antônio Sena Peres*. Belo Horizonte, 30 set. 2010. Arquivo do CEMIE.

SILVA, C. E. M. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues*. Belo Horizonte, 29 nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

Leis e relatórios

BRASIL. Decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Legislação esportiva*. Brasília: MEC/SEED, [1983].

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199, de 14 abr. 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, 1941.

BRASIL. Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 1969. Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 maio 1969. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126073/decreto-lei-594-69>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 out. 1975. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>>. Acesso em: 1º maio 2012.

DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS. *Legislação, organização*

e instruções gerais. Belo Horizonte: Diretoria de Esportes de Minas Gerais, 1956.

DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS. *Relatório de atividades*: período 14 abr. a 31 dez.1982. Diretor - Geral Afonso Celso Raso. Belo Horizonte, 1982.

MINAS GERAIS. Decreto n. 17.113, de 22 de abril de 1975. Indica a composição dos Sistemas Operacionais da Administração Pública Estadual e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 abr.1975a, p. 10, col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto n. 27.740 de 29 de dezembro de 1987. Extingue a diretoria de esportes de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 dez. 1987, p. 27, col. 2.

MINAS GERAIS. Decreto n. 5.349, de 5 de novembro de 1957. Contém o regulamento da Diretoria de Esportes de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 nov. 1957, p. 1, col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto n. 6.107, de 9 de janeiro de 1961. Contém o regulamento da Diretoria de Esportes de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10. jan. 1961a, p. 1, col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto n. 6.226, de 22 de fevereiro de 1961. Dispõe sobre a comissão de reestruturação da Diretoria de Esportes de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23. fev. 1961b, p. 1, col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto n. 6.282, de 17 de junho de 1961. Contém o regulamento da Diretoria de Esportes de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18. jun. 1961c, p. 1, col. 3.

MINAS GERAIS. Decreto n. 7.358, de 2 de janeiro de 1964. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular e da outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 jan. 1964, p. 20, col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto n.17.485, de 4 de novembro de 1975. Designa a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, como órgão responsável pela coordenação do Programa de Centros Sociais Urbanos no Estado e a Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos como órgão central de execução do programa. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 nov. 1975b, p. 5, col. 4.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 1.765 de 17 de junho de 1946. Muda a denominação da Diretoria Geral das Praças de Esportes Minas Gerais, altera sua constituição e contém outras disposições. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 jun. 1946. p. 2 col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 165 de 10 de janeiro de 1939. Institui a Loteria do Estado de Minas Gerais. Diretoria de Esportes de Minas Gerais; legislação, organização e instruções gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 11 jan. 1939, p. 1.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 2.054 de 24 de fevereiro de 1947. Modifica o Decreto-Lei n. 165 de 10 de janeiro de 1939. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 mar. 1947b, p. 2, col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 922 de 16 junho de 1943. Dispõe sobre a cessão do uso e gôso das Praças de Esportes Minas Gerais e sua administração. *Diretoria de Esportes de Minas Gerais*; legislação, organização e instruções gerais. Belo Horizonte, jan. 1956.

MINAS GERAIS. Governador (1979-1983: Francelino Pereira). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da quarta sessão ordinária da nona legislatura, pelo Governador Francelino Pereira dos Santos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1982. 372 p.

MINAS GERAIS. Governador Aureliano Chaves (1975-1978). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião inaugural da segunda sessão ordinária da oitava legislatura pelo Governador Antonio Aureliano Chaves de Mendonça*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976. 365 p.

MINAS GERAIS. Governador Aureliano Chaves (1975-1978). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião inaugural da terceira sessão ordinária da oitava legislatura*. [Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais], 1977, 230 p.

MINAS GERAIS. Governador Aureliano Chaves (1975-1978). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião inaugural da quarta sessão ordinária da oitava legislatura*. [S.l.: [s.n.], 1978 (Belo Horizonte: Imprensa Oficial). 393 p.

MINAS GERAIS. Governador Bias Fortes (1956-1961). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais José Francisco Bias Fortes na sessão de 1ª de março de 1958*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958. 360 p.

MINAS GERAIS. Governador Bias Fortes (1956-1961). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais José Francisco Bias Fortes na sessão de 1ª de março de 1960*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960. 567 p.

MINAS GERAIS. Governador Clóvis Salgado (1955-1956). *Mensagem à*

Assembléia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais Clóvis Salgado Gama na sessão de 15 de junho de 1955. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. 361 p.

MINAS GERAIS. Governador Francelino Pereira (1979-1983). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da segunda sessão ordinária da nona legislatura pelo Governador Francelino Pereira dos Santos.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1980. 306 p.

MINAS GERAIS. Governador Francelino Pereira (1979-1983). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da terceira sessão ordinária da nona legislatura pelo Governador Francelino Pereira dos Santos.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1981. 298 p.

MINAS GERAIS. Governador Israel Pinheiro (1966-1971). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião solene de instalação dos trabalhos da 1ª sessão ordinária da VI legislatura pelo Governador Israel Pinheiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967a. 89 p.

MINAS GERAIS. Governador Israel Pinheiro (1966-1971). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião solene de instalação dos trabalhos da 2ª sessão ordinária da VI legislatura pelo Governador Israel Pinheiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968a. 109 p.

MINAS GERAIS. Governador Israel Pinheiro (1966-1971). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião solene de instalação dos trabalhos da 3ª sessão ordinária da VI legislatura pelo Governador Israel Pinheiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. 124 p.

MINAS GERAIS. Governador Israel Pinheiro (1966-1971). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião solene de instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Ordinária da VI Legislatura pelo Governador Israel Pinheiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. 129 p.

MINAS GERAIS. Governador Juscelino Kubitschek (1951-1955). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek de Oliveira por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1951.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951. 245 p.

MINAS GERAIS. Governador Juscelino Kubitschek (1951-1955). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek de Oliveira por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1952.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1952. 321 p.

MINAS GERAIS. Governador Magalhães Pinto (1961-1966). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, na abertura de sua sessão ordinária de*

1961, pelo Governador José de Magalhães Pinto. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1961d. 118 p.

MINAS GERAIS. Governador Magalhães Pinto (1961-1966). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, na abertura de sua sessão ordinária de 1962 pelo Governador José de Magalhães Pinto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1962a. 275 p.

MINAS GERAIS. Governador Magalhães Pinto (1961-1966). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, na reunião solene de instalação dos trabalhos da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura pelo Governador José de Magalhães Pinto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1963. 248 p.

MINAS GERAIS. Governador Magalhães Pinto (1961-1966). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão solene de instalação dos trabalhos da 3ª sessão ordinária da V legislatura pelo Governador José de Magalhães Pinto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965. 59 p.

MINAS GERAIS. Governador Milton Campos (1947-1951). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1948 pelo Governador Milton Soares Campos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1948. 352 p.

MINAS GERAIS. Governador Milton Campos (1947-1951). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1950 pelo Governador Milton Soares Campos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950. 384p.

MINAS GERAIS. Governador Milton Campos (1947-1951). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1947 pelo Governador Milton Soares Campos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1947a. 206 p.

MINAS GERAIS. Governador Ozanam Coelho (1978-1979). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na reunião inaugural da primeira sessão ordinária da nona legislatura pelo Governador Levindo Ozanam Coelho*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. 341 p.

MINAS GERAIS. Governador Rondon Pacheco (1971-1975). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão solene de instalação dos trabalhos da 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura pelo Governador Rondon Pacheco*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. 154 p.

MINAS GERAIS. Governador Rondon Pacheco (1971-1975). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão solene de instalação dos*

trabalhos da 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura pelo Governador Rondon Pacheco. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. 372 p.

MINAS GERAIS. Governador Rondon Pacheco (1971-1975). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão solene de instalação dos trabalhos da 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura pelo Governador Rondon Pacheco*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974. 277 p.

MINAS GERAIS. Governador Rondon Pacheco (1971-1975). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na primeira sessão ordinária da 8ª legislatura pelo Governador Rondon Pacheco*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975c.

MINAS GERAIS. Lei n. 1.947 de 12 de agosto de 1959. Dispõe sobre a construção de um Estádio em Belo Horizonte para a prática do futebol e atletismo e contém outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 ago. 1959, col. 1.

MINAS GERAIS. Lei n. 2.645 de 27 de novembro de 1962. Dispõe sobre a extração do plano especial pela loteria do estado de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 nov. 1962b, col. 2.

MINAS GERAIS. Lei n. 2.877 de 4 de outubro de 1963. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do estado e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 out. 1963, col. 2.

MINAS GERAIS. Lei n. 4.249 de 15 de setembro de 1966. Autoriza aquisição de parte de imóvel destinado à sede da diretoria de esportes de Minas Gerais e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 set. 1966, col. 1.

MINAS GERAIS. Lei n. 4.429, de 9 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a estrutura da Secretaria do Estado do Trabalho e Ação Social e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 fev. 1967b, col. 3.

MINAS GERAIS. Lei n. 4.895, 29 ago 1968b. Dispõe sobre a Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 ago. 1968, col. 1.

MINAS GERAIS. Lei n. 6.827 de 22 de julho de 1976. Dispõe sobre a reorganização da Diretoria de Esportes de Minas Gerais e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 jul. 1976, col. 2.

MINAS GERAIS. Lei n. 6.827 de 22 de julho de 1976. Dispõe sobre a reorganização da diretoria de esportes de Minas Gerais e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 jul. 1976, col. 2.

MINAS GERAIS. Lei n. 8.502 de 19 de dezembro de 1983. Cria sistemas

operacionais e secretarias de estado e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 dez. 1983, col. 1.

Livros, artigos e teses

ASSIS, A. A. *Primórdios, história e vida da diretoria de esportes de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social/DEMG, 1977.

CAMPOS, M. A. A. *História da fundação da Escola de Educação Física de Minas Gerais*. Disponível em: <www.cbce.org.br/cd/resumos/225.pdf>. Acesso em: 1º maio 2012.

CHAGAS, Carmo. *Política: arte de Minas*. São Paulo: Carthago & Forte, 1994. 263 p.

COSTA, L. P. *Diagnóstico da educação física/desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.

COSTA, L. P. *Organização esportiva brasileira: crise e mudança de paradigmas*. 1987. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

COUTINHO, C. N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 47-60.

FEIX, Eneida. *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000376336&loc=2003&l=4ac41e9802e1f0bb>. Acesso em: 18 jun. 2012.

GIMENES, V. S. B. *Política nacional de assistência social: perspectivas para o exercício profissional do assistente social*. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2009.

GONÇALVES, J. A. P. *Subsídios para a implantação de uma política nacional de desportos*. Brasília: DED/MEC, 1971.

LEMONS, R. J. *Corpo & mente: o humano direito de suar com alegria*. Brasília: Thesaurus, 1984.

LINHALES, M. A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)

– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOGUEIRA, V. M. R. Estado de bem-estar social – origens e desenvolvimento. *Katálysis*, n. 5, jul/dez. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5738/5260>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

PINTO, L. M. S. M. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: CARVALHO, N. C (Org.). *Políticas de lazer*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 79-95.

RÉMOND, R (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

RODRIGUES, M. A. A. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. 335 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física da UFMG, Belo Horizonte, 1996.

SUSSEKIND, A. *Recreação operária*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/Comissão de Imposto Sindical/Serviço de Recreação Operária, 1948.

VERONEZ, L. F. C. *Quando o estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988*. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

Almanaques, jornais e revistas

A DIRETORIA de Esportes em ritmo de realizações. *Boletim Informativo*: SETASD/DEMG. Belo Horizonte, ano 3, p. 1, ago./set. 1979.

BARTELS, N. Apresentação. *Boletim Informativo* da Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos. Diretoria de Esportes de Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 1, jul. 1976.

BOLETIM INFORMATIVO da Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos. Diretoria de Esportes de Minas Gerais. Belo Horizonte, ano 2, n.

16, out. 1978.

BOLETIM INFORMATIVO. Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos. Diretoria de Esportes de Minas Gerais, ano 1, n. 8, jun./jul. 1977.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 14 out. 1933

MENDONÇA, A. A. C. Mensagem à Assembléia Legislativa. *Boletim Informativo*: SETASD/DEMG, Belo Horizonte, n. 1, jul. 1976.

PRAÇAS de esportes integradas ideia vitoriosa da DEMG. *Boletim Informativo*: SETASD/DEMG, Belo Horizonte, ano V, n. 16, dez. 1981.

RUAS de recreio. Disponível em: <[HTTP://revistaeducacaofisica.com.br/artigos/1958/abril-ruasderecreio.PDF](http://revistaeducacaofisica.com.br/artigos/1958/abril-ruasderecreio.PDF)>. Acesso em: 13 mar. 2012.

SEIXAS, W.; SIMÕES, A.; RIBEIRO, C. H. A política entra em campo. In: _____, *Mineirão 40 anos- paixão e emoção*, Belo Horizonte, 2005.

UM DESPORTISTA no governo de Minas. *Boletim informativo*: SETASD/DEMG, Belo Horizonte, ano 3, n. 14, jul/ago. 1978.

UMA PÁGINA de nostalgia. Artigo sem autoria em recorte de jornal preservado na Academia de Polícia Militar. Caixa Adolfo Guilherme. 8.1(4460). Documentos Adolfo Guilherme [N-1].

Juliana de Alencar Viana
Rita Márcia de Oliveira

Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo – Minas Gerais (1983-1996): vestígios de uma história

A fim de compreender as maneiras pelas quais o Estado, em especial a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo (SELT) de Minas Gerais (1983 a 1996), apropriou-se e conduziu diferentes políticas de esporte e lazer, foram feitos diversos procedimentos metodológicos. Realizamos entrevistas com dirigentes membros de equipes de trabalho relacionados ao período investigado, como recurso da história oral, além do acesso à legislação disponível – leis, decretos, resoluções – por diferentes meios (digital e impresso) e ao acervo do CEMIE, que preserva e guarda documentos (relatórios, convênios, programas, recortes de jornais e revistas¹⁶, material didático e de divulgação, prestação de contas e documentos de inúmeras secretarias que fizeram e fazem a história da política pública de esporte e lazer no Estado).

Este texto foi produzido com base em algumas categorias, *a priori*: relações políticas, ações desenvolvidas, conceitos e interesses sobre o esporte e lazer e os modos de financiamento. Isso não significa que a análise se baseou somente nessas questões, mas por meio delas, fizemos ainda outras observações em razão de suas relações. Procuramos também investigar quais interesses estavam representados, quais os grupos atendidos nessas representações e quais fatores, possivelmente,

16 Por meio do trabalho de *clipping* desenvolvido pela Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (SETAS) e pela Assessoria de Comunicação (SELT), encontramos importantes registros divulgados na imprensa que promoviam e, também, denunciavam, as ações de diversos projetos e programas sociais.

influenciaram o processo decisório na formulação e na implementação das ações. Nesse sentido, reportamos ao pensamento de Subirats e Gomá (1998) quando afirmam que a análise de políticas públicas pretende contribuir para o estudo da formação, comparação e conflito entre preferências, desde uma perspectiva comparada, dinâmica, que considera as dimensões espaço e tempo. Isso nos faz entender que o processo de formulação e implementação de políticas públicas envolve relações de poder onde as preferências de um grupo afetam ou influenciam as atitudes ou ações de outro ou outros.

Outro fator a ser considerado na análise de políticas, que, de acordo com Melo (1999), influenciou muito a produção científica na área no período de democratização do País, período que coincide com a criação da SELT, relaciona-se com questões do desenho institucional. Veronez (2005), apoiando-se nas ideias de Murrell e Surel (2002), considera que as instituições possuem papel essencial que definem os quadros onde se desenvolvem comportamentos individuais, a ação coletiva ou as políticas públicas. As instituições acabam por afetar o comportamento dos governantes e demais atores envolvidos, bem como a intermediação de interesses (análise de arranjos institucionais e processo decisório). Para Meny e Thoenig (1992) em um dado momento, uma autoridade pública adota práticas de determinado gênero, atua ou não atua diante de determinadas demandas provenientes dos vários grupos existentes na sociedade.

Neste estudo buscamos, também, identificar o jogo de relações que permearam as ações governamentais, dentre elas o diálogo com o contexto sócio-histórico, as ações empreendidas em razão da redemocratização do País, os usos e interesses sobre o esporte e lazer, os atores envolvidos e as tensões travadas.

Importante salientar, ao longo do estudo, as várias vertentes assumidas no desenvolvimento das políticas da SELT. Nessa Secretaria, em uma mesma gestão, foram acionadas práticas discursivas sobre o esporte como prevenção da criminalidade, como promoção de saúde, como disciplina e civismo, como direito social, sem abrir mão do esporte-espetáculo. É nessa profusão de conceitos, usos e interesses que este texto se assenta.

O contexto político nacional no período (1983-1996)

No transcorrer do período investigado, ocorreram algumas mudanças no cenário político fundamentais para o País, criando implicações para a formulação e execução das políticas de esporte e lazer no Estado. Estamos falando de um período de deslocamento da transição democrática no Brasil (década de 1980) para o de consolidação da democracia no País – década de 1990.

Durante o período da transição democrática, que marcou o fim da ditadura militar, a sociedade civil já se encontrava mais mobilizada, exigindo maior participação nos processos políticos. Para Amaral (2006), pela participação, os atores sociais e políticos expressaram e lutaram por reconhecimento e acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos para os setores populares. O fortalecimento de outras forças no cenário político impôs a criação de novos espaços, regras e estruturas que facilitassem a representação dos interesses e a valorização desses novos atores.

Nesse cenário, um dos acontecimentos mais importantes do período investigado foi a promulgação da Constituição Federal em 1988. O novo ordenamento jurídico conferido ao sistema de proteção social brasileiro, a partir da Constituição de 1988, consagrou novos direitos sociais e novos princípios de organização da política, o que possibilitou avanços em direção a um modelo mais universalista e igualitário, fortalecendo o caráter redistributivo das políticas sociais.

A inscrição do lazer como direito social, no texto constitucional, representou, sem dúvida, um grande avanço. Em uma análise realizada por Pinto (2008) sobre a consagração do lazer como direito social, mesmo apontando limites, a autora reconhece que esse fato proporcionou novas experiências nas políticas públicas do setor. Para ela, o lazer deixa de ser considerado um benefício social concedido apenas aos trabalhadores, passando a ser tratado no conjunto de medidas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida de todos.

Esse fato passou a desafiar os governantes e a sociedade, no sentido da elaboração e implementação de políticas que pudessem reconhecer e proteger tal direito. Esse desafio trouxe no seu bojo outro maior ainda, ou seja, a necessidade de repensarmos as políticas de lazer desenvolvidas como políticas de atividades, sem reflexos sociais mais amplos e continuidade nas ofertas para a população (PINTO, 2008).

Considerando o contexto macroeconômico e social no País na década que se seguiu à promulgação da Constituição Federal de 1988, observou-se piora em alguns indicadores, como na distribuição de renda, nas taxas de desemprego, no índice de trabalhadores formalizados que contribuíam para a previdência social e o aumento do percentual da população vivendo com baixos salários. Tudo isso indicava que uma grande parcela da população encontrava-se excluída de importantes dimensões sociais, carecendo da proteção do Estado.

Dessa forma, em meio a esse cenário, com altos e persistentes níveis de desigualdade social, contexto de escassez de recursos e crescentes demandas sociais, houve reivindicação para que o Estado ampliasse sua responsabilidade social na provisão de bens e serviços sociais. Porém, não foi isso a que assistimos. A década de 1990 foi marcada pela adoção de medidas pautadas pelas políticas neoliberais. Essas medidas afetavam tanto o campo econômico quanto o social. Assim, o projeto de desenvolvimento alçado ao modelo estatizante-intervencionista que vigorava até então cedeu lugar ao discurso modernizador-privatizante do Estado Mínimo (MASCARENHAS, 2007).

Na esfera econômica, dentre as várias medidas adotadas, ganhou evidência a onda de privatização de empresas e bancos estatais e a adoção de reformas na Administração Pública que atendiam a princípios que visavam a uma intervenção cada vez menor do Estado na implementação e no desenvolvimento das políticas públicas em todos os setores. Um novo modo de implementar e desenvolver políticas sociais foi adotado no País. Foram defendidas ações em que a aparelhagem estatal deixou de executar políticas sociais diretamente (MELO, 2005). Nessa época, tornou-se comum no desenvolvimento de políticas sociais a transferência na execução de diversos serviços do Estado para organizações existentes na sociedade civil, especialmente as organizações não governamentais (ONGs).

As iniciativas no setor de esporte e lazer implementadas e desenvolvidas na década de 1990 não passaram imunes aos ditames dessas novas formas de desenvolver políticas sociais. Com enormes clamores por parte dos governantes e também da mídia, a sociedade civil era cada vez mais convocada a participar. Dessa forma, a quase totalidade das ações no setor foi desenvolvida em sistema de colaboração entre Estado e sociedade civil e também entre Estado e iniciativa

privada¹⁷. Mascarenhas (2007) alerta para o fato de que grande parte dos programas de esporte e lazer vinculados a ONGs eram subvencionados pelo Estado ou, então, recebiam apoio de organismos internacionais. Muitos desses trabalhos eram desenvolvidos por ONGs cujos dirigentes eram atletas e ex-atletas de renome nacional.

Nesse cenário, onde as práticas adotadas pelas políticas públicas não conseguiram consolidar o esporte e lazer como direitos sociais possíveis de serem usufruídos por toda a população brasileira, tornava-se necessário pensar em propostas governamentais que caminhassem nessa direção.

As relações políticas

A Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo – SELT – tem seu início e fim marcados pelas leis n. 8502, de 19 de dezembro de 1983 e n. 12351, de 18 de novembro de 1996, respectivamente. Ao longo destes treze anos, o governo foi atravessado por cinco gestões no Estado, sendo elas: Tancredo Neves¹⁸ (março de 1983 a agosto de 1984); Hélio Garcia¹⁹ (agosto de 1984 a março de 1987); Newton Cardoso²⁰ (março de 1987 a março de 1991); segundo mandato de Hélio Garcia²¹ (março de 1991 a janeiro de 1995) e, por fim, no governo de Eduardo Azeredo²² (janeiro de 1995 a janeiro de 1999), que a SELT teve sua denominação alterada, ainda em novembro de 1996.

A consolidação da SELT, no governo de Tancredo Neves, ocorreu com a promulgação da Lei n. 8.502/1983. A Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG), órgão responsável pelas políticas de esportes no

17 Melo (2005) aponta o programa *Comunidade Solidária*, vinculado à Presidência da República e coordenado pela então primeira dama Ruth Cardoso, como um bom exemplo da intensificação da relação entre as ONGs e o Estado. Importante ressaltar que várias ações de esporte e lazer difundidas no País eram vinculadas a esse programa, denominado *Esporte Solidário*.

18 Secretário: Leopoldo Bessone (1984 a 1986).

19 Secretários: Leopoldo Bessone (1984 a 1986); Evandro de Pádua Abreu (1986); Amaury Laje (1986 a 1987).

20 Secretários: Tancredo Antônio Naves (1987 a 1989); José Ádamo Belato (1989 a 1990); Maurício Pádua Souza (1990 a 1991).

21 Secretários João Pinto Ribeiro (1991 a 1994), José Afonso Bicalho Beltrão (1994) e, novamente, João Pinto Ribeiro (1994).

22 Secretários Ademir Lucas (1995 a 1996), Paulo Eduardo Ferraz (1996) e, novamente, João Pinto Ribeiro (1996 a 1998), período este em que a SELT mudou sua denominação.

período anterior à SELT, ligada anteriormente à Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, passou a integrar a SELT, contudo já era prevista sua extinção na referida lei. De acordo com o artigo 17 da lei de criação da SELT, o Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo respondia pelo desenvolvimento das atividades esportivas, de lazer e turísticas no Estado.

Os Conselhos Estaduais de Lazer e Turismo foram criados na referida lei. O Conselho Regional de Desporto (CRD) já existia e foi mantido²³. Uma das justificativas para a criação da SELT é a de que a forma como os setores de turismo, esporte e lazer estavam situados nos sistemas operacionais anteriores, ou seja, vinculados às pastas da Indústria, Comércio e Turismo e a do Trabalho, Ação Social e Desporto, não favorecia a coordenação de ações que permitissem ativar o setor em suas áreas afins e operacionais de forma integrada e eficiente (MINAS GERAIS, 1984).

De acordo com as entrevistas na história oral, os cargos de gerência política, comumente, davam-se, ora em razão de experiência política no setor esportivo, ora por indicação política – relações partidárias, de amizade, sociabilidade.

Na sua gestão como secretário da SELT, Leopoldo Bessone incorporou como superintendente de Esporte, Luiz Afonso Vasconcelos; como superintendente de Lazer, Gervásio Horta – homem de muitas ideias e criatividade, merecedor de muitos elogios do Secretário²⁴; e como superintendente de Turismo, o professor Raimundo Nonato. Na ADEMG, Tancredo Naves; na Diretoria de Esportes, Cláudio Boschi; além das estruturas da HIDROMINAS, PROMINAS e TURMINAS. Sobre a indicação ao cargo, Leopoldo Bessone (2010a) afirmou serem opções políticas relacionadas entre o secretariado, quando da sua indicação pelo então governador Tancredo Neves, quando ele ainda era deputado federal, mas também com muita atuação na vida pública de Minas.

23 Órgão estadual vinculado ao Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão federal criado pelo Decreto-Lei n. 3.199/1941, cuja função era orientar, fiscalizar e incentivar a prática do esporte. Em Minas Gerais, o CRD concedia alvarás às entidades esportivas.

24 Como superintendente de Lazer parece que foi aquele mais ampliou e diversificou as práticas, dentre elas o teatro, cinema, música, de acordo com vários dos entrevistados.

Sobre as relações políticas, Leopoldo Bessone (2010a) afirma que os secretários com prestígio junto ao governador possuíam maior autoridade política, pois já era esperado que o governador lhe apoiasse a fala. Já segundo Ademir Lucas Gomes (2010), ex-secretário da SELT, sua indicação política se deu em razão de sua experiência na Prefeitura de Contagem, de 1989 a 1993, quando lá se projetou muito pelo esporte, em razão do incremento no futebol amador. Ademir Lucas, antes de ocupar a SELT, havia sido também deputado estadual de Minas Gerais em diversos mandatos, desde 1979.

No período inicial da SELT, houve grande esforço na construção de espaços esportivos e reformas daqueles já existentes, conhecidos como “praças de esportes”, que se multiplicaram no Estado, especialmente, pela ação do secretário Leopoldo Bessone. Foi Rosângela Bessone (2010) – ex-membro da Superintendência de Esportes da Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG), cuja entrada data de 1979 – quem afirma que a indicação para a administração desses espaços se dava por nomeação, cujo critério era muito mais político do que técnico, contudo ressalta a importância de tais equipamentos para a realização das práticas esportivas nos municípios.

Ainda sobre a gerência técnica dos espaços, Rosângela Bessone (2010) fala sobre a estrutura da Diretoria de Esportes e a equipe de trabalho. Importante observar a contratação e a efetivação de professores de Educação Física como técnicos para o setor. Segundo ela, em 1979, a Diretoria de Esportes trabalhava com dez, doze profissionais de Educação Física, todos contratados pelo último concurso ocorrido naquele mesmo ano.

Percebem-se, no período investigado, algumas mudanças fundamentais ao país no cenário político, criando implicações para a formulação e execução das políticas de esporte e lazer no Estado. Estamos falando do período de redemocratização no Brasil, a consolidação da Constituição Federal em 1988 e a criação da Lei Zico, em 1993, que balizou novas condutas de financiamento e gestão do esporte no cenário nacional.

É também nesse período que ocorreu a extinção a DEMG no Estado, prevista desde 1983, na lei de criação da SELT. Foi somente em 1987 que essa extinção – a contragosto de muitos entrevistados da pesquisa – teve força de lei, processo lento, em razão da amizade de seus dirigentes, segundo Rosângela Bessone (2010). Para ela, a SELT, de fato, começou

a funcionar em 1985, com os Jogos do Interior de Minas (JIMIs)²⁵ – que, segundo ela, foi um evento muito exitoso, pois ainda é executado nos dias de hoje. A entrevistada reforça a assertiva de que esse foi um período de muita obra na construção e reforma das praças de esportes já existentes.

Com a extinção da DEMG, as atribuições de sua responsabilidade foram transferidas para a SELT. As projeções para 1988 já previam todas as ações desenvolvidas somente pela SELT. De fato, o Decreto n. 27.740/1987 extinguiu a DEMG com seus respectivos cargos de diretorias e transferiu para a SELT as competências, o quadro setorial de lotação, os bens patrimoniais e demais obrigações que ela assumira.

Sobre a extinção da Diretoria de Esportes e, em conjunto, dos seus departamentos agregados, o Dr. Cimar Silva (2010) – do Departamento Médico da Diretoria de Esportes, que dava plena assistência aos atletas do Estado – lamenta a perda do Departamento Médico no governo de Newton Cardoso, afirmando que esta foi uma ação equivocada, pois da sua continuidade poderia ter resultado no maior Centro Médico Desportivo do Brasil, ficando à frente de muitos países.

Feitas essas ressalvas na relação Diretoria de Esportes de Minas Gerais e a criação da SELT, podemos concluir que foi por meio da Lei n. 8.502 de 19 de dezembro de 1983, que criou Sistemas Operacionais e Secretarias de Estado, que surgiu, então, o Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo e a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, cuja finalidade principal era a realização de objetivos ou metas setoriais do planejamento global do Estado, tendo em vista seu desenvolvimento.

O Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo era composto pelo órgão central – SELT –, e seus órgãos colegiados integrantes: Conselho Regional de Desportos²⁶ (CRD); Conselho Estadual de Lazer (CEL); Conselho Estadual de Turismo (CET); e as entidades vinculadas: Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS); Águas Minerais de Minas Gerais S/A (HIDROMINAS); Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS); e a Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (ADEMG).

25 Autorizado pelo Decreto n. 24.202/1984.

26 Outras referências sobre o CRD encontradas no período da SELT se referem às suas competências apresentadas pelo Decreto n. 23.507 de 29 de março de 1984 e sua extinção pela Lei n. 11.819, de 31 de março de 1995. O CND havia sido extinto com a criação da Lei Zico, em 1993.

A composição de sua estrutura básica ficaria então instituída conforme artigo 20 (MINAS GERAIS, 1983b):

I - Gabinete; II - Assessoria de Planejamento e Coordenação - APC/SELT; III - Assessoria Esportiva Militar - AEM/SELT; IV - Inspetoria de Finanças - IF/SELT; V - Superintendência Administrativa - SA/SELT; VI - Superintendência de Esportes - SE/SELT; VII - Superintendência de Lazer - SL/SELT; VIII - Superintendência de Turismo - ST/SELT.

Em razão da intencionalidade da pesquisa, debruçamo-nos nas questões relativas ao esporte e ao lazer, deixando a indicação de estudos e pesquisas para os demais assuntos. Dessa forma, salientamos alguns dos objetivos da política de esporte e lazer:

Art. 19. A Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo tem por finalidade propor a política dos esportes, do lazer e do turismo, suscitar, coordenar e supervisionar a interveniência do Estado nas atividades dos três setores, e, especialmente:

I - promover, estimular e orientar a prática das várias modalidades desportivas e de esporte amador, notadamente através das seguintes iniciativas: a) construção de praças de esportes e de centros de treinamento esportivo; b) estudos e pesquisas que visem ao aprimoramento e à difusão dos esportes; c) manutenção de intercâmbio com entidades esportivas nacionais ou estrangeiras; d) participação em eventos esportivos nacionais e internacionais.

II - Criar ou fomentar a criação de um sistema de lazer e recreação que se destine, preferencialmente, a proporcioná-los às classes de menores rendas, notadamente através das seguintes iniciativas: a) convênios com Prefeituras Municipais ou outros organismos locais, no sentido da criação ou instalação de parques, equipamentos de diversões infantis, áreas de campismo e acampamento, pousadas, colônias de férias e assemelhados; b) preservação e desenvolvimento dos elementos paisagísticos naturais, que se prestem a atividades recreativas, como cursos d'água, lagos e florestas; c) estímulo a iniciativas privadas relacionados com os objetivos definidos neste inciso.

Parágrafo único. Os recursos financeiros que o alimentarão advirão de convênios com os Municípios ou entidades públicas ou privadas (MINAS GERAIS, 1983b).

Segundo o Decreto n. 23.373, de 24 de janeiro de 1984, que dispõe sobre o Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo, criou-se,

nesse período, um órgão consultivo – Conselho Estadual de Lazer – cujo objetivo era oferecer subsídios para a formulação de políticas e, nos seus anexos, as competências às Superintendências de Esporte e Superintendência de Lazer eram traçadas:

Superintendência de Esportes – SE/SELT: I – planejar, organizar, controlar e coordenar as atividades esportivas em todo o Estado; II – aprovar os planos de trabalho das entidades componentes do sistema; III – fiscalizar a execução dos programas das entidades componentes do Sistema; IV – estimular a formação de técnicos necessários ao desenvolvimento do esporte em Minas Gerais; V – assessorar o Secretário em todas as atividades ligadas ao esporte; VI – exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas. Superintendência de Lazer – SL/SELT: I – Planejar, organizar, controlar e coordenar as atividades de lazer em todo o Estado; II – aprovar os planos de trabalho das entidades componentes do Sistema; III – fiscalizar a execução dos programas das entidades componentes do sistema; IV – estimular a formação de técnicos necessários ao desenvolvimento do lazer em Minas Gerais; V – assessorar o secretário em todas as atividades ligadas ao Lazer; VI – exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas (MINAS GERAIS, 1984).

Dada a finalidade da lei e relacionando com outros dados da pesquisa, observamos o desenvolvimento dos objetivos citados, mas cada qual repleto de intencionalidades e interesses ainda pouco discutidos tanto pelo Poder Público quanto pela parte acadêmica. Evidencia-se, nos dados a seguir a passagem de uma política executora – marcada pela extinta ação da Diretoria de Esportes de Minas Gerais – para uma política gestora – como sugere ainda a Lei n. 8.502/1983 que criou a SELT. Nesse ponto, merece destaque a investigação sobre as diferentes ações formuladas e implementadas e seus modos de financiamento, dados a seguir.

Ações desenvolvidas pela SELT

Durante os treze anos de SELT, foram realizadas diversas ações. Dentre aquelas de que tomamos conhecimento, por meio de documentos, consultas às mensagens enviadas à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), depoimentos e legislação, estão: Construção e reformas de Praças de Esporte nos municípios do Estado;

JIMIs; Torneio Rola Bola; *Programa Curumim*; Cursos de Formação *Olé Olá*; *Adote um Atleta*; JOJU; *Mocatu*; *Toriba*; Cursos de Formação de Arbitragem e Incentivo ao Estudo no Exterior; *Ruas de Lazer* (FIG. 1); Copa Kaiser de Peteca; Clube da Maturidade; *Recriar Recriando*.



FIGURA 7 – Rua de lazer em Betim, nov. 1986.

Fonte: Acervo CEMIE.

Trataremos com maior profundidade as Praças de Esporte, o JIMI e o *Programa Curumim*, pela sua relevância e destaque dado pelas fontes.

As ações na SELT, ao longo da gestão de Leopoldo Bessone, segundo Rosângela Bessone (2010), passaram pela construção de equipamentos esportivos, realização de cursos, formação no exterior²⁷ e eventos, como o JIMI, os Jogos da Juventude, os Jogos Brasileiros.

De início, são as “Praças de Esporte”, seguindo ainda a política pioneira de Benedito Valadares, no final da década de 1930, que mais se destacaram no início da criação da SELT, pois era uma preocupação

²⁷ Rosângela Bessone (2010) cita o Plano Mineiro de Desenvolvimento para Pessoas com Deficiência, no qual foi dado incentivo para a formação no exterior para Pedro Américo Souza Sobrinho e para Kátia Borges, professores da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais. Esse investimento na qualificação de profissionais para atuem com pessoas com deficiência, possivelmente, foi incentivado devido à elaboração do Plano Mineiro para Pessoas Portadoras de Deficiência em 1986.

do Secretário Leopoldo Bessone que os municípios tivessem espaços para a prática esportiva. Na sua gestão, o próprio Leopoldo Bessone (2010a) revela a ênfase nas obras como uma ação primordial no Estado, afirmando que foram feitas em torno de quatrocentos e setenta obras em Minas Gerais, sendo mais de cem ginásios cobertos.

De acordo com Linhales (1996), enquanto o Estado de São Paulo se propunha a criar associações para a prática esportiva, apresentando-se, assim, como promotor das condições necessárias à realização do esporte, os Estados de Minas Gerais e do Amazonas propunham a instalação de praças esportivas; o mesmo não se observava nos demais Estados. Segundo ela, “regra geral, os Estados se apresentam mais como incentivadores e como fiscalizadores das ações que a sociedade organizada esportivamente fosse capaz de promover ou realizar” (LINHALES, 1996, p. 121).

As ações para construção e a administração das Praças de Esportes eram atribuídas à DEMG. As ações da DEMG mencionadas por vários anos nas mensagens centraram-se na participação do Estado nos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros e também nos Jogos da Primavera. Nesse mesmo documento é mencionado o Projeto “Escolinhas Esportivas”. Percebe-se nesse documento o desenvolvimento da prática de vôlei, basquete e futebol de salão para crianças de 8 a 14 anos. À DEMG cabia, também, a responsabilidade de subvenção às federações esportivas com o objetivo de apoiar e contribuir com o surgimento de novos atletas. Os municípios também receberam subvenções para construir e ampliar as instalações esportivas existentes. A divisão médica desse órgão foi mantida com o objetivo de prestar assistência aos atletas e acompanhamento de equipes de diversas modalidades.

Outra ação que a DEMG deu continuidade foi o Programa Esporte para Todos (EPT). Constituiu-se na realização de ruas de lazer nos municípios do Estado. Também durante o ano de 1983 foram desenvolvidas algumas iniciativas destinadas à capacitação de pessoal, como seminários, congressos e cursos.

Além das ações, que eram de responsabilidade da DEMG, as ações do Conselho Regional de Desportos de Minas Gerais (CRD) e da ADEMG também constavam como execuções, que eram enviadas anualmente à ALMG.

Nesse sentido, cabe destacar que as ações executadas pelo CRD nas mensagens enviadas à Assembleia encontravam-se relatadas à parte. Suas

principais atribuições correspondem à emissão de alvarás desportivos às entidades e associações do setor no Estado, bem como a fiscalização dessas organizações. Sua atuação visava garantir o cumprimento das determinações do Conselho Nacional do Desporto (CND).

Compondo também o Sistema Operacional de Esporte, Lazer e Turismo existia uma entidade, a ADEMG, cuja finalidade era a administração do Estádio Magalhães Pinto – Mineirão – e o Estádio Jornalista Felipe Drumond – o Mineirinho. Durante vários anos consecutivos foi mencionado, nos documentos consultados, que todas as despesas da ADEMG eram custeadas, em grande parte, com recursos advindos de receita própria. Em alguns casos, sem nenhuma participação do tesouro do Estado. Também pode ser verificado nas mensagens, por vários anos, que as atividades desenvolvidas comumente por essa entidade concentravam-se, basicamente, na manutenção, conservação e obras nos estádios esportivos mencionados. Em 1985, o Estádio Raimundo Sampaio, o Independência, também foi incluído na administração da ADEMG. Posteriormente, em 1989, por meio do ato do então governador Newton Cardoso, esse equipamento foi doado ao América Futebol Clube. Contribuíam também para o aumento de recursos da ADEMG as locações desses espaços para shows e outros tipos de eventos (encontros, congressos etc.), bem como a quantidade de jogos neles realizados.

O ano de 1985 marcou o início da primeira realização dos Jogos do Interior de Minas (JIMIs), cuja autorização deu pelo Decreto n. 24.202/1984. Neste documento consta que um dos objetivos deste evento era a promoção da interiorização das práticas esportivas. Previa-se também a realização anual do JIMI. De acordo Oswaldo Miziara (2010), a realização fundamentada pelo decreto daria uma aparente segurança para sua continuidade.

Vários dos entrevistados reconhecem o valor do JIMI e salientam que foi a partir dele que muitas das Secretarias de Esporte nos municípios foram criadas, para que pudessem receber os recursos para a organização dos eventos. Além disso, supõe-se que o JIMI foi uma das principais políticas que animaram, de fato, todo o investimento realizado nas Praças de Esporte no Estado, consideradas como equipamentos de esporte e lazer, alavancadas como carro-chefe da política introdutória da SELT. Dessa forma, Cláudio Boschi (2010) comenta que o JIMI – nome dado por Gervásio Horta – foi criado para a integração das Praças

de Esporte, após um longo período de estagnação, chegou-se a número de 450 praças de esporte.

Nesse sistema esportivo, segundo Linhales (1996), merecem destaque a indústria do turismo esportivo em franca expansão, a progressiva especialização e racionalização do esporte, que estimula e gera demandas para uma infinidade de serviços especializados, que se acabam tornando imprescindíveis. Dentre outros, podem-se citar professores, preparadores físicos, técnicos, serviços médicos e psicológicos especializados, administradores de empresas e, também, o jornalismo esportivo.

Rosângela Bessone (2010) destaca, também, que no primeiro JIMI participaram somente 66 municípios e transfere a responsabilidade de tal fato à ausência de Secretarias de Esporte nos municípios. Para ela o JIMI motivou a criação desses órgãos nos municípios.

Segundo ela, o JIMI conseguiu alcançar seu objetivo, que era criar um intercâmbio entre os municípios do Estado, dada a territorialidade de Minas Gerais, o que permitiu a troca de conhecimento técnico entre os municípios participantes, fomentando ainda mais a formação técnica esportiva. Contudo, revela o impacto e a expectativa da criação de uma Secretaria do porte da SELT, em detrimento da Diretoria de Esportes, pois, mesmo sendo um órgão pequeno, se comparado à SELT, conseguiu realizar tantos eventos e, com a criação da Secretaria, pouco se fez além de ampliar o JIMI.

Para a realização do JIMI, de acordo com Luiz Afonso Almeida (2010), o Estado era dividido em seis regiões, constituindo seis modalidades em disputa (vôlei, basquete, natação, atletismo, futsal, handebol), entre equipes masculinas e femininas. Ele dizia que até alguns prefeitos participavam jogando em quadra, o que dava estímulo para a “meninada”.

No ano de consolidação da Constituição de 1988, outras ações começaram a despontar. Se antes havia uma preocupação com a construção e reforma dos espaços e uma política que os animasse, agora surgia a questão do apelo social; o esporte utilizado como meio para evitar a marginalidade.

O Decreto n. 27.834, de 29 de janeiro de 1988, institui, por exemplo, um plano especial para desenvolver uma ação integrada nas comunidades de periferia da capital e do interior do Estado, visando estimular a prática de esportes. O grupo de trabalho responsável pela

sua articulação incluía o Sr. Fernando Celso Xavier de Moura e Castro, representando o governo do Estado e na condição de coordenador; o Prof. José Augusto Tavares Trani, representante do Minas Tênis Clube, e o Jornalista Carlos Sales Morici, representante da Fundação Roberto Marinho. Abaixo algumas palavras desse decreto:

Considerando que uma das metas prioritárias do Governo do Estado de Minas Gerais é o desenvolvimento social e que o estímulo à prática desportiva, em suas várias manifestações, contribui decisivamente para incrementá-lo; considerando que é dever do Estado promover a integração social entre os vários segmentos da comunidade mineira, proporcionando especialmente às classes de menor renda, localizadas nas regiões da periferia dos grandes centros urbanos, a oportunidade desta integração; considerando que o estímulo à prática de esportes, adequadamente orientado, contribui sobremaneira como forma de se evitar a marginalidade, permitindo, ainda, a descoberta de valores humanos que eventualmente poderão despontar no cenário desportivo; considerando, finalmente, o interesse de entidades privadas em se associarem a programa específico, em estreita colaboração com o Governo do Estado, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Especial para desenvolver ação integrada nas comunidades das periferias da Capital e de cidades do interior do Estado, visando a estimular a prática das várias modalidades de esporte e a promover a formação de atletas (MINAS GERAIS, 1988).

Uma matéria publicada no Estado de Minas em 1992 reforçava este apelo: JIMI-92 – Renovado e revitalizado, “com total parceria entre o governo Hélio Garcia e as 98 prefeituras inscritas, esta promoção visa despertar no jovem do interior os ideais olímpicos e a necessidade de uma vida sadia e longe das drogas” (SELT..., 1992).

Ainda na execução das ações em 1988, que marcou o primeiro ano de atividades do governo Newton Cardoso, já com a extinção da DEMG, todas as ações desenvolvidas foram creditadas às Superintendências de Esportes, Lazer e Turismo. Diferentemente dos anos anteriores, nota-se o fomento à criação de um sistema de lazer e recreação, destinado, preferencialmente, às classes de menores rendas. Dentre as ações desenvolvidas pela SELT, destaca-se a implementação da política estadual de esportes. Seus principais objetivos, reproduzidos da *Mensagem* de 1989, são:

Oferecer condições para que todos os segmentos etários da população possam participar das atividades físicas e esportivas, como meio para aquisição de conhecimentos, saúde e integração social; Promover e incentivar estudos e pesquisas que visem ao aprimoramento e a difusão dos esportes; Promover eventos esportivos diretamente, ou através de entidades vinculadas, clubes e associações esportivas; apoiar e incentivar a participação de clubes e atletas mineiros em eventos esportivos nacionais e internacionais (MINAS GERAIS, 1989).

Possivelmente, como resultado da implementação dessa política foram incluídas novas propostas durante o referido ano na área do esporte. Uma dessas propostas era destinada especificamente ao futebol, denominada “Projeto Mil Campos”. Essa iniciativa visava dotar o interior do Estado e a periferia de Belo Horizonte de campos de futebol para possibilitar o acesso das classes de menor renda à prática do futebol. Ao que parece, a principal atividade desenvolvida centrou-se na distribuição de conjuntos de traves a diversas prefeituras e associações comunitárias.

Também foram implantadas novas ações visando incentivar o lazer. Os principais objetivos desse bloco de ações visavam à promoção da prática do lazer, bem como dar condições necessárias às atividades de lazer no Estado. Outros objetivos também estavam agregados a tais ações, como:

Promover eventos e programas de lazer com recursos próprios e/ou colaboração com outras instituições públicas e privadas; Conscientizar a comunidade sobre a importância e necessidade da prática de lazer; Usar as potencialidades e possibilidades de cada município no que se refere ao lazer (MINAS GERAIS, 1989).

Assim, conforme se pode observar na *Mensagem* enviada à ALMG em 1989, surgiram novas propostas para a área do lazer: o projeto *Escalada*, que consistia na realização de excursões na Serra do Curral por alunos das escolas estaduais de Belo Horizonte; e projeto *Troca-Trem* que incentivava a abertura de espaços para todo e qualquer tipo de negociação na base da troca com o objetivo de socialização, desprendimento e amizade. Esse projeto era desenvolvido aos sábados, porém, não foi possível perceber em quais locais. No ano seguinte, ele passou a ser denominado *Troca-Treco*. O Clube do Hobby que visava incentivar o hábito do colecionismo; Praça do Lazer e Educação Física

que visava implantar área de lazer na região metropolitana de Belo Horizonte e municípios. Foram realizados estudos para construção de Praças de Lazer e Educação Física através do fornecimento de formas para o preparo das peças de concreto (MINAS GERAIS, 1989).

Ainda como parte da intensificação das ações ligadas ao lazer, foram desenvolvidos cursos para capacitar monitores para a execução das atividades de lazer no interior do Estado. Além da elaboração de materiais didáticos, foram realizados o levantamento e o cadastramento, o mapeamento e a localização de 50 associações comunitárias, visando identificar os locais para a aplicação dos cursos. Outra programação incluída foi a comemoração do Dia das Crianças em alguns municípios mineiros.

No que se refere às ações da ADEMG, também em 1988 ela manteve suas atividades rotineiras em relação aos projetos de administração, conservação e manutenção dos Estádios. Quanto às atividades do CRD, diferente das suas competências específicas, este órgão colegiado realizou por meio de escuta da comunidade esportiva uma valiosa documentação sobre o espírito da não violência nos desportos (MINAS GERAIS, 1989). Posteriormente, este documento²⁸ foi encaminhado ao Conselho Nacional de Desportos.

Na *Mensagem* de 1990, a prestação da execução do ano anterior foi apresentada em três grandes linhas programáticas, que compunham as respectivas políticas de esporte, lazer e turismo. Na área do esporte e lazer, praticamente, foram mantidas as ações do ano anterior. A política de esporte permaneceu centrada na organização de eventos, repasse de subvenções, supervisão das praças de esporte, doação de materiais esportivos e apoio às federações e clubes. As atividades de lazer mantiveram as propostas que já estavam em andamento e também as que foram iniciadas em 1988, o projeto *Troca-Treco*, escalada e a comemoração da semana da criança. Foi possível perceber uma preocupação em reproduzir as propostas dessas três linhas programáticas para o interior do Estado. Foram repassadas às prefeituras do interior do Estado as cópias desses projetos citados.

Para alcançar seus objetivos a política estadual de lazer (promoção da prática, realização de eventos com recursos próprios ou em parcerias com instituições privadas, conscientização da importância da prática de

28 Cópia deste documento se encontra no acervo do CEMIE, caixa n. 206, cinturão intitulado "Associação Professores de EF". O documento data de 30 de junho de 1988.

lazer e uso das potencialidades e possibilidades de cada município para a prática), privilegiou-se a realização de *Ruas de Lazer*, continuidade do projeto *Escalada* e projetos musicais (*Próxima Parada da Estação*) e ações destinadas aos idosos em parceria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) (MINAS GERAIS, 1990).

Houve, no último ano da gestão Newton Cardoso, um redimensionamento das funções do CRD que somente se efetivaram no ano seguinte. Esse órgão passou a atuar como Coordenadoria Regional de Desportos, cujas atribuições foram fixadas por meio do Decreto Federal n. 99.605, de 13 de outubro de 1990.

Mais adiante, em 1991, surgiu o *Programa Curumim* (FIG. 2), caracterizado pelo apelo social, gestado no segundo mandato do governo do Hélio Garcia, cuja repercussão foi tamanha que ocupou a mídia de forma estrondosa, chegando a servir de modelo para outros Estados (PROGRAMA..., 1992; O PROJETO... 1991; COMISSÃO... 1993), sendo laureado na UNICEF, esta última como uma das mantenedoras do programa. Com o lançamento do *Programa Curumim: o direito em ser criança* – inaugurado em 4 de julho de 1991 – pretendia-se “resgatar a cidadania de 50 mil crianças em 4 anos” (MINAS GERAIS, 1991). O objetivo com o projeto era destinar a crianças e adolescentes de famílias de baixa renda o direito ao esporte, lazer e recreação, além de oferecer uma “alternativa diferente de vida”, por meio de atividades sócio-recreativas. Para tanto, buscava-se estimular a descoberta e a valorização da cooperação, da solidariedade, da tolerância, do pensamento crítico, da *autoestima e da perseverança*, visando *propiciar seu desenvolvimento e enriquecimento interno infantojuvenil*, transformando as expressões de sua conduta. De acordo com o *Jornal de Domingo* (1991), “o projeto não visa a retirada de meninos da rua, mas estes serão aceitos nos núcleos para integração à sociedade”. No programa, observa-se um pacote de atividades: brincadeiras, esportes (LAZER..., 1992; OLIMPÍADA..., 1992), palhaços e mágicos, shows e espetáculos, cama elástica, educação sexual e ambiental, educação para o trânsito, orientação e prevenção para o uso de drogas e iniciação ao trabalho (PROJETO..., 1991).

Considerando a emergência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) é importante destacar que a noção de iniciação ao trabalho, anteriormente assumida na elaboração da proposta do programa, desaparece dos impressos de divulgação deste nos anos seguintes. O destaque é dado pelo presidente do Centro Brasileiro para

a Infância e Adolescência (CBIA)²⁹ – Antônio Carlos Gomes da Costa³⁰ –, quando se refere ao *Curumim*, dizendo que está de acordo com o ECA por valorizar a infância e rechaçar o trabalho infantil. Em alguns momentos, quando questionados se tal programa não estaria alocado na pasta errada, alguns dirigentes afirmaram que se tratava de prevenção e não de crianças e adolescentes já em situação de criminalidade, estando, portanto, de acordo com a proposta (PROJETO..., 1991):

O governo Hélio Garcia está implementando, através da SELT, o *Programa Curumim*. O mais ousado projeto de atendimento social já imaginado para Minas Gerais tem por objetivo resgatar a cidadania de 50 mil crianças e adolescentes marginalizados, num prazo de quatro anos, e que estejam morando nas favelas de Belo Horizonte e periferias de cidades de porte médio do Estado. O *Programa Curumim*, nome tupi-guarani para o índiozinho livre e inocente³¹, pretende implantar, até dezembro, doze centros em favelas de Belo Horizonte, que vão atender a cinco mil crianças e adolescentes e suas famílias. Este atendimento será feito com o fornecimento de alimentação e através de atividades de esportes, lazer e recreação programadas e executadas por funcionários da SELT. Paralelamente

29 Órgão federal ligado aos extintos Ministério da Ação Social e Ministério do Bem-Estar Social. Determina o Decreto n. 1.302, de 4 de novembro de 1993: “Art. 2º A CBIA, com jurisdição em todo território nacional, sede e foro em Brasília-DF, terá duração indeterminada e gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira”.

30 Antônio Carlos Gomes da Costa, em 1991, era o presidente do CBIA e apoiava integralmente, com elogios, as ações do *Curumim* (FIG. 4). Segundo Boschi (2010), é dele a autoria do projeto, a pedido de João Pinto Ribeiro. Em outubro de 1992, o Sr. Antônio Carlos Gomes da Costa foi eleito Conselheiro do Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). (COMITÊ..., 1992.) O prêmio dado ao *Curumim* pela UNICEF foi concedido em 1993.

31 Destacamos algumas notas do repórter Wilson Frade sobre o uso de palavras indígenas na SELT. Detalhe que após o *Curumim*, ainda surgiram o *Mocatu* (nome de um rio brasileiro) e o *Toriba* (significado tupi-guarani para felicidade) “O Secretário João Pinto Ribeiro de Lazer e Turismo, que fez sua vida pessoal, empresarial e política em Belo Horizonte, portanto um homem urbano de grande metrópole, possui uma linha indígena e ecológica: seu hotel-fazenda se chama Tauá, que quer dizer argila amarela; Capuã, o nome de seu clube, é uma ilha de mato no campo aberto; e Curumim, seu recente projeto para crianças, na Selt, significa menino índio. Se for demitido mais um presidente da FUNAI, o João corre o risco de ser convidado” (INTIMIDADE..., 1991, p. 3) Outra crítica data de 1993, de Paulo César de Oliveira: “o que aconteceu com o Curumim? De repente, evaporou-se no ar. Será que foi dinheiro gasto para nada? No Brasil, levanta-se um poeirão danado e depois o assunto morre dentro de um arquivo. Não tem ninguém para cobrar e o dinheiro gasto ‘não tem dono’. É preciso cobrar continuidade das ações governamentais.” (E O CURUMIM..., 1993.)

às atividades de recreação, as crianças estarão recebendo educação sexual e ambiental, orientação para prevenção ao uso de drogas e iniciação ao trabalho. [...] O projeto, de concepção arquitetônica simples e barata, cujo maior custo será bancado pelo Estado no pagamento dos salários aos funcionários já em atividade na SELT – pois não haverá novas contratações – tem a participação financeira da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, um órgão do Ministério da Ação Social³².



FIGURA 8 – MINAS está aprendendo a ser criança.

Fonte: HOJE EM DIA, 16 out. de 1992b. Recorte preservado no acervo do CEMIE.

Segundo Zaluar (1994 *apud* LINHALES, 1996), as políticas de assistência às populações carentes nesse período, em especial aquelas que reservavam o esporte para a infância e a juventude, guardavam estreita relação com os problemas que afligiam a sociedade, como a crise econômica, o fracasso da política educacional, os índices crescentes de

32 Governo tem projeto para ajudar crianças. Datado de 28 de julho de 1991.

marginalidade, fazendo com que a política pública utilizasse estratégias capazes de conter as mazelas sociais. Nesses casos, de acordo com Linhales (1996), o esporte chegou a ser utilizado como atividade de substituição a outros direitos sociais, além de ferir, também, o princípio de igualdade, dimensão constitutiva do esporte como um direito social, quando, sem distinção, todos deveriam possuir os mesmos direitos sociais.

Ainda assim, não se pode negar o reconhecimento desse programa na trajetória histórica das políticas públicas da SELT. Fato é que o *Programa Curumim* recebeu o “Prêmio Criança e Paz”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1993, por ser uma experiência educacional bem-sucedida e respeitar plenamente o ECA, que foi amplamente divulgado pela mídia impressa (EM DIA... 1993; CURUMIM..., 1993; PROJETO..., 1993).

Interessante notar que o *Diário do Comércio*, no que se refere ao período investigado, apesar de não citar a fonte dos dados, merece a observação pela repercussão midiática:

O *Programa Curumim*, lançado pelo Governo de Minas na periferia da capital, conquistou o prêmio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – e deverá ser entregue, durante a solenidade no mês que vem, em Belo Horizonte. [...] O Curumim tem por objetivo central a educação integral de meninas e meninos carentes, que recebem alimentação, reforço escolar e recreação fora do horário das aulas. Segundo o governador, o projeto ‘estimula o ingresso e o regresso da criança à escola e dá apoio para que ela tenha uma trajetória de sucesso. E não de fracasso nos estudos’. Desenvolvido pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, o projeto, que tenta mudar o quadro da educação em Minas, não é, entretanto, ainda nada alentador, pois de cada mil crianças que vão para a primeira série, apenas vinte e três concluem a oitava série. O desperdício financeiro chega à casa dos US\$200 milhões (PRÊMIO..., 1993, p. 12).

Muitos dados veiculados na mídia, preservados pelo *clipping* da assessoria de imprensa da Secretaria, apontam que, em 1994, o programa contava com o atendimento 13 mil crianças, na faixa etária de 6 a 12 anos, distribuídas entre 59 núcleos *Curumim*, sendo 13 unidades na Grande Belo Horizonte e 46 unidades no interior do Estado. O

programa contou com o financiamento do governo federal³³ (70%) e do governo de Minas (30%), sendo papel das prefeituras a doação dos terrenos (CURUMIM..., 1994, p. 2) e estava ainda em expansão em 1995 (IBIRITÉ..., 1995)³⁴.

MINAS GERAIS / Executivo

5 de julho de 1991

PROGRAMA CURUMIM

Projeto pioneiro resgata a dignidade de crianças faveladas

O Governo Hélio Garcia lançou ontem, através da Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo — Selt —, o Programa Curumim, o mais ousado projeto de atendimento social, de lazer e recreação já imaginado para Minas Gerais e que tem por objetivo resgatar a cidadania de 30 mil crianças e adolescentes marginalizados, no prazo máximo de 4 anos, e que estejam morando nas favelas de Belo Horizonte e periferias de cidades de porte médio em todo o Estado.

O Programa Curumim, nome tão guardado para o início livre e inocente, o mais puro mesmo brasileiro, pretende, a partir de setembro, e até dezembro deste ano, implantar 12 centros em 12 favelas de Belo Horizonte que atenderão a ... 5.000 crianças e adolescentes e suas famílias, resgatando, no prazo máximo de um ano, para uma vida digna e saudável, cerca de 15 mil pessoas em situação de risco pessoal e social.

Este atendimento será feito com o fornecimento de alimentação e através de atividades de esportes, lazer e recreação programadas e instrumentadas necessitadas por funcionários da Selt especialmente treinados.

O custo da vida

Segundo o secretário de Esportes, Lazer e Turismo, João Pinto Ribeiro, estas crianças e adolescentes, agora, nos centros curumim, terão "direito a ser criadas, poderão brincar desprocuradas nas quadras poliesportivas, nos campos de futebol, nos playgrounds, estarão se divertindo com shows de palhaços, poderão em casas clínicas, assistir e participar de espetáculos teatrais, aprendendo as formas rudimen-



João Pinto Ribeiro: "Uma vida digna e saudável para os crianças"

tadas de todas as expressões artísticas".

Paralelamente às atividades de recreação, estas crianças e adolescentes estarão recebendo educação sexual e ambiental, educação para o trânsito, orientação para a prevenção ao uso de drogas e iniciação ao trabalho.

— Mas especialmente estarão se divertindo, tendo o direito de ser crianças, conforme estabelece a própria Constituição Federal em seu artigo 227. Este Projeto Curumim é um sopro de vida e esperança para esta imensa população que vive em situação de risco pessoal e social nas periferias das grandes cidades cujo destino acaba sempre nas cadeias públicas, reformatórios juvenis ou necrotérios", afirmou João Pinto Ribeiro.

Participação financeira

O Projeto Curumim, de concepção arquitetônica simples e barata, cujo maior custo será bancado pelo Estado no pagamento dos salários de funcionários já em atividade na Selt — pois não haverá novas con-

tações — tem a participação financeira também da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, um órgão do Ministério da Ação Social do Governo Colômbia. Para a concepção deste projeto, o secretário destaca o "decisivo apoio da presidente do CBIA, Maria de Fátima Borges de Oliveira, e de seu diretor executivo, o mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, ex-presidente da Federação Governos Tancredino Neves e profundo conhecedor dos problemas de crianças e adolescentes marginalizados.

O secretário João Pinto Ribeiro explicou que o treinamento dos funcionários da Selt, e os da MinasCaixa recentemente transferidos e totalmente engajados no projeto, começaram já na semana que vem, nas dependências da própria secretaria, de forma a capacitá-los para entrarem em operação de campo já no início de setembro.

E esclareceu, ainda, que estes servidores estão trabalhando na realização de pesquisas em algumas favelas da Grande Belo Horizonte com o objetivo de determinar os locais para im-

plantação dos Curumim, levando-se sempre em consideração a necessidade das comunidades e a existência da criança em situação de risco pessoal e social. Isto porque a filosofia do programa é levar a recreação onde está a criança e não levar a criança ao local de lazer.

Formas de concepção

Além disso, para diminuir custos e viabilizar o projeto, foram concebidas três formas de centros curumim: estruturação, semi-estruturada e integrada. O estruturado prevê a construção e implantação definitiva de núcleos equipados com cobertura central e módulos básicos onde poderão existir campos de futebol, quadras esportivas, playground, armário de cinto, área de apoio, circundados por área livre e arborizadas, onde serão desenvolvidas atividades de esportes, lazer e recreação.

O semi-estruturado terá a construção e implantação provisória de núcleos que poderão ser tornados definitivos ou transferidos para outros locais, onde serão desenvolvidas as mesmas atividades de lazer. E o integrado, que aproveitará as estruturas já existentes como associações de bairro, clubes, praças, escolas estaduais e municipais, também utilizando os espaços para o lazer infanto-juvenil.

O secretário João Pinto Ribeiro destacou que o Programa Curumim será realizado conjuntamente com a Prefeitura de Belo Horizonte e lembrou que o prefeito Eduardo Azeredo está inteiramente envolvido neste projeto de resgate da cidadania de crianças e adolescentes. O programa tem o apoio também das prefeituras da Grande-BH.

FIGURA 9 – Projeto pioneiro resgata dignidade de crianças faveladas.

Fonte: MINAS GERAIS, 5 jul. 1991c, p. 3. Recorte preservado no Acervo do CEMIE.

33 Por meio do CBIA.

34 Nesse mesmo período, entretanto, começaram a ser transferidos os Centros de Recreação e Esporte Curumim à Superintendência de Integração Social da Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente (MINAS GERAIS, Lei n.11819 de 31/05/1995; Dec. N.37159 de 16/08/1995), fato que permitiu a reestruturação da SELT.

De acordo com as reportagens, os profissionais envolvidos na realização do programa eram os próprios funcionários da SELT, que foram mobilizados e “pedagogicamente habilitados” para o desenvolvimento das atividades nos núcleos do *Curumim*:

Os técnicos da SELT são preparados psicologicamente e pedagogicamente, para ensinarem noções exatas das regras dos mais variados esportes e noções de comportamento como disciplina e asseio, pois as crianças têm responsabilidades na limpeza e conservação de toda a área, como a lavagem de seu garfo e prato, de maneira alegre, descontraída e disciplinada. Além disso, ainda tem reforço escolar. Assim, vivem uma experiência de vida que possibilita a escolha de um caminho que resgata seu lugar na sociedade (PROJETO..., 1992, p. 7).

[...] a SELT vem preparando mão de obra especializada: são funcionários da própria secretaria e outros que pertenciam à Minascaixa, todos empenhados em aprender truques de mágica, brincadeiras diversas e as regras e prática de vários esportes (SELT FORMA..., 1991, p. 8).

A política do *Curumim* se assenta sobre um cenário político que regulamenta o ECA. Nesse período muitas reportagens³⁵ foram lançadas na mídia, incluindo uma pesquisa voltada para a análise da violência contra a infância e adolescência no Brasil. Divulgada pelo *Jornal Hoje em Dia*, a pesquisa, de autoria de Alba Zaluar, apresentada no 17º Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduados em Pesquisa e Ciências Sociais (ANPOCS), revelava que 722 jovens foram assassinados na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, em razão dos conflitos oriundos de apostas, mulheres e tóxicos, envolvendo a ação de milícias (policiais ou ex-policiais), o que contribuiu para o aumento dos números, pois, segundo ela, “para pagar a polícia, o delinquente pratica novos roubos e até mata” (HOJE EM DIA, 1993, p. 7).

Foram acionados pela mídia números, estatísticas e pesquisas – às vezes, de forma equivocada – para alimentar ainda mais a justificativa

35 Matéria veicula que um cabo e dois soldados jogaram solvente e atearam fogo em menor, em Belo Horizonte. (FOGO..., 1991, p. 15.) “Para o mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, com a nova Constituição e o novo Estatuto da Criança e do Adolescente, as polícias civil e militar do país têm que criar a consciência de que agora o problema do menor não é mais um caso de polícia, mas de educadores, pedagogos e da sociedade civil. Ele condenou com veemência os grupos de extermínio do Rio, São Paulo, Salvador e Recife [...]” (PRESIDENTE..., 1991).

Esporte/Lazer/Turismo

Projeto Curumim completa um ano

Oferecendo esporte, lazer e carinho para as crianças carentes

O Programa Curumim, um dos mais sérios e criativos projetos do Governo Hélio Garcia para a área social, completa um ano de vida e já atinge a maioridade tirando das ruas do Grande Belo Horizonte cerca de 3.500 crianças e adolescentes que vivem nas favelas e periferias em risco pessoal e social.

Implantado pela Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo - Selt, idealizado pelo secretário João Pinto Ribeiro e com o apoio financeiro do Ministério de Bem-Estar Social, através do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBJA, o Programa Curumim atende à Comarca de Itirumirim, fornece alimentação e uniformes completos para as crianças e evita que estas morram e moriam sem as ruas fazendo um apelo que *nenhuma criança precisa sofrer* - violência, lazer, esportes e atenção.

As diversas unidades Curumim já em pleno funcionamento em Belo Horizonte, Betim, Leopoldina, Itirumirim e Ribeirão das Neves foram construídas próximas de onde as crianças moram, são de custo financeiro baixo, porque simples e muito bem concebidas arquitetonicamente, e estão dimensionadas para a vocação natural de uma secretaria de esportes e lazer, que é promover estas atividades para aquelas que logo ao nascer são utilizadas por pais miseráveis para trabalhar - explicou o secretário João Pinto Ribeiro.

O BRINQUEDO DE TODOS

O secretário João Pinto Ribeiro informou, ainda, que neste primeiro ano de vida, suas diversas unidades foram implantadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte por ser justamente a área de maior concentração populacional e onde o drama das crianças desassistidas é maior. Assim, até o final do ano, o Governo Hélio Garcia estará atendendo, com alimentação, uniformes e recreação, cerca de 5 mil crianças nas favelas e áreas de risco aos 12 meses. Estes meninos e meninas estarão sempre frequentando a escola formal em um núcleo e o Curumim no outro, pela manhã ou à tarde.

Todas as unidades Curumim, projetadas pelo arquiteto Armando Valdeira, superintendente de Planejamento e Coordenação da Selt, possuem uma grande área coberta, sem paredes, em estrutura metálica para atividades físicas e recreativas em dias de chuva ou de muito sol. Em cada extremidade desde galpão existem salas para cozinha, atividades artísticas, alimentares e administrativas, vestiários e banheiros.

Além disso, os núcleos Curumim possuem quadras poliesportivas para jogos de vôlei, basquete, handebol,



O projeto Curumim oferece muitos opções de lazer para as crianças

handebol de salão, peteca, queimada etc., playground completo, quadra de areia, amfiteatro, duchas e a unidade de Itirumirim tem até mesmo piscina.

DISCIPLINA

As crianças são assistidas por funcionários da Selt devidamente preparados tanto psicologicamente quanto pedagogicamente, de forma a que possam negociar estas regras dos variados esportes e as entendam como se comportar com assédio e disciplina, possuindo uma das crianças Curumim tem responsabilidades na limpeza e conservação de toda a área. Além disso, estas crianças estão sendo reeducadas em valores de respeito e conservação do todo a área. Além disso, estas crianças estão sendo reeducadas em valores de respeito e conservação do todo a área. Além disso, estas crianças estão sendo reeducadas em valores de respeito e conservação do todo a área.

Segundo o superintendente de lazer da Selt e responsável pelo programa, Maria da Conceição Nogueira Monteiro, "a proposta do Curumim não se resume ao brincar por brincar".

A criança aprende a se organizar, a trabalhar em grupo, a se relacionar com as pessoas. Aprende também a ser responsável (a mesma faz a limpeza dos locais que usa, ela mesma faz seu jantar e o seu prato, tudo isso de uma maneira alegre, descontrolada e disciplinada. A criança

do Curumim tem a oportunidade de viver uma experiência de vida que possibilita a escolha de um caminho que resgata o seu lugar na sociedade.

TREINAMENTO

Para que todas estas crianças sejam assistidas com eficiência e criatividade, a Selt, por determinação expressa do secretário João Pinto Ribeiro, realiza periodicamente cursos de treinamento para os funcionários envolvidos no projeto e estagiários especialmente contratados.

Assim, através de convênio firmado com a Universidade Federal de Minas Gerais, os coordenadores e monitores da secretaria são periodicamente treinados por psicólogos dentro do Projeto HIV em Juiz de Fora, que tem por principal objetivo atuar a prevenção do vírus da AIDS nas crianças de rua.

Além disso, são realizadas palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis ou de males como as drogas e tabagismo, como ocorreu recentemente na palestra de uma das maiores especialistas do País sobre o assunto, o professor e escritor Ronaldo Gomes de Almeida.

O principal incentivador do Programa Curumim no âmbito do Governo Federal, o presidente do CBJA, professor Antônio Carlos Brites da Costa, responsável pela elaboração do projeto junto com o secretário João Pinto Ribeiro, tem

afirmado que o programa é "um Caju de peso no chão", devido à sua simplicidade, baixo custo e altíssimo benefício social.

Previsamos atender - explica - que a criança em dificuldade não precisa apenas de alimentação e roupa, necessidades básicas de qual quer ser humano, mas sobretudo de carinho e diversão, lazer e esporte. A criança precisa ser criança, por isso - dá mais valor do que o aluguel do Programa Curumim - o direito de ser criança.

Segundo o professor Antônio Carlos Gomes da Costa, "quanto maior o desenvolvimento pessoal e social de nossa população infantil, melhor de nossa grande cidade Curumim nasce-se no grande esforço, que um dia haverá de converter-se à universalização da escola de tempo integral em nosso País".

Nestes tempos difíceis, contudo, há que ser realista e buscar maneiras de atingir esse propósito generoso de forma mais simples, barata e eficaz.

O próprio governador Hélio Garcia elogia o projeto durante a inauguração da unidade do Conjunto Morro Alto em Leopoldina: "Quero dizer ao secretário de Esportes, Lazer e Turismo que posso, gostar muito desse projeto Curumim por sua simplicidade, como deve ser sempre simples a administração pública honesta".

MINAS GERAIS - Parte I

Revista Nova, 16 de novembro de 1992, p. 7

FIGURA 10 - Projeto Curumim completa um ano.

Fonte: MINAS GERAIS, 6 nov.1992e, p. 7. Recorte preservado no acervo do CEMIE.

Por fim, é com o investimento da Secretaria na criação dos núcleos *Curumim* que, em 31 de março de 1995, por meio da Lei n. 11.819, na inauguração da Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente – que reestrutura, também, a SELT – foram transferidos os Centros de Recreação e Esporte Curumim à Superintendência de Integração Social da referida Secretaria.

Nessa mesma legislação também fica criado o Conselho Estadual de Desportos, órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, subordinado à Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, com a finalidade de auxiliar na organização do desporto no Estado e, especialmente, de cooperar com o Conselho Superior de Desportos (BRASIL, 1993). Assim, coube à SELT, no prazo de 120 dias, a contar da data da publicação da lei, a definição de um Sistema Estadual do Desporto aos Estados, conforme sugeria a Lei Zico (BRASIL, 1993), a ser aprovado em decreto pelo governador. Contudo, tal decreto não consta desta investigação, uma vez que carece de aprofundamento.

A transferência, em definitivo, de todos os contratos administrativos, convênios e de acervo patrimonial do *Programa Curumim*, da SELT para a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente foram reforçados pelo Decreto n. 37.159, de 16 de agosto de 1995.

Na esteira do *Programa Curumim* e contando ainda com o financiamento da UNICEF, a SELT realizou, ainda, os Cursos de Capacitação de Agentes Comunitários de Esporte e Lazer *Olé Olá*, em outubro e novembro de 1994, cuja mensagem de abertura é clara:

O Projeto Olé Olá é uma consequência natural do acerto do Programa Curumim. Com os mesmos critérios – criatividade e bom senso, simplicidade e economia – o Projeto Olé Olá é prático e eficiente ao garantir esporte e lazer às crianças e jovens necessitados, através da preparação técnica de educadores das entidades governamentais ou não (GARCIA, 1994).

Após a condecoração pela ONU do *Programa Curumim*, João Pinto Ribeiro lançou o *Programa Mocatu*: sem limites para ser feliz, cujo responsável técnico era Maurity Neves, inaugurado em 1994, que atenderia crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos de idade), portadores de deficiências físicas e mentais, oferecendo assistência médica e de lazer por meio do desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e expressivas, incluindo a “alimentação quente, uniformes e carinho”

(ESTADO DE MINAS, 1994, p. 8; PROGRAMA..., 1994), nas instalações do Mineirinho.

Outra ação que merece destaque é o projeto *Adote um Atleta*. Segundo Rosângela Bessone (2010), a campanha *Adote um Atleta* foi criada para dar recursos àqueles atletas de ponta que estavam surgindo no judô, no vôlei e na natação. De início, as empresas tomavam conhecimento do projeto, da lei, e esse valor investido era deduzido do imposto de renda³⁷. A respeito do programa *Adote um Atleta*³⁸, Ellos Pires de Carvalho (2008) fez algumas observações:

[...] elaborei o projeto 'Adote um Atleta' para Minas Gerais. Esse projeto, que apoiou dezenas de atletas mineiros durante alguns anos, se baseava em um convênio entre a Diretoria de Esportes e a UFMG, que cedia as instalações esportivas e os professores para atuarem como treinadores. Naquela época as leis do amadorismo proibiam os atletas de serem remunerados por empresas ou clubes, sob pena de serem proibidos de competir. O projeto 'Adote um Atleta' permitia que o Estado captasse patrocinadores e repassasse o dinheiro para os atletas como bolsas sem que eles deixassem de ser amadores. Antes da criação do projeto 'Adote um Atleta', a equipe de atletismo que eu treinava já contava com patrocínio de uma rede de padarias de Belo Horizonte (Padarias Boschi), além do apoio de duas entidades que eram a União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) e o Clube Recreativo dos Servidores Públicos (CRESP) [...] (CARVALHO, 2008, p. 126).

Nesses termos, Rosângela Bessone (2010) elogia o projeto *Adote um Atleta*, contudo aponta as suas fragilidades, salientando que sua extinção se deu em razão de seu mau uso, quando os donos das

37 No mesmo período histórico, no cenário nacional, merece destaque a Lei Mendes Thame (Lei n. 7.752/1989) "Vale citar, ainda, que durante um curto espaço de tempo a elite esportiva conseguiu atender a mais uma de suas antigas reivindicações, qual seja a de prover mais recursos para o esporte. A Lei n.º 7.752, de 14 de abril de 1989 (Lei Mendes Thame), dispunha de incentivos fiscais na área de imposto de renda e outros tributos concedidos ao desporto amador. Esta lei teve uma longa tramitação no Congresso antes de ser aprovada e considerou em grande medida no rol de atividades esportivas, para efeito de incentivo fiscal, aquelas relacionadas ao desporto de rendimento". (VERONEZ, 2005, p. 286.)

38 Cf. o programa *Adote um Atleta*, cujos dados encontrados datam do período de 1988 a 1991. Convênio/Contrato n. 522. Contrato de adoção entre a firma Minerações Brasileiras Reunidas S/A (MBR) e o senhor William Carlos Campos Barbosa, com interveniência da SELT. Acervo do CEMIE, caixa 162, cinturão 751.

empresas começaram a adotar os próprios filhos. Quando isso se tornou frequente, o diretor, na época, interrompeu sua realização.

Foram encontrados, ainda, outros projetos, segundo os Relatórios de Atividades da Superintendência de Lazer (RELATÓRIO..., 1988), expedidos pelo Sr. Gilberto Rocha de Castro, nos quais relatava a sua atuação: projeto *Escalada* em diversas escolas; *Ruas de Lazer* em diversos bairros e municípios; inauguração de praça de esporte; concurso *Recriar Recriando*³⁹; implantação do projeto *Troca-Trem*, já citado. E alguns projetos em andamento no período: *Cantos de Minas* (que pretendia revelar músicos, atores e cantores em diversos municípios); *Clube do Hobby* (associação de colecionadores numa entidade para troca de experiências e objetos de coleção); *Praça do Lazer e Educação Física*; *Janela D'arte* (convênio com a Escola Guignard para reunir pessoas interessadas em conhecer técnicas e processos de trabalhos artísticos); *Kit de Lazer* (publicação de impresso com atividades de lazer próprios de cada região do Estado); *Brinquedos Infantis Integrados* (brinquedos de madeira com aproveitamento de postes refugados pela CEMIG); Curso de Monitores de Lazer; JIMSELT II (jogos esportivos para integração de funcionários da SELT).

Ainda, de acordo com o Sr. Antônio Carlos de Oliveira (2010) – admitido pela extinta DEMG em função do projeto Adote um Atleta –, a demanda por lazer na SELT era enorme, pois havia uma agenda bastante comprometida com as ações pelos municípios. Havia um grande grupo de trabalho e um bom equipamento. Em razão de a natureza do Estado ter-se voltado para o planejamento e não mais para a execução, as ações de lazer foram decrescendo gradativamente, segundo ele, até não aparecem mais entre as ações do Estado, fato marcado pela ação da SEEJ.

Sobre o desenvolvimento do lazer na SELT, Rosângela Bessone (2010) ressalta o entendimento ampliado sobre o lazer que trouxe o superintendente de Lazer Gervásio Horta, nessa gestão, dizendo que, independentemente de o município ser de pequeno ou médio porte e

39 Em outubro de 1989, realizou-se o II Concurso *Recriar Recriando*, projeto destinado a crianças de 10 a 15 anos, estudantes ou não, da capital e do interior. Pretendia-se que as crianças elaborassem brinquedos com a utilização de sucatas, usando a criatividade e a imaginação. Os brinquedos inscritos seriam julgados e os vencedores seriam premiados. Entre os objetos avaliados nesta edição estavam muitos “robôs”, carrinho elétrico, avião SOS, Batman, TV e Braço Biônico. Outros objetos citados: boné farol, boneca, vitrola, carrinho maluco, fazenda, piscina, castelo e parque.

de interesses partidários, levava a todos as ações de lazer que incluíam cinema, música, dança e teatro, por meio de uma estrutura que ele intitulou de “Palco do Lazer”.

Salientamos, também, ações realizadas na SELT para a terceira idade, destacando-se o Clube da Maturidade, criado na gestão de Leopoldo Bessone e Ademir Lucas (2010). Isso revela o investimento nesse grupo social, uma vez que a terceira idade, não se resumia somente na realização de bailes, com potencial para conduzir políticas para a promoção de emprego e renda por meio do artesanato.

Por fim, seguindo certa cronologia das ações desenvolvidas, destaca-se a produção de relatório final da Copa Kaiser de Peteca (RELATÓRIO..., 1995), realizado de junho a julho de 1995, em arena no Minas Shopping, com o patrocínio da Kaiser, pela Panda Promoções e Eventos, propriedade do Sr. Helder Zech Coelho. Como apoio estavam a SELT, o Minas Shopping, a UNIMED, a Federação Mineira de Peteca, a Bonfim Indústria e Comércio e a Secretaria Municipal de Esportes, cujos objetivos eram: realizar a maior competição esportiva de Minas Gerais na modalidade que mais cresce entre os mineiros, a Peteca, genuinamente mineira; acoplar o nome Kaiser à modalidade esportiva e conseguir grande penetração e fixação da marca entre os mineiros, e outros.

Além desses, deviam existir outros projetos cujo procedimento investigativo não foi possível abarcar. Diversos documentos encontram-se no acervo do CEMIE à espera de investigações.

Questões de financiamento

Com a criação da Lei n. 8.502, de 19 de dezembro de 1983, que institui os Sistemas Operacionais e Secretarias de Estado, ficou definida a gerência de um importante fundo para a história do esporte e lazer no Estado:

Art. 3. A Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo passa a gerir o [...] o Fundo de Assistência à Educação Física, Esportes Especializados e Futebol Amador, criado pela Lei n. 6.265, de 18 de dezembro de 1973, e modificado pelas Leis n. 6.433, 7.857, respectivamente, de 3 de outubro de 1974 e 17 de dezembro de 1980.

O Fundo citado se refere ao incremento da educação física e do esporte mediante a distribuição da renda líquida da Loteria do Estado

de Minas Gerais, definida assim pelo Decreto n. 23.500, de 28 de março de 1984:

Art. 1º A renda líquida da Loteria do Estado de Minas Gerais, apurada no exercício de 1983, será distribuída no corrente ano, de conformidade com o disposto no § 1º do artigo 5º da Lei n. 6.265, de 18 de dezembro de 1973, na seguinte proporção:

I – 26% (vinte e seis por cento) para o Fundo da Assistência ao Menor – FAM; II – 22% (vinte e dois por cento) para o Fundo de Assistência de Caráter Social e Assistência Médica – FASMED; III – 18% (dezoito por cento) para o Fundo de Assistência à Educação Física, Esporte Especializado, Futebol Amador; IV – 5% (cinco por cento) para o Fundo de Promoção Cultural, além dos recursos que lhe cabem nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Lei n. 6.265, de 18 de dezembro de 1973; V – 24% (vinte e quatro por cento) para subvenção às entidades que se enquadrem nas finalidades previstas nos incisos anteriores, legalmente constituídas no Estado, para custeio total ou parcial de anuidades escolares, bem como para pessoas jurídicas de direito público, atendida a especificação estabelecida anualmente em resolução da Assembléia Legislativa.

Algumas modificações na denominação surgiram com o Decreto n. 36.468, de 2 de dezembro de 1994:

Art. 1º A renda líquida da Loteria do Estado de Minas Gerais – LEMG –, na modalidade convencional, será distribuída, de conformidade com a legislação vigente, na seguinte proporção: [...] III – 18% (dezoito por cento) para o Programa de Assistência à Educação Física, Esporte Amador e Esporte Especializado, sendo gestora a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo – SELT.

Nesse cenário, Luiz Afonso Almeida (2010) fala sobre o surgimento da SELT e sobre a questão de seu orçamento. Segundo ele, a verba que o governo de Hélio Garcia destinou ao então secretário, Leopoldo Bessone foi muito boa, a ponto de criar “ciúme” entre outras Secretarias, em razão do prestígio que o secretário tinha com o governador.

Já sobre os recursos da Loteria, Ademir Lucas Gomes (2010) esclarece que a verba era sempre muito pontual e compartilhada entre outras Secretarias, como a do Trabalho e Ação Social (SETAS). Em relação ao esporte, os recursos se voltavam para a compra de materiais para o futebol amador. Segundo ele, era como uma doação, não se configurando como política, pois a finalidade era somente de doação, seja para aquisição

de material esportivo, seja para ser as entidades não governamentais de caráter filantrópico. Ainda sobre este mesmo ponto, Leopoldo Bessone (2010) comenta que a verba era para o esporte amador, mas, em termos de políticas, desconhecia quaisquer outras ações.

Sobre a principal forma de fomento na política de esporte, Rosângela Bessone (2010) afirma que os recursos eram do Estado e salienta algumas peculiaridades da Loteria, pois, dada sua natureza autônoma, a destinação de recursos não passava pela elaboração de projetos, ficando distribuída sem muitos critérios definidos.

Apesar de o repasse e de o destino de verbas da Loteria não apresentarem um consenso entre os entrevistados, fica a questão sobre onde e por que tal financiamento foi extinto. Sobre isso, Boschi (2010) comenta, afirmando que foi especificamente no governo Newton Cardoso que esses recursos se perderam.

Tecendo relações entre os dados, algo que merece ser aprofundado – pois não está claro no que refere ao financiamento – é a intermediação realizada pelos deputados da ALMG do repasse do percentual do lucro líquido da Loteria a entidades filantrópicas. A Resolução n. 3.274, de 10 de maio de 1984, incluía 81 nomes de deputados, sendo que alguns deles posteriormente viriam a se tornar secretários do Estado das políticas públicas de esporte e lazer:

Art. 1º As entidades subvencionadas com recursos da Loteria do Estado de Minas Gerais, seus respectivos valores, [...] são as constantes dos Anexos de nºs 1 a 82, correspondendo, respectivamente, a cada um dos Srs. Deputados da atual Legislatuara. OBS.: Os Anexos 1 a 82 não foram transcritos por impossibilidade, tendo a seguinte estrutura: Deputado (Cr\$), subvenções e bolsas de estudo a diversas entidades (Cr\$) Total Cr\$5.268.293,00

A esse respeito, é importante destacar a organização e a mobilização social, em nota de reportagem divulgada pelo *Diário do Comércio*, já em 1993, a respeito de uma proposta de subsídio e não de subvenção, quando no mesmo ano apareceu denúncia de entidades, em todo o País, que recebiam verbas irregularmente⁴⁰.

40 Segundo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), “centenas de entidades credenciadas irregularmente como filantrópicas, que vêm recebendo recursos do Orçamento Geral da União, algumas delas já há 40 anos. De acordo com o levantamento, feito a pedido do Ministério do Bem-Estar Social, clubes, times de futebol, sindicatos, escolas e entidades esportivas estão entre as instituições que recebem essas verbas, destinadas por parlamentares, e que deixam de pagar as contribuições do

Segundo matéria do *Diário do Comércio*, entidades apresentaram à Assembleia de Minas Gerais sugestões para um projeto de subsídios que regulamentava a distribuição, aplicação e fiscalização de subvenções sociais repassadas por deputados estaduais, devendo ficar restrita ao Executivo (PROPOSTA..., 1993, p. 6). No documento, as entidades sugeriram que os recursos públicos fossem decididos por um conselho gestor, constituído por representantes do Poder Público e da sociedade. As entidades também propuseram o fim do repasse de subvenções sociais por meio da Assembleia Legislativa. Atendendo às sugestões, os deputados suspenderam o repasse de subvenções⁴¹. Alguns meses depois, foi criada a Lei n. 11.815, de 24 de janeiro de 1995, prevendo algumas obrigações no que se refere às concessões de subvenções sociais:

Art. 1º O Estado manterá a concessão de subvenção social e de auxílio para despesa de capital a entidades sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados no desenvolvimento de ações e projetos para o atendimento de interesse social revelar-se mais econômica. Art. 2º – A subvenção social e o auxílio para despesa de capital poderão ser concedidos à entidade que comprovar: I – estar em pleno e regular funcionamento; II – ter sido declarada de utilidade pública municipal, estadual ou federal; III – ter devidamente prestado contas, perante o órgão apropriado, do último recurso de subvenção social ou de auxílio para despesa de capital recebido; IV – não ter fins lucrativos e não distribuir lucros e dividendos, nem conceder remuneração, vantagens ou benefícios a dirigente, conselheiro, associado ou instituidor; V – desenvolver, entre outras, ações que tenham um dos seguintes objetivos: a) proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice; b) combate à fome e à pobreza; c) integração dos seus beneficiários no mercado de trabalho; d) habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) porque estão credenciadas como filantrópicas. [...] Muitas delas são dirigidas por familiares ou pelos próprios políticos e têm apenas fins eleitoreiros” (ENTIDADES..., 1993).

41 As subvenções sociais, no Orçamento sob a rubrica “Auxílios Financeiros Diversos”, somente poderão ser liberados por meio de convênios firmados com as Secretarias de Estado da área social. Essa ação é consequência do debate travado sobre assistência social e verbas públicas, que contou com a presença de 624 entidades e prevalecerá até que novas diretrizes sejam definidas e aprovadas. Nesse mesmo momento, a Assembleia aprovou um projeto de resolução que reduz o prazo para análise dos pedidos de licença para a instauração de processo criminal contra parlamentares (DEPUTADOS..., 1993, p. 6). Interessante notar que a mesma notícia, divulgada no *Jornal Minas Gerais* (ASSEMBLEIA..., 1993), deu outro tom à discussão, intitulando a matéria como “Assembleia disciplina uso de verba do orçamento para subvenções”.

deficiência; e) divulgação da cultura e do esporte; f) proteção do meio ambiente;

Art. 3º Os órgãos do Estado encarregados de repassar às entidades beneficiárias recursos financeiros para atender a despesa de custeio ou de capital ficam obrigados a: [...] II – divulgar, mediante publicação no órgão oficial do Estado, a relação das entidades beneficiadas, o valor e a finalidade do benefício; [...].

Em relação ao financiamento de programas específicos, além do JIMI, quase nenhum outro programa atingiu a visibilidade dada ao *Curumim*. Todo o programa tinha uma proposta audaciosa, com elevado número de atendidos, muitos núcleos, em benefício da criança e do adolescente na condição de risco social. Aqui, em especial, destacamos alguns números.

O investimento feito no *Programa Curumim* estava dividido em três concepções de arquitetura: o estruturado (construção e implantação definitiva dos núcleos), girando em torno de Cr\$ 70 milhões por unidade; o semi-estruturado (construção e implantação provisórias, permitindo transferências para outros locais), em torno de Cr\$ 40 milhões por unidade e o integrado (aproveitamento de estruturas já existentes), com cerca de “Cr\$ 15 a Cr\$ 20 milhões por unidade” (SELT lança..., 1991, p. 4).

Apesar de o programa se promover pelas características da simplicidade e da economia, muitos investimentos foram feitos⁴², vindos de diferentes fontes de financiamento⁴³, contando também com a abertura de crédito suplementar à Secretaria, previsto pelo Decreto n. 33.900, de 29 de setembro de 1992 (MINAS GERAIS, 1992b), além, também, da suspensão de processo licitatório, procedimento recomendado à administração pública (MINAS GERAIS, 1993g; MINAS GERAIS, 1993h).

42 Cerca de Cr\$ 300 bilhões serão destinados a projetos sociais em Minas Gerais, parte deles para o *Programa Curumim*. (PROJETO..., 1993.)

43 “Mais de Cr\$ 9 trilhões deverão ser repassados este ano pelo governo federal a 880 entidades governamentais e 1.400 não governamentais que prestam atendimento à criança e ao adolescente no país. A informação foi divulgada ontem pela presidente do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA – órgão vinculado ao Ministério do Bem Estar Social, Ivanisa Martins [...]. Outra iniciativa em Minas Gerais foi o financiamento do Programa Curumim, com o repasse, ano passado, de Cr\$ 6 bilhões em 33 convênios com entidades públicas e privadas de atendimento à criança e ao adolescente, beneficiando 13.650 jovens” (ATENDIMENTO..., 1993).

Antes disso, a aquisição de bens e serviços pelo governo já era assunto dos jornalistas:

O jornalista global Fernando Sasso, comentarista esportivo da tevê em Minas, na expectativa de assumir a Superintendência de Esportes da SELT. Com o convite, o deputado João Pinto Ribeiro, titular da pasta, demonstra querer dar um breque momentâneo nos programas na área de lazer – o *Projeto Curumim*, um dos destaques, andou sendo alvo de histórias de superfaturamento na aquisição de bens e serviços (REVISTA ISTO É MINAS, 1992).

Sobre o investimento de US\$ 8 milhões para instituições do País, Agop Kayayan, o representante do UNICEF no Brasil, garantiu que “os recursos repassados são fiscalizados pela própria UNICEF”. Ainda segundo ele, a maior parte das entidades que trabalham com meninos carentes agem de maneira honesta e não forma a chamada “indústria do menor”. O representante ainda salientou a união social pelos carentes, por meio do reflexo do sucesso da campanha *Criança Esperança*, parceria entre o UNICEF e a Rede Globo, com mais de 1,1 milhão de chamadas telefônicas (UNICEF..., 1993).

Em matéria do *Minas Gerais* (CBIA..., 1993), relata-se o repasse da CBIA no valor de Cr\$ 60 milhões para a compra de materiais e manutenção dos núcleos Curumim da região metropolitana de Belo Horizonte⁴⁴. Estimava-se que em 1994 seriam mais de 50 mil crianças atendidas em todo o Estado.

Outra importante forma de financiamento das ações se refere à criação dos Bingos (Lei n. 8.672/1993, de 6 de julho de 1993 – Lei Zico), que permitia maior abertura aos modos de financiamento ao esporte, surgindo, daí, a determinação que autorizava as modalidades de bingo, que merecem destaque, segundo Decreto n. 36.900, de 24 de maio de 1995:

44 Observou-se, nesse mesmo ano, a investigação desse importante órgão do governo federal no que se refere ao repasse para o Estado da Bahia: “O procurador da República, José Roberto Santoro, coordenador de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, inocentou ontem as ONGs da Bahia acusadas de desviar recursos destinados ao atendimento de crianças. As evidências de irregularidades recaem todas sobre o ex-chefe do escritório baiano do CBIA, Maria da Conceição Muniz de Castro Lima, já exonerada do cargo [...]. A União paga a entidades oficiais que cuidam de menores uma média de US\$1.700 por criança, mensalmente, contudo, custo mensal de uma criança nas ONGs fica em torno de US\$50” (EX-CHEFE..., 1993).

Art. 1º A entidade desportiva legalizada, de direção ou de prática, que atenda às condições estabelecidas neste decreto, observadas as diretrizes da Lei Federal n. 8.672, de 6 de julho de 1993, e do Decreto Federal n. 981, de 11 de novembro de 1993, poderá requerer credenciamento e autorização para promoção de reuniões destinadas a angariar recursos para o fomento do desporto, mediante sorteio nas modalidades denominadas bingo, bingo permanente e sorteio numérico, ou similar.

Art. 2º Os sorteios mencionados no artigo anterior são restritos às seguintes modalidades lotéricas:

I – Bingo: loteria em que sorteiam ao acaso números de (1) um a (90) noventa, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado, utilizando-se processo isento de contato humano que assegure integral lisura dos resultados; II – Sorteio Numérico: sorteio de números, com base nos resultados da Loteria Federal ou Estadual; III – Bingo Permanente: a mesma modalidade prevista no inciso I, com credenciamento para ser aplicada nas condições específicas tratadas neste decreto e normas complementares; IV – Similares: outras modalidades previamente aprovadas pela Comissão Permanente, em cada caso específico e para o evento autorizado.

Percebe-se que as ações desenvolvidas contavam com percentuais da Loteria, por meio de fundos e subvenções, mesmo que não tão claros nos seus critérios de distribuição, além dos recursos dos governos federal, estadual e de outros fundos de campanhas beneficentes, como aquelas promovidas pela UNICEF. Por último, há nova abertura aos modos de financiamento em razão de novas permissões oriundas da Lei Zico, de 1993, que concederam modalidades de bingos. Todas elas sugerem maior transparência e criteriosa distribuição de seus recursos.

Conceitos e interesses

Embora alguns entendimentos sobre o esporte e o lazer tenham ficado aparentes até aqui, outros dados desse período mereceram novos destaques.

A concepção de esporte e lazer, contida no documento de criação da SELT, associa o primeiro ao caráter nacional e internacional das competições atléticas. Ressalta a importância da criação e fomento de condições que favoreçam seu exercício e desenvolvimento. Já o lazer e a recreação foram colocados como prioridades que deviam

ser consolidados para o bem-estar do povo mineiro, especialmente os pertencentes às camadas de baixa renda.

É interessante notar que em 1984, ou seja, um ano após sua criação, houve uma mudança na concepção da finalidade da SELT. De uma visão de esporte ligada aos ideais olímpicos, deslocou-se para o desenvolvimento de medidas que incentivassem a prática do esporte, da recreação e do lazer entre as diversas camadas da população.

Na mensagem de 1986, antes da apresentação da execução das ações da SELT, houve uma alteração na concepção e nas finalidades das ações de esporte, bem como na de lazer. Em relação ao primeiro, foi demonstrada preocupação quanto à descontinuidade da política e a consideração do esporte como fator para aquisição de conhecimentos, promoção da saúde e integração social de crianças, jovens, adultos, idosos e deficientes. Quanto ao lazer, o objetivo inscrito foi estimular e favorecer atividades para todas as camadas sociais e resgatar ambientes naturais de lazer.

Em 1988, possivelmente influenciada pelas discussões resultantes dos trabalhos da Comissão, denominada “Constituinte do Esporte”⁴⁵ e, logicamente pela inclusão do desporto e lazer como direitos sociais na Constituição Federal, novas concepções sobre o esporte e lazer passaram a embasar algumas ações da SELT. Noções do esporte como promoção de saúde, educação da juventude, cidadania e bem-estar, para a promoção da inclusão social e para evitar o uso da droga tornaram-se muito presentes nas ações desenvolvidas a partir desse período. Essas nuances, de alguma forma mais inovadoras, contrastavam com os discursos recorrentes da disciplina, do nacionalismo e moral e cívico, marcas históricas ainda do período estado-novista.

Interessante que em meio a essa profusão de visões e finalidades no desenvolvimento de políticas de esporte e lazer, em 1992, entre os objetivos a alcançar com as ações da SELT, pela primeira vez apareceu a questão da universalização da prática esportiva e também a afirmação do lazer como direito social. No entanto, constatou-se a existência

45 Essa Comissão foi instituída pelo Decreto n. 91.452, de 19 de julho de 1985. Sua finalidade era realizar estudos sobre o desporto nacional com o objetivo de propor um reordenamento para o setor no País. Defendendo pouca interferência do Estado no setor, os trabalhos dessa Comissão contribuíram para a criação da Lei Zico que posteriormente denominou-se “Lei Pelé”. Tais legislações apontaram novos rumos para a gestão do desporto nacional, especialmente no que tange às relações pública e privada do esporte nos Estados.

de uma contradição nessa acepção, pois, ao mesmo tempo em que se falava em universalização e direito, que seriam para todos, as ações eram destinadas, prioritariamente, às crianças, adolescentes e idosos. Estes últimos são contemplados com uma ação específica, o Clube da Maturidade. Segundo o documento, essa ação não oneraria os cofres públicos e propiciaria um lazer saudável a pessoas da chamada “terceira idade”.

A respeito da relação esporte e saúde, o Dr. Cimar Silva (2010) – diretor do Departamento Médico da Diretoria de Esportes, órgão extinto na SELT – revela seu conceito de esporte, ao falar do momento histórico pelo qual passava a política esportiva no País, na década de 1980, afirmando que, de forma geral, ela estava voltada para a questão social e dava grande importância à saúde física e mental dos atletas, além de se ocupar em como tirar os jovens das condições de risco e levá-los ao esporte, considerado fator de saúde.

No que se refere ao esporte e à educação, o JIMI pareceu ser a referência, segundo Luiz Afonso Almeida (2010), pois a realização dos jogos apostava na educação dos jovens. Isso porque o JIMI e as praças de esporte eram abertas e os jovens eram levados a se ocupar com um projeto educativo, tirando-os da perambulação das ruas.

Na opinião de Leopoldo Bessone (2010a, p. 34), a função do Estado seria a cidadania e o bem-estar:

A função do Estado é a cidadania. Se o Estado não se ocupar disso, quem vai se ocupar? Então, o princípio, tem que ser o Estado. O Estado tem que preocupar com saúde, educação e trabalho. O esporte e o lazer estão dentro da saúde, estão dentro da segurança pública e eu acho que o Estado tem que se conscientizar que isso é função dele. Hoje eu vejo grandes eventos. O evento em si não tira o menino da rua. O que tira o menino da rua é você levar ele pra um lugar e treinar. [...] Então essa é uma questão cultural, de segurança pública, de saúde pública, de bem estar. O estado é responsável pelo bem estar da sociedade. E o esporte e lazer contribuem sem sombra de dúvida.

De acordo com Oswaldo Miziara (2010) – um dos realizadores do JIMI –, o uso da droga se tornou um problema pela falta do esporte, pois, para ele, droga e esporte são incompatíveis. O esporte valoriza o sujeito e o jovem se sente reconhecido e incluído socialmente.

Interessante notar a diluição da política de lazer em razão da ação – mesmo que restrita – de entidades do terceiro setor, na opinião de Ademir Lucas Gomes (2010). Para ele, as entidades, denominadas “4 S”, estão se ocupando muito bem do lazer, então, existem outros atores que não o Estado no setor.

Além disso, surgiu, também, o interesse no esporte com aparente finalidade eleitoral, utilizando a questão social para projeção no cenário político. É o que evidencia a reportagem (OBRA..., 1992) sobre a transformação de um ato de inauguração⁴⁶ de um importante programa da SELT – o *Curumim* –, aliás, de grande investimento midiático, em espetáculo. Segundo a matéria, a inauguração do núcleo Curumim em Morro Alto, Vespasiano, reuniu, praticamente, todo o governo mineiro. Aproveitando o clima festivo, o governador do Estado fez um balanço do seu primeiro ano de governo e, após repetir que o Estado enfrentava dificuldades financeiras, pediu ajuda aos empresários para a realização de projetos de cunho social, afirmando que era “dever deles contribuir um pouco com os que sofrem muito” (OBRA..., 1992).

Segundo o jornal *Diário do Comércio* (PROGRAMA..., 1992), nessa inauguração, Garcia desceu de helicóptero em pleno campo de futebol. Acompanhado por secretários de Estado, oficiais da Polícia Militar, o procurador-geral da Justiça, Castelar Guimarães, e demais componentes do segundo escalão, que deram um toque cívico à cerimônia, não faltou nem mesmo o toque do Hino Nacional. O governador ainda beijou crianças e foi aplaudido. Segundo esse jornal, o elogio à oposição feito pelo governador, na ocasião, serviria de sustentação para uma possível candidatura presidencial que uniria o Estado em torno de um único nome.

Por fim, houve uma visita curiosa de Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, em abril de 1992, à unidade do *Curumim* do Conjunto Habitacional do Morro Alto, em Vespasiano, citado acima, primeiro núcleo Curumim construído pelo governo estadual, cuja fala aos que lá estavam é assim reproduzida:

A gente não veio ao mundo para ser advogado, médico ou engenheiro. Viemos ao mundo para ser gente. Por isso, temos que nos preparar para sermos gente que respeita e ama o próximo. É isto

46 Tal fato tornou-se alvo do jornalista Wilson Frade: “Publicidade – Não é à toa que Hélio Garcia participa hoje da inauguração de mais uma unidade Curumim e [...] será objeto de uma campanha publicitária a ser desencadeada em breve” (EM DIA..., 1992).

que Deus quer. Que amemos o próximo como a nós mesmos (DOM SERAFIM..., 1992 p. 24).

A ligação Estado e religião parece ser, no mínimo, interessada, considerando que os núcleos Curumins se alojam em áreas de grande risco social e que a população dessas comunidades parece destituída de muitos direitos sociais. Daí, o esporte e o lazer configurados como “distração”, e somados ao papel da religião, que oferece “conforto”, parecem amenizar os conflitos de qualquer natureza.

Considerações finais

Os caminhos percorridos para realizar o mapeamento das ações e também para tentar entender quais foram os possíveis fatores que determinaram os processos decisórios das ações desenvolvidas durante o período de existência da SELT evidenciaram algumas questões que foram fundamentais para o desenho e a implementação das políticas desenvolvidas por esse órgão.

A primeira delas é que as políticas desenvolvidas pela SELT não ocorreram sem uma relação com o contexto nacional. Fatores de ordens econômica, social e também o marco regulatório da área vigente em âmbito nacional influenciaram bastante as decisões e o desenho dessas políticas.

Outra questão que ficou clara refere-se à descontinuidade da maioria das ações implementadas. Tais ações possuíam, em sua essência, caráter eventual e desenho único, sem considerar as especificidades dos municípios do Estado. Fugiram um pouco da lógica esporádica o desenvolvimento do JIMI e do *Programa Curumim*.

Importante ressaltar, também, as principais concepções de esporte que embasaram as ações da SELT. Essas foram, em sua maioria, pautadas basicamente pelas referências do esporte de alto rendimento. O exemplo mais claro dessa influência foi a organização dos vários eventos de esporte realizados, jogos estudantis, jogos da primavera e, especialmente, o JIMI. Tendo como referência o esporte de alto rendimento, o JIMI pareceu consolidar-se, exercendo influência na organização esportiva de escolares, dado o interesse de identificar talentos esportivos e promover a prática esportiva nesses moldes.

A inscrição do esporte e do lazer na Constituição Federal como direitos sociais, ao que parece, exerceu certa influência na elaboração

das políticas da SELT, a partir da década de 1990. Desse momento em diante, foi possível perceber, em alguns documentos do órgão e também no marco regulatório do setor no Estado, as expressões “universalização da prática esportiva”, “lazer como direito social e como fatores de contribuição para promoção da inclusão social e cidadania”. Contraditoriamente ao inscrito em alguns desses documentos, as ações continuavam a ser destinadas a públicos específicos, como criança, jovem e idoso, e também ainda estavam pautadas pelo modelo de organização do esporte de alto rendimento, que atingia somente alguns grupos e pessoas.

Verificamos que em meados da década de 1990 nota-se a adoção de algumas expressões resultantes da promulgação da Lei Zico como “esporte educacional e de participação (lazer)”. Assistiu-se também, nessa década, ao fortalecimento da iniciativa privada na trajetória histórica das políticas públicas do setor e o clamor pela participação de pessoas da sociedade civil no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer. Além disso, como resultado do diálogo com o contexto nacional, ficou evidente a abertura às diferentes formas de financiamento com característica de mercado.

Outra influência do contexto nacional na condução das ações da SELT foi o uso do esporte com caráter preventivo e salvacionista, para evitar o convívio de crianças e adolescentes com a droga e a marginalidade no Estado. Tal característica pareceu bastante presente nas ações do *Programa Curumim*. Quase todas as fontes utilizadas reafirmaram a importância do esporte e do lazer como excelentes alternativas para afastar e recuperar crianças do contato com inúmeras mazelas sociais vividas na época. Além disso, o *Curumim* representou, também, uma oportunidade para projeção do esporte com aparente finalidade eleitoral. Em meio a um cenário de enormes questões sociais envolvendo especialmente crianças em situação de vulnerabilidade, apresentar uma proposta que se propunha a resolvê-las ganhou a simpatia de grande parte da sociedade.

Enfim, pudemos constatar que o desenvolvimento da política esportiva e de lazer da SELT foi bastante frágil quanto à legitimação dos direitos ao esporte e ao lazer como setores de políticas sociais para todos, pois a implementação de ações esteve bastante vinculada a determinados estratos sociais. Também ficou claro que a apropriação

e a condução das políticas se desenrolaram representando interesses variados, não ficando isentas de inúmeras tensões e contradições.

Referências

Entrevistas

ALMEIDA, Luiz Afonso de Vasconcelos. *Entrevista concedida a Marilita Rodrigues e Jean Xavier*. Belo Horizonte, 30 nov. 2010, 26 p.

BESSONE, Leopoldo Pacheco. *Entrevista concedida a Rita Márcia de Oliveira e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 29 nov. 2010, 26 p.

BESSONE, Rosângela. *Entrevista concedida a Rita Márcia de Oliveira, Marilita Rodrigues, Jefferson Nicácio Aquino*. Belo Horizonte, 8 nov. 2010, 42 p.

BOSCHI, Cláudio. *Entrevista concedida a Marilita Rodrigues e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 25 de novembro de 2010, 82 p.

GOMES, Ademir Lucas. *Entrevista concedida a Rita Márcia de Oliveira, Fabiano Antônio Sena Peres e Alexis Nascimento Araújo*. Belo Horizonte, 16 nov. 2010, 19 p.

MIZIARA, Oswaldo Elias. *Entrevista concedida a Rita Márcia de Oliveira e Jefferson Nicácio Aquino*. Belo Horizonte, 29 nov. 2010, 24 p.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Entrevista concedida a Tarcila Bretas Lopes e Juliana de Alencar Viana*. Belo Horizonte, 30 nov. 2010, 15 p.

SILVA, Cimar Eustáquio da. *Entrevista concedida a Marilita Rodrigues e Jefferson Nicássio Aquino*. Belo Horizonte, 29 nov. 2010, 31 p.

Leis e relatórios

BRASIL. Decreto n. 1.302 de 4 de novembro de 1993b. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). *Diário Oficial da União*, 7 nov. 1994. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1302.htm>. Acesso em: 30 jul. 2012.

BRASIL. Decreto n. 91.452, de 19 de julho de 1985. Institui Comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional. *Diário Oficial da União*, 22 jul. 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91452-19-julho-1985-441587-norma-pe.html>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Decreto n. 99.605 de 13 de outubro de 1990b. Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria dos Desportos da Presidência da República, e dá

outras providências. *Diário Oficial da União*, 15 out. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99605.htm>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 47-54, 1941.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 16 jul. 1990, retificado em 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 30 jul. 2012.

BRASIL. Lei n. 7.752 de 14 de abril de 1989. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. *Diário Oficial da União*, 18 abr. 1989 e retificado no *Diário Oficial da União*, 21 abr. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7752.htm> Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993. Lei Zico. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. *Col. Leis Rep. Fed. Brasil*, Brasília, v. 185, n. 7, p. 1.621-2.025, jul. 1993.

BRASIL. Lei n. 9. 615 de 24 de março de 1998. Lei Pelé. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 25 mar. 1998 Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acesso em: 23 maio 2012.

MINAS GERAIS Governador Hélio Garcia (1984-1987). *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Belo Horizonte: [s.n.], 1985, 423 p.

MINAS GERAIS. Decreto 33.900 de 29 setembro de 1992c. Abre crédito suplementar de CR\$150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) à SELT. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

MINAS GERAIS. Decreto n. 23.373 de 24 de janeiro de 1984c. Dispõe sobre o Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=23373&comp=&ano=1984&aba=js_textoOriginal#texto Acesso em: 01 setembro de 2013.

MINAS GERAIS. Decreto n. 23.500, de 28 de março de 1984e. Dispõe sobre a distribuição da renda líquida da loteria do Estado de Minas Gerais, apurada no exercício de 1983, e dá outras providências. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=23500&comp=&ano=1984&aba=js_

textoOriginal#texto Acesso em: 01 setembro 2013.

MINAS GERAIS. Decreto n. 23.507 de 29 de março de 1984b. Dispõe sobre o Conselho Regional de Desportos de Minas Gerais (CRD). Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=23507&comp=&ano=1984&aba=js_textoOriginal#texto Acesso em: 01 setembro 2013.

MINAS GERAIS. Decreto n. 24.202 de 20 de dezembro de 1984d. Autoriza a Realização de Jogos do Interior do Estado de Minas Gerais. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=24202&comp=&ano=1984&aba=js_textoOriginal#texto Acesso em: 01 setembro 2013.

MINAS GERAIS. Decreto n. 27.740 de 29 de dezembro de 1987b. Extingue a Diretoria de Esportes de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=27740&comp=&ano=1987>. Acesso em: 23 maio 2012.

MINAS GERAIS. Decreto n. 27.834, de 29 de janeiro de 1988b. Institui Programa Especial para desenvolver Ação Integrada nas comunidades das periferias da Capital e de cidades do interior do Estado, visando a estimular a pratica de esportes. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=27834&comp=&ano=1988>. Acesso em: 25 maio 2012.

MINAS GERAIS. Decreto n. 33.900, de 29 de setembro de 1992b. Abre o crédito suplementar de Cr\$ 1.320.000.000,00 a dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Segurança Publica. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

MINAS GERAIS. Decreto n. 36.468 de 2 de dezembro de 1994b. Dispõe sobre a distribuição da renda líquida da Loteria do Estado de Minas Gerais – LEMG – Na modalidade convencional e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=36468&comp=&ano=1994>. Acesso em: 25 maio 2012.

MINAS GERAIS. Decreto n. 36.900, de 24 de maio de 1995f. Dispõe sobre o credenciamento de entidades de direção e de pratica desportiva, filiadas a entidades de administração, para promoção de reuniões destinadas a angariar recursos para o fomento do desporto, mediante sorteios na modalidade denominada Bingo, Bingo Permanente e Sorteio Numérico, ou similar, e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=36900&comp=&ano=1995>. Acesso em: 25 jun. 2012.

MINAS GERAIS. Decreto n. 37.159, de 16 de agosto de 1995d. Transfere

os contratos administrativos, os Convênios e o acervo patrimonial do Programa Curumim, vinculados a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, para a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=37159&comp=&ano=1995>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei n. 150, de 24 de dezembro de 1938. Contém Providências sobre Cultura Física. *Coleção do Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1938. v. 1.

MINAS GERAIS. Governador Hélio Garcia (1984-1987). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da primeira sessão legislativa ordinária da décima primeira legislatura, pelo Governador Hélio Carvalho Garcia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987, 397 p.

MINAS GERAIS. Governador Hélio Garcia (1991-1995). *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Belo Horizonte: [s.n.], 1992. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1992, 461 p.

MINAS GERAIS. Governador Newton Cardoso (1987-1991). *Mensagem à Assembléia Legislativa 1989 apresentada na reunião inaugural da terceira sessão legislativa ordinária da décima primeira legislatura, pelo Governador Newton Cardoso*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1989, 332 p.

MINAS GERAIS. Governador Newton Cardoso (1987-1991). *Mensagem à Assembléia Legislativa 1990 apresentada na reunião inaugural da quarta sessão legislativa ordinária da décima primeira legislatura, pelo Governador Newton Cardoso*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1990, 268 p.

MINAS GERAIS. Governador Newton Cardoso (1987-1991). *Mensagem à Assembléia Legislativa 1991 apresentada na reunião inaugural da primeira sessão legislativa ordinária da décima segunda legislatura, pelo Governador Newton Cardoso*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1991.

MINAS GERAIS. Governador Tancredo Neves (1983-1984). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da segunda sessão legislativa ordinária da décima legislatura, pelo Governador Tancredo de Almeida Neves*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1984, 357p.

MINAS GERAIS. Lei n. 11.815, de 24 de janeiro de 1995e. Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais no Estado. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11815&comp=&ano=1995>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

MINAS GERAIS. Lei n. 11.819 de 31 de março de 1995b. Cria a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente, reestrutura a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11819&comp=&ano=1995>>. Acesso em 1º jun. 2012.

MINASGERAIS. Lei n. 12.351, de 18 de novembro de 1996b. Altera a denominação e a organização da Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=12351&comp=&ano=1996>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

MINAS GERAIS. Lei n. 8.502, de 19 de dezembro de 1983b. Cria Sistemas Operacionais e Secretarias de Estado e dá outras providências. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=8502&comp=&ano=1983&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 01 setembro 2013.

MINASGERAIS. Resolução n. 3.274, de 10 de maio de 1984. Concede subvenções as entidades a que se refere a Lei 6776, de 9 de junho de 1976, para o exercício de 1984. *Diário do Legislativo*. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:assembleia.legislativa:resolucao:1984-05-10;3274>>. Acesso em: 23 maio 2012.

Livros, artigos e teses

AMARAL, Sílvia Cristina F. Políticas públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa? In: PADILHA, Valquíria (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 156-172.

CARVALHO, Ellos Pires de. *Curriculum vitae e memória viva*. Belo Horizonte: O Lutador, 2008, 226 p.

CASTRO, Maria Helena G. de. *Estado e políticas sociais*: principais abordagens teóricas. Belo Horizonte, IRHJP/FAE/MEC, 1988. Mimeo.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais nos anos 90. In: BAUMANN, Renato (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p.101-142.

DRAIBE, S. M. *Para a década de 90*: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, IPEA/IPLAN, 1989, cap.1, p. 29-66.

GOMA, Ricard; SUBIRATS, Joan. *Políticas públicas en España*: contenidos, redes de actores y niveles de gobierno. Barcelona. Ariel, 1998.

LINHALES, Meily Assbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*, 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esporte no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MASCARENHAS, Fernando. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 17-40.

MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): ciência política*. São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes, 1999.

MENY, Ives; THOENING, Jean Claude. *Las políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 1992.

PINTO, Leila M. S. M. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. São Paulo: Alínea e Átomo, 2008.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. *Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988*, 2005. 376 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta; Unicamp, 1994.

Almanaques, jornais e revistas

ASSEMBLÉIA disciplina uso de verba do orçamento para subvenções. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 nov. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

ATENDIMENTO à criança ganha verba. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de abr. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

CBIA libera CRS60 milhões para SELT aplicar no Curumim. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 out. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

CHACINA da Candelária tem oito policiais envolvidos. *Jornal do Brasil*, Rio de

- Janeiro, p. 18, 16 out. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- COMISSÃO do Piauí chega em Minas para conhecer Curumim. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 mar. de 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- COMITÊ da Criança da ONU tem conselheiro mineiro. *Minas Gerais* Belo Horizonte, Parte I, 7 out. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- CONFRATERNIZAÇÃO de bons meninos. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, p. 9, 21 nov. 1991. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- CRESCE ajuda à Pastoral do Menor depois da Chacina da Candelária. *Folha de S. Paulo*, 1º set. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- CURUMIM ganha prêmio internacional. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 jul. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- CURUMIM vai atender este ano 50 mil crianças carentes em Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 jan. 1994. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- DEPUTADOS suspendem repasses de subvenções. *Diário do Comércio*, p. 6, 27-29 nov. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- DOM SERAFIM visita Vespasiano. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 maio 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- E O Curumim? – por Paulo César de Oliveira. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 mar. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- EM DIA com a política por Wilson Frade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 set. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- EM DIA com a política. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 de jul. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- ENTIDADES recebem verbas irregularmente. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 3 de out. 1993. Acervo CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- ESTADO DE MINAS. 5 de jan. 1994. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- EX-CHEFE do CBIA é acusada de desvio. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 set. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- FAB leva crianças do Curumim a voarem nos céus de Lagoa Santa. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 out. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- FOGO de PMs no menor irrita presidente Collor. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, p. 15, 21 nov. 1991. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50

GARCIA, Hélio. Governador do Estado de Minas Gerais. Mensagem de abertura. In: APOSTILAS do projeto Olé Olá. Acervo do CEMIE, caixa 162, cinturão 55, 1994.

GOVERNO tem projeto para ajudar crianças. 28 de julho de 1991. Acervo CEMIE, caixa 202, cinturão 418.

HOJE EM DIA. Belo Horizonte, p. 7, 25 out. 1993, Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

IBIRITÉ ganha mais oito Curumins. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 jun. 1995. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

ESPORTE ganhará uma nova legislação em 120 dias. *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno Esportes, p.42, 11 ago. 1985,. Disponível no Acervo do CEMIE, caixa 0206, cinturão 493.

INTIMIDADE indígena por Wilson Frade: notas de um repórter. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, p. 3, 24 jul. 1991. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

LAZER e cultura na I Olimpíada Projeto Curumim. *Diário de Minas*, p. 6, 23 jul. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

MINAS está aprendendo a ser criança. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte Datado de 16 de outubro de 1992b. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

O PROJETO Curumim será adotado pelos estados do Norte e Nordeste. *Beagá Gente* por Kátia Lage. 11 jul. de 1991. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

OBRA em periferia reúne todo o staff de Garcia. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte 12 mar. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

OLIMPÍADA Curumim estimula a prática de esporte infantil. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, Parte I, 21 jul. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

PERÍCIA pode ligar chacinhas no Rio. *Folha de S. Paulo*. Caderno Cotidiano, 7 set. 1993b1. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

PESQUISA paulista desmente UNICEF. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

PRÊMIO Unicef de Educação fica em Minas. *Diário do Comércio*, 8 jul. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

PRESIDENTE do CBIA condena a violência contra menores. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 de nov. 1991. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

- PROGRAMA Adote um atleta. Acervo do CEMIE, caixa 162, cinturão 751.
- PROGRAMA Curumim será exportado para o Paraná. *Diário do Comércio*, 4 dez. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- PROGRAMA Mocatu oferece recreação para deficientes de baixa renda. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 fev. de 1994. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- PROJETO Curumim completa um ano. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 7, Parte I, 6 nov. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- PROJETO Curumim poderá ser duplicado. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 abr. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- PROJETO Curumim une Prefeitura e Estado. *Jornal de Domingo*, Belo Horizonte, 28 jul. 1991. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- PROJETO educacional do Estado é premiado. *Jornal Sul de Minas*, Varginha, 15 jul. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- PROJETO pioneiro resgata dignidade de crianças faveladas. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 jul. 1991. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- PROPOSTA para subvenção servirá como 'subsídio'. *Diário do Comércio*, 26 nov. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- RELATÓRIO de atividades da Superintendência de Lazer de 1988. Sr. Gilberto Rocha de Castro. Acervo do CEMIE, caixa 162, cinturão 751.
- RELATÓRIO final da Copa Kaiser de Peteca. Acervo do CEMIE, 1995, caixa 162, cinturão 138.
- REVISTA ISTO É MINAS. Belo Horizonte, 4 maio 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- SELT: autorização para compra de material com dispensa de licitação. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, Parte I, 9 jun. de 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- SELT: ratificação de dispensa de processo de licitação referente a contratos de prestação de serviços. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, Parte I, 7 abr. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- SELT forma mágicos e desportistas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 set. 1991. Acervo CEMIE, caixa 279, cinturão 50.
- SELT investe na criança, no adolescente e no idoso. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 jul. 1992. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

SELT lança projeto para atender criança carente. *Diário do Comércio*, 5 jul. 1991. Belo Horizonte: Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

UMA grande festa política. *Diário do Comércio*, 12 mar. 1992b. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

UNICEF destinará US\$8 milhões para instituições do país. *Diário do Comércio*, 7 set. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

UNICEF faz alerta sobre extermínios. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 1º set. 1993. Acervo do CEMIE, caixa 279, cinturão 50.

*Amanda Carolina Costa Silveira
Márcio Aparecido de Freitas Silva*

A política estadual de esporte e lazer: um olhar sobre a Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais (1996 – 2002)

Neste texto, retrata-se um período específico na trajetória da política pública de esporte em Minas Gerais: trata-se de um recorte sobre o momento em que foi criada uma Secretaria específica para tratar do tema – a Secretaria de Estado de Esporte (SEESP).

A SEESP foi criada em meados do mandato do governador Eduardo Azeredo, no dia 18 de novembro de 1996, uma vez sancionada a Lei n. 12.351, que alterou a organização e o nome da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo (SELT) para Secretaria de Estado de Esporte (SEESP). De acordo com essa lei, as finalidades da SEESP eram planejar, organizar, coordenar, dirigir, executar e controlar as atividades que visassem ao desenvolvimento social por meio do esporte e do lazer.

Durante o período de existência dessa Secretaria – de novembro de 1996 a dezembro de 2002 –, estiveram à frente de sua pasta quatro secretários. O primeiro foi João Pinto Ribeiro. Advogado, deputado estadual por quatro legislaturas, antes de assumir o cargo de secretário de Estado na SELT, e lá permaneceu quando esta foi transformada em SEESP, até março de 1998, quando saiu novamente para se candidatar a deputado estadual. O segundo secretário foi Carlaile de Jesus Pedrosa, ex-jogador de futebol profissional, foi candidato a prefeito de Betim/MG. Ele já se encontrava na estrutura da Secretaria na gestão do João Pinto e teve uma curta passagem como secretário, somente de abril a dezembro de 1998, ou seja, até o fim do mandato do governador Eduardo Azeredo.

O terceiro a estar à frente da SEESP foi o deputado Ivair Nogueira. Engenheiro civil, advogado e ex-prefeito de Betim/MG, era deputado estadual quando assumiu o cargo de secretário. Iniciou sua gestão junto ao Governador Itamar Franco, em 1999, e ficou à frente da Secretaria até meados do ano 2000 quando deixou o cargo para o quarto e último secretário chamado a assumir a pasta da SEESP, que foi Sérgio Bruno Zech Coelho. Economista, ex-jogador de vôlei profissional, estava na presidência do Minas Tênis Clube quando foi convidado a substituir Ivair Nogueira. Sua gestão foi até o fim de 2002, quando terminou o mandato do governador Itamar Franco, momento também em que a SEESP deixou de existir e o esporte passou a integrar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte (SEDESE).

Para realização desta pesquisa histórica, utilizamos como fontes a história oral dos secretários acima citados⁴⁷ e de assessores que trabalharam no período de existência da SEESP, como Ivany de Moura Bonfim, professor de Educação Física, e Carlos Alberto Pavan, professor e especialista em Ciências Contábeis. Além da história oral, também nos debruçamos sobre outras fontes, como relatórios de gestão, legislações e as *Mensagens* dos governadores à Assembleia Legislativa.

Para nortear nossas reflexões, salientamos que entendemos o esporte e o lazer como direitos sociais, fixados na Constituição Federal de 1988. Como sugere Telles (2006), falar dos direitos sociais significa falar de dilemas cruciais do Brasil contemporâneo, um país que tem escrito uma longa história de desigualdades e exclusões.

Falar de direitos sociais – nesse caso o esporte e o lazer – remete à discussão sobre a intervenção ativa do Estado com o intuito de garanti-los aos cidadãos, o que se faz por meio de políticas públicas. Menicucci (2006) apresenta uma definição simplificada da expressão “políticas públicas” que nos ajuda a dialogar melhor sobre este tema. Para a autora, uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas da sociedade, aquilo que os governos produzem para alcançar determinados resultados, utilizando alguns meios. Nesse mesmo sentido, Rua (1997) aponta que as políticas públicas compreendem “o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores” e ressalta que uma política pública geralmente envolve mais do que uma

47 Foram realizadas entrevistas com três dos quatro secretários: Carlaile de Jesus Pedrosa, Ivair Nogueira e Sérgio Bruno Zech Coelho. Somente não foi possível realizar entrevista com João Pinto Ribeiro.

decisão e requer ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Rúa (1997, p. 2) enfatiza, ainda, que a dimensão “pública” dessas políticas é dada “não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter ‘imperativo’”, ou seja, uma das características centrais das políticas públicas é o fato de que “são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do Poder Público”.

Para refletirmos sobre as políticas públicas de esporte e lazer aqui rememoradas sobre as gestões da SEESP, partimos da premissa de que

as políticas são sempre escolhas em um quadro de conflitos de preferências relativas a diferentes questões, tais como o objeto específico de ação Governamental, as concepções sobre a ação do Estado, a definição relativa à geração e alocação de recursos, etc. Esses conflitos são mediados por instituições políticas, sendo políticas públicas, portanto, resultado da atividade política (MENICUCCI, 2006, p. 142).

Pensando que as políticas públicas são o conjunto de ações escolhidas levando-se em conta o contexto histórico-político, o poder econômico disponível, as demandas emergentes, consolidando, assim, a atividade política, algumas perguntas foram naturalmente sendo levantadas para dar rumo à construção desta pesquisa: Como se deu a escolha dos dirigentes para a composição da pasta da SEESP? Quais interesses permearam a inclusão do esporte como um tema de agenda pública? Que peculiaridades podem ser identificadas em cada administração? Que ações caracterizaram cada gestão? A que público estavam direcionadas essas ações? Que concepção de esporte estava presente na consolidação das políticas em cada gestão? Essas foram algumas das questões que balizaram a pesquisa, tendo como objetivo central a investigação e o entendimento sobre os vários fatores que fundamentaram a história das gestões na SEESP. Não tivemos a pretensão de tecer análise mais profunda ao conjunto das ações que constituíram as políticas de cada administração. Ativemo-nos, sim, na apresentação e análise da trajetória dos fatos que consolidaram a história da SEESP.

No decorrer de dois anos dedicados à pesquisa, fomos nos aproximando das escolhas feitas, das tomadas de decisão, dos fatos ocorridos, das demandas de cada tempo, das dificuldades enfrentadas, das estratégias construídas, que desenharam o que estamos aqui considerando como políticas públicas de esporte e lazer do Estado naquele período. Nesse contexto, fizemos o mapeamento dessa política

organizando o texto em dois grandes eixos: primeiro focamos nos aspectos relativos à gestão, ao planejamento e à escolha dos dirigentes da SEESP. Em seguida, reportamo-nos às ações realizadas pelas gestões, bem como aos conceitos de esporte e lazer que permearam as ações e ao público-alvo destas. Por fim, tecemos algumas considerações sobre tudo o que foi levantado, na tentativa de responder às perguntas iniciais da pesquisa.

A gestão do esporte e lazer na SEESP: planejamento, financiamento e escolha dos dirigentes

Para refletirmos sobre a gestão do esporte e do lazer na SEESP, é importante demarcar o contexto político e econômico no qual o Brasil estava inserido naquele momento, entre 1996 e 2002.

De acordo com Azevedo (2007), com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, as influências do modelo neoliberal e do processo de globalização nos seus diversos setores modificaram e serviram de suporte à estrutura da política do governo, com consequentes prejuízos aos projetos sociais. Assim, foi visível o enfraquecimento do Estado brasileiro como ator central da condução das políticas públicas e do bem-estar social da população, em razão das exigências do mercado internacional. Os impactos desse modelo para a realidade brasileira foram muitos, como as privatizações de grandes empresas estatais e o corte drástico de investimentos em áreas sociais prioritárias para o desenvolvimento do país, atingindo, também, áreas sociais como a cultura e o lazer da população (AZEVEDO, 2007).

Apesar de o quadro das desigualdades sociais existente no nosso país ser uma realidade triste que precisa ser combatida com a participação de todos – principalmente por aqueles que, por meio do voto, nos representam com o dever de elaborar e implementar as políticas públicas que deem conta de tamanha demanda –, é com base no contexto maior das políticas neoliberais da época em questão que buscamos fazer uma leitura da tônica da administração nas várias gestões do período da SEESP.

Pensando sobre a gestão do esporte e do lazer na SEESP, nas falas dos gestores fica claro que as parcerias eram fundamentais para o sucesso dos programas e projetos de esporte que foram propostos nas várias gestões. Para Carlaile Pedrosa (2010), a palavra “parceria” no Poder

Público é muito importante: *Nós fazíamos parcerias com as prefeituras, com as ONGs, com associações, com clubes, justamente para melhorar a qualidade de trabalho, principalmente destinados aos nossos jovens e as nossas crianças.*

O governador Itamar Franco, em sua *Mensagem* de 1999, reforça a importância das parcerias com a iniciativa privada e órgãos não governamentais para levar adiante sua tarefa de incentivar a prática de diversas modalidades esportivas, fomentando competições organizadas pelas federações (MINAS GERAIS, 1999).

As parcerias são novamente mencionadas na *Mensagem* de 2000, quando Itamar Franco comenta o programa *Esporte Solidário Toriba*. Na referida mensagem, afirma-se que esse programa – destinado à promoção socioeconômica e cultural de jovens e adolescentes carentes – foi desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), além de clubes, associações, prefeituras, empresas privadas e organizações não governamentais, distribuídos na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e em municípios pobres do interior de Minas Gerais, com várias modalidades esportivas, desenvolvendo ações na área da saúde, complementação alimentar, palestras educativas, qualificação profissional e formação dos valores da cidadania (MINAS GERAIS, 2000).

Verificamos, portanto, nos trechos citados, que as parcerias com órgãos públicos de outras instâncias (municipal e federal), organizações da sociedade civil e empresas privadas para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer eram frequentes. Para Melo (2007), a ligação da emergência do chamado terceiro setor com o novo papel do Estado no projeto neoliberal não podia ser minimizada. A penetração dessa ideologia pode ser observada na naturalização expressa em meio à concepção das políticas públicas, em que “quase não se questiona o porquê da execução dessa política ficar a cargo de um organismo da sociedade civil, equivocadamente chamado de terceiro setor” (MELO, 2007, p. 27). Tal concepção se funda na representação de que o conjunto dos organismos na sociedade civil comporia um bloco único portador de uma vontade política coletiva unificada em torno de um suposto compromisso na prestação de serviços sociais. Melo reforça, ainda, que as políticas públicas de esporte são amplamente influenciadas por esse momento histórico. Entendemos que a atuação do Estado e sua relação com organismos na sociedade civil podem alterar sobremaneira a

natureza e a forma das intervenções no âmbito das políticas públicas de esporte. Nesse sentido, afirma Melo (2007, p. 32):

A configuração do esporte como um direito social, num contexto onde a própria noção de direito social encontra-se seriamente ameaçada pelo projeto histórico dominante, tem fornecido relevantes elementos para a apreensão do papel do Estado e de sua lógica de atuação nos anos de neoliberalismo. Tanto na produção do conhecimento, como em documentos de organismos internacionais, as bases do pensamento neoliberal de terceira via começam a se fazer presentes. Os termos da moda – as parcerias, voluntariado, responsabilidade social – encontram nas políticas públicas de esporte e lazer local privilegiado de realização.

Em relação ao planejamento da política pública de esporte e lazer da SEESP, o tempo a ele destinado, a nosso ver, privilegia o interesse em otimizar recursos e o próprio tempo, com o intuito de atender às demandas da população com mais qualidade.

Relendo a *Mensagem* do governador Itamar Franco sobre os cem primeiros dias de seu governo (1999), o planejamento é apontado como base para a garantia de maior amplitude para a política do setor. Nos três primeiros meses de seu governo, a Secretaria de Estado de Esportes planejou e implementou ações que garantiam maior amplitude à política pública do setor, de modo que as iniciativas resultassem na promoção do esporte como fator de integração social.

O planejamento não foi enfatizado nas lembranças dos gestores Carlaile Pedrosa e Ivair Nogueira, mas apareceu de forma recorrente no depoimento de Sérgio Bruno Coelho. Ivany Bonfim (2010) reforça a preocupação dada ao planejamento na gestão de Sérgio Bruno desde o primeiro encontro com o secretário:

Quando sentei pela primeira vez com o Sérgio Bruno ele falou: ‘Precisamos de um projeto, o que nós vamos fazer?’ Primeiro temos que ver o que tem, para a gente poder melhorar, se for viável, e implementar. Então a gente entrava e saía o dia todo para procurar informações com as pessoas, tentando entender os projetos que havia lá [...].

A valorização dada por Sérgio Bruno Coelho (2010) ao planejamento, em sua gestão, é reforçada por ele quando diz que a principal coisa que eles conseguiram foi mostrar que se houvesse um bom planejamento

e objetivos bem definidos, podia-se fazer muitas coisas, mesmo com pouco dinheiro.

Na mudança do governo de Eduardo Azeredo para o governo de Itamar Franco, algumas alterações foram propostas para a SEESP. Na *Mensagem* do governador Itamar Franco, com a apresentação do que foi realizado nos cem primeiros dias do seu governo, especificamente no item intitulado “O esporte como fator de integração social: ampliando a ação do governo”, o então governador anunciou mudanças nos objetivos da SEESP como elemento fundamental para dar à Secretaria nova dimensão. Ele partiu da consideração de que nos últimos anos, ou seja, nos anteriores a 1999, a SEESP praticamente se dedicou apenas à manutenção de projetos específicos, como o *Tôriba* e o *Curumim*. Em sua *Mensagem* de 2000, Itamar Franco afirma que a Secretaria de Esportes pretendia resgatar seu papel institucional de propulsora e fomentadora do esporte mineiro, atuando de forma dinâmica e ampla em todas as modalidades de esporte e de lazer (MINAS GERAIS, 2000).

Em várias das entrevistas que fizemos foram apresentadas as dificuldades financeiras no período da SEESP, sendo que a escassez no aporte financeiro destinado a essa secretaria apareceu como um limite para o desenvolvimento das ações, sendo apontada como o maior desafio enfrentado pelos gestores.

Carlaile Pedrosa (2010) afirma que, em 1998, praticamente, recebia-se recurso apenas para custeio: *Para você fazer alguma coisa você tinha que buscar recurso fora. [...] E o recurso que a gente buscava naquela época era junto ao governo federal, através do INDESP.* Carlos Pavan (2010) relata que, além da falta de recurso no período de 1999 e 2000, a Secretaria ainda era muito jovem e, sem a tradição das outras, não tinha seu espaço demarcado. Por consequência, não conseguia os recursos na medida em que necessitava. Carlaile Pedrosa (2010) recorda que *a Secretaria de Esportes não tinha muito valor [...]. Naquela época, primeiro era Diretoria, não tinha praticamente autonomia nenhuma. Depois veio a Secretaria de Estado de Esporte, já melhorou muito, mas era uma secretaria que praticamente não tinha recurso.*

Nas observações de Ivair Nogueira (2010), também se percebe que ele sentia essa desvalorização da SEESP em relação às outras secretarias. Ele destacou que, *[...] quando falta recurso, você vai cortando onde pode cortar. Como o Esporte naquela época não era considerado uma*

prioridade, o Esporte era uma das secretarias que mais sofria pela falta de investimentos.

A parceria da SEESP com o governo federal foi muito importante para o desenvolvimento de sua política, já que nossas fontes apontaram para a existência de vários projetos financiados pelo INDESP/Ministério do Esporte⁴⁸. Em 2001 e 2002, houve um aumento expressivo no aporte de recursos para a SEESP, grande parte dele também captado via Ministério do Esporte e Turismo. Ivany Bonfim (2010) afirmou que isso se deveu à influência do secretário Sérgio Bruno. O próprio secretário atribuiu o maior orçamento na sua gestão ao seu esforço na captação de recursos federais, considerando que muitos gestores nunca o haviam feito. O que é contraditório às afirmações de Carlaile Pedrosa (2010), quando disse que muito dos recursos em sua gestão advinha do INDESP, como apresentado. Na visão de Carlos Pavan (2010), o empenho de Sérgio Bruno, aliados aos esforços das pessoas que compunham o time da SEESP, foram muito importantes para o incremento dos projetos e ações daquele período. Pavan (2010), porém, considera que esse sucesso advinha, principalmente, do fato de que, na mesma época, um mineiro, Carlos Meles, assumiu o Ministério do Esporte e Turismo:

[...] ele deu todo apoio a Secretaria de Esportes. De meados de 2000 até o fim de 2002, já pegando a gestão do Sérgio Bruno, foi completamente diferente daquele primeiro ano e meio de início de governo. Nesse período do Ministro Meles, conseguimos convênios que não estávamos conseguindo em 99. Na verdade, se por um lado tínhamos dificuldades internas em função da escassez orçamentária, o apoio dado por um mineiro lá em Brasília, equilibrou as coisas. A grande fonte de financiamento da Secretaria de Esportes era realmente os repasses da Lei Pelé e os convênios que se captavam no Ministério dos Esportes.

48 O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), vinculado ao Ministério Extraordinário do Esporte, foi criado em março de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. Em dezembro de 1998, o Ministério englobou o tema de turismo e passou a ser chamado Ministério do Esporte e Turismo. O INDESP passou, então, a ser vinculado a esse Ministério, até o final do ano 2000, quando o Instituto foi extinto e, em sua substituição, foi criada a Secretaria Nacional de Esportes, também vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo. No início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o tema de turismo ganhou pasta própria e o ministério passou a ser chamado de "Ministério do Esporte" (HISTÓRICO – Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>>. Acesso em: 02 set. 2013).

Traçando um comparativo entre as duas gestões das quais fez parte – referentes à gestão de Ivair Nogueira e depois de Sérgio Bruno –, Carlos Pavan (2010) avalia que foram dois momentos bem diferentes. De 1999 a meados de 2000, dada a crise orçamentária do Estado, foram necessários cortes em todas as áreas, e no esporte não foi diferente. A necessidade de organização da casa para a adequação ao novo governo levou a tomadas de decisões em momentos difíceis, como aponta a seguir:

Foram momentos diferentes pela própria situação em que os dois secretários encontraram. No primeiro ano, praticamente a missão do secretário Ivair Nogueira foi reorganizar a casa. Uma casa que não tinha muitos recursos, mal conseguiu manter o JIMI, que era tradicional, conseguiu manter as atividades sociais da pasta que era 'Esporte Solidário'. Ele tinha demandas evidentemente dentro da realidade que ele dispunha. Não era uma realidade de muitos recursos. A partir do momento que novos recursos começaram a chegar, o tipo de demanda também passa a ser diferente porque teria recurso para serem atendidas. Claro que, nessa área de esportes, por experiência, nunca se tem a quantidade de recursos adequados (PAVAN, 2010).

Apesar da realização de convênio com o Ministério do Esporte, as memórias dos gestores deixam claro que os recursos orçamentários disponíveis na SEESP eram bastante escassos. Assim, quanto ao financiamento das políticas públicas de esporte e lazer, há uma diferença grande em relação a outras políticas sociais – por exemplo, as de saúde e de educação. Para estas, são estabelecidos constitucionalmente percentuais mínimos de aplicação de recursos, o que não acontece com outras áreas das políticas sociais. Como apontam Melo e Alves Júnior (2003, p. 18), “é notável o fato de as secretarias ligadas ao assunto normalmente receberem verbas menores, como se ainda persistisse uma rígida hierarquia entre as necessidades humanas”. Os menores recursos aplicados nessa área sugerem que esta tenha menor valor, mas o fato de não ter definição do valor do financiamento não é um problema apenas do esporte e lazer, mas também das outras áreas das políticas sociais.

Além dos recursos captados por meio de convênios, os gestores também falam sobre outras duas fontes de captação de recursos: a Lei Pelé e a Loteria Esportiva. A Lei n. 9.615/1998, conhecida como “Lei Pelé”, que entrou em vigor no dia 24 de março de 1998, institui normas gerais sobre o desporto brasileiro, abrangendo práticas formais e não

formais inspiradas na Constituição (BRASIL, 1988). De acordo com o artigo 6º da referida lei, constituem recursos do INDESP⁴⁹:

Art. 6º [...]:

I – receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;
 II – adicional de quatro e meio por cento incidentes sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

III – doações, legados e patrocínios;

IV – prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;

V – outras fontes.

O § 3º do artigo 6º, em vigor na época da existência da SEESP, diz que “do montante arrecadado nos termos do § 2º, cinquenta por cento caberão às Secretarias Estaduais e/ou órgãos que as substituam e cinquenta por cento serão divididos entre os Municípios de cada Estado, na proporção de sua população”.

Em relação à destinação da arrecadação obtida em cada teste da Loteria Esportiva, o artigo 8º diz que quinze por cento serão destinados ao Ministério do Esporte. Até 2003, esses quinze por cento eram destinados ao INDESP. De acordo com o depoimento dos gestores, a Lei Pelé teve grande importância para a realização das ações da SEESP. Carlos Pavan (2010) fala das dificuldades do Estado em 1999 e quanto a verba advinda da Lei Pelé ajudou a secretaria:

[...] 99 foi um ano difícil para o governador da época. Estávamos em um processo de moratória em Minas Gerais. Na verdade os recursos do orçamento eram escassos, praticamente a Secretaria sobrevivia com os recursos transferidos pela Lei Pelé. O pouco que se conseguia fazer era mais em função dos recursos federais. E os recursos estaduais, por aquela dificuldade que o Estado estava passando naquele momento, praticamente era para custeio, pagando pessoal e algumas outras coisas.

Ivair Nogueira (2010), gestor no período citado por Carlos Pavan, confirma sua avaliação sobre como os recursos dessa lei foram

49 Há uma nova redação para o *caput* do artigo 6º da Lei n. 9.615/1998, dada pela Lei n. 10.672, de 2003, que diz: “Constituem recursos do Ministério do Esporte”:

importantes para investir nos programas da secretaria. Ele comenta que, na sua época, a secretaria vivia em função da Lei Pelé, pois praticamente não havia investimento. A dificuldade era tamanha que *chegava a faltar até gasolina para os carros. Assim, como é que vai ter programas? Pegava o dinheiro que vinha da Lei Pelé, e acabava aplicando nos programas que eram importantes.*

Em relação à Loteria Mineira, de acordo com a *Mensagem* do governador de 1997, sua finalidade era gerar recursos mediante exploração de jogos lotéricos e similares, no Estado de Minas Gerais, visando à promoção de assistência social, desportos e educação (MINAS GERAIS, 1997). Alguns gestores falaram sobre a importância desse recurso para a SEESP, mas ressaltaram que se tratava de um recurso pequeno. Em seu relato, Carlaile Pedrosa (2010) diz que o recurso era muito pequeno e que já não se lembrava mais do seu valor. Mas Carlos Pavan (2010) assinala que a Loteria Mineira foi um parceiro importante, sobretudo no JIMI e também nos Jogos Escolares, mas que *não era como os recursos da Lei Pelé.*

É importante salientar que a Loteria Mineira foi extinta pelo Decreto n. 40.287, de 1º de março de 1999, do então governador Itamar Franco. Esse fato é um marco na história do esporte mineiro, uma vez que a verba advinda da Loteria Mineira é que financiava o esporte desde 1939. Por que, então, em um momento de recessão, em que o Estado estava em processo de moratória, com escassez de recursos, cortes em todas as secretarias, principalmente a de Esportes como já relatado, é decretada a extinção de um órgão que levantava fundos para o Estado? O que levou o governador a extinguir a Loteria Mineira? Quais foram os interesses envolvidos? Consideramos que essas indagações merecem mesmo ser aprofundadas, porém percebemos a necessidade de retornar aos entrevistados uma vez que os documentos por nós levantados não diziam nada que alimentasse tal discussão. Assim, tendo em vista a demanda por novas fontes para explicar essas questões, poderão ser realizados ainda novos estudos que busquem maior aprofundamento nesse sentido.

Sérgio Bruno Coelho (2010) também fala da importância dos recursos vindos da Loteria, porém já falando da Loteria Federal⁵⁰, uma vez que a Loteria Mineira, em sua gestão, não mais existia:

50 Em 1961, o Governo determinou à Caixa Econômica Federal a administração da Loteria Federal, cujos recursos seriam aplicados na realização de obras de natureza social. A

A Loteria era o dinheiro mais importante que a gente tinha. Com esse dinheiro é que a gente movimentava a secretaria como um todo. [...] a gente fazia o planejamento, contando com esse recurso, e era sagrado, porque a Loteria todo mês, fazia o rateio. São Paulo levava uma grande fatia do bolo. Éramos se não me engano, o terceiro estado que tinha o percentual melhor. Era São Paulo, Rio, depois vínhamos nós [...].

Uma questão bastante delicada também abordada pelos nossos entrevistados foi a destinação de verbas para algumas ações específicas, principalmente aquelas solicitadas por políticos. Sobre esse assunto, Carlaile Pedrosa (2010) rememora que o orçamento do custeio da secretaria vinha total. Toriba tinha o orçamento dele, o JIMI tinha orçamento, não tinha aí influência nenhuma de políticos. Agora, pedidos de políticos era o tempo todo. Os deputados, prefeitos, vereadores, o dia inteiro pedindo [...].

É nas memórias de Ivair Nogueira (2010) que percebemos as dificuldades proporcionadas pelas verbas que eram carimbadas, mas que caíam no caixa único do Estado: *Havia muita briga da gente quando o Estado precisava lançar mão do recurso. Naquela época não tinha Lei de Responsabilidade, hoje tem. Hoje você tem que estar aplicando os recursos, prestando conta de tudo.*

As lembranças de Sérgio Bruno Coelho (2010) trouxeram, a nosso ver, uma situação ainda mais comprometedoras: verbas do orçamento da secretaria que vinham da Loteria Federal que eram carimbadas a deputados, para que estes pudessem fazer quadras em seus municípios. Vejamos:

Lembro que logo quando cheguei à Secretaria, o pessoal falou comigo: 'Olha, nós recebemos o dinheiro da Loteria Federal, mas esse dinheiro já está todo comprometido. Comprometido com quê, perguntei? Ah, o acordo é que a Secretaria tem que dar'. Eu não lembro mais o valor, algo em torno de 70 mil reais para cada deputado da Assembleia, para fazer quadra na cidade dele, etc. etc. Espera aí, 70 mil reais? Então o dinheiro não dá, vai faltar. 'Não, mas é compromisso'. Liguei para o governador e disse que precisava falar com ele. Fui ao Palácio e falei: 'Governador, queria saber se o senhor tem algum compromisso, ou se existe algum compromisso do governo com os deputados que o dinheiro

primeira extração da Loteria Federal sob a administração do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais foi realizada em 15 de setembro de 1962, no Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro.

da Secretaria de Esportes tem que ser canalizado para a construção de quadras, ou coisa parecida'. 'Absolutamente, não tem nenhum compromisso com ninguém'. 'Quer dizer que posso usar o recurso que recebo da Loteria da maneira que julgar melhor para o esporte?' 'Total liberdade'. Então, esse recurso foi efetivamente, o recurso que deu para a gente fazer muita coisa para Minas.

Confirmando as palavras de Sérgio Bruno, Ivany Bonfim (2010) também diz que inicialmente, naquela gestão, os recursos eram somente para gastos correntes; para os projetos era muito pequeno: *Não havia favorecimento para o desenvolvimento do esporte, havia o favorecimento para a construção de praças esportivas. Não são palavras minhas, porém existiam recursos apenas para construir quadras políticas esportivas no interior.*

Sabemos que muitos equipamentos esportivos são construídos em vários municípios e se tornam espaços abandonados, tanto por falta de vontade política quanto por falta de recursos para programar neles ações que os tornem legítimos para a população. Espaços que são construídos tão somente para a promoção pessoal momentânea dos políticos envolvidos, o que se configura como política de descaso para com o dinheiro público.

Baseando-se nas fontes consultadas, somente na gestão do Sérgio Bruno é que houve certo conforto na implementação dos programas e projetos e na condução da gestão. A princípio, como vimos, esse quadro positivo deve-se ao maior aporte financeiro disponível naquele momento, mas também foi atribuído ao planejamento bem estruturado e ao poder de administração do gestor e sua equipe. Carlos Pavan (2010), que trabalhou na gestão de Ivair Nogueira em 1999 e de Sérgio Bruno a partir de 2000, ressaltou em sua fala, os atributos de bom planejador e boa condução administrativa de Sérgio Bruno.

De fato, verificamos que a questão do planejamento começa a aparecer de forma mais organizada, na SEESP, na gestão de Sérgio Bruno. Possivelmente, dado o maior aporte de recursos disponíveis, mas também à postura desse gestor, que, como visto, via no planejamento uma forma de potencializar o uso dos recursos.

De acordo com Suassuna *et al.* (2007), o estabelecimento de um planejamento adequado está relacionado a um conjunto de ações que são tomadas em um processo decisório por sujeitos que têm visões e interesses específicos e que, por vezes, devem agir em curto espaço de

tempo. O que se tem constituído é um campo de possibilidades e, diante desse campo, uma escolha será realizada. Assim, deve-se estar ciente de que a escolha será realizada por um conjunto de atores que serão gestores e, portanto, de alguma forma serão responsáveis por elaborar programas, projetos e ações. Trata-se de atores sociais, constituintes da burocracia estatal.

Isso quer dizer que a identificação do quadro de atores é fundamental para determinar o rumo da política; por assim dizer, os atores constituintes da burocracia estatal são responsáveis pelo planejamento de ações, projetos e programas, bem como pelo tipo de avaliação a ser realizada (SUASSUNA *et al.*, p. 17). Assim, faz-se necessário verificar como os gestores foram escolhidos, como chegaram aos cargos que ocuparam na SEESP. A história oral muito nos ajudou a entender os meandros que levaram às escolhas dos gestores da pasta e seus assessores para a composição do quadro funcional estratégico ao longo da existência da SEESP.

Pensando no significado da palavra “gestão”, sua origem vem do latim *gestio* cujo significado, segundo Andrade (2001), expressa a ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas e as próprias coisas que lhes pertencem ou de que fazem uso. Nesse sentido, as pessoas que são chamadas a exercer um cargo de gestão, sobretudo pública, deveriam fazê-lo pelo desejo de conduzir processos que vão influenciar diretamente a vida de um número grande de outras pessoas. Aqueles que trabalham com aquilo de que gostam, com o que têm absoluto prazer, depositam enorme carga de energia em suas tarefas diárias, dando um sentido especial a tudo aquilo que realiza. Andrade (2001) afirma que a remuneração material representa algum valor de realce apenas para pessoas que, mesmo sem ela, realizariam com prazer as ações pelas quais recebem. Não estamos aqui afirmando, de forma alguma, que os gestores públicos deviam trabalhar voluntariamente, mas que deviam ser pessoas com um mínimo de sensibilidade para o atendimento das necessidades coletivas. Mas as razões que balizam a escolha dos dirigentes levam em consideração outros fatores e interesses que, muitas vezes, não são baseados nesse comprometimento, tampouco na competência técnica para lidar com a temática em questão.

Linhaes *et al.* (2008), ao fazerem uma reflexão sobre o perfil dos dirigentes ligados à gestão pública de esporte e lazer em municípios da Grande BH, indicam três possíveis formas de se chegar a esses cargos:

o engajamento político, o engajamento com o esporte e a história política familiar. Verificamos, neste trabalho, que essas três formas, às vezes, contribuem de forma combinada para a escolha do gestor, como veremos. Identificamos que os laços de amizade também podem influenciar nessa escolha.

Pensando no primeiro perfil apontado – engajamento político –, no Poder Público é muito comum vermos a necessidade de absorver os líderes aliados com o advento das campanhas eleitorais. A escolha de dirigentes e assessores ocorre, frequentemente, pautada pelos interesses políticos partidários, sem levar em conta, muitas vezes, as competências e habilidades que possam empreender na satisfação das demandas das políticas públicas de temas específicos como os de esporte e lazer.

No caso de João Pinto Ribeiro, ele permaneceu como secretário na época da transição da SELT para a SEESP. Apesar de nossa grande insistência, infelizmente não conseguimos entrevistá-lo para ampliarmos nossa visão sobre sua gestão⁵¹. Mas sobre sua indicação para o cargo, é importante frisar que ele vinha de uma trajetória política como deputado por vários mandatos, mostrando, assim, seu engajamento no cenário político do Estado, o que pode ter sido um dos fatores preponderantes para sua indicação para o cargo de secretário.

O levantamento de nomes para a composição de cargos estratégicos na gestão pública, tendo como base as campanhas eleitorais, fica claro quando Carlaile Pedrosa (2010) afirma:

Antes de assumir a Prefeitura de Betim, acho que pela votação que tive em 1996, fui convidado pelo governador Eduardo Azeredo para assumir a Secretaria Adjunta de Esportes junto ao João Pinto Ribeiro em 1997. Acredito que, pela amizade com o governador, pelo conhecimento que ele tinha de mim na área esportiva e pela votação que eu tive para prefeito de Betim, ele acabou me convidando para assumir a Secretaria.

Apesar da grande proximidade com o esporte, sobretudo com o futebol, tanto amador quanto profissional, não foi somente essa experiência que o levou à nomeação, e sim sua liderança política demonstrada nas eleições para prefeito de Betim em 1996.

51 Foram feitas várias solicitações à sua secretária, além de uma predisposição do deputado Carlaile em tentar agendar um momento com ele, porém todas as tentativas sem sucesso. Tivemos o retorno de que João Pinto estava viajando muito para inaugurar um novo empreendimento no ramo de hotéis no interior de São Paulo e, portanto, não havia previsão de agenda.

O cargo de secretário de Estado, ou mesmo de assessoria, é de grande relevância para o político, uma vez que proporciona grande experiência na gestão pública, oferece uma grande rede de contatos, tornando-o conhecido em outras regiões do Estado, o que pode contribuir enormemente para a visibilidade da sua imagem política. Carlaile Pedrosa (2010) diz em seu depoimento que, quando João Pinto saiu para nova candidatura, o governador Eduardo Azeredo deu-lhe a oportunidade de assumir a pasta da secretaria. *Foi pouco tempo, mas, foi muito importante pra mim. E pra mim foi importante naquela hora, porque o meu conhecimento dobrou [...].*

A escolha da gestão seguinte da SEESP, já no governo de Itamar Franco, não foi muito diferente do que ocorreu na gestão anterior, como podemos observar na fala de Ivair Nogueira (2010), gestor da SEESP em 1999 e 2000, analisando sobre o que levou a indicação do seu nome. Ivair Nogueira rememorando, diz que o que definiu a escolha do seu nome foi a *ligação com o governador e ele querendo colocar uma pessoa que tivesse algum conhecimento do esporte e que pudesse somar para o governo do Estado*. A ligação política, sobretudo partidária, parece ter sido a tônica maior para a escolha de seu nome, mas a aproximação com o campo esportivo e as relações de amizade também contribuíram para sua indicação.

Já a escolha de Sérgio Bruno para a pasta teve um caminho um pouco diferente do apresentado sobre os outros secretários, pois o engajamento político não foi a razão da escolha do seu nome, mesmo por que, ele dispunha de nenhum histórico político partidário que pudesse contar. Seu histórico no vôlei profissional, sua atuação na presidência do Minas Tênis Clube e o desejo do então governador Itamar Franco em transformar o esporte em um tema significativo em seu governo, foram pontos marcantes na escolha do seu nome, como recorda o próprio Sérgio Bruno Coelho (2010):

[...] falei com o governador: 'A primeira coisa que eu gostaria de saber o é por que o senhor está me convidando já que nunca tivemos uma conversa. Qual é a intenção do senhor? O senhor está me convidando para quê? O que o senhor quer fazer do esporte aqui?' Ele falou, que, primeiro era a boa referência que ele tinha aqui do Minas e que ele era entusiasta do esporte, que ele tinha jogado basquete em Juiz de Fora, que ele tinha sido atleta de atletismo, então, que ele queria transformar o esporte em uma área importante do governo dele. [...]

essa foi uma situação diferente, porque eu nunca mexi na área política, não conhecia o governador, não conhecia o secretário anterior. Mas foi exatamente através do Minas que eu fui assumir a Secretaria.

Quando uma pessoa é escolhida para estar à frente de um órgão público por ter conhecimento, vivência sobre o tema central do trabalho desse órgão, a possibilidade de se fazer mais em prol das demandas do setor em questão se torna muito maior do que se, para assumir o mesmo órgão, fosse escolhida uma pessoa somente pela sua ligação político-partidária. Com isso não queremos dizer que as pessoas com perfil político não tenham sua importância na gestão das políticas públicas. Entendemos que os perfis técnico e político se complementam. Enquanto o técnico prima em levantar as demandas sobre o tema e estratégias para satisfazê-las, em ter maior conhecimento sobre a área, o político deve tratar de abrir caminhos para que tais demandas e estratégias entrem, de fato, na agenda de governo, para que possam ser formuladas políticas que democratizem o acesso à satisfação de tais demandas.

O fato de Sérgio Bruno ter grande experiência na gestão do esporte no Minas Tênis Clube talvez tenha sido um fator crucial para que, antes mesmo de assumir a Secretaria, buscasse autonomia junto ao governo, na tentativa de ter mais força na condução dos processos que o levassem a uma boa gestão. Isso fica reforçado quando Ivany Bonfim (2010), Assessor de Planejamento e Coordenação da SEESP na gestão de Sérgio Bruno, fala a respeito dele:

Achei interessante a forma de administrar dele, talvez um dos maiores administradores que eu já vi. De uma importância muito grande. Uma visão! Então o Estado se serviu do Minas naquela época. As coisas organizadas lá, as reuniões, os grandes eventos. Ele [Sérgio Bruno] não se serviu do Estado para administrar o Minas. Ele não precisava. O Minas era muito forte. Mas ele pôde trazer toda a sua capacidade de administração e sua visão do esporte para a Secretaria.

A visão política daqueles que são nomeados para cargos de confiança, muitas vezes, somente abarca as questões que visam à autopromoção ou à promoção dos interesses partidários. Faz-se necessário, assim, que os políticos tenham um mínimo de sensibilidade na estruturação de suas equipes, a fim de reunir pessoas com conhecimento na área da pasta em questão e na área de gestão, para que possam profissionalizar os trâmites no atendimento das demandas. De acordo com Carlos Pavan (2010), seu nome foi cogitado para o cargo de Assessoria de Planejamento e

Coordenação da SEESP na gestão do secretário Ivair Nogueira, dada sua experiência na gestão pública. Em seu depoimento ele comenta:

No início de 1999, o secretário Ivair Nogueira necessitava de um técnico com a experiência em gestão pública, administração financeira, contabilidade, execução orçamentária e o meu nome foi levado a ele como indicação. Cheguei à secretaria como superintendente de Administração e Finanças e respondi durante um ano e meio também pela Assessoria de Planejamento e Coordenação. Depois, com a mudança do secretário Ivair Nogueira para o secretário Sérgio Bruno, ele trouxe uma pessoa para exercer a atividade de Assessoria de Planejamento e Coordenação. Eu fiquei na Superintendência de Administração e Finança, e já no último ano dele, em março, eu tive a oportunidade de ser o chefe de gabinete do Sérgio Bruno. Então, na verdade, foi por uma indicação, pelo perfil técnico, o fato de eu ir para a Secretaria de Esportes.

O fato relatado acima por Carlos Pavan, de que seu nome foi considerado pelo seu perfil técnico a permanecer na secretaria após a saída de Ivair Nogueira, foi reforçado na declaração de Sérgio Bruno Coelho (2010): *O Pavan era uma pessoa que me dava uma tranquilidade muito grande, pelo fato dele conhecer essas engrenagens públicas, que eu não tinha uma vivência muito grande. Sabia muito bem da parte financeira.*

No que diz respeito à formação de uma equipe de trabalho no meio público, algumas questões são determinantes. As rivalidades políticas não promovem a continuidade das pessoas que estão em cargos estratégicos, cujas atividades são essenciais para que a máquina não pare no momento da transição de governo. As memórias de Ivair Nogueira (2010) trouxeram sobre este aspecto que

[...] o que atrapalhou muito na formação da nossa equipe foram aquelas rivalidades políticas. Saiu um governador, entrou outro, 'tem que mandar aquela turma toda embora'. Na aquela época, teve uma demissão em massa, como compromisso de restabelecermos a formação das nossas equipes. O que na verdade não ocorreu. E nós tivemos muita dificuldade na formação de uma equipe com técnicos capacitados para poder desenvolver um trabalho à altura de uma secretaria.

Autonomia na gestão e recursos financeiros suficientes são, também, outros fatores determinantes na formação de uma equipe de trabalho.

As lembranças de Ivair Nogueira (2010) esclarecem que, naquele momento, não houve nem um nem outro, após as demissões na troca de governo. Ele diz: *Primeiro não tinha recurso, depois nós não tivemos a liberdade de formar a equipe para poder fazer o trabalho que pudesse corresponder à altura, dar o devido retorno para as pessoas que nos delegaram esse poder.* Ivair Nogueira afirma, ainda, que as indicações políticas que, em sua maioria, não primam nos seus critérios de escolha a competência técnica, é outro fator que muito dificulta na formação de uma equipe. Na avaliação de Ivair, às vezes as indicações políticas acabam atrapalhando, porque uma pessoa quer indicar alguém para ser, por exemplo, monitor de projeto, mas que não está devidamente preparada. Assim, isso influenciaria diretamente na formação daquele jovem que busca sua formação no projeto.

Outro fator importante a considerar em uma gestão preocupada em incentivar o funcionário público a permanecer trabalhando, independentemente das trocas advindas das campanhas eleitorais, é a existência de um plano de carreira que lhe garanta um mínimo de ascensão. Segundo Ivair Nogueira (2010), a inexistência de tal plano foi mais um dos complicadores na formação da sua equipe: *O Estado pecou muito, uma vez que não tinha um plano de cargos e salários que pudesse incentivar a pessoa a permanecer no Estado [...]. Afirmou ainda que o Estado perdeu e vem ao longo dos anos perdendo profissionais de grande gabarito, de grande competência [...] em razão da inexistência de tal plano.*

Um plano de carreira, cargos e vencimentos bem elaborado, que consiga levar em consideração os anseios de ascensão do funcionalismo público, que consiga lhe dar um mínimo de reconhecimento sobre seus esforços laborais, pode, mesmo, muito favorecer a permanência de quadros técnicos essenciais que, a nosso ver, facilitaria a ligação entre um governo e outro, promovendo, por consequência, uma vasta otimização de recursos públicos.

Estabelecido esse primeiro panorama sobre os aspectos relacionados à gestão do esporte e lazer e aos gestores da SEESP, é necessário fazer uma análise da política pública de esporte e lazer implementada nos anos de sua existência. É sobre esse tema que nos ateremos a seguir.

Sobre a política de esporte e lazer na SEESP: ações realizadas, conceitos de esporte e de lazer e público-alvo das ações

A fim de conhecer um pouco do trabalho que foi desenvolvido pela SEESP, torna-se necessário refletirmos sobre as ações realizadas em cada uma das gestões.

De acordo com a *Mensagem* do Governador Eduardo Azeredo de 1998, em 1997 ocorreu a implantação do programa *Esporte Solidário Toriba*, desenvolvido em parceria com o Ministério Extraordinário dos Esportes/INDESP e o Ministério do Trabalho/SEFOR. Esse programa atendeu, naquele ano, 10 mil jovens em 80 módulos distribuídos na RMBH e em municípios pobres do interior de Minas Gerais, com várias modalidades esportivas.



FIGURA 11 – Implantação do programa *Esporte Solidário Toriba* em Augusto de Lima. Fonte: Centro de Memória de Informação da SEEJ.

O *Esporte Solidário Toriba* foi citado por Carlaile Pedrosa (2010), apresentando-se como um entusiasta desse programa. Ele cita também outro projeto, o *Curumim*, o qual, naquele momento, parecia estar em decadência, conforme recorda:

Um dos programas que eu vibrava, que trabalhei e que assumi, foi o projeto Toriba, que foi uma idealização do João Pinto, onde nós

fazíamos um convênio com as entidades de Minas Gerais e de todo o Estado de Minas, onde o Estado entrava com material esportivo, com alimentação, com uniformes esportivos, e ali, a criança no período que não estava na escola, estaria naquele núcleo do Toriba. E era um meio de tirar as crianças da rua. [...] Tinha também o Curumim, mas praticamente foi um pouco deixado de lado. Tinha alguns prédios do Curumim que estavam todos depredados, inclusive em Betim.

Dentre outras ações desenvolvidas, está o Torneio Rola Bola de Futebol Amador e o IV Torneio de Jogos da Juventude Brasileira, cujo propósito era revelar talentos para integrar a equipe brasileira. Houve a 14ª edição dos Jogos do Interior de Minas Gerais (JIMIs), em parceria com as prefeituras e federações. Foram realizadas, ainda, 57 ruas de lazer em bairros da RMBH e em cidades do interior de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1998). Eram desenvolvidas em espaços públicos interditados ao tráfego de veículos, com atividades recreativas, esportivas, culturais e de cidadania.



FIGURA 12 – Rua de Lazer realizada em Ouro Preto, 7 mar. 1997.
Fonte: Centro de Memória e Informação do Esporte /SEEJ.

Dado o curto período como secretário, em 1998, Carlaile Pedrosa (2010) afirma não ter havido mudanças significativas nas ações desenvolvidas até aquele momento, mas apenas a continuidade das ações implementadas na gestão de João Pinto. Esse gestor aponta que houve

captação de recursos junto ao INDESP para a construção de praças de esporte, reforma de quadras, iluminação de campos de futebol e obtenção de material esportivo. Segundo ele, na sua rápida gestão foram construídas várias praças esportivas em vários municípios do Estado.

Em 1999, com o advento de um novo governo, houve algumas mudanças na SEESP. De acordo com a *Mensagem* do governador Itamar Franco, *Minas Gerais: 100 dias de governo*, buscou-se dar nova dimensão à Secretaria. Apesar de buscar a ampliação do seu campo de trabalho, houve redução de 30,33% do quadro de pessoal terceirizado da SEESP, o que gerou uma economia de 38,75%. Na *Mensagem*, afirma-se que essa redução ocorreu sem prejuízos para os projetos importantes da SEESP (MINAS GERAIS, 1999). Assim, em 1999 teve continuidade o programa *Esporte Solidário Toriba* e ocorreram 28 atividades do “Clube Móvel de Esporte/Lazer”⁵². Realizou-se a 15ª edição do JIMI e a SEESP buscou revigorar esse evento e ampliar o número de participantes. Para isso, buscou parceria com a iniciativa privada, a fim de projetar ainda mais o evento.

Foi naquele ano que se iniciou a fase de implantação do programa *Pintando a Liberdade*, em parceria com o Ministério de Esporte e Turismo, com a interveniência da Secretaria do Estado da Justiça e Direitos Humanos. A finalidade era apoiar o detento mediante ocupação de tempo ocioso, remissão de pena, remuneração pela produção, *proporcionando-lhe um novo ofício e sua ressocialização*.

52 O Clube Móvel de Esporte/Lazer foi um novo nome dado às Ruas de Lazer referidas, pois os próprios gestores utilizam o termo “Rua de Lazer” ao se referirem a ações realizadas em sua gestão, mesmo quando já estava sendo utilizado o termo “Clube Móvel de Esporte/Lazer” na *Mensagem* do governador.

Como se percebe, houve diminuição gradativa na realização de *Ruas de Lazer/Clube Móvel de Esporte/Lazer desde 1997*, sendo realizadas 57 ações em 1997, 28 em 1999 e apenas 11 em 2000. Ainda de acordo com a *Mensagem* do governador de 2001, a *Rua de Lazer* é uma ação cujo objetivo “é difundir formas populares de lazer e de recreação, criando oportunidade de participação da população de baixa renda” (MINAS GERAIS, 2001, p. 114). Mas, apesar de enfatizar a importância desse evento, esse tipo de ação parece não ter sido prioridade naquele momento, o que nos revela uma contradição entre o que se pregava como importante e o que se implementava na prática. Acreditamos que isso se devia à existência de outros interesses em voga no momento. Ivair Nogueira (2010) recorda que a Secretaria era considerada no governo *como sendo do esporte, mais especificamente do futebol*. Segundo suas lembranças, ele tentou *mostrar para o governo do Estado que havia um equívoco de continuar com aquela política só da Lei Pelé, que tínhamos de construir outras políticas públicas, porque na verdade eles nem falavam em políticas públicas, eles falavam do esporte, do futebol*.

É importante considerar que, para nós, o fato de um governo não discutir a formulação de políticas públicas de forma mais abrangente não constitui a falta de uma política. Há, sim, uma política, porém com uma falta de aprofundamento, talvez uma priorização de temas que tragam promoção imediata do governo e não a promoção do direito ao esporte e ao lazer. Não devemos perder de vista que a formulação de uma política sempre está pautada por diversos interesses, e escolhas terão de ser feitas, dentre muitas possíveis e, dependendo das escolhas e da forma de implementá-las, definir-se-á uma política que promova a democratização do esporte e do lazer ou sua elitização.

Na gestão do Sérgio Bruno, Carlos Pavan (2010) recorda que o interesse central era mesmo o Esporte, tanto o de rendimento quanto o de participação:

O projeto do secretário Sérgio Bruno era no sentido de realmente resgatar, incentivar e criar uma cultura do desenvolvimento do esporte. Dividido nos dois braços, o de rendimento, e ele chegou a fazer alguns pilares nesse sentido, reativando o Campeonato Mineiro de Voleibol, Campeonato Mineiro de Basquete, Campeonato Mineiro de Handebol e, mantendo também um lado recreativo, um lado social, lado lúdico, através de atividades como os Jogos Escolares [...].



FIGURA 13 – Programa Pintando a Liberdade.

Fonte: Centro de Memória e Informação do Esporte /SEEJ.

O Programa Desportivo para Pessoas com Deficiência (*Esporte sem Barreiras*) já estava em fase de execução pelo INDESP, prevendo a extensão do programa *Toriba* às pessoas portadoras de deficiência (MINAS GERAIS, 2000).

Em 2000, teve continuidade o programa *Esporte Solidário* e a realização da 16ª edição do JIMI. Ocorreu, pela primeira vez, a Copa dos Campeões do JIMI 2000, disputada entre os três melhores times do JIMI 2000 nas modalidades voleibol, basquetebol, futsal e handebol, nas categorias masculina e feminina. Foi realizada também, pela primeira vez, a Olimpíada Colegial Esperança 2000, patrocinada pelo Ministério da Educação, do Esporte, do Turismo e da Cultura, pelo COB, pela Rede Globo de Televisão e com o apoio da SEESP. Foram realizadas 11 atividades do “Clube Móvel de Esporte/Lazer”. Conforme a *Mensagem* do governador de 2001, além dessas ações, em setembro e outubro de 2000, foi realizado um Curso de Capacitação de Monitores para Rua de Lazer, para 40 jovens selecionados entre os 180 integrantes do programa *Esporte Solidário* (MINAS GERAIS, 2001).

Entretanto, apesar de se referir a esses “dois braços” do esporte, Pavan (2010) deixa claro qual era o mais valorizado. Ele aponta que o tempo em que esteve na SEESP foi *um período bastante produtivo para o esporte, com investimentos expressivos aos campeonatos, sobretudo, aqueles que visavam rendimento*. Essa valorização do esporte de rendimento fica evidente, também, quando Pavan compara a gestão de Ivair Nogueira e a de Sérgio Bruno e comenta que na gestão de Ivair a Secretaria de Esportes estava mais dedicada a programas sociais, como o *Esporte Solidário* e o *Curumim*. Ele afirma que esses programas “não incentivavam a atividade esportiva, embora tivessem relevância social”.

EM 2001 tiveram início mais dois programas na SEESP. Houve a efetiva implantação do programa *Pintando a Liberdade*, na Penitenciária Nélson Hungria, em Contagem/MG, onde foi criada uma fábrica de bolas e redes, e na Penitenciária Feminina Estevão Pinto, em Belo Horizonte/MG, onde foi implantada uma fábrica para confecção de uniformes. Deu-se continuidade ao programa *Esporte Solidário* e, nesse ano, também houve a implantação do programa *Esporte sem Barreiras*, uma extensão do *Esporte Solidário*, executado em três núcleos que atenderam aproximadamente 300 pessoas como enunciada na *Mensagem do governador (MINAS GERAIS, 2002)*. De acordo com Ivany Bonfim (2010) *aqueles projetos que já existiam, tentamos melhorá-los. Tanto é que o ‘Esporte Solidário’, do governo federal, procuramos ampliá-lo, tentando dar uma roupa nova a ele*. Ainda sobre o *Esporte Solidário*, Ivany comenta que era por meio dele que havia mais possibilidade de angariar recursos, porque os projetos estavam sendo bons: *Quando começamos, pegávamos recursos do Esporte Solidário 300-400 mil e passamos para quase dois milhões de reais, porque ampliamos as ações e ampliamos a fiscalização*.

Ainda sobre 2001, houve um aumento significativo de realizações de ações pelo “Clube Móvel de Esporte/Lazer”. Foram realizadas 85 atividades de lazer e recreação em Belo Horizonte e em municípios do interior. Ivany Bonfim (2010) afirma que foram realizados vários cursos no interior sobre programação de atividades esportivas e de lazer e que

[...] o Lazer naquela época teve uma ascensão muito grande. Nós alugávamos ônibus para levar meninos que eram do Esporte Solidário para ajudar nas Ruas de Recreio, dando a eles uma oportunidade de integração. Aqueles meninos que faziam parte daqueles programas desenvolvidos na periferia, daqui de Belo Horizonte principalmente, eram escolhidos para fazerem os cursos.

Outra novidade desse ano foi o lançamento do programa *Minas, Esporte e Cidadania*. Ao ser questionado sobre o porquê de o projeto *Minas, Esporte e Cidadania* se apresentar como uma proposta de recuperação e desenvolvimento do esporte em Minas, Sérgio Bruno (2010) responde que, na verdade, não havia nada estruturado quando assumiu a SEESP:

[...] o esporte era aquela rotina. Existia JIMI, existia JEMG, etc. Todo ano repetia-se a mesma coisa. E, aquilo vinha numa situação simplesmente de 'vamos fazer o que fizemos no ano passado', e ficava do mesmo jeito. E evidentemente nós começamos a ver que faltava muita coisa para ser feita, que podíamos ampliar essa participação do esporte dentro do governo, dentro da história. [...] nós tínhamos em 1999, as Ruas de Lazer, os Jogos do Interior de Minas, os JABs, eram efetivamente três eventos que você podia dizer que o Estado fazia.

Sérgio Bruno (2010) relembra os feitos consolidados no decorrer de sua gestão, ressaltando sua culminância em 2002: *Nós tínhamos as Ruas de Lazer, Copa Mineira de Futebol, JIMI, Jogos da Solidariedade, Jogos Mineiros até 14 anos, Jogos Mineiros até 17, Torneio Rola Bola, Campeonato Mineiro Divisão Especial, Copa dos Campeões, Olimpíada Colegial, Olimpíada*. Completando a lista de ações apresentadas pelo secretário, Ivany Bonfim (2010) recorda:

[...] tinham projetados os Jogos Escolares Mineiros, alguns outros no aspecto do futebol que era importante para a comunidade com menos possibilidade de acesso, o esporte amador, o futebol amador, o Esporte Solidário, que era um projeto do governo federal, mas que foi bem implantado no Estado de Minas Gerais, a gente levava também a inclusão social. Então pudemos pensar esses projetos e através desse plano o 'Minas, Esporte e Cidadania' prolongar para que quem viesse pudesse novamente fazer crescer o que tinha sido plantado.

Verificamos que, de fato, houve aumento no volume das ações desenvolvidas na gestão de Sérgio Bruno. Esse foi um momento em que houve maior aporte financeiro para a SEESP e maior planejamento das ações, conforme destacamos. Entretanto, fica claro que as ações citadas eram, em sua maioria, eventos esporádicos, ou seja, não possuíam um formato mais continuado como os projetos e programas.

Uma das ações que tiveram mais notoriedade na SEESP e que percebemos perpassar todas as gestões foi a do JIMI, que, apesar de ser um evento instituído em 1985, continua sendo realizado anualmente

até os dias atuais e permanece tendo grande significado na política esportiva do Estado ainda hoje.

Carlaile Pedrosa (2010) afirma que o JIMI [...] *era a sensação. Assumi o JIMI, com muita dedicação porque praticamente todo o Estado participava. Tínhamos um recurso específico para o JIMI. [...]. O JIMI, pra mim, foi o carro chefe da Secretaria.*

Nas recordações de Carlos Pavan (2010), o JIMI teve um orçamento maior nos últimos anos da SEESP, configurando-o como o principal projeto:

A partir de 2000, já com a possibilidade de um maior orçamento, existia o planejamento de um percentual maior para a implementação de atividades esportivas, em principal os campeonatos mineiros. Foi possível também um aporte maior de recursos para o JIMI. Este também passou a ter outro formato em função dessa condição orçamentária mais adequada [...]. Então, o JIMI, era o carro-chefe da Secretaria.

O JIMI, mesmo com o orçamento apertado nas primeiras gestões da SEESP, não deixou de existir. Pelo contrário, foi sempre considerado o “carro-chefe da secretaria”. Levando-se em conta que ao longo das gestões as concepções de Esporte que permeavam as políticas da época estavam muito ligadas à detecção de talentos e outras relacionadas ao esporte de rendimento, o JIMI era a melhor forma de apresentar os jogadores com melhores índices para serem aproveitados nas competições de alto rendimento.

A partir desse mapeamento da política pública de esporte e lazer nos anos de existência da SEESP, é possível perceber que as ações, de maneira geral, não eram direcionadas a toda a população nem contemplavam a diversidade de possibilidades de vivência do esporte e do lazer.

Para Rocha *et al.* (2007), a conjuntura econômica e os caminhos políticos vividos pelo Brasil nas últimas décadas, baseados no modelo neoliberal, têm-se refletido de forma diversificada nos vários campos da sociedade, dentre eles o das políticas públicas. Assim, nesse contexto, a forma como vem sendo tratada a questão do esporte e do lazer quase sempre restringe suas possibilidades e dificulta uma discussão mais abrangente sobre o tema no âmbito das políticas públicas nacional, regional e local. Concordamos com os autores quando eles dizem que

essa ‘visão restrita’, difundida pelos meios de comunicação de grande alcance popular e afirmada, em parte, nas ações governamentais,

reforça a necessidade da formulação de textos legislativos e de iniciativas setoriais para além da política de 'sobremesa' ou seja, como efetivo direito constitucional (ROCHA *et al.*, 2007, p. 2).

Em muitas das memórias apresentadas pelos entrevistados, além das *Mensagens* dos governadores, observamos qual era o público atendido pelos programas defendidos em cada gestão da SEESP. O maior investimento em todas as gestões foi com as crianças, adolescentes e jovens. Na *Mensagem* do governador Itamar Franco em 2000 explicita-se que o programa *Esporte Solidário Toriba*, em parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), atendeu cerca de 6 mil adolescentes, entre 14 e 18 anos, em 80 módulos, distribuídos na região metropolitana de Belo Horizonte e em municípios pobres do interior de Minas Gerais. Em 2001, também em sua *Mensagem* à Assembleia Legislativa, Itamar reforça que o número de adolescentes atendidos pelo mesmo programa aumentou consideravelmente:

O Programa Esporte Solidário, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, atende cerca de 8 mil adolescentes de 14 a 18 anos em situação de risco social em 80 núcleos, distribuídos na RMBH e em municípios do interior de Minas Gerais, com várias modalidades esportivas (MINAS GERAIS, 2001, p. 113).

O professor Ivany Bonfim (2010) também relatou sobre as preocupações da Secretaria na gestão de Sérgio Bruno sobre as dificuldades que a juventude tinha, sobretudo sobre a inclusão social nas escolas.

Assim, a política de esporte e lazer da SEESP era voltada para um público específico e de maneira focal: crianças, adolescentes e jovens, aptas à prática do esporte de competição ou então que estivessem em situação de vulnerabilidade social. A concepção de esporte presente nas falas de alguns gestores deixa esse cenário evidente: apontam-no numa perspectiva de cunho utilitarista, reduzindo-o à função de tirar as crianças e jovens da rua e afastá-las da violência.

Nesse sentido, Carlaile Pedrosa (2010) recorda que [...] *o Toriba ia tirar as crianças das ruas, ia dar uma condição às crianças de não mexerem com drogas ou ir para um caminho que ninguém quer*. Já Ivair Nogueira (2010) diz que sempre teve uma ligação muito forte com o esporte, porque sempre entendeu que ele é um dos caminhos que se tem para a promoção da cidadania, para oferecer como *terapia principalmente para*

a juventude, uma vez que quando ela não tem esse tipo de oportunidade acaba indo para o caminho do mal, para as drogas, para outros caminhos.

Carlos Pavan (2010), em suas lembranças, apresenta duas percepções sobre o esporte. A primeira refere-se à de rendimento e a outra ao do esporte recreativo, considerando ser esta última a melhor forma de oferecer às pessoas em situação de vulnerabilidade social um ambiente saudável:

[...] é no esporte de rendimento que se forma profissionais, é aquele que na verdade vai lapidar futuros atletas para o país, que não é exatamente o objetivo [...]. E tem o outro lado do esporte, que é o esporte lúdico, o esporte de recreação, o esporte social, que é uma política extremamente importante visando tirar aquele adolescente, aquela criança, aquele jovem em situação de risco social, geralmente morador de periferia, muito susceptível a todos os problemas que a gente vive hoje nas grandes cidades. O esporte é uma forma de tirá-lo desse assédio, tirá-lo desse risco e trazê-lo para um ambiente mais sadio [...].

Por outro lado, a fala de Ivany Bonfim (2010) indica uma visão mais ampla sobre o esporte, apontando sua importância por ele mesmo e não como mero instrumento para alcançar outros fins. Assim, ele questiona:

[...] Vai favorecer a educação? Vai. Vai favorecer a integração social? Vai tirar muito menino da marginalidade? O esporte é bom para isso? O esporte não é bom para isso, não. Ele pode ser favorável a isso. O esporte é bom para ele mesmo, para a saúde das pessoas. Nessa corrente você tem a inclusão social também.

Como se percebeu, por meio das ações desenvolvidas pela SEESP e das recordações dos gestores, as políticas de esporte e lazer eram mais voltadas para o público infantojuvenil e pautadas por um discurso de combate e prevenção da violência. Essa grande preocupação se fundamenta no fato de a questão da violência nos grandes centros urbanos e em suas regiões metropolitanas constituir-se o maior desafio a ser enfrentado pelos poderes públicos e pela própria sociedade, como aponta Felipe (2009). E, nesse contexto, a percepção cada vez mais comum é a de que grande parte dos agentes da violência é constituída por adolescentes e jovens. Entretanto, segundo esse autor, as pesquisas mostram com clareza que eles estão se tornando as principais vítimas da violência.

Tendo em vista esse contexto, são formuladas políticas direcionadas a esses jovens pobres e das periferias das grandes cidades, tendo o esporte como fator de salvação para esses jovens. Entretanto, para combater a violência e amparar as crianças e jovens é necessária a adoção de um planejamento que contemple a intersetorialidade, diferenciando-se das políticas focais e buscando a integração das ações sociais. Somente dessa forma os direitos e as necessidades deles serão contemplados. Políticas de esporte e lazer sozinhas não podem ser responsabilizadas pelo combate à violência.

Concordamos com Salum (2009) quando ela diz que, para buscar condições de emancipação desses jovens, é fundamental que se estabeleça um projeto de vida. Para a autora, faz toda a diferença para os jovens propor uma política que os considere sujeitos de direitos. Assim, uma política concebida dessa forma demonstraria a presença do Estado não somente por meio da polícia, estigmatizando ainda mais esses jovens, mas, considerando a importância da saúde, da educação, do esporte e do lazer para a promoção da cidadania. Assim, “apostando nos direitos, poderemos avançar na prevenção da violência que assola a juventude” (SALUM, 2009, p. 18).

Apesar de o foco ser a população jovem, em uma gestão ou outra as pessoas com necessidades especiais (PNEs) e os idosos foram contemplados nos programas implementados. Carlaile Pedrosa (2010), ao rememorar sobre o público atendido nos programas de sua gestão, relata que *tinham os portadores de necessidades especiais e tinha também, depois, um projeto para a terceira idade, que não era muito divulgado e nem muito concorrido. O trabalho era mais para os adolescentes e para as crianças mesmo.*

Na *Mensagem* do governador Itamar Franco de 2001, é reforçada a intenção do atendimento às PNEs. Ele diz que “o Programa Desportivo para Pessoas Portadoras de Deficiência (Esporte sem Barreiras), em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, prevê a extensão do Programa Esporte Solidário às pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitando-lhes a prática desportiva” (MINAS GERAIS, 2001, p. 113).

Como visto, o lazer ainda foi pouco enfocado na política desenvolvida pela SEESP e, quando apareceu, esteve muito ligado apenas à imagem das “ruas de lazer” e do “esporte recreativo”. Tal constatação vem ao encontro de estudo de Marcellino (1996), em que ele chama a atenção

para o fato de que a importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, tanto como problema social quanto como objeto de reivindicação ligada à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pelo estabelecimento de políticas setoriais pelo Poder Público, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias com a iniciativa privada.

Dessa forma, de acordo com Marcelino (2007), em relação à formulação de políticas de atuação, um primeiro aspecto que deve ser considerado é a abrangência do lazer e seu entendimento parcial e limitado, que pode ser destacado na ação de órgãos públicos, mas também na pesquisa, na legislação, etc. Esse caráter parcial e limitado quanto ao conteúdo dificulta o estabelecimento de ações específicas e é verificado, também, quando se procura detectar os valores associados ao lazer, sendo os mais comumente relacionados o descanso e o divertimento. Assim, deixam-se de lado as possibilidades de desenvolvimento pessoal e social que podem ser propiciados pelo lazer (MARCELLINO, 2007).

Pensando no lazer como direito, Menicucci (2008) alerta para o fato de que a definição desse direito na Constituição Federal de 1988 – portanto muito recente – não foi acompanhada ainda por um arcabouço legal que definisse tanto os princípios e diretrizes quanto os mecanismos e regras institucionais para a efetivação do direito ao lazer. Assim, segundo a autora, “as práticas são levadas a cabo a partir das iniciativas e escolhas quase que autônomas dos gestores públicos. Em outros termos, na ausência de uma política nacional explícita ou articulada, as políticas locais de lazer seguem diretivas próprias [...]” (MENICUCCI, 2008, p. 180), em sua maioria sem parâmetros, sem ter uma preocupação mais ampla com os anseios e desejos da população no que tange a essa temática.

Considerações finais

Temos plena convicção de que este trabalho não se encerra aqui, tendo em vista a quantidade de dados, citações, documentos de que não conseguimos lançar mão no seu desenrolar. Por isso, trazemos algumas considerações e não conclusões. Buscamos fazer uma apresentação dos caminhos percorridos pelos gestores justificados em cada tempo e realidade encontrada por eles.

A realização deste estudo nos permitiu verificar que, no tempo de existência da SEESP, o *status* inicial que lhe foi concedido não foi correspondido em comparação às outras secretarias da época. A SEESP, sem a tradição das outras secretarias, ficava relegada a segundo plano no processo de distribuição do orçamento do Estado, além da ênfase sobre as políticas administrativas não dando o devido valor às Políticas de esporte e lazer.

Vimos que as escolhas dos dirigentes da SEESP tiveram como parâmetro principal a ligação e a liderança político-partidária. Somente um dos quatro gestores foi chamado por sua experiência anterior com o esporte profissional e com a administração de um grande clube de Belo Horizonte.

O orçamento escasso foi tido como o maior dos desafios enfrentados pelos gestores. Mesmo na última gestão em que se teve mais aporte orçamentário, constatou-se certo distanciamento entre a grande demanda da área e o orçamento disponível. Assim, as parcerias com a iniciativa privada, as organizações da sociedade civil e os convênios com as prefeituras e órgãos do governo federal foram a tônica das gestões para que se mantivessem minimamente as ações já existentes e se cavasse a possibilidade da implementação de novas.

Os gestores parecem indicar que a ausência de uma política permanente de financiamento das ações pertencentes aos programas de esporte e de lazer é o grande desafio para a implementação de políticas que atentam para as necessidades e para os direitos da população.

Percebemos que faltou um entendimento mais amplo sobre o esporte e o lazer, bem como que a política pública levada a cabo pela SEESP fazia jus ao ideário neoliberal tão em voga naquele momento: uma política de cunho assistencialista, focada em grupos definidos e de forma utilitarista. Grande parte das ações realizadas constituía eventos periódicos, com um número ainda reduzido de ações continuadas como programas e projetos.

Detectamos que a ação que perpassou todo o tempo da SEESP foi o JIMI, sobretudo pelo ideário de esporte e de lazer que permeou todo o processo das políticas daquele tempo.

O público priorizado nas ações desenvolvidas foi a criança, o adolescente e o jovem aptos à prática esportiva de competição ou em situação de vulnerabilidade social. Os idosos e as PNEs, em alguns

momentos da SEESP, apareceram como público atendido, mas com timidez e, como dito, “sem concorrência”, sem relevância.

O lazer teve pouco destaque na política desenvolvida pela SEESP e, quando apareceu, esteve muito ligado apenas à imagem das “ruas de lazer” e do “esporte recreativo”.

Observamos o esporte e o lazer considerados numa perspectiva utilitarista, reduzindo-os à função de tirar as crianças e jovens da rua e afastá-las da violência. Entendemos que necessitamos de políticas que devolvam as ruas às crianças e às pessoas de bem e não que as tirem de lá. É preciso que nos indignemos, que não mais nos conformemos com a situação caótica a que estamos submetidos nas ruas e criemos ações conjuntas que fortaleçam as políticas sociais interfaciadas como segurança, como trabalho, como lazer e esporte, como educação, como saúde, como meio ambiente, como moradia e tantas outras que, juntas, possam trazer de volta a tranquilidade às ruas e que estas se tornem novamente espaço apropriado pela população para vivências de integração, de convívio, de troca cultural e de desenvolvimento pessoal.

Por fim, este trabalho nos trouxe uma visão de uma política pública comprometida com interesses próprios de um tempo, provocando em nós o anseio de termos um fazer da gestão pública que promova o direito ao lazer e ao esporte, pautado pela autonomia e pela qualidade de vida da população.

Referências

Entrevistas

BONFIM, Ivany de Moura. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Márcio Aparecido de Freitas Silva*. Belo Horizonte, 26 out. 2010. Arquivo do CEMIE.

COELHO, Sérgio Bruno Zech. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Márcio Aparecido de Freitas Silva*. Belo Horizonte, 22 out. 2010. Arquivo do CEMIE.

NOGUEIRA, Ivair. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Márcio Aparecido de Freitas Silva*. Belo Horizonte, 26 Nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

PAVAN, Carlos Alberto. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Márcio Aparecido de Freitas Silva*. Belo Horizonte, 26 nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

PEDROSA, Carlaile de Jesus. *Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Márcio Aparecido de Freitas Silva*. Belo Horizonte, 23 nov. 2010. Arquivo do CEMIE.

Leis e relatórios

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 19 out. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei n. 204, de 27 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a Exploração de Loterias e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.seae.fazenda.gov.br/central_documentos/legislacao/promocoes-comerciais-1/DECRETO-204>. Acesso em: 2 maio 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. *Diário Oficial da União*, 14 set. 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm>. Acesso em: 2 maio 2012.

BRASIL. Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 19 out. 2011.

BRASIL. Portaria MF n. 223, de 9 de julho de 2002. Dispõe sobre a regulamentação da metodologia de cálculo e apuração dos valores a distribuir da Loteria Federal. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/legislacao/portarias/2002/portaria223.asp>>. Acesso em: 2 maio 2012.

MINAS GERAIS. Governador Eduardo Azeredo (1995-1998). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da terceira sessão legislativa ordinária da décima terceira legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997. 234 p.

MINAS GERAIS. Governador Eduardo Azeredo (1995-1998). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da quarta sessão legislativa ordinária da décima terceira legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1998. 287 p.

MINAS GERAIS. Governador Itamar Franco (1999-2002) *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da terceira sessão legislativa ordinária da décima quarta legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001. 337 p.

MINAS GERAIS. Governador Itamar Franco (1999-2002). *Mensagem à*

Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da segunda sessão legislativa ordinária da décima quarta legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2000. 325 p.

MINAS GERAIS. Governador Itamar Franco (1999-2002). *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da quarta sessão legislativa ordinária da décima quarta legislatura.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2002. 358p.

MINAS GERAIS. Governador Itamar Franco (1999-2002). *Minas Gerais: 100 dias de governo.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1999. Não paginado.

MINAS GERAIS. Lei n. 12.351, de 18 de novembro de 1996. Altera a denominação e a organização da Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html?aba=js_tabLegislacaoMineira&subaba=js_tabLegislacaoMineiraSimples&tipoPesquisa=simples&pageNum=1&sltNorma=&txtNum=12351&txtAno=1996&txtAss=&txtPerIni=&txtPerFim=&tipoOrdem=2&sltResultPagina=10>. Acesso em: 19 out. 2011.

Livros, artigos e teses

ANDRADE, José Vicente. *Gestão em lazer e turismo.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

AZEVEDO, Aldo Antônio de. Análise comparativa das políticas públicas do Ministério da Cultura no período de 1996 a 2005: documentos, discursos e a focalização do lazer. In: SUASSUNA, Dulce Maria F. de; AZEVEDO, Aldo Antonio de (Org.). *Política e lazer: interfaces e perspectivas.* Brasília: Thesaurus, 2007. 240 p.

FELIPPE, Wanderley Chieppe. Apresentação. In: NORONHA, Vânia (Org.). *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves - Minas Gerais.* Belo Horizonte, 2009.

LINHALES, Meily A. *et al.* Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 209 p.

MARCELLINO, Nelson. *Estudos do lazer: uma introdução.* Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson. Políticas públicas de esporte de lazer: o papel do poder público e do terceiro setor. In: MAIA, L. F. S.; OLIVEIRA, M. V.F.; MENDES, M. I. B. *Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de*

políticas de esporte e lazer. Natal: Ed. CEFET/RN, 2007. p. 9-24.

MELO, Marcelo Paula de. Políticas públicas de esporte e lazer: o papel do poder público e do terceiro setor. In: MAIA, L. F. dos S.; OLIVEIRA, M. V. de F.; MENDES, M. I. B. de. *Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer*. Natal: Ed. CEFET/RN, 2007. 160 p.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri/SP: Manole, 2003.

MENICUCCI, Telma. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 209 p.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 163 p.

ROCHA, Luiz Carlos *et al.* Ordenamento legal e políticas públicas de esporte e lazer: o abismo entre gestão cidadina e participação popular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. *Anais...*, Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/276.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2011.

SALUM, Maria José Gontijo. Juventude, subjetividade e violência. In: NORONHA, Vânia (Org.). *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais – Belo Horizonte*, 2009.176 p.

SUASSUNA, Dulce *et al.* O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: SUASSUNA, Dulce Maria F. de, AZEVEDO, Aldo Antonio de (Org.). *Política e lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007. 240 p.

Sites

CARLOS Pavan. Disponível em: <http://www.carlospavan.com.br/blog/?page_id=39>. Acesso em: 20 maio 2012.

LOTÉRIAS de prognósticos. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/lotericos/_arquivos/GGE/mod3.pdf>. Acesso em: 2 maio 2012.

OS DEPUTADOS: biografia. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/deputados/biografia/index.html?idDep=7763> Acesso em: 29 fev. 2012.

OS DEPUTADOS: João Pinto Ribeiro. Disponível em: <<http://www.almg.gov>

br/acompanhe/eventos/hotsites/constituicao/aconstituinte/deputados/joao_pinto_ribeiro.jsp Acesso em: 10 nov. 2011.

PUBLICACOES/BGU. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/Arquivos/2000/Volume%20I/ParteIII/Ministerio%20do%20Esporte%20e%20Turismo.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2012.

SÉRGIO Bruno. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/forumgestaodoesporte/curriculo-dos-convidados/dr-sergio-bruno-zech-coelho>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

*Hélder Ferreira Isayama
Fabiano Antônio Sena Peres*

História e políticas públicas de esporte e lazer em Minas Gerais: o caso da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes (2003-2006)

Nas últimas décadas, o tema das políticas públicas de esporte tem gerado um número significativo de estudos e ações, vinculados tanto ao entendimento do esporte como elemento fundamental para a diminuição das mazelas sociais, quanto pela sua importância como manifestação cultural e como direito social. No que se refere ao campo de estudos, o tema tem sido abordado por suas interfaces com diferentes áreas do conhecimento, tais como a antropologia, as ciências políticas, a história, a educação física, a sociologia, dentre outras.

No que se refere ao campo da história, ainda é incipiente o número de pesquisas que nos ajudam a compreender essas ações, mas já podemos encontrar trabalhos que apresentam contribuições para a análise das políticas públicas de esporte nos diferentes momentos de nossa história. Alguns abordam diretamente as políticas de esporte (LINHALES, 1996; MEZZADRI, 2000; VERONEZ, 2005) e outros abordam o esporte pela sua inter-relação com a temática do lazer (GOMES, 2003; RODRIGUES, 2010; RODRIGUES, 2011).

Na tentativa de compreender essa história no contexto do Estado de Minas Gerais, delimitamos para este texto a análise do período de 2003 a 2006, cujo órgão que gerenciou as políticas públicas de esporte e lazer no Estado de Minas Gerais foi a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, denominada de SEDESE.

Assim, o objetivo com este texto foi analisar as políticas públicas de esporte em Minas Gerais, coordenadas pela SEDESE, buscando identificar as relações políticas envolvidas, as principais ações, os conceitos e interesses que permeavam o esporte e o lazer, os modos de financiamento, dentre outros elementos que nos deram subsídios para a *compreensão desse tempo histórico*.

A SEDESE foi criada em janeiro de 2003, durante o primeiro mandato do governador Aécio Neves, pela Lei Delegada n. 49, que dispunha sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, além de dar outras providências. Essa secretaria tinha por finalidade planejar, coordenar, executar e avaliar as ações setoriais a cargo do governo estadual que visavam ao fomento e ao desenvolvimento social da população por meio de ações relativas ao trabalho e ao emprego, ao esporte, ao lazer, à prevenção ao uso de entorpecentes e à recuperação de dependentes, bem como aquelas destinadas ao cumprimento das normas referentes aos direitos humanos, à assistência social e à proteção de crianças e adolescentes.

Esse período foi caracterizado pela implementação de uma estratégia gerencial denominada “choque de gestão” cuja meta era o equilíbrio das contas públicas para um possível incremento dos investimentos, almejando o desenvolvimento social e econômico no Estado. Esse modelo administrativo utilizado na área de gestão tem como conceito básico fazer mais e melhor com menos, orientando as ações para resultados concretos.

Alguns autores, como Augusti, Costa e Neves (1997), contestam essa estratégia afirmando que no Brasil existe uma forte tendência em pensar a reforma do Estado numa perspectiva gerencial (técnico-burocrática), deixando em um segundo plano os aspectos políticos, talvez por influência de ideais neoliberais. Para os autores, a predominância de um modelo gerencial tende a camuflar o grande desafio do processo de reforma, que consiste na democratização do Estado que dá voz aos cidadãos da *polis* com todos os seus diversos interesses, traduzindo até mesmo as necessidades de grupos sociais vulnerabilizados.

Em Minas Gerais foram implementadas medidas de natureza legal e administrativa para aumentar a eficácia da máquina pública e diminuir gastos, dentre elas a diminuição do número de secretarias de Estado. Nesse contexto, o esporte deixou de ser uma pasta exclusiva – Secretaria

de Estado de Esporte (SEESP) –, atrelando suas questões e temas a outras esferas das políticas sociais:

No contexto atual de escassez de recursos públicos e do enfraquecimento do poder estatal, que se vê pressionado pela imensidão de demandas existentes e emergentes, 'torna-se urgente assumir um paradigma empreendedor em relação à viabilização de novas iniciativas ou serviços que se colocam para o Estado', conforme a Orientação Estratégica para o Governo do Estado de Minas Gerais, de maio/2003. Por isso, dentro mesmo dos objetivos operacionais desta Diretoria de Planejamento e Orçamento e de suas competências tomamos a iniciativa de colocar à disposição das Subsecretarias, Superintendências e Diretorias, o Manual de Competências da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes. Foi elaborado de acordo com o Decreto n. 43.271, de 15 de abril de 2003, podendo orientar o planejamento do trabalho da SEDESE. Esta diretoria e sua equipe é responsável pelas áreas de orçamento, planejamento informação e racionalização e coloca-se à disposição da casa, num esforço conjunto para agregar eficiência e qualidade aos serviços públicos prestados à população do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2003c, p. 65).

Importante ressaltar que esse processo de mudança na forma de atuação do Estado reflete diretamente nas competências da SEDESE, que se volta para a formulação de planos e programas capazes de coordenar a política estadual de desenvolvimento social e esporte, observando as diretrizes gerais de governo, além de supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua jurisdição.

De toda forma, com base na análise dos pontos elencados para a construção da trajetória da SEDESE como órgão responsável pela política estadual de esporte e lazer, teremos maiores condições de perceber as consequências que tal modelo de atuação governamental proporcionou ao setor. Analisamos, por conseguinte, o cenário político que compunha a secretaria, as ações desenvolvidas, o financiamento e os conceitos utilizados a partir da apreciação de documentos e das entrevistas realizadas.

Cenário político

Para compreender as características desse momento histórico, é importante destacar a organização estatal das políticas públicas de

esporte e lazer no contexto nacional. De acordo com Veronez (2005) durante as duas gestões do então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002), observamos algumas mudanças na organização político administrativa do governo, especialmente no setor esportivo. Em 1995, foi criado o cargo de ministro extraordinário do Esporte, nomeando para o cargo Edson Arantes do Nascimento (Pelé), que permaneceu no governo até 1998.

Na perspectiva institucional, a principal ação desenvolvida pelo ministro extraordinário do esporte foi a elaboração e a aprovação de uma lei que visava à consolidação do processo de modernização do esporte no Brasil pela via da mercantilização e privatização.

Ainda segundo Veronez (2005), apesar das mudanças introduzidas pela Lei Pelé, novamente ficaria em aberto a questão do papel do Estado no que se refere à garantia de assegurar o direito constitucional ao esporte e ao lazer. Assim, não é necessário que uma análise profunda da lei para percebermos que, nesse aspecto, ela não se diferencia da Lei Zico. Comparando a quantidade de artigos que ajustam os interesses do esporte de alto rendimento e de suas entidades em relação às outras manifestações esportivas, percebemos que as demandas dessas não foram tratadas com a devida importância. É exatamente nesse aspecto que a Lei Pelé mais se parece com a Lei Zico.

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, houve novamente mudanças na estrutura político-administrativa do setor esportivo, mas que não alteravam a essência das ações e seus objetivos continuavam a propiciar o atendimento as demandas do mercado. Importante, também, destacar a força realizada pelas entidades esportivas, capitaneadas pelo então presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, que defendia a necessidade de legislações distintas para o futebol em relação às outras modalidades esportivas. É nesse panorama legal e nacional que se concretizou a política pública de esporte e lazer em Minas Gerais no período de 2003-2006.

No que tange especificamente ao contexto estadual, é preciso destacar o cenário político da época.

Segundo depoimento do governador Aécio Neves, o estado se deparava com uma conjuntura de significativas restrições fiscais:

A situação encontrada em 2003 não pode ser creditada a um governo específico. Fatores como a estabilização de preços, o desequilíbrio federativo na repartição do bolo tributário e o

excessivo engessamento das despesas fiscais resultaram em um quadro em que os gastos obrigatórios e irredutíveis consomem toda receita fiscal do Estado. Acredito que os governantes que me antecederam trabalharam arduamente na busca do requerido ajuste e, nesse processo contínuo, determinei aos membros do Governo austeridade nos gastos públicos e criatividade para viabilizar investimentos (MINAS GERAIS, 2004b, p. 2).

Existia, na época, diferenças partidárias e ideológicas entre os governos federal e do Estado de Minas Gerais, fato que justifica as críticas realizadas pelo governador em relação à participação da união no processo de distribuição de verbas públicas. De toda forma, o governo do Estado iniciou-se, em 2003, com o propósito de promover, de um lado, ampla reforma administrativa, com a racionalização da estrutura; e, de outro, um trabalho incessante no incremento das receitas arrecadadas diretamente ou provenientes de transferências da União.

No que tange à reforma administrativa, destaca-se a redução do número de secretarias de 21 para 15, a extinção de 3 mil cargos e funções, a mudança no modelo de gestão com a fusão das áreas de planejamento, gestão e finanças e a redução das remunerações dos agentes políticos do Poder Executivo. Do lado da receita, iniciou-se o projeto estruturador de modernização da receita estadual com expectativa de incremento na arrecadação do rendimento de 2003.

Assim, com vista à implantação de um novo modelo de gestão estatal, foi concebido o projeto estruturador *Choque de Gestão*: pessoas, qualidade e inovação na administração pública, cuja principal característica era a parceria com o terceiro setor e o setor privado na prestação do serviço público sobre a égide do discurso descentralizador. Entretanto, um equívoco muito comum é considerar a descentralização mecanicamente, como sinônimo de eficiência e/ou democratização. Esta, por si só, não pode ser entendida como o processo democrático, e sim como um fator que pode contribuir para o alcance desse ideal (ARRETCHE, 1996).

Segundo Caixeta (2000), a descentralização comporta leituras e concepções diferenciadas quanto ao seu significado, considerando diferentes matrizes políticas. Numa perspectiva “neoliberal”, existe uma associação do processo descentralizador com a privatização. Aqui a descentralização é tomada como receita para a diminuição do

tamanho do Estado, a fim de repassar ao mercado funções regulatórias e produtivas.

Já numa perspectiva “progressista”, a descentralização é uma estratégia para reestruturar o aparato estatal com o objetivo de aumentar a eficiência das políticas sociais pelo deslocamento, para esferas periféricas, de competências e de poder de decisão sobre essas políticas.

O fato é que o conceito de descentralização é complexo e envolve aspectos diferenciados e complementares. Na análise de um processo descentralizador, devem ser considerados alguns itens relativos à sua associação a determinado objeto como administração pública ou políticas sociais, as esferas de governos responsáveis por sua gestão e, ainda, os graus e formas de descentralização apresentados.

No depoimento do subsecretário de esportes da gestão em 2003 – Heleno Abreu de Oliveira (2010) – encontramos argumentos a respeito do novo paradigma de gestão adotado fazendo uma defesa do Estado como condutor das políticas, sendo necessárias às parcerias entre prefeituras, iniciativa privada, organizações sociais para a sua execução:

[Na] gestão municipal você fica muito mais próximo da ação e tem quase a responsabilidade direta da execução das políticas. Você tem às vezes algum parceiro. Mas, quando você vai para o Estado, você tem que ter outra relação com as entidades, prefeituras, em relação às políticas de governo. Não é você diretamente que faz a ação. Você tem que dar as diretrizes, propor projetos e programas, fomentar, dar condições para que prefeituras, entidades, federações esportivas, ligas, possam executar essas ações.

A SEDESE é fruto desse processo de reforma política de um Estado que se vê pressionado pela imensidão de demandas existentes e emergentes num contexto de escassez de recursos públicos e de enfraquecimento do seu poder administrativo. Tornou necessário assumir um paradigma empreendedor em relação à viabilização de novas iniciativas ou serviços que se colocam para o Poder Público. Sobre essa questão da diminuição dos gastos públicos no próprio órgão, segue a fala de Alexandre Massura (2010)⁵³:

A gente estava no meio de um processo bastante estratégico do governo que era o choque de gestão e que tinha um objetivo muito claro de

53 Atleta brasileiro de natação, graduado em Economia e pós-graduado em Gestão com ênfase em Marketing. Foi superintendente de Esporte e Lazer da antiga SEDESE e atualmente ocupa o cargo de administrador do programa Minas Olímpica, da SEEJ.

equalizar as contas, sanar um pouco a questão fiscal no Estado. Então, nós passamos um tempo ali, tentando organizar administrativamente a Subsecretaria de Esporte, no âmbito de processos e atividades, de pessoas que estavam lá, dentro da ótica que se tinha pra fazer.

Conforme a orientação estratégica do governo do Estado de Minas Gerais, a referida secretaria agrupava uma grande quantidade de funções e possuía um desenho ampliado. De acordo com o Capítulo 4 do Decreto n. 43.271/2003, que dispunha sobre a organização da Secretaria, destacamos o artigo 4º, que descrevia sua estrutura orgânica da seguinte forma:

Art. 4º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes tem a seguinte estrutura orgânica:

- I – Gabinete;
- II – Assessoria de Apoio Administrativo;
- III – Auditoria Setorial;
- IV – Assessoria Técnica;
- V – Superintendência de Planejamento e Gestão;
- VI – Superintendência de Finanças;
- VII – Subsecretaria de Esportes;
- VIII – Subsecretaria Anti-Drogas;
- IX – Subsecretaria de Direitos Humanos;
- X – Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social;
- XI – Diretorias Regionais, em número de 17 (dezesete).

No contexto apresentado para a SEDESE em 2003, destacamos a vontade de articulação política do esporte e lazer com outros setores, conforme ressalta o secretário que assumiu a SEDESE na gestão 2003-2004, João Leite da Silva Neto (2010):

Eu sempre achei que o esporte tinha que estar junto de outras políticas. E eu ficava às vezes sonhando 'ah, um dia eu queria ser secretário da área de esportes'. Mas eu não queria ser só secretário da área de esportes, eu queria que o esporte tivesse ligado à criança, tivesse ligado a outras políticas. Quando o governador Aécio me chamou e falou: 'João, nós estamos pensando numa secretaria mais abrangente'. E eu pensei: 'Nossa, sempre sonhei com isso'. Eu acho que o esporte tem que contribuir pra essas questões todas. Falei: 'Nô, que legal'. A visão que eu tive não foi uma visão de que o esporte estava perdendo o poder, ele estava ganhando porque estava aproximando da política do trabalho.

Entretanto, apesar da estrutura planejada e da vontade política anunciada na fala do entrevistado, a SEDESE não conseguiu romper a barreira da construção de políticas intersetoriais que envolvessem o esporte e o lazer. Importante destacar que a intersectorialidade é aqui compreendida como um princípio que privilegia a integração matricial das políticas sociais, tanto na fase de formulação quanto nas de execução e monitoramento (SANTA ROSA, 2001). Essa integração vislumbrada pela intersectorialidade apresenta, ainda, uma série de limites na concretização das políticas públicas. No caso da SEDESE, é perceptível a fragmentação das ações desenvolvidas, aspecto que gera disputas entre sujeitos e espaços de intervenção pelas diferentes áreas, bem como dificuldades de comunicação entre as secretarias e seus programas e ações. Esses argumentos poderão ser constatados na análise das ações desenvolvidas no contexto do período estudado.

Especificamente sobre a Subsecretaria de Esportes, tivemos a seguinte estrutura:

VII – Subsecretaria de Esportes:

a) Superintendência de Suporte Técnico:

1. Diretoria de Manutenção e Controle de Equipamentos;

2. Diretoria de Programas e Projetos.

b) Superintendência de Esporte e Lazer:

1. Diretoria de Apoio ao Esporte de Rendimento;

2. Diretoria de Esporte Comunitário;

3. Diretoria de Lazer;

4. Diretoria de Esportes para Crianças e Adolescentes;

5. Diretoria de Esporte Sócio Educacional (MINAS GERAIS, 2003b).

Essa Subsecretaria foi dividida em duas Superintendências: uma de suporte técnico, cuja preocupação maior era com a infraestrutura e com o estabelecimento de convênios com prefeituras e outras entidades; a segunda Superintendência de Esporte e Lazer com o foco no planejamento e execução de programas e ações de esporte e lazer, bem como na formação de profissionais para atuar no campo.

Especificamente sobre a Superintendência de Esporte e Lazer, podemos destacar uma dificuldade de compreender qual o papel e o limite das Diretorias instituídas. No caso do esporte de rendimento fica bem delineada sua preocupação com o incentivo a atletas e clubes, principalmente por meio do apoio a realização de eventos esportivos. Sobre a Diretoria de Lazer é possível perceber sua intervenção com uma

diversidade de conteúdos (artes, cultura, ecologia, esporte) e a ação planejada para diferentes sujeitos (crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência)

No entanto, quando nos reportamos às atribuições das Diretorias do Esporte Comunitário, de Esporte para Crianças e Adolescentes e do Esporte Socioeducacional, identificamos uma dificuldade de analisar qual a ênfase de cada uma delas. As três Diretorias apresentam como foco a possibilidade de desenvolver, por meio do Esporte, a interação social, a sociabilidade, as relações socioafetivas, a convivência da comunidade, o trabalho comunitário. No entanto, uma delas tem atribuições mais delimitadas para a ação com crianças e adolescentes, demonstrando uma preocupação maior com determinada faixa etária.

Rogério Romero (2010) destacou as características relevantes da estrutura da Subsecretaria, que, segundo o entrevistado, tinha um arcabouço reduzido, mas apresentava um eficiente suporte administrativo:

A SEDESE inteira era dividida em quatro subsecretarias e aí falando mais sobre a subsecretaria de esportes, ela tinha duas superintendências e nove ou sete diretorias, então, era uma estrutura muito enxuta, mas ela dispunha de bastante pessoal, tinha muito terceirizado, o que ao final da primeira gestão, em 2006, foi feito um acordo com o Tribunal de Contas aí então cortou-se muitos cargos e outros também que havia uma execução direta do estado, principalmente o Projeto Curumim, que aí houve uma decisão governamental de passar essa execução direta para os municípios que estava recebendo essa ação. Então a subsecretaria de esportes, era uma subsecretaria na área de esporte, porém ela tinha uma área administrativa até maior do que a própria secretaria de esporte, que pode ser um paradoxo, mas na verdade, não, porque realmente foi uma decisão política de tomar isso aí, cada vez sair menos da execução direta e talvez mais realmente do fomento das políticas públicas.

Durante o período de existência dessa Secretaria, houve dois secretários: João Leite da Silva Neto e Marcos Montes. João Leite da Silva Neto é um ex-atleta de futebol com uma vida política extensa, sendo vereador em Belo Horizonte (1993- 1994), secretário municipal de Esportes de Belo Horizonte (1993-1994) e deputado estadual em Minas Gerais desde 1995. Marcos Montes Cordeiro é médico e iniciou sua carreira política em 1993. Ocupou o cargo de secretário municipal de Esporte e Lazer de Uberaba até 1996, quando assumiu a prefeitura da

mesma cidade por dois mandatos (1997-2000 e 2001-2003). Em agosto de 2004, aceitou o convite do governador de Minas, Aécio Neves, para assumir o comando da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, ficando no cargo até 2006.

Especificamente sobre a Subsecretaria de Esportes, houve, no período o envolvimento de dois subsecretários: Heleno Abreu, professor de Educação Física, ex-jogador de futebol do Clube Atlético Mineiro e, atualmente, ocupa um cargo na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte; e Rogério Romero, reconhecido atleta da natação brasileira, tendo atuado por clubes como o Flamengo e o Minas Tênis. Possui graduação em Agronomia e MBA em Gerenciamento de Projetos e ocupa atualmente o cargo de secretário adjunto da Secretaria Estadual de Esporte e Juventude (SEEJ).

Nas entrevistas realizadas, solicitamos aos gestores que nos falassem sobre a trajetória política, mais detalhadamente como chegaram aos cargos que ocuparam no período da SEDESE, e foi recorrente a vinculação entre as experiências esportivas como atletas e a possibilidade de assumir o referido cargo. O subsecretário no período 2004-2006, Rogério Romero (2010), informa:

Na verdade, eu não sou mineiro, sou paranaense, vim pra Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1991, nadar no Minas Tênis Clube, clube onde fiquei até 2004 com uma pequena estada no Flamengo. Em 2004, fui então convidado pelo ex-governador Aécio Neves, pra assumir após a minha quinta olimpíada em Atenas, em 2004, a subsecretaria de esportes.

Já o secretário no período 2003-2004, João Leite da Silva Neto (2010), afirma:

Minha relação com o esporte é familiar, eu nasci numa família de esportistas, especialmente do futebol. Meu pai foi dirigente esportivo, foi jogador de futebol, meus primos, meus tios, então eu fui envolvido pelo futebol, especialmente, antes de nascer. Participava, quando criança, todo esse debate do futebol, meu primeiro presente foi uma bola, foi um uniforme da seleção brasileira, meu primeiro jogo profissional que eu assisti foi um jogo do Atlético, no campo velho do Atlético, onde hoje é o Diamond Mall. Minha infância foi no campo do Alvorada da Vila Oeste, não apenas aos domingos, mas durante toda a semana e naquela região do campo do Alvorada, que é a região onde está hoje a Via Expressa, naquela região onde está o Córrego do Tijucu, afluyente

do Arrudas, e ele era descoberto. Não apenas os campos do Alvorada, do Reunidos, mas os campinhos todos ali eram naquela região. Tem uma coisa muito interessante porque nossos times junto dos campos, as nascentes do Córrego Tijucos, que formavam verdadeiras piscinas.

A associação entre o trabalho no campo das políticas públicas de esporte e lazer com as experiências anteriores no mundo esportivo também foram destacadas por Linhales *et al.* (2008, p. 26) sobre a formação do quadro de pessoal das Secretarias de Esportes:

Houve também referência à ex-atletas ou a pessoas com vivências no esporte, aspectos considerados importantes para a inserção no meio, não sendo a formação acadêmica em Educação Física, considerada essencial por vários entrevistados. Nesse caso, a competência profissional para a realização das ações parece ser medida prioritariamente pela inserção no mundo esportivo. Na maioria dos municípios, as pessoas que atuam desenvolvendo os projetos de esporte e de lazer possuem ligação com esporte de alto rendimento.

Apesar de não tratar exclusivamente de gestores, como no caso desta pesquisa, o trabalho de Linhales *et al.* (2008) nos ajuda a refletir sobre qual perfil profissional é buscado quando se planeja a escolha de gestores no campo das políticas públicas de esporte e lazer. Portanto, cabe ressaltar que, de forma geral, essa ligação entre a vivência esportiva e a vida política é recursiva quando se trata dos gestores que atuaram na SEDESE.

Portanto, podemos supor que a escolha dos gestores no campo do esporte e lazer tem relação direta com a vinculação e/ou experiência com o esporte de alto rendimento. Por isso, este estudo ajuda a reafirmar a questão do perfil almejado para os gestores e aponta elementos importantes a serem discutidos, principalmente nos cursos de formação profissional em educação física, área que vem acumulando discussões nas dimensões técnicas, pedagógicas, políticas e científicas sobre as *políticas públicas de esporte e lazer*.

O retrato das ações desenvolvidas

As políticas públicas resultam da atividade política e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperiosa de valores. Elas representam a atuação do Estado e são revestidas pelo

caráter soberano do Poder Público. E, por mais claro que possa parecer, as políticas públicas são “públicas”, e não privadas ou apenas coletivas. Sua esfera “pública” não é produzida pelo tamanho do agregado social sobre o qual sucedem, mas pelo seu caráter imperativo (RUA, 1997).

Reconhecendo o esporte e o lazer como manifestações socioculturais historicamente construídas e importantes elementos que compõem os direitos sociais, cabe ao Estado, então, a responsabilidade de desenvolver políticas sociais que garantam sua concretização.

Além disso, não podemos nos esquecer de que falar em política é pensar em práticas coletivas e cotidianas, articuladas por valores, finalidades, desafios, sonhos individuais e coletivos que variam de acordo com os projetos de sociedade e o momento histórico (PINTO, 2006). Ou seja, as políticas públicas têm uma intencionalidade, sendo permeadas por diversos interesses e visões de mundo e apresentam uma conexão com os processos de construção do conhecimento e produção dos sujeitos.

Como possibilidade de materialização dessas políticas, destacamos os programas e projetos sociais de esporte e lazer orientados pelas diretrizes e princípios que os governos imprimem em suas gestões. Nogueira (1998) define projeto social como um conjunto de promessas e compromissos de ações orientados para um fim específico, cujo propósito é gerar impactos sobre indivíduos ou grupos. Não existe um padrão para os projetos, e cada um difere entre o grau de mobilização de valores, atitudes e comportamentos, tanto dos seus idealizadores como dos próprios beneficiários.

O conceito de programa utilizado pelo governo do Estado presente no Plano Plurianual Governamental (2004-2007) diz:

Um programa resulta do reconhecimento de carências, demandas sociais e econômicas e de oportunidades inscritas nas prioridades e diretrizes do Governo. É um instrumento de organização da ação governamental com vistas ao enfrentamento de um problema. Articula um conjunto coerente de ações (orçamentárias e não-orçamentárias), necessárias e suficientes para enfrentar o problema, de modo a superar ou evitar as causas identificadas, como também aproveitar as oportunidades existentes. Expressa a busca de um resultado, descrevendo a finalidade do programa com concisão e precisão, sempre mensurável por um indicador (MINAS GERAIS, 2004a, p. 7).

Já o entendimento de projeto exposto no documento evidencia que são “instrumentos de programação orçamentária para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo” (MINAS GERAIS, 2004a, p. 13).

Nesse sentido, podemos identificar propostas que trataram do esporte e lazer em diferentes níveis de atuação da gestão pública e com enfoques variados. Assim, para melhor compreensão do trabalho realizado ao longo do período de atuação da SEDESE, apresentamos as ações e programas, destacando as peculiaridades em cada uma das gestões: João Leite da Silva Neto e Marcos Montes.

A SEDESE e os órgãos vinculados promoveram, em 2003, ações de fortalecimento e concretização das diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integral (PMDI), cujo objetivo, de forma geral, era estabelecer um novo modo de operação do Estado, reorganizando as finanças e buscando uma eficácia da máquina pública por meio da implantação da proposta – “Choque de Gestão”.

Inicialmente, os pedidos dos municípios por espaços públicos (ginásios e piscinas) era a maior demanda que chegava à SEDESE, até porque, como vimos em períodos anteriores, essa era uma proposta política que orientou a atuação do Estado durante várias décadas. No setor esportivo, era o futebol amador com as solicitações de material esportivo a demanda mais recorrente, conforme a fala de Rogério Romero (2010):

Assim no futebol amador, muita coisa de pedido de material esportivo, muito poço artesiano, auxiliar a equipes para viajar, participar de algum torneio, mas, eu diria, em torno de 70% era material esportivo. [...]. É bacana você dar um material esportivo para aqueles que necessitam, e está sendo feito isso até hoje, porém, ela não é uma ação estratégica, que vai mudar a realidade, e também acaba sendo sazonal. O uniforme, a bola, isso desgasta, e você tem que repor isso.

Essa realidade tem relação com a história das políticas sociais no Brasil, envolvidas em práticas assistencialistas e pouco democráticas, que perduram até os dias atuais. Sobre esse aspecto, Zingoni (1998, p. 34-35) argumenta:

As Políticas de Esporte e Lazer em nosso meio, muitas vezes, ainda são traduzidas como políticas de atividades, de doação de material esportivo ou de cessão de equipamentos específicos, sem, contudo, haver a preocupação com a participação humana, que é a vida desses equipamentos.

Dessa forma, a SEDESE com os convênios estabelecidos com federações e associações desportivas e prefeituras municipais, financiou a construção de ginásio e quadras poliesportivas, a aquisição de material esportivo, bem como eventos esportivos em geral.

Ainda sobre esse processo de construção de espaços esportivos, o ex-secretário João Leite da Silva Neto (2010), em seu depoimento, aponta um aspecto importante relacionado às praças de esporte, importante ação do Estado no setor esportivo, principalmente nas décadas de 1930 e 1940:

É muito interessante porque como gestor recebi alguns secretários do interior e pedindo a construção de ginásios, piscinas. e eu olhava assim a memória da secretaria e ‘...mas tem uma praça de esporte nessa cidade. Ah, pois é, mas nós entulhamos a piscina da praça de esportes e criamos uma feira nesse lugar e atravessamos uma rua no meio da praça de esporte.’ Então, você tinha algumas pessoas que percebiam a importância do esporte mas nós tivemos um conflito do chamado desenvolvimento com a permanência dos espaços esportivos. Isso não apenas naquele tempo, mas hoje ainda existe esse conflito. Então eu sei que ter essa política é importante e muitas dessas praças de esporte permanecem até hoje, houve um certo momento, a decisão de transferir para os municípios. Alguns cuidaram bem, outros permitiram que elas fossem particularizadas e ficava de fora a maior parte da população dessas cidades.

Portanto, nossas fontes nos permitem refletir sobre a experiência que se concretiza nos municípios brasileiros, nos quais as ações têm legitimado: “Exclusões e privilegiamento de grupos e de interesses, na medida em que se desenvolviam por padrões meritocráticos-particularistas e nunca foram redistributivos” (LINHALES, 1996, p. 254).

As principais ações da SEDESE encontradas nas fontes utilizadas foram: *Campos de Luz*, JEMG, JIMI, *Projeto Curumim*, *Ruas de Lazer*, *Pintando a Liberdade* e *o Segundo Tempo*.

O programa *Campos de Luz* consistiu na revitalização, por meio de iluminação e adequação de equipamentos dos “campos de futebol amador do Estado”, que, além de suas funções principais, foram também utilizados para eventos sociais das comunidades locais. Criado em dezembro de 2003, o projeto teve a execução da SEDESE, por intermédio da Subsecretaria de Esportes, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, CEMIG, CDL, FECOMÉRCIO, Rede Globo, Rádio Itatiaia e Federação Mineira de Futebol. João Leite Silva Neto (2010) fala sobre o processo de criação do programa:

Como tínhamos poucos campos de futebol amador em Belo Horizonte e na região metropolitana, resolvemos otimizar a utilização desses campos como? Iluminando. Iluminando os campos para que eles fossem utilizados à noite. Então, fizemos uma parceria com a CEMIG e começamos num projeto piloto com 6. Começamos no campo do São Gabriel que é o campo do SADA, aliás, Chaga, porque o Najar, foi o piloto lá no Cafezal, foi o primeiro campo. O governador Aécio inaugurou a iluminação no campo, foi um espetáculo porque eram 6 mil metros quadrados totalmente escuros à noite, que meninas que voltavam à noite da escola tinham que passar. E quando iluminou, ficou uma maravilha. Tem gente que utiliza pra dar caminhada no campo, algumas cidades hoje, nós temos uns seiscentos e tantos campos iluminados, algumas cidades consideram a iluminação como um poste, então é iluminação pública, então o time não paga, fica toda noite iluminado pras pessoas se encontrarem, fazerem caminhada, jogarem, fazer barraquinhas, missas, cultos, se transformou num lugar de encontro da comunidade.

A ideia dos *Campos de Luz* baseou-se em um programa social realizado em Nova York, nos Estados Unidos, no qual se constatou a diminuição do índice de criminalidade e vandalismo com a iluminação, pela prefeitura, de quadras de basquete. A partir de então, percebeu-se que essa iniciativa poderia ser aplicada nos campos de futebol amador em Minas Gerais, objetivando a melhoria na qualidade de vida das comunidades por meio do esporte e da cultura. Todos os campos atendidos pertencem à prefeitura ou estão localizados em área pública, têm vínculo com um clube de futebol amador e possuem vestiários e alambrado ou cercamento, dentre outros pré-requisitos para a inclusão no programa. *Campos de Luz* acontece até os dias atuais e já existem mais de 728 campos iluminados em todo o Estado de Minas Gerais,

conforme pode ser constatado na foto da placa de inauguração na cidade de Sacramento.

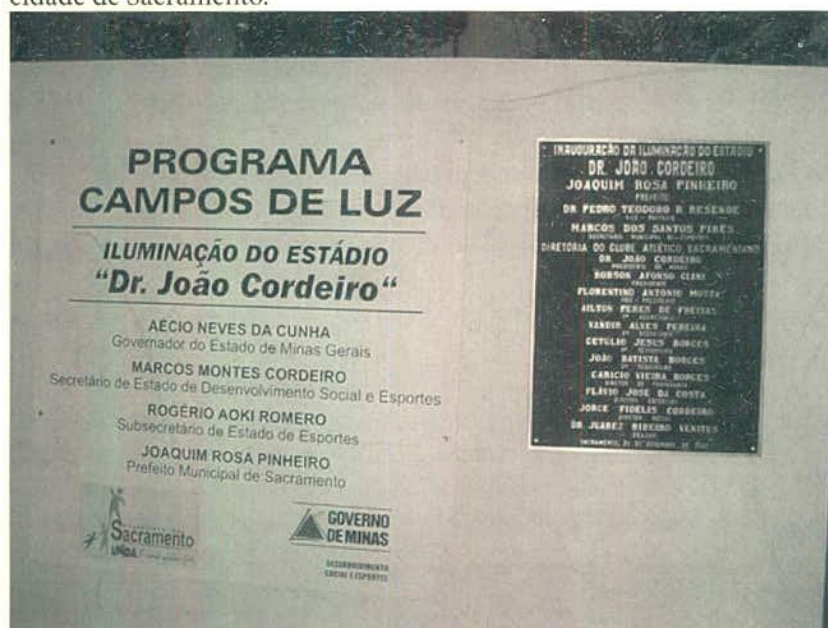


FIGURA 14 – Inauguração da iluminação do Estádio Dr. João Cordeiro em Sacramento. Fonte: Centro de Memória e Informação do Esporte/ SEEJ.

Os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) têm por finalidade promover a mobilização da juventude estudantil mineira, visando aumentar a participação em atividades esportivas, a integração social, a busca de talentos e a construção da cidadania. São uma realização da SEDESE, por meio da Subsecretaria de Esportes, da Secretaria de Estado da Educação e das Superintendências Regionais de Ensino (SRE) e da União dos Dirigentes Municipais de Ensino (UNDIME).

Destacam-se, também, como objetivos: contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania; estimular a prática esportiva nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes públicas (municipal, estadual e federal) e particular; promover o intercâmbio sociodesportivo entre os participantes e as comunidades envolvidas; estabelecer um elo de identidade do educando e sua unidade de ensino; indicar o representante do Estado nas

modalidades e categorias, quando fosse o caso, em eventos promovidos pelo ME/MEC/COB.

Apesar da preocupação com o esporte educacional, é possível identificar a intenção do evento de favorecer o esporte competitivo e seletivo, já que existe a presença de um discurso de “caça de talentos” esportivos. Ainda sobre o evento, destacamos o seguinte trecho da fala de João Leite da Silva Neto (2010):

Em 2003 o Heleno fez os jogos escolares de Minas Gerais com 54 municípios, fechamos esse ano com 667 municípios nos jogos escolares de Minas Gerais. O Heleno colocou as pessoas com deficiência nos jogos do interior de Minas Gerais. Então nós trabalhamos muito para as políticas públicas de esporte, para que o esporte fosse reconhecido como essa política fundamental para a população de Minas Gerais.

Os Jogos do Interior de Minas (JIMIs), outra ação criada em 1985, representam a maior competição do esporte especializado no Estado, buscando promover a interiorização e popularização da prática desportiva em várias modalidades. Contribui na formação de atletas, na integração das pessoas, no incentivo do turismo interno, no movimento do comércio dos municípios sedes e na geração de empregos. Para João Leite Silva Neto (2010),

o JIMI tem uma característica de evento, mas ao mesmo tempo apresenta uma característica de proposta mais continuada já que existe uma mobilização dos municípios. A gente sabe, assim, mesmo que tenha essa característica de evento e tudo, na verdade, o próprio termo de parceria já deu uma característica mais continuada, então, nós trabalhamos ao longo do ano, então, há a mobilização dos municípios, enfim, é uma política mesmo, você tem equipes pra representar bem o município, você vai receber bem ou você vai querer que os municípios que venham aqui saiam falando mal do seu município?

No depoimento, é possível perceber a relação dos jogos com a ideia de eventos, estratégia comumente utilizada no campo do esporte e lazer. Segundo Zingoni (1998, p. 35), é possível associar essas ações a uma

‘cultura’ dos eventos e da prática, a oferta de eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos e que reforcem as desigualdades sociais; a valorização do esporte de rendimento; a banalização do lazer; a política clientelista e de privilégios.

Portanto, assim como o JEMG, o JIMI é um programa que faz parte da lógica esportivista e seletiva nas ações do governo do Estado. Esses elementos foram levantados pelo trabalho de Linhales *et al.* (2008, p. 42), que afirmam:

Atualmente, o JIMI e o JEMG são considerados por vários gestores municipais e do governo estadual como as duas maiores competições de esporte especializado de Minas Gerais. Nas doze entrevistas realizadas, nove gestores citaram que os municípios participam regularmente de ambos os eventos. Para alguns, esses jogos assumem características de esporte de alto rendimento, uma vez que são realizados no interior dos municípios e das escolas, processos de seleção para a escolha dos membros atletas que formarão as equipes esportivas. Geralmente, essa seleção é feita por meio de campeonatos realizados entre as escolas do próprio município, para que, a partir disso, sejam escolhidas as melhores equipes – as campeãs – em cada modalidade esportiva.

A quarta ação identificada foi premiada pelo UNICEF, denominada *Programa Curumim*, que significa, no idioma tupi-guarani “menino”. É um programa cujo objetivo essencial é elevar o nível de bem-estar da criança, favorecendo, dessa forma, seu desenvolvimento integral, concentrando-se na promoção social e pessoal. Visava, por meio de atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer, incluindo alimentação e vestuário, atender crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade, em situação de risco pessoal e social, no período complementar ao da escola, ou seja, jornada ampliada. Chegou a ter 24 núcleos espalhados por todo o Estado de Minas. Para João Leite da Silva Neto (2010),

o Curumim não tinha nem orçamento. Havia uma visão de municipalização de todos esses programas e eu nunca quis municipalizar porque tinha 6 mil crianças comigo e não tinha certeza se os municípios iam receber, mas tinha certeza que ia continuar com elas, mas não tinha certeza se os municípios continuariam com elas. Eu via assim, descaso com essas coisas, tinha muita preocupação. Então, quando entrei não tinha orçamento e a gente saiu pedindo coisas para manter os Curumins, depois colocamos o orçamento, os Curumins continuaram funcionando e atendíamos 6 mil crianças. Depois a maioria foi municipalizada e na mão dos municípios, foram extintos, muito triste, por exemplo, ir à favela Santa Cruz, onde existia um Curumim e hoje não tem mais, as crianças estão lá, abandonadas,

deixadas. E esse era o meu medo. O meu medo, infelizmente, foi constatado que aconteceria isso mesmo.

Uma atividade recorrente no *Programa Curumim*, bem como em todas as outras ações do período analisado, é a realização de jogos, torneios e campeonatos. Esse tipo de estratégia vem sendo utilizado como grande recurso das políticas públicas de esporte, e nem sempre consegue romper com a lógica da competitividade exacerbada e a perspectiva seletiva de esporte. A foto a seguir ilustra uma das ações do *Programa Curumim*, que era justamente os Jogos da Integração do Curumim, em 2003.



FIGURA 15 - Jogo de Integração do *Curumim*, 2003.

Fonte: Centro de Memória e Informação do Esporte/SEEJ

Apesar de não ser uma preocupação apontada nos discursos dos entrevistados na pesquisa e ser colocado como pano de fundo no que se

refere às ações da SEDESE, encontramos, também, o desenvolvimento de *Ruas de Lazer* durante todo o período de existência desse órgão. Eram atividades desenvolvidas em espaços públicos interditados ao tráfego, aos sábados, domingos e feriados, e contavam com a orientação de monitores e voluntários. Nesse contexto, as comunidades participavam das atividades recreativas, esportivas, culturais e de cidadania, com o objetivo de proporcionar entretenimento e serviços para a população.

Para a realização dessas atividades, o Estado firmou um Termo de Cooperação com a Fundação Cultural de Belo Horizonte (FUNDAC) visando ao intercâmbio educacional, científico e técnico dos alunos do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni BH) de diferentes cursos (Educação Física, Geografia, Letras, Matemática, Nutrição, dentre outros), tendo em vista o aprimoramento profissional, bem como a qualificação dos projetos sociais.

Assim como o *Curumim*, as *Ruas de Lazer* tinham uma característica de ação muito direta do Estado, o que não cabia mais numa proposta de gestão descentralizada, e também foram, ao longo do tempo, municipalizadas, conforme explicita Rogério Romero (2010): *Algumas ações que eram de execução direta do governo do Estado foram se municipalizando, que é o caso das ruas de lazer.*

Outro programa, o *Pintando a Liberdade*, destina-se à fabricação de material esportivo (bolas, redes, camisetas, etc.) pelos reclusos das penitenciárias Nelson Hungria (Contagem), Estêvão Pinto (Belo Horizonte) e José Abranches Gonçalves (Ribeirão das Neves), com o objetivo de incentivar o esporte mediante o fornecimento de materiais esportivos. Esse programa promove a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário, incentivados pela possibilidade de fabricação de materiais esportivos. Além da profissionalização, os detentos reduzem um dia da pena para cada três dias trabalhados e recebem salário de acordo com a produção. Segundo Rogério Romero (2010),

O Pintando a Liberdade era com recursos federais. Tinha inclusive, antes de 2003, utilizava a mão de obra dos internos do sistema penitenciário e, interessante assim que ele era um risco, porque teve um momento que atrasou o repasse do governo federal.

Além de buscar uma possibilidade de ressocialização dos sujeitos que vivem no sistema penitenciário, o programa serviu como possibilidade de suprimento de materiais esportivos, para diferentes

ações desenvolvido pelo Estado e municípios, conforme apresenta o Minas Gerais (2004b, p. 260):

O Projeto *Pintando a Liberdade*, destinado à fabricação de materiais esportivos pelos reclusos de penitenciárias do estado produziu 140 mil unidades destinando 75 % às redes Públicas de Ensino Municipal e Estadual. O restante foi revertido para os seus eventos e doações a entidades carentes e escolas públicas.

O programa *Segundo Tempo* é uma ação ainda existente e promovia a mobilização de crianças e adolescentes, das classes menos favorecidas, na faixa etária entre 12 e 18 anos, aumentando sua participação em atividades esportivas, a integração social e a construção da sua cidadania no contraturno escolar.

O *Segundo Tempo* era uma parceria entre o governo federal e o Estado de Minas. Após o fim do período de vigência, não teve o convênio renovado, o que, para Rogério Romero (2010), significou um retrocesso para esse conjunto de ações do Estado, conforme o depoimento a seguir:

Na verdade, quando eu entrei, o segundo tempo já tinha acabado, então, meados de 2004, tinha firmado um convênio entre o governo do estado e o governo federal, e ficamos até quase 2005, tentando renovar essa convênio, que tem uma característica continuada. Então, se você passou um ano, dois anos sem aquele convênio, você desmobilizou todo aquele esforço que você teve, anteriormente, de mobilizar a sociedade, de pegar aqueles educandos, treinar os educadores, os monitores, você perdeu todo aquele esforço. Então, nós levamos essa preocupação, tínhamos essa demanda que só aumentava, e todo mundo quer esse tipo de programa no seu contraturno escolar, porque sabe que o esporte é um atrativo tanto pra menina quanto pro menino. Você tem condições pedagógicas e educacionais de trabalhar isso aí integrado com esses dois públicos. Então, realmente é um programa educacional, que existe uma demanda quase que infinita com esse tipo de programa.

Sobre a problemática da descontinuidade das políticas públicas, é necessário entender que essa situação não é particular do setor esportivo. Historicamente, as políticas sociais brasileiras têm se pautado pela fragmentação e/ou descontinuidade, ficando a cargo das mudanças de governos. Para Suassuna *et al.* (2007), a ideia de Estado em ação é limitada e não consegue diferenciar política públicas e política de Estado. A política pública tem uma associação direta com a questão

da política de governo. Assim, acaba por se definir de modo focal, sem dar conta da necessidade de continuidade. Para a autora, a solução para a descontinuidade das políticas esportivas estaria no estabelecimento de uma política nacional para o setor, implicando um planejamento continuado. Alexandre Massura (2010) destaca justamente a questão das escolhas por políticas e sua sustentabilidade e continuidade:

O Segundo Tempo é muito interessante, mas ficamos reféns de processo de vinculação ao Ministério, repasse do Ministério, que era curto e comprometeu muito a continuidade do programa. Então era assim: a continuidade ou repasse ou a renovação de convênios para continuar o trabalho era feito no estado. Aí onde você tinha uma atividade criada com centenas de meninos, dezenas de milhares até, e chega num momento em que você fica refém de um processo até político às vezes, isso nos deixou até intrigado, principalmente de 2004 para 2005, o que nos motivou a fazer o Minas Olímpica, de forma que não ficassemos refém do governo federal. Agora a gente vê sim com 'bons olhos' o Segundo Tempo, que é uma atividade complementar ao que fazemos com o Minas Olímpica – Nova Geração – mas não podemos ficar dependentes deles, porque naquele momento sofremos muito em função de um arranjo político, que podia renovar ou não o convênio e isso não era legal para uma política pública continuada.

Para além dos eventos e programas mencionados, a SEDESE também tinha como uma de suas funções a gerência dos Estádios Magalhães Pinto (Mineirão) e Felipe Henriot Drumond (Mineirinho), por meio da ADEMG, ambos construídos e mantidos mediante convênio, em terreno da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesses espaços, além da realização de jogos esportivos, também acontecem festas, shows, feiras, congressos, visitas guiadas, dentre outras ações.

Apesar de todas essas ações terem acontecido na gestão dos dois secretários da SEDESE, a gestão do secretário Marcos Montes teve algumas particularidades, já que iniciou em 2004, quando o governo do Estado já colhia os frutos da implantação do modelo de administração gerencial. Algumas ações tiveram sua continuidade, como o caso do programa *Incentivo ao Desporto*, que apoiou financeiramente entidades e prefeituras com o objetivo de fomentar o esporte, acompanhar e fiscalizar as ações. Outros exemplos são o JIMI, o JEMG, *Campos de Luz* e as ações do *Pintando a Liberdade*, que depois passou a ser chamado *Programa de Integração Social pelo Esporte*.

Naquele momento, a SEDESE era responsável pela execução de alguns projetos estruturadores, tais como: *Primeiro Emprego*, *Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas*, *Minas sem Fome* e o *Programa Minas Esporte*. A responsabilidade por esses projetos estruturadores refletiu diretamente no orçamento da SEDESE e em suas ações, com a concretização do *Programa Estruturador Minas Esporte*, que favoreceu a inclusão social, econômica e pessoal das famílias vulnerabilizadas, bem como assistiu crianças e adolescentes com incentivos às práticas esportivas, reforço escolar, recreação, cultura, incluindo fornecimento de alimentação e vestuário (MINAS GERAIS, 2007).

A principal mudança esteve relacionada ao programa *Minas Olímpica*, criado em decorrência do fim do convênio com o governo federal – *Programa Segundo Tempo*. Para Rogério Romero (2010),

o Segundo Tempo que era desenvolvido com um convênio com o governo federal não foi renovado. Foi então que o Governo do Estado, em 2005 criou o projeto Minas Olímpica através de uma reorganização (inclusive enquanto projeto estruturador) com um leque de ações esportivas. O programa Curumim migrou-se para o Minas Olímpica – Nova Geração.

A implantação desse programa iniciou-se em 2005, com ações de qualificação professores de Educação Física da rede pública, apoio à construção de instalações esportivas e de repasse de kits de avaliação física e de equipamentos de apoio administrativo. Assim, identificamos algumas especificidades no processo de implantação dessa proposta verificada no depoimento de Alexandre Massura (2010):

Ao final de 2005, o projeto Minas Olímpica, que virou um projeto estruturador. Esse projeto já existia, tinha apresentando duas versões, inclusive, uma da gestão anterior, e outra já da administração de 2003, nós simplesmente pegamos isso e reunimos com o pessoal que já estava discutindo qual seria já a melhor forma de implementar. O projeto era grandioso, ele tinha uma ideia de implantar Minas Olímpicas do zero, mas nós reavaliamos e o fato de que a infra-estrutura esportiva já estava ociosa, então, fizemos parceria com o SESI, que tem uma infra-estrutura sensacional dentro do estado e um corpo técnico já qualificado. Simplesmente unimos força para desenvolver o esporte. Isso lá dentro da subsecretaria de esportes ainda. Então, nós levamos isso ao governador e com a sugestão que se lançasse um programa esportivo social nosso do governo do Estado, onde essas dificuldades de continuidade fossem sanadas. Pegamos o programa Segundo

Tempo, foi uma remontagem de outros programas anteriores, o Esporte Solidário, o Toriba, e criamos, com pequeno ajuste, criamos o Nova Geração que tinha essa característica de atender no contraturno escolar, e procuramos fortalecê-lo a partir da experiência existente. A ideia deu certo. Lançamos, logo ao final do 2005, o Minas Olímpica, em dezembro já lançamos o Nova Geração e fizemos a capacitação. A demanda estava tão reprimida que foi só lançar e já trouxemos o pessoal para firmar os convênios, ainda em 2006, e iniciamos o processo.

O Minas Gerais (2006) anuncia a implantação do programa *Minas Olímpica* e destaca a execução das seguintes ações relacionadas ao programa: ações de qualificação de professores de Educação Física da rede pública; apoio à construção de instalações esportivas e repasse de kits de avaliação física e de equipamentos de apoio administrativos.

É importante perceber que com a lacuna deixada pelo fim do *Segundo Tempo* e pela junção de programas anteriores, o programa *Minas Olímpica* tomou forma. Com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e para a inclusão social mediante a prática de esportes, essa ação se divide em projetos distintos, direcionados em atender à população socialmente vulnerável em todo o Estado e com o objetivo de reduzir a criminalidade e a violência entre os jovens. Cada um deles tinha um foco específico: o *Minas Olímpica – Oficina de Esportes* teve ações voltadas para a busca de talentos esportivos; o *Minas Olímpica – Geração Esporte* buscava ampliar o acesso de estudantes a práticas desportivas e culturais; a qualificação de profissionais de educação física e o estímulo à prática esportiva nas escolas era meta do *Minas Olímpica – JEMG*; já o *Minas Olímpica – JIMI* apoiava o esporte amador.

Ainda existe uma dificuldade de inserir todos nesse processo, então, na verdade, o Minas Olímpica virou esse grande leque de ações esportivas, algumas integradas mais e outras nem tanto, mas isso foi avaliado dentro do próprio governo, então, existe a dificuldade dentro do próprio Minas Olímpica de interagir entre si, por exemplo, os meninos, os educandos do Novas Geração, eles terem realmente essa dimensão de que as oficinas de esporte podem ser um patamar acima, que ele pode desenvolver o seu potencial nesses pólos de desenvolvimento do esporte (ROMERO, 2010).

Apesar das especificidades de cada programa, foi possível identificar uma preocupação com o atendimento a diferentes faixas etárias e grupos sociais, conforme aponta Rogério Romero (2010):

Não existem ações bem específicas como o Curumim que tinha a sua faixa etária bem delimitada, existe o JIMI que é aberto. Então, o próprio Campos de Luz e os Mineirinhos eles têm essa característica de atendimento universal, quem quer pode jogar bola lá. Qualquer pessoa.

Na análise do contexto das ações desenvolvidas pela SEDESE, percebemos mudanças na concepção das políticas públicas de esporte e lazer. Observamos a existência de políticas assistencialistas, também no contexto do esporte e lazer, que sofrem diferentes críticas com relação à sua legitimidade e acabam por não resolver os problemas estruturais de nossa sociedade. No entanto, houve discursos de uma política voltada para o desenvolvimento social e a cidadania preocupando-se com a garantia dos direitos sociais. Portanto, quais as concepções de esporte e lazer estavam presentes nos dados coletados sobre a SEDESE?

Esporte e lazer: conceitos

Ao longo das duas administrações da SEDESE, foi possível identificar visões diferenciadas sobre o esporte e o lazer, aspecto presente tanto nas administrações públicas quanto no senso comum e nos meios acadêmicos. Uma primeira associação identificada foi do esporte como possibilidade de selecionar talentos, com a missão de formação de atletas cidadãos. Para Rogério Romero (2010),

o esporte educacional ou o esporte de competição também, afinal eles são alunos e eles podem ser alunos e atletas. E aí eles são alunos, a gente reconhece isso, mas também que tem que dar vazão à possíveis talentos. Então hoje, existe esta compreensão, e acho que foi um investimento, que realmente demanda muito tempo para surtir o efeito, tudo que pode ser feito em escala, foi feito em escala, ele demora a surtir os efeitos, mas realmente a gente teve apoio do governador para implementar isso, porque realmente eles viram que o esporte tem que caminhar junto da educação e não o contrário. É claro que isso é uma decisão da política porque o que você pega e implanta, o que dá mais visibilidade, é o esporte de competição, é o esporte de rendimento, sem dúvida alguma.

Segundo Martins e Melo (2004) esses discursos de existência de uma pirâmide esportiva pensam na possibilidade de democratização da prática esportiva, principalmente no contexto escolar, visando à seleção de novos talentos. No entanto, os autores argumentam que o que se apresenta é uma individualização da questão, assim cabe aos sujeitos envidar esforços e ter talento para conquistar seu espaço. Isso depende apenas de muita dedicação e, provavelmente, aqueles que não tiveram sucesso não se dedicaram o suficiente para tal tarefa. Sobre essa questão, Rogério Romero (2010) afirma:

A famosa pirâmide esportiva é muito mal interpretada por alguns que falam assim: ah, o seu objetivo é o cume. Não é isso. A ideia da pirâmide é simplesmente dizer que tem mais gente na base e aqui tem menos gente. Então, são as políticas diferentes, mas que ela tem que se integrar de alguma forma, ou seja, o alto rendimento está aqui em cima, e aqui embaixo você tem o esporte participação, o esporte escolar.

Outro aspecto importante que aparece na fala dos gestores é a divisão de três possibilidades de esporte conforme proposto por Tubino (1991): esporte educacional, o esporte de lazer e o esporte de rendimento. Apesar de a estrutura da SEDESE apresentar a seguinte divisão, em termos de diretorias: Esporte de Rendimento; Esporte Comunitário; Lazer; Esportes para Crianças e Adolescentes e Esporte Socioeducacional, a fala dos gestores sempre se refere à “clássica” divisão apresentada pelo referido autor.

Apesar de verificarmos essa divisão, Rogério Romero (2010) destaca a preocupação com a existência prioritária do esporte na escola:

A gente tem como premissa, é bom contextualizar um pouco. Existe a nossa lei maior que é a constituição federal e ela diz realmente que no âmbito de esporte você dê uma atenção especial ao esporte educacional. É senso comum que o esporte ou qualquer outro tipo de política, deva prioritariamente começar na escola.

A visão do esporte como elemento de inclusão e de desenvolvimento social que pode contribuir para o exercício da cidadania também se faz presente na fala de Rogério Romero (2010):

Então, o esporte, ninguém pode negar que ele pode sim fazer parte do desenvolvimento social, tanto que a nossa missão é exatamente essa: formar atletas cidadãos. Mais do que formar atletas medalhistas e

recordistas, formar atletas cidadãos, e isso faz parte do desenvolvimento social. Se você contar que no esporte, da criança até a terceira idade, melhor idade, qualquer que seja a denominação politicamente correta, o estado tem que ofertar essa política de maneira igual para todos, realmente eu vejo que o esporte está muito ligado ao desenvolvimento social, do bem estar da pessoa.

Esse discurso pode ser verificado, também, em documentos:

Comportou-se como uma célula dinamizadora, favorecendo a construção da cidadania, sobretudo das crianças, adolescentes e de famílias em situação de risco, social e pessoal (MINAS GERAIS, 2007, p. 224).

Para Melo (2004), o discurso da cidadania tornou-se autoexplicativo, por isso questiona se sua densidade conceitual, sua importância para o enfrentamento das desigualdades, foi minimizada com base em um discurso sem conteúdo. O autor afirma que é preciso ter cuidado com a associação direta do esporte à cidadania, pois pode parecer que seu destaque é suficiente para esclarecer seus sentidos e projetos políticos. Por isso concordamos que uma perspectiva democrática deve buscar a existência de políticas públicas de esporte e lazer com acesso universal à produção cultural dos sujeitos. Dessa forma, deve-se questionar existência de uma formação social centrada na lógica do lucro, do consumo de grupos seletos, como vem acontecendo na atualidade.

Sobre o lazer, apesar de a palavra aparecer algumas vezes nos documentos analisados e no discurso dos entrevistados, é possível perceber uma tentativa de priorização de outras possibilidades de vivência esportiva: demonstra essa associação: Foram revitalizados 301 campos de futebol amador, democratizando o esporte como lazer por meio da ação campos de luz (MINAS GERAIS, 2007, p. 224).

No entanto, a palavra aparece com alguns significados: “As atividades esportivas compensatórias realizadas pelo Programa de Lazer foram praticadas por 289.450 pessoas, promovendo, desta forma, a integração das comunidades envolvidas” (MINAS GERAIS, 2006, p. 178).

O primeiro aspecto a ser destacado é a associação das atividades de lazer à palavra compensatórias, o que pode significar uma ideia de lazer como um elemento que serve de “equilíbrio” para as mazelas e dificuldades sociais presentes na vida de todos os sujeitos. Essa perspectiva é comum em nossa realidade e tem sido questionada por autores como Marcellino (1990), que aponta o lazer como uma

possibilidade de imersão das pessoas nos problemas da vida cotidiana, até porque essa dimensão não é desvinculada do contexto social mais amplo.

Portanto, buscando compreender os significados de lazer presentes em nosso contexto sociocultural, torna-se fundamental entender as estreitas relações existentes entre o lazer e as outras dimensões da vida do homem (trabalho, saúde, educação, família, política), podendo ser espaço para o questionamento das contradições existentes em nosso meio sociocultural.

Outra visão presente está relacionada ao lazer como eventos:

Foram desenvolvidas atividades de lazer em espaços públicos e interditados ao tráfego aos sábados, domingos e feriados, na capital e no interior, com a orientação de monitores e voluntários, tendo tido a participação de 53.000 pessoas (MINAS GERAIS, 2005, p. 193).

Do nosso ponto de vista, o lazer é visualizado a partir do desconto e do acesso para participação de eventos, o que limita o tratamento da questão e restringe suas possibilidades diante da diversidade de opções que podem ser trabalhadas com os sujeitos atendidos.

Não podemos nos esquecer de que foi na Constituição Federal de 1988 que o Lazer aparece, no Título II, Capítulo II, artigo 6º, como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras partes, mas somente é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, artigo 217, § 3º. E último parágrafo do item IV – O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social.

Apesar do reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais garantidos pela nossa Constituição Federal, ainda temos dificuldades, principalmente no que se refere às possibilidades de financiamento de ações que possam contribuir para o avanço das propostas no campo. Portanto, o financiamento também foi uma das categorias descritas a analisadas em nossa pesquisa sobre a SEDESE.

As possibilidades de financiamento

O financiamento é um dos importantes mecanismos para a constituição de uma política pública, já que é por meio dele que se pode intervir de forma direta na solução de problemas detectados ou no estímulo de determinadas atividades, com impactos relativamente

previsíveis. O financiamento não é o único elemento para a análise das ações de políticas públicas, no entanto podem indicar quais são as prioridades de um governo.

Nesse contexto, podemos destacar alguns elementos sobre o aspecto das finanças do governo do Estado no tempo de existência da SEDEDE. Segundo dados retirados de nossas fontes, a situação financeira do estado em 2003 era bastante complicada e foi preciso uma mudança drástica no modelo de gestão utilizado. Assim, destacamos as palavras do então governador Aécio Neves:

Ainda do lado da despesa, determinei um corte de gastos de R\$ 1 bilhão em março passado, corte esse viabilizado com a nova forma de gestão das despesas, que enfatiza a revisão de processos e mecanismos de leilão na aquisição de bens e serviços para o governo, o que resultou em uma significativa redução do déficit fiscal em 2003, e o cumprimento das metas do acordo com o Governo Federal. Do lado da receita, foi iniciado o projeto estruturador de modernização da receita estadual, com a expectativa de aumentar a receita fiscal do Estado. As ações empreendidas possibilitaram um incremento de 7% na arrecadação das receitas fiscais em 2003 comparativamente ao exercício anterior, colocando os resultados obtidos em Minas Gerais acima da própria performance das atividades econômicas brasileiras, base geradora da arrecadação de tributos no país (MINAS GERAIS, 2004b, p. 238)

Nesse contexto, João Leite Neto (2010) ressalta a difícil situação que o governo se encontrava no início da SEDESE:

A gente ficou muito entusiasmado com aquilo só que a gente entrou num momento assim muito delicado. Existia 12% de déficit nas contas do Estado, de cara o governador mandou cortar 30%. Então, tínhamos que ter criatividade pra ter algumas coisas. Nós tínhamos 200 mil de orçamento para o esporte, por exemplo, mais o recurso da Lei Pelé, que era quanto em torno de 4 milhões por ano. Então, era isso que a gente tinha pra fazer o esporte em Minas Gerais.

Ainda segundo as fontes utilizadas, o rigor pregado pelo governo na eficiência dos gastos públicos em conjunto com o planejamento estratégico promovido permitiram inúmeras realizações. Uma delas tem relação com o desenvolvimento do Plano Mineiro de Desenvolvimento, que pretendeu estabelecer um novo norte para o Estado de Minas Gerais. Uma das prioridades desse plano tem relação com o choque

de gestão e a viabilização de novas formas de financiamento para os empreendimentos públicos, orientado para as parcerias público-privadas.

Com o intuito de incrementar as formas de financiamento dos empreendimentos públicos, o governo do Estado promoveu parcerias com as diversas entidades de classe e com o setor privado nacional e estrangeiro, reabrindo as negociações com organismos financeiros e de fomento, e elaborando formas de investimento para o desenvolvimento que não comprometeriam as finanças estaduais, caso do programa *Segundo Tempo* (parceira com o governo federal). Sobre financiamento de políticas por meio de convênios com o governo federal e a dificuldade de continuidade, Alexandre Massura (2010) afirma:

O Segundo Tempo era muito interessante, mas ficamos refêns de processo de vinculação ao Ministério, do repasse que era curto e comprometeu a continuidade do Programa. Então era assim: a continuidade ou repasse ou a renovação de convênios para continuar o trabalho era feito no Estado. Tinha uma atividade criada com centenas de meninos, dezenas de milhares até, e chega num momento em que ficamos refêns de um processo até político e isso nos deixou intrigado, principalmente de 2004 para 2005, o que nos motivou a fazer o Minas Olímpica, de forma que não ficássemos refêns do governo federal. Agora vemos sim com bons olhos o Segundo Tempo, que é uma atividade inclusive complementar ao que a gente faz com o Minas Olímpica – Nova Geração – mas nós não podemos ficar dependentes deles, porque naquele momento nós sofremos muito em função de um arranjo político, que podia renovar ou não o convênio e isso não era legal para uma política pública continuada.

Assim, destacamos a importância dos projetos estruturadores para a SEDESE no sentido de modificarem o orçamento previsto para o esporte:

Isso foi de uma importância muito grande, porque a partir do momento em que o esporte vira um projeto-programa estruturador no Estado, determina-se que ele tem que estar no orçamento do Estado, resultados e execução orçamentária. Isso foi muito importante para o Estado. Então as pessoas perceberam um avanço muito grande do ponto de vista do orçamento do Estado para a Secretaria [...] que antes não tinha, você sobrevivia apenas, da chamada fonte 38, da Lei Pelé. Tinha pouquíssimo recurso do Estado, a não ser para o custeio. Justamente nesse momento em que [...] o esporte passou a ser um

programa estruturador. Então ela passou a ter orçamento do Estado, obrigatoriedade de mostrar resultado e execução orçamentária. Isso foi muito importante. Isso é o que eu chamo de o esporte ter força política, é ter orçamento (OLIVEIRA, 2010).

Com relação a financiamento dos programas e ações, Rogério Romero (2010) destacou especificamente a importância do projeto estruturador *Minas Olímpica* para as questões do orçamento da SEDES.

O orçamento ganhou corpo a partir do lançamento do Minas Olímpica, com o governador aprovando uma suplementação e deu uma visibilidade ao esporte. A gente fala, principalmente em relação à segurança pública, não basta os índices de criminalidade caírem, a população tem que ter acesso à ação de segurança, quer sair à noite e ter a sensação de estar seguro. Então, essa sensação vem muito da divulgação das próprias ações que nós implementamos. Foi feito um trabalho de imagem do Minas Olímpica, Minas Olímpica-JIMI, Minas Olímpica-JEMG, Minas Olímpica-Nova Geração, Minas Olímpica-Oficina de Esportes, que trouxe o Minas Olímpica – Paraolímpico, exatamente pra trazer essa perspectiva: hoje você fala de Minas Olímpica, passou batido, o trabalho aí de cinco anos. Hoje todo mundo tem uma percepção do Minas Olímpica, ou que pelo menos remete ao governo do Estado. Isso pelo menos já está consolidado. Em termos de orçamento, ele foi evoluindo ao longo dos anos, exatamente por esta dimensão, e a manutenção desse orçamento, se ele não aumentou, ele manteve, exatamente por esta característica. Olha, algumas sugestões algumas propostas não foram acatadas, mas outras, sim. Teve ano de eleição, que é sempre um ano atípico, a gente sabe disso, então, considerando isso, a gente vê que houve uma ascendência sim, e de cada R\$1 investido com recursos próprios do Estado, a gente reverteu também R\$1 com parcerias, seja ele contrapartida de convênios, seja de captação, então, a gente leva isso aí também como um ganho. A gente fez mais com menos. Eu tinha 10, mas na verdade esses 10 são transformados em 20. Nós unirmos esforços para fazer melhor. Essa foi uma diretriz do nosso período.

Nesse contexto, é fundamental destacar a criação do Ministério do Esporte em 2003, pela Portaria n. 103/2003, com o intuito de propor reflexões e ações mais profundas no âmbito do esporte e também do lazer. Em decorrência disso, foi proposto, por meio do Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, a Conferência Nacional de Esporte, que contou com a participação de sujeitos vinculados ao governo, mas

principalmente de representantes da sociedade civil. Essas ações foram fundamentais para ampliar o financiamento de ações públicas de esporte e lazer em todo o País. Apesar de todas as críticas identificadas na fala dos entrevistados com relação ao atraso do repasse desses recursos, isso significou uma ampliação na discussão e na possibilidade sobre o financiamento das políticas públicas na área.

No entanto, concordamos com Athayde (2011) no sentido de que ainda é preciso pensar sobre o destino do financiamento público no campo do esporte e do lazer, pois ainda há priorização nas ações de promoção do esporte de alto rendimento ou espetáculo e na realização dos eventos e megaeventos esportivos em detrimento da possibilidade de investirmos nos programas e projetos sociais. Portanto, o financiamento é um aspecto fundamental nos debates sobre as políticas públicas de esporte e lazer e vem conquistando espaço no âmbito das ações do Estado.

Considerações finais

A SEDESE foi criada em janeiro de 2003, durante o primeiro mandato do governador Aécio Neves, pela Lei Delegada n. 49, que dispôs sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, além de dar outras providências. Durante o período de existência dessa Secretaria, houve dois secretários: João Leite da Silva Neto e Marcos Montes.

Essa Secretaria tinha por finalidade planejar, coordenar, executar e avaliar as ações setoriais a cargo do governo estadual que visavam ao fomento e ao desenvolvimento social da população por meio de ações relativas ao trabalho e ao emprego, ao esporte, ao lazer, à prevenção contra o uso de entorpecentes e a recuperação de dependentes, bem como aquelas destinadas ao cumprimento das normas referentes aos direitos humanos, à assistência social e à proteção de crianças e adolescentes.

Importante ressaltar que esse processo de mudança na forma de atuação do Estado refletiu diretamente nas competências da SEDESE, que se voltou para a formulação de planos e programas capazes de coordenar a política estadual de desenvolvimento social e esporte, observando as diretrizes gerais de governo, além de supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua jurisdição.

Dentre os diversos programas e projetos desenvolvidos relativos à área esportiva, destacamos as *Ruas de Lazer*, os *Jogos do Interior de Minas Gerais* e os *Jogos Escolares de Minas Gerais*, o *Segundo Tempo*, o *Pintando a Liberdade* e os *Campos de Luz*. Apesar da diversidade de ações, fica evidente a pouca articulação intersetorial das políticas de esporte com as outras áreas da política social, já que a SEDESE era um órgão que reunia diferentes áreas.

De toda forma, mediante a análise dos pontos elencados para a construção da trajetória da SEDESE como órgão responsável pela política estadual de esporte e lazer, apesar da mudança estrutural onde as políticas do setor no Estado de Minas passaram a integrar a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, foi possível identificar uma proximidade entre as áreas, mas nem sempre concretizadas a partir de uma relação intersetorial. Ficou evidente a utilização de conceitos diferenciados de esporte e de lazer: o primeiro pode ser visto como possibilidade de atletas na perspectiva do alto rendimento, mas também como elemento de desenvolvimento social e de construção da cidadania. Já o lazer, não parece ter sido uma preocupação maior da SEDESE, no entanto aparece como possibilidade de compensação dos problemas sociais, bem como o entendimento como evento ou entretenimento que acontece em períodos determinados como finais de semana e feriados.

Com este texto, permitiu-se a compreensão desse período histórico das políticas públicas de esporte e lazer em Minas Gerais, no que se refere à atuação da SEDESE. No entanto, sugerimos a leitura dessa trajetória que se iniciou na década de 1920 e que continua a ser desenvolvida nos anos posteriores, conforme descrito e analisado neste livro.

Referências

Entrevistas

MASSURA, Alexandre. *Entrevista concedida a Hélder Ferreira Isayama e Tarcila Betas Lopes*. Belo Horizonte, 17 nov. 2010. Arquivo digital do Centro de Memória e Informação do Esporte – CEMIE/SEEJ

NETO, João Leite da Silva. *Entrevista concedida a Marilita Rodrigues e Tarcila Betas Lopes*. Belo Horizonte, 27 out. 2010. Arquivo digital do Centro de Memória e Informação do Esporte – CEMIE/SEEJ

OLIVEIRA, Heleno Abreu de. *Entrevista concedida a Marilita Rodrigues e Tarcila Betas Lopes*. Belo Horizonte, 27 out. 2010. Arquivo digital do Centro de

Memória e Informação do Esporte – CEMIE/SEEJ.

ROMERO, Rogério Aoki. *Entrevista concedida a Hélder Ferreira Isayama e Tarcila Bretas Lopes*. Belo Horizonte, 17 nov. 2010. Arquivo digital do Centro de Memória e Informação do Esporte – CEMIE/SEEJ.

Leis e relatórios

MINAS GERAIS. Decreto n. 43.271, de 15 de abril de 2003. Dispõe sobre a reorganização da SEDESE e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 abr. 2003b, p. 7, col. 1.

MINAS GERAIS. Governador (2003-2006: Aécio Neves) *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da primeira sessão legislativa ordinária da décima quinta legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2003d. 293 p.

MINAS GERAIS. Governador (2003-2006: Aécio Neves). *Mensagem do governador à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da segunda sessão legislativa ordinária da décima quinta legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2004b. 355 p.

MINAS GERAIS. Governador (2003-2006: Aécio Neves). *Mensagem do governador à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da terceira sessão legislativa ordinária da décima quinta legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2005. 315 p.

MINAS GERAIS. Governador (2003-2006: Aécio Neves). *Mensagem do governador à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da quarta sessão legislativa ordinária da décima quinta legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2006. 348 p.

MINAS GERAIS. Governador (2007-2010: Aécio Neves) *Mensagem do governador à Assembléia Legislativa apresentada na reunião inaugural da primeira sessão legislativa ordinária da décima sexta legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 2007. 406 p.

MINAS GERAIS. Lei Delegada n. 49, de 2 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a estrutura Orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 jan. 2003a, p. 1, col. 1.

MINAS GERAIS. *Manual de competências da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes*. Minas Gerais (SEDESE). Belo Horizonte: SEDESE, 2003c.

MINAS GERAIS. Plano plurianual de ação governamental 2004-2007: “Construindo um novo tempo”. Manual de elaboração de programas. Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2004a, 20 p.

Livros, artigos e teses

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas sociais? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 11, n. 31, jun. 1996.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalonr. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.

AUGUSTI, M. T.; COSTA, D. M. da; NEVES, G. H. Democratização das políticas municipais: da intenção a ação. In: COSTA, Delaine Matins (Coord.). *Democratização dos poderes municipais e a questão do gênero*. IBAM/Fundação Ford, Rio de Janeiro, 1997.

CAIXETA, Giovanni José. *Redesenhando o Estado no âmbito municipal: as principais contribuições do orçamento participativo de Belo Horizonte*. 2000. 120 f. Dissertação, (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Governo/Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2000.

GOMES, Christianne Luce. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. 2003. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2003.

LINHALES, M. A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. 292 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 1996.

LINHALES, M. A.; LOPES, Tarcila B.; COSTA, Luciana C. L. R.; LIMA, Cássia D. M. D.; PEREIRA, Thiago M. Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, Hélder F.; LINALES, Meily A. *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 13-57.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1986.

MARTINS, Carlos Henrique Dos Santos; MELO Marcelo De Paula. Políticas públicas de esportes para juventude na Baixada Fluminense/RJ: uma discussão introdutória. *ANPED*. GT: Movimentos Sociais e Educação, n. 3, 2004. 17 p.

MELO, Marcelo Paula de. Esporte e cidadania: debatendo a nova moda do momento. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, , p.105-122, maio/ago. 2004.

MEZZADRI, Fernando Marinho. *A estrutura do esporte paranaense: da*

formação dos clubes à situação atual. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

PINTO, Leila Santos de M. *Políticas participativas de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi. *Uma nova versão sobre a história do serviço de recreação operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964*. 2010. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Rejane Penna. *O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004*. 2011. 110 f. (Dissertação, Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Programa de Apoio à Gerência Social do Brasil. BID, 1997.

SANTA ROSA, Júnia. "Reforma Administrativa da PBH: Princípios e Condicionantes da Descentralização Intramunicipal". Pensar BH - Política Social. PBH / SCOMPS, Belo Horizonte, n. 0, jul/ago, 2001.

TUBINO, M. J. G. *As dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

VERONEZ, Luis Fernando Camargo. 2005 *Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988*. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1988.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão a co-gestão. *Motrivivência: revista de educação física esporte e lazer*, Santa Catarina, v. 10, p. 31-46, n. 1998.

Marcio Aparecido Silva

Mestre em Educação pela Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR, Especialista em Lazer-UFMG, Psicopedagogia FAFI-BH, Administração UFLA, Graduado em Pedagogia pela FAFI FUOM, Coordenador da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal da Prefeitura de Betim MG, Assessor Técnico Social dos PTTs/PAC da Prefeitura de Betim, Membro do Polis/CELAR.

Luciana Cirino Lages R. Costa

Mestre em Lazer (UFMG). Especialista em Lazer (UFMG) em Políticas Para Juventude (Unicentro Newton Paiva). Graduada em Educação Física pela UFMG. Analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Professora da Rede Municipal de Ensino da PBH e da UNIFEMM. Membro do Polis/CELAR.

Fabiano Antônio Sena Peres

Mestre em Lazer pela UFMG. Especialista em Lazer (UFMG). Graduado em Educação Física pela UFMG. Analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte. Membro do Polis/CELAR e do ORICOLÉ/UFMG.

Tarcila Lopes Bretas

Mestre em Lazer (UFMG) e especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Fundação João Pinheiro (MG). Graduada em Educação Física pela UFV. Analista de políticas públicas da PBH. Professora do Instituto Metodista Izabela Hendrix. Membro do Polis/CELAR.

Jean Lopes Xavier

Graduado em Educação Física pela UFMG. Bolsista de iniciação científica da FAPEMIG.

Vivyan Louise Lana

Graduada em Educação Física (UFMG). Bolsista de iniciação científica da Rede CEDES.

Jane Saad

Graduanda em turismo pela UFMG. Auxiliar de Biblioteca da PBH. Membro do Polis/CELAR.



FAPEMIG

EEFFTO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA, FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL



REDE
CEDES

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO
ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER

UF *m* G



ESPORTES E
JUVENTUDE